



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Renata Andrade de Oliveira

Os condicionantes da representação feminina nos parlamentos
o caso da América Latina

Florianópolis, 2021



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Renata Andrade de Oliveira

Os condicionantes da representação feminina nos parlamentos
o caso da América Latina

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação
em Sociologia Política da Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do título de
Doutor em Sociologia Política
Orientação: Prof^o. Dr^o Julian Borba

Florianópolis, 2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da
UFSC.

Oliveira, Renata Andrade de

Os condicionantes da representação feminina nos
parlamentos : o caso da América Latina / Renata Andradede
Oliveira ; orientador, Julian Borba, 2021.
213 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina,
Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Cultura Política. 3. Gênero.
4. Experimento. 5. América Latina. I. Borba, Julian. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Renata Andrade de Oliveira

**Os condicionantes da representação feminina nos parlamentos - o caso da América
Latina**

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ednaldo Aparecido Ribeiro, Dr.

Instituição UEM/PR

Prof.(a) Ligia Helena Hahn Luchmann, Dr.(a)

Instituição PPGSP/UFSC

Prof.(a) Mathieu Turgeon, Dr.(a)

Instituição Western University (Canadá)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de doutor em sociologia política.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Julian Borba, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021.

Para meu irmão de alma, meu melhor amigo e minha melhor companhia, Elton Bruno, que com sua luz, sabedoria e alegria impactou a minha vida e a transformou. Obrigada por tudo, seu legado sempre será lembrado. Te amo. Descanse em paz.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é direcionado à Deus, enquanto figura de proteção, confiança e paz nos momentos difíceis que passei nos últimos anos.

Aos meus pais e irmãos, que me apoiaram, incentivaram e sempre viram em mim um potencial para lidar com as adversidades do mundo. Um agradecimento especial ao meu sobrinho, a luz da minha vida, que mesmo sem saber me manteve em pé nos dias ruins e me faz feliz com um simples “brinca comigo”. Amo vocês incondicionalmente.

À minha família de amigos nada tradicional, Jeane, Elton Bruno, Marcelo, Paola e Wagner, que me acolheram com todo carinho, demonstrando apoio quando precisei e por terem me ensinado tanto sobre a vida, sobre amizade e sobre amor, principalmente, por terem me aceitado da maneira que sou. Nunca esquecerei nossas noites de filme e seriado, nossos jantares, nossas conversas e debates. Shantay you stay forever!!

À Thayná, pela amizade de uma vida toda e por nunca ter deixado que alguns quilômetros nos separassem. Obrigada de todo o coração por todo o incentivo e carinho.

À mon cher Arquimedes, merci pour être la joie au milieu de la tempête et me faire toujours sentir libre. Merci pour les danses, les gifs et les voyages, j'adore notre amitié qu'est née de la haine.

Às minhas amigas queridas que o doutorado me deu: Yasmin e Karen. Obrigada por tudo, por compartilharem as alegrias e as tristezas comigo e me ajudarem a passar pelas turbulências da vida acadêmica.

À Ana Paula que com sua garra e força me motivou a não desistir, fica aqui a minha admiração. À Audrey, minha “colega”, que passou muitas fases comigo na academia e na vida, pela enorme ajuda nos modelos estatísticos e por todos os episódios de seriados que acompanhamos juntas.

Agradecer ao meu orientador, Julian Borba, que mesmo sem saber dos meus momentos de desespero, me ajudou a passar por eles através da paciência e calma. Obrigada pelas orientações sensatas, oportunidades e confiança.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, aos professores e colegas que de algum modo colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por financiar este projeto.

Deixo meu muito obrigada aos colegas dos grupos de pesquisas, tanto do PPGSP quanto do COMPOP do IPOL, especialmente, ao professor Mathieu Turgeon por me receber na missão de estudos na Unb, obrigada pelas recomendações, pelas discussões e por ter compartilhado seus conhecimentos.

Meu último agradecimento vai para todas as mulheres fortes, inteligentes, sensatas e poderosas que estão na minha vida. Obrigada por enfrentarem o mundo comigo, por serem as vozes que me ajudaram a recordar as minhas capacidades, habilidades e força quando mais precisei.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e as mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas e lhes dissessem: “Sim, a mulher pode!”.

Dilma Rousseff, em seu discurso à nação em janeiro de 2011

RESUMO

A realidade das democracias contemporâneas é marcada pelas ausências de determinados grupos sociais nos espaços políticos, especialmente, as mulheres, o que leva ao questionamento das razões para a baixa representação parlamentar feminina. A literatura sobre o tema apresenta as principais causas ligadas às dimensões socioeconômica, político-institucional e cultural. Apesar de importância de cada uma, poucos são os trabalhos que testam a sub-representação como resultado de uma interação, o que chamamos de análise multidimensional. A partir disso, a pergunta central foi entender a dinâmica entre as dimensões, por consequência, determinar quais são os impactos de cada fator nas taxas de representação parlamentar feminina na América Latina. Através de um modelo de dados agregados (secundários e de opinião pública, nesse caso, LAPOP 2014) para cada dimensão, nossos resultados demonstram que para a região, os países com contextos sociais mais desfavoráveis às mulheres, os que possuem política de cotas de maior qualidade e os com cultura política mais democrática apresentam taxas mais alta de representação parlamentar feminina. A explicação para esse cenário seria o papel intermediário executado pela cultura política, ou seja, quando há maior desigualdade entre as condições de vida de mulheres e homens, a demanda por ação institucional aumenta, só que esse movimento está condicionado ao entendimento de a sub-representação das mulheres é prejudicial e antidemocrático. Para testar essa hipótese, primeiro, construímos um modelo multinível para entender como os aspectos de nível macro estão relacionados com as atitudes individuais em relação à igualdade política entre os gêneros. Posteriormente, através de modelos experimentais, testamos tanto a rejeição dos indivíduos perante a ideia de mulheres ocuparem cargos político, como também, se ao perceberem maior desigualdade política entre os gêneros, os cidadãos apoiariam uma política de cotas mais rígida. Nossas considerações finais apontam que existe um efeito de desejabilidade social sobre a participação das mulheres na política perante os mais jovens. Também, verificamos que a hipótese do alinhamento entre percepção e preferência não se mostrou efetiva para o conjunto, contudo, observamos que o efeito da percepção da desigualdade é mais forte nos homens que nas mulheres.

Palavras chaves: Representação; Gênero; América Latina; Multidimensionalidade; Experimentos

ABSTRACT

The reality of contemporary democracies is marked by the absence of certain social groups in political spaces, especially women, which leads to questioning the reasons for the low female parliamentary representation. The literature on the subject presents the main causes linked to the socioeconomic, political-institutional and cultural dimensions. Despite the importance of each one, there are few works that test the under-representation as a result of an interaction, what we call multidimensional analysis. From this, the central question was to understand the dynamics between the dimensions, consequently, to determine what are the impacts of each factor on the rates of female parliamentary representation in Latin America. Through a model of aggregated data (secondary and public opinion, in this case, LAPOP 2014) for each dimension, our results show that for the region, the countries with the most unfavorable social contexts for women, those with the highest quota policy quality and those with a more democratic political culture have higher rates of female parliamentary representation. The explanation for this scenario would be the intermediary role played by political culture, that is, when there is greater inequality between the living conditions of women and men, the demand for institutional action increases, but this movement is conditioned by the understanding that the under-representation of women is harmful and undemocratic. To test this hypothesis, we first build a multilevel model for understanding how macro-level aspects relate to individual attitudes towards political gender equality. Subsequently, through experimental models, we tested both the individuals' rejection of the idea of women occupying political positions, as well as whether citizens would support a stricter quota policy when they perceive greater political inequality between genders. Our final considerations point out that there is a social desirability effect on the participation of women in politics before the youngest. Also, we verified that the hypothesis of alignment between perception and preference was not effective for the group, however, we observed that the effect of the perception of inequality is stronger in men than in women.

Keyword: Representation; Gender; Latin America; Multidimension; Experiment

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Países com alta taxa de representação de mulheres - América Latina (1997-2019).....	75
Figura 2- países com taxa média de representação de mulheres - américa latina (1997-2019).....	81
Figura 3- Grupo 1- países com baixa taxa (entre 25% e 20%) de representação parlamentar de mulheres - América Latina (1997-2019).....	85
Figura 4- Grupo 2- países com baixa taxa(menor que 20%) de representação parlamentar de mulheres - América Latina (1997-2019).....	89
Figura 5. Linha do tempo da participação feminina na política na América Latina.....	94
Figura 6. Efeito do país nas atitudes igualitárias.....	129
Figura 7- Processo de percepção e preferência.....	150
Figura 8- Impressões dos participantes.....	167
Figura 9-Preferência sobre política de cotas.....	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mulheres nos espaços políticos- Mundo (2005-2018).....	24
Gráfico 2 -Opinião sobre as posições das mulheres em diferentes áreas – 2016.....	56
Gráfico 3 - Porcentagem de mulheres nos parlamentos das regiões do globo (1997-2019).....	66
Gráfico 4 - Porcentagem de Mulheres nos parlamentos da América Latina e Caribe (2019).....	74

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Quadro 1. Dimensões da sub-representação de mulheres nos parlamentos da América Latina.....	105
Tabela 1 – Modelos explicativos individuais.....	120
Tabela 2 – Modelos explicativos combinados.....	123
Tabela 3. Modelo nulo do igualitarismo na América Latina em 2018.....	128
Tabela 4. Determinantes da igualdade política de gênero na América Latina em 2018.....	130
Tabela 5- Análise fatorial: adesão à democracia.....	156
Tabela 6- Balanceamento dos grupos experimentais.....	161
Tabela 7. Média estimada do nível de desaprovação de mulher ocupar cargo político.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMC- Aliança de Mulheres Costarriquenses

CEDAW- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

COFIPE- Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais

COMPOP - Grupo de pesquisa em comportamento político e opinião do Instituto de Ciência Política (IPOL).

EG- Encontro pela Guatemala

FMC - Federação de Mulheres Cubanas

FUPDM - Frente Única Pró- Mulheres

GII- Gender- Inequality Index

GRD- Gender-Related Development

IDEA- International Institute for Democracy and Electoral Assistance

Inmujeres - Instituto Nacional da Mulher

IPU- *Inter-Parliamentary Union*

LAPOP – Latin American Public Opinion Project

LFC- Liga Feminista Costa-riquenha

MMEG- Ministério da Mulher e da Equidade de Gênero

NUPESAL- Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina

ONAM- Oficina Nacional de Mulheres do Ministério do Trabalho

PNR- Partido Nacional Revolucionário

PRM - Partido da revolução mexicana

SERNAM- Serviço Nacional da Mulher

SERNAMEG- Serviço Nacional da Mulher e da Equidade de Gênero

SJT- System justification theory

SOFA- Solidarité Fanm Ayiesyen

UNE- Unidade Nacional da Esperança

URNG- Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca

WVS- World Values Survey

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	IGUALDADE POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO COMO EIXOS CENTRAIS DA DEMOCRACIA	24
2.1	DEMOCRACIA, JUSTIÇA SOCIAL E IGUALDADE POLÍTICA	26
2.2	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MINORIAS.....	35
3	MULHERES NO PODER	44
3.1	O CASO DA PARIDADE ENTRE OS GÊNEROS.....	44
3.2	A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SUB-REPRESENTAÇÃO	55
3.3	O CENÁRIO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA.....	67
4	UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA	74
4.1	ALTA REPRESENTAÇÃO (CUBA, BOLÍVIA, MÉXICO, COSTA RICA E NICARÁGUA)	76
4.2	MÉDIA REPRESENTAÇÃO (ARGENTINA, EQUADOR, GUIANA, EL SALVADOR, PERU E REPÚBLICA DOMINICANA).....	81
4.3	BAIXA REPRESENTAÇÃO	85
4.4	UM PANORAMA HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA	93
5	MENSURANDO A MULTIDIMENSIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA	98
5.1	METODOLOGIA	98
5.2	MODELO PROGRESSIVO: VARIÁVEIS E HIPÓTESES	105
5.2.1	Modelos individuais e progressivos	120
5.3	IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: ENTENDENDO O EFEITO DO CONTEXTO NAS ATITUDES INDIVIDUAIS.....	127
6	PERCEPÇÕES E PREFERÊNCIAS: APONTAMENTOS EXPERIMENTAIS SOBRE A DESIGUALDADE POLÍTICA ENTRE OS GÊNEROS	135
6.1	PESQUISAS EXPERIMENTAIS.....	135

6.2	COMO VEJO E O QUE PREFIRO: PERCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE POLÍTICA ENTRE OS GÊNEROS E PREFERÊNCIAS POR POLÍTICAS DE COTAS	147
6.2.1	Metodologia	153
6.2.2	Análise geral dos dados.....	156
6.3	O DESENHO EXPERIMENTAL.....	161
6.3.1	Experimento de Gráficos	163
6.3.2	Experimento de lista	173
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
	ANEXO	191
	APÊNDICE METODOLÓGICO	206

1 INTRODUÇÃO

Existem situações na sociedade que, muitas vezes, por serem consideradas comuns, inibem a reflexão sobre suas origens e impactos. Por exemplo, quando escutamos: “política não é coisa de mulher”, “mulher não gosta de política” ou expressões como “fica calma”, “você é louca”, “não chora” em debates políticos; quantas vezes indagamos sobre os sentidos dessas frases? A “inocência” presente nas falas citadas dão suporte à exclusão feminina dos espaços de decisões, pois carregam o entendimento de que mulheres e política não combinam.

A consequência dessa noção social e historicamente construída naturalizou o quadro de sub-representação política feminina. Conforme os dados coletados por agências internacionais, como o *Inter-Parliamentary Union* (IPU), em âmbito mundial, considerando apenas o período mais recente, no ano 2000, o total de representantes femininas era 13,8%. Em 2005, esse contingente foi para 16,2% e, em 2010, chegou aos 19%. Mesmo com esse tímido aumento, atualmente¹, apenas 25% do total de lugares destinados aos representantes parlamentares são ocupados por mulheres. Diante disso, será que é normal o grupo que representa 50% da população mundial ocupar apenas ¼ dos assentos parlamentares no mundo? Ou será aceitável que, pelo menos, 75% dos indivíduos que direcionam as decisões políticas sejam homens?

Apesar de avanços em relação à desigualdade política entre os gêneros² e a inserção das questões das mulheres como item relevante na agenda de discussões internacionais (NORRIS, 2011; SACCHET, 2009; MOLLER e CARDONA, 2009; PRÁ, 2014; SANCHEZ, 2012;), ainda estamos distantes da configuração de um cenário mais igualitário. Então, em uma era em que a democracia é vista como ideal, cenários que explicitam exclusões e desigualdades colocam em xeque a qualidade dos regimes democráticos. Por isso, as justificativas para debater o fenômeno da sub-representação política das mulheres estão ancoradas nos pressupostos que sustentam a própria ideia de democracia, como, também, na necessidade de confrontar o processo de naturalização da ausência ou baixa presença política de grupos sociais importantes.

¹ Dado referente ao último levantamento da IPU do dia 1º de março de 2020.

² Estamos cientes de que o termo gênero é mais abrangente que a dicotomia mulher e homem (Scott, 1995), contudo, para o recorte analítico pretendido, a partir desse momento, gênero será utilizado para se referir às mulheres e aos homens.

A partir disso, com o propósito de colaborar com os estudos sobre as relações entre gênero e política, nossa busca se situa em determinar quais são os condicionantes da representação parlamentar feminina, ou seja, compreender o que torna o abismo representacional entre mulheres e homens maior e, também, quais aspectos podem diminuí-lo

A literatura sobre a presença de mulheres nas esferas decisórias aponta a existência de diversos fatores que, isoladamente, incrementam ou dificultam a participação feminina na política (COSTA, BOLOGNESI & CODATO, 2013). Todavia, será que uma única causa é suficiente para explicar um fenômeno tão complexo dentro de cenários tão diversos? Por acreditarmos que a resposta seja não, pautamo-nos na abordagem multidimensional ou multicausal da representação feminina parlamentar.

A ideia da multidimensionalidade surge do fato dos estudos individuais perderem poder na captação dos demais aspectos que envolvem o objeto analisado, ou seja, podem ter seus efeitos limitados por variáveis externas. Portanto, quando os fatores são considerados juntos e quando revelam uma rede de relacionamento e dinâmicas sociais, tornam possível ter uma visão mais ampla de seus impactos particulares, como, também, em conjunto (YOUNG, 2000).

Isso significa que pensar a igualdade política entre homens e mulheres não é um processo unidimensional, mas sim, interativo entre os aspectos que são determinantes na sistematização do caminho para a representação política. Portanto, entender esse processo pressupõem compreender como essas dimensões interagem, como seus efeitos influenciam na promoção ou obstrução da representação feminina. Assim, temos como hipótese de que a multidimensionalidade tem maior potencial explicativo para as taxas de representação das mulheres.

Com base na ideia da multidimensionalidade, reunimos três dimensões: 1) *socioeconômica*; 2) *político-institucional*; 3) *cultural*.³, que serão exploradas densamente nos capítulos seguintes. Devemos ressaltar que a abordagem escolhida é desafiadora, pois no mundo social todos os elementos estão presentes conjuntamente, por isso, a separação em dimensões é apenas didática, tendo como base os critérios teóricos para o direcionamento dos fatores para as dimensões.

De maneira resumida, a primeira dimensão parte da relação entre contexto econômico e as condições de vida dos indivíduos como explicação da maior ou menor

³ A revisão teórica mais aprofundada sobre cada dimensão encontra-se no capítulo II.

taxa de mulheres parlamentares. Seus autores entendem que, em sociedades menos desenvolvidas economicamente, as mulheres encontram-se em desvantagem social e, por isso, possuem dificuldades em romper com as barreiras estruturais e chegar às posições de comando, especialmente na política. Assim, quanto mais favoráveis forem os índices de desenvolvimento econômico, maior a possibilidade de melhorar as condições da sociedade como um todo, sendo a mudança positiva na vida das mulheres um “efeito colateral” desse cenário. Isto quer dizer que tanto a razão quanto a solução para as taxas da representação política de mulheres e homens estão no contexto socioeconômico, o que justificaria países com melhores dados econômicos serem os que possuem mais representantes mulheres.

A segunda diz respeito aos aspectos políticas-institucionais. Os autores discutem tanto os valores que criaram as instituições políticas modernas, como também as estruturas institucionais concretas. O principal argumento é que as instituições foram baseadas em valores que hierarquizaram as mulheres e os homens, dando aos últimos a dominação das esferas públicas e privadas, com todos os mecanismos sociais e políticos voltados para privilegiá-los. Enquanto isso, às mulheres foram delegadas posições de subordinação que limitaram suas atuações e acessos aos espaços de tomadas de decisões.

Diante disso, essas noções de subordinação, dominação e desvalorização do feminino resultam em sistemas caracterizados por mecanismos que reproduzem essa lógica. Isso quer dizer que as características dos formatos das instituições políticas, dos sistemas políticos e eleitorais dificultam a entrada de grupos diferentes do padrão construído, que no caso da categoria gênero, é o homem, e isso explicaria a baixa representação parlamentar das mulheres.

Existe um consenso literário que as duas primeiras dimensões são as principais explicações das disparidades entre os gêneros. Um ponto importante da nossa proposta é acrescentar uma dimensão que seja voltada à cultura política, pois as normas culturais, valores e crenças, também moldam aspectos da desigualdade política entre mulheres e homens, principalmente pela intersecção com a democracia.

Dessa maneira, a dimensão culturalista argumenta que a transição para uma sociedade mais igualitária está ligada à incorporação de ideais democráticos (INGLEHART e NORRIS, 2003), como a igualdade política (DAHL, 2008; TOURRAINE, 1996). Sendo assim, a predominância de atitudes tradicionais tem efeito negativo em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões (INGLEHART e NORRIS, 2003; RIBEIRO e OLIVEIRA, 2014, OLIVEIRA, 2015).

De modo geral, as três dimensões apresentam aspectos essenciais na análise sobre a sub-representação das mulheres, por isso, entendemos que o estudo da interação entre elas é primordial para observarmos as realidades das democracias contemporâneas. Em relação às hipóteses, para a dimensão socioeconômica, acreditamos que seu efeito individual será o menor entre as três, ao mesmo tempo que será importante no conjunto, especialmente na direção de que as melhorias contextuais estão positivamente relacionadas com as taxas de representação. Para a dimensão institucional, seguimos a literatura que aponta seus aspectos com os maiores efeitos nos quesitos individual e em conjunto. Por fim, nossa hipótese para a dimensão culturalista é a compartilhada por Inglehart e Norris (2003), que a cultura política, especialmente a adesão à democracia e comportamento político igualitário, tem efeitos positivos perante as taxas, mas de maneira que intermediam a relação entre as demais dimensões. Assim, queremos dizer que, individualmente, as dimensões possuem efeitos, entretanto, de maneira dinâmica, estes são mediados pela maior ou menor presença de valores democráticos.

Em termos de universo empírico, nossa proposta destacou um novo ator no quadro representativo: América Latina. No final da década de 1990, dos dez países com maiores taxas de representantes mulheres, sete eram europeus (Suécia, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Holanda, Islândia e Alemanha), demonstrando um cenário mais próximo do que imaginamos ser o esperado, em razão de serem países de uma região com melhores condições contextuais. Entretanto, no ano de 2015, verificamos grandes mudanças nesse ranking: apenas 2 (dois) países europeus, e passamos a ter 4 (quatro) africanos (Ruanda, Seicheles, Senegal e África do Sul) e 4 (quatro) latino-americanos (Cuba, Bolívia, México e Equador). Já o atual quadro conta em ordem decrescente Ruanda, Cuba, Bolívia, Emirados Árabes Unidos, México, Nicarágua, Suécia, Granada, Andorra e África do Sul, no seu top 10.

Esse cenário pode ser visto como inesperado, afinal, as referências sobre igualdade de representação entre os gêneros são os países europeus e nórdicos. Por isso que o avanço da América Latina nos últimos anos destaca-se, já que corresponde à segunda maior média de mulheres representantes, 30% do total de cargos parlamentares. Se no início do ano 2000 o grande destaque era a Argentina, um dos únicos países entre os primeiros com as maiores taxas, o atual cenário é diferente, quatro entre os dez países principais são latino-americanos, e a região teve maior crescimento comparada às demais. O que mais chama à atenção é o fato de que se olharmos os países com maior índice, encontramos Cuba, Nicarágua, Bolívia, México e Costa Rica, e no outro extremo temos

países como Chile, Uruguai, Brasil, Colômbia e Paraguai, que possuem expressão internacional. Então como explicar essas disparidades? Será que o desenvolvimento econômico explica por que o Brasil está entre os últimos e a Nicarágua entre os primeiros? Será que um sistema político como o do Uruguai não seria mais favorável que o de Cuba?

A partir desses questionamentos, entender as disparidades da representação feminina dentro desse contexto regional é um dos nossos principais objetivos. Por se tratar de um desafio teórico e analítico, nossa metodologia teve como base a obra *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World* (2003), de Ronald Inglehart e Pippa Norris, e os trabalhos de Leslie Schwindt-Bayer (2014 e 2015).

O primeiro destaca-se por analisar diferentes formas de desigualdades entre mulheres e homens, sendo uma delas a sub-representação parlamentar feminina, a partir da abordagem multidimensional. Os autores realizaram uma análise de âmbito mundial, com mais de 120 países de diferentes regiões e concluíram que contextos de maior desenvolvimento humano e econômico possuem probabilidades mais acentuadas de terem mais mulheres na política, sendo esse efeito intermediado pela cultura política mais democrática.

Esse estudo apresenta algumas lacunas que serão importantes para situarmos o nosso caminho. Primeiro, o bloco de países observados era, majoritariamente, países europeus que, para o momento histórico, eram condizentes. Entretanto, os atuais estudos devem focar nas novas realidades relativas às mudanças no cenário dos países com mais mulheres, com a forte presença de países africanos e latino-americanos. Segundo, por mais que realizaram a análise multidimensional, a obra deixa em aberto o diálogo com os contextos, sem apresentar um aprofundamento maior sobre as especificidades dos países. Portanto, os resultados encontrados durante a produção da obra podem não abranger os parâmetros dos novos atores, como a região da América Latina.

Pensando nisso, recorreremos aos estudos de Leslie Schwindt-Bayer (2014 e 2015) que tentaram reproduzir para os países latino-americanos os modelos de Inglehart e Norris, mas com o objetivo mais amplo de verificar como os tipos de representação (formal, descritiva, substantiva e simbólica) estão integrados. As conclusões apresentadas enfatizam a importância das medidas institucionais nas taxas de representação, descartando os efeitos da dimensão cultural.

Esse debate teórico será aprofundado nos dois primeiros capítulos desta pesquisa. Assim, concernente a isso, realizamos análises dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala,

Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A variável da representação parlamentar teve como fonte os dados do CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e do IPU (Inter Parliamentary-Union).

Já para as mensurações das dimensões⁴, temos para a socioeconômica dois aspectos: diferença do PIB e Diferença entre IDH de mulheres e homens, dados fornecidos pelo World Bank, IDEA e Relatório do IDH. Para a dimensão político-institucional, criamos uma base com dados agregados com tipo de sistema político, formato do legislativo, qualidade das cotas (SCHWINDT-BAYER, 2015)⁵, legado democrático (CASALECHI, 2016) e financiamento público. Por fim, para a dimensão cultural, utilizamos as pesquisas de opinião pública de institutos como o LAPOP (2004-2014) e o Word Values Survey (WVS) (1990-2014). Aqui já ressaltamos que a escolha pelas ondas de 2014 são justificadas, primeiro, por ser a última do LAPOP, a qual apresentou diversas questões sobre gênero, e segundo, entendemos que a cultura política é uma medida mais estável ao longo do tempo, então, optamos por um questionário mais abrangente para o tema de gênero, mesmo não sendo dados do atual ano.

Em relação à metodologia, temos duas partes: 1) análises individuais e em conjunto dos países, bem como a análise da relação entre contexto e comportamento político; 2) análises experimentais.

Na primeira parte utilizamos o método de Inglehart e Norris (2003), que nomearemos como modelo progressivo, através de I) modelos simples apenas com variáveis de cada dimensão (1;2;3); II) modelo de pares, com duas dimensões de cada vez (dimensão 1+2; dimensão 1+3; dimensão 2+3); e por fim, III) modelo de combinação, com todas as dimensões (1+2+3), totalizando sete modelos. Após isso, procuramos entender como os elementos contextuais afetam à disposição dos indivíduos em relação à igualdade de gênero. O método escolhido para essa etapa foi o modelo multinível, ou hierárquico, que serve para pesquisas cujos problemas de investigação envolvem a relação entre os indivíduos e a sociedade ou o contexto. Dessa maneira, tendo como propósito entender como o contexto socioeconômico, institucional e cultural influenciam no modo

⁴ As variáveis e hipóteses detalhadas estarão no capítulo IV.

⁵ ao invés de analisar apenas a presença ou ausência da política ou o tempo de sua instauração, as qualifica segundo três critérios: porcentagem da reserva, *placement mandate* e sanções. Com isso os países são classificados entre baixa, média e alta qualidade.

que os indivíduos visualizam a relação entre mulheres e política, justifica-se a adequação do modelo para esta pesquisa.

Os resultados da primeira parte nos levaram aos desenhos experimentais. Com o modelo progressivo encontramos que, para a América Latina, contextos de maior desigualdade entre as condições de vida das mulheres e dos homens, os países com cotas de maior qualidade e mais igualitários (cultura política democrática) são os que possuem as maiores taxas de representação. Além disso, verificamos que a hipótese da cultura política foi confirmada, ou seja, funciona como um intermediário dos efeitos das demais dimensões. Entretanto, diferentemente de Inglehart e Norris (2003), os contextos socioeconômicos tiveram resultado oposto, o que nos levou a desenvolver a hipótese de que: em contextos de maior desigualdade pode haver a percepção de que a falta de mulheres é algo ruim, e se as pessoas forem mais democráticas, elas demandam políticas de intervenção mais fortes, isso justificaria as cotas de maior qualidade estarem em países de contextos socioeconômicos não favoráveis às mulheres.

Então, para testarmos se a maior percepção resulta na preferência por políticas de cotas de maior qualidade, escolhemos o método experimental. Um experimento contrário aos modelos de pesquisa que pretendem realizar uma análise descritiva ou interpretativa, que analisa questões de causalidade (HOLLAND, 2014). O método consiste na comparação de dois “estados de mundo”, um no qual alguma intervenção é administrada (tratamento), e outro que nada é realizado (não-tratamento). O tratamento seria uma intervenção causal em potencial (DUCKMAN et al, 2011) e se associa com o teste de efeito que uma variável possui em outra (A causa B), no nosso caso maior percepção (A) causa preferências por políticas de cotas mais rígidas (B).

Primeiro, efetuamos dois experimentos de lista para verificar a desaprovação dos indivíduos sobre a presença das mulheres em cargos políticos. O primeiro, foi realizado durante a pesquisa *Democracia, mídia e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens do Sul do Brasil*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2016, na cidade de Florianópolis, com estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas. E, novamente em 2018, replicamos esse estudo, mas para uma parte dos participantes da pesquisa online *Democracia, política e cultura*. Em ambos os casos verificamos que existe o efeito da “desejabilidade social” entre os mais jovens.

Já em relação à hipótese do alinhamento entre percepção e preferência, na mesma pesquisa online de 2018, aplicamos um experimento de gráficos. Os resultados foram

interessantes. Nossa hipótese experimental não foi confirmada de maneira geral, isso quer dizer que o grupo tratamento, mesmo percebendo a maior desigualdade, não optou por políticas de cotas mais rígidas. Entretanto, encontramos variações entre grupos baseados na escolaridade e no gênero, o que culmina na direção de alguns autores sobre os efeitos da socialização em temas sensíveis como as questões de gênero.

De maneira geral, a estrutura da presente pesquisa foi pensada para tentar abordar ângulos diferentes sobre a representação política das mulheres. Por isso, iniciamos a avaliação dos níveis mais macros, com testes de efeitos de contextos, para depois, entendermos os aspectos individuais do comportamento político. As discussões teóricas serão apresentadas nos dois primeiros capítulos. No primeiro, buscamos responder qual a importância de discutir essa temática, o que envolveu um debate sobre democracia, seus princípios e como a ausência da representação de determinados grupos afetam a qualidade de um regime democrático. O segundo capítulo traz justificativas teóricas para a maior presença do grupo de mulheres na política e problematiza os obstáculos para a inserção mais efetiva das mulheres nos parlamentos. Para isso, trouxemos a ideia de multidimensionalidade em conjunto com a revisão literária que aponta as causas da sub-representação, que serão as bases para compor as variáveis de cada dimensão.

O terceiro capítulo é um panorama dos países da América Latina, a partir da divisão em grupos de alta, média e baixa representação, a fim de compreendermos um pouco sobre a história, contextos e justificativas apresentadas pela literatura para as taxas de cada país. O nosso quarto capítulo tem o caráter mais empírico com o teste da multidimensionalidade no universo da América Latina, no qual apresentamos nossas variáveis, nossas hipóteses, o modelo progressivo e o multinível. Por fim, o capítulo cinco será inteiramente sobre os modelos experimentais dentro das pesquisas que realizamos em 2016 e 2018.

2 IGUALDADE POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO COMO EIXOS CENTRAIS DA DEMOCRACIA

Desde o século XVIII, a democracia tornou-se o principal tema da política e da ciência política (REIS,2000), isto porque a expansão das ideias e crenças democráticas, em conjunto com suas instituições, converteu esta temática em um lugar comum no pensamento político. Nesse sentido, os problemas que envolvem as democracias são alertas sobre a qualidade dos processos políticos, eleitorais e culturais contemporâneos. Podemos destacar os casos de ausências ou baixa presença de certos grupos nos espaços de decisões, os quais demonstram que de alguma forma determinadas discriminações são reproduzidas dentro das estruturas democráticas (PHILLIPS, 1994; 2000^a; 2000b e 2001). É por isso, que a sub-representação política feminina ganhou espaço neste debate.

Os dados do gráfico abaixo (Gráfico 1)⁶ demonstram um evidente desequilíbrio entre as representações de mulheres e homens em vários níveis institucionais. No local, apenas 5% das prefeituras no mundo são ocupadas por mulheres, em regiões como América Latina e Caribe⁷ e Europa⁸, os índices não chegam aos 15%. Já na Ásia e Pacífico⁹ a média é de 31% , sendo o país com maior porcentagem de prefeitas a África do Sul¹⁰ (40%). Nos gabinetes ministeriais¹¹, a porcentagem média é de 18%, de um lado, Bulgária, Suécia e Canadá ultrapassam os 50%, do outro, Arábia Saudita, Azerbaijão e Hungria não possuem ministras.

A nível nacional, os dados não são mais animadores. No ano de 2016, haviam 23% de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres; em 2019¹², a média não chegou aos 25%. O descompasso entre os parlamentos é mais evidente quando verificamos que apenas doze países, dos mais de 170, possuem índices maiores que 40%, dos quais, somente dois ultrapassaram os 50% de mulheres no legislativo (Cuba- 53,2% e Bolívia – 50,1%)¹³. Enquanto isso, mais de cento e vinte parlamentos ao redor do mundo possuem

⁶ Apresentamos os dados de 2016 em razão da disponibilidade para ministrar e prefeitas, apenas para o número de parlamentares que temos dados até 2019.

⁷ <https://www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas> - Acesso: 11 de fevereiro de 2019

⁸ <https://rm.coe.int/analytical-report-data-2016-/1680751a3e> - Acesso: 11 de fevereiro de 2019

⁹ <http://www.theasian.asia/archives/95620> e http://www.citymayors.com/gratis/city_mayors.html - Acesso: 11 de fevereiro de 2019

¹⁰ <http://www.statssa.gov.za/?p=10325> – Acesso: 11 de fevereiro de 2019.

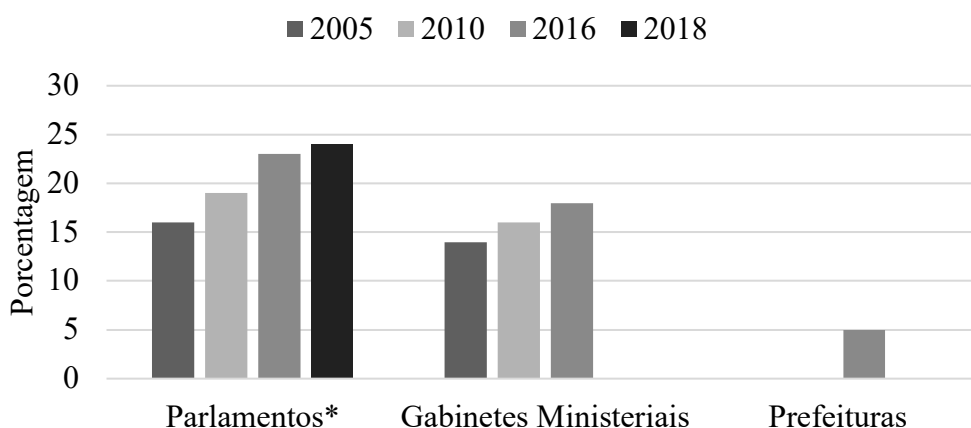
¹¹ Todos os dados foram retirados do World Bank: <https://datamarket.com/data/set/15jy/proportion-of-women-in-ministerial-level-positions#!ds=15jy!hkm&display=line> – Acesso: 11 de fevereiro de 2019.

¹² Todos os dados do ano de 2019 são referentes à situação em 1º de dezembro de 2018.

¹³ Lista com o ranking de todos os países: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=1&year=2020>

menos que a média mundial (25%), com cerca de dez países que não possuem representantes femininas.

Gráfico 1 - Mulheres nos espaços políticos- Mundo (2005-2018)



Fontes: World Bank - <http://www.worldbank.org/>
 Inter-Parliamentary Union (IPU) - <http://archive.ipu.org/wmn-e/world.htm>
 Global Parliament of Mayors - <https://globalparliamentofmayors.org/>
 * Média entre Câmara Baixa (Câmara dos Deputados) e Alta (Senado)

Assim, a realidade da maioria das democracias contemporâneas é marcada pelo desequilíbrio no acesso ao mundo político entre os gêneros. Tal situação demonstra tanto falha em promover oportunidades iguais de participação para mulheres e homens nos processos de tomadas de decisões, como reflete um cenário mais amplo de disparidades,

“As mulheres em todas as partes do mundo continuam a ser amplamente marginalizadas da esfera política, muitas vezes como resultado de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de gênero, baixos níveis de educação, falta de acesso a cuidados de saúde e o efeito desproporcional da pobreza em mulheres.” (RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 19 de março de 2012)¹⁴.

A partir disso, como falar em processos de consolidação democrática, enquanto ainda estamos diante de cenários como estes? Diante desse questionamento, o presente capítulo terá por objetivo demonstrar a importância do contínuo debate sobre a baixa

¹⁴ Resolução completa: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/130 Acesso em 23 de janeiro de 2019.

presença das mulheres no mundo político para as sociedades democráticas. Nosso ângulo de análise destacará o efeito negativo que esse quadro possui na qualidade das democracias. Para tanto, primeiramente, explanaremos o conceito de democracia sobre o qual a tese se estruturou, posteriormente, apresentaremos a igualdade política e a justiça social como eixos centrais para a manutenção e qualificação desse tipo de regime e por fim, desenvolveremos a ideia da representação como um mecanismo de promoção e garantia dos valores democráticos.

2.1 DEMOCRACIA, JUSTIÇA SOCIAL E IGUALDADE POLÍTICA

Com o início da contemporaneidade, falar em democracia passou a ser uma linguagem comum entre os indivíduos e a maior frequência do seu uso levou à falsa conotação consensual sobre seu significado. Contudo, estamos muito distantes de um consenso em torno de sua definição e por isso, para evitar o uso simplista de um termo complexo, as pretensões teóricas aqui expostas terão a função de fundamentar o nosso entendimento sobre o conceito de democracia que será utilizado ao longo do texto.

Dentro de um quadro resumido, podemos apontar como uma das principais teorias democráticas a de Joseph Schumpeter (1961). O autor retirou o caráter valorativo da definição de democracia e focou nas práticas democráticas ao atribuir forma (de adquirir poder) e função (tomada de decisões políticas) para o processo político. Apesar de diversas críticas, por parte de autores como Bachrach (1973), Pateman (1992) e Young (2000 e 2004), que argumentam que a democracia é complexa demais para se limitar aos processos políticos e deve ser pensada através de seus ideais e de suas bases normativas, Schumpeter é visto por alguns autores como um divisor de águas (SILVA, 1999; SILVA et AL, 2013) por representar a ruptura com a dimensão clássica e ser o marco do *procedimentalismo*. Desse modo, a importância do autor está na visão que disseminou, que é muito compartilhada entre os indivíduos: a democracia como um método para formar governos, um acordo institucional, centralizada na eleição. Sendo assim, a construção dessa linha de pensamento foi fundamental para os estudos que se dedicam na verificação dos impactos das instituições nos fenômenos políticos.

A busca por uma definição mais empírica e instrumental levou autores, como Robert Dahl (1997 e 2008), Alain Touraine (1996) e Carole Pateman (1992), a formularem teorias sobre a democracia que associam as bases normativas e procedimentais. Apesar de terem aspectos distintos, o que podemos pontuar é todos

advogam por uma ideia mais substancial sobre a democracia que fosse transmitida por toda a estrutura política e social. De um modo geral, os autores acima citados afirmam que a democracia em seu mais alto grau deve ser composta por um sistema que tenha instituições e regras que sejam responsáveis pela organização da política, ao mesmo tempo, que promovam valores. Por exemplo, Dahl destaca que o método político deve ser fundamentado em princípios e direitos¹⁵ (DAHL, 2008), os quais devem ser expressos, especialmente, em mecanismos garantidores da participação igual de todos no sistema e nos processos políticos, para que assim haja a distribuição de poder (DAHL, 1997). Pateman (1992) compreende que as instituições não podem ser descoladas dos indivíduos, então, se os processos promovem mais participação, isso possibilita a formação de cidadãos mais democráticos, pois propaga os valores da democracia.

A partir disso, o fenômeno da baixa representação de mulheres nos parlamentos demonstra que a arena política contemporânea não tem conseguido construir uma estrutura procedimental que possibilita a inclusividade¹⁶ dos indivíduos e de grupos para que ocorram disputas justas e iguais (DAHL, 1997a e 2008b). Nosso entendimento é que a tendência social (e até acadêmica) de associar a democracia com mais frequência apenas ao viés institucional e dos procedimentos desloca a importância da promoção dos valores democráticos dentro da sociedade. Isto quer dizer que, enquanto a inclusão (valor) não for vista como requisito da democracia, negar-se-á a certos grupos direitos como a participação, o voto, a busca pelo conhecimento e a construção da agenda política (DAHL, 2008). Sobre isso Young reflete,

“(...) os ideais não podem ser vistos como meras descrições de algo e nem como planos, não podem corresponder nem ao presente e nem ao futuro, são atemporais, uma vez que permitem pensadores e atores a tomarem distância da realidade, a qualquer tempo e lugar, para a criticarem e imaginarem possibilidades para algo melhor”. (YOUNG, 2000.p 10)

Por esta razão, a compreensão de diversos problemas das democracias contemporâneas, como da sub-representação política feminina, deve perpassa o debate

¹⁵ Tais como: liberdades de voto, organização e expressão, alternância de mandatários resultantes da escolha dos eleitores, justiça e igualdade política (Dahl, 2008).

¹⁶ O principal vetor da *poliarquia* já que o voto é um fator de relevância para que uma sociedade democrática possua como parte um sistema eleitoral com eleições regulares e livres.

sobre dois princípios vistos como centrais: *igualdade política* (DAHL,1997, 2008; SCHLOZMAN,VERBA E BRADY,2012) e *justiça social* (FRASER, 1997 E 2007; YOUNG,2001).

A igualdade política apresenta-se como um valor e fim, sendo um dos mais importantes componentes da dimensão valorativa da democracia e de governos democráticos (SCHLOZMAN,VERBA E BRADY, 2012,p.96), como afirma Young “(...)como um ideal normativo, a democracia significa igualdade política”¹⁷ (YOUNG, 2000,P.23). Assim, os ideais tornam-se parâmetros avaliativos das sociedades, e para Dahl o principal valor está na igualdade política: “(...) se cremos na democracia como objetivo ou ideal, então de maneira implícita, devemos considerar a igualdade política como *objetivo ou ideal*”¹⁸ (DAHL,2008, grifos do autor, p.15).

Diante disso, a concepção de igualdade mostra-se, intimamente, ligada à idealização da própria democracia e se torna fundamento dos juízos morais e ajuda na descrição das características de um sistema ideal (DAHL,1997; 2008). Dessa forma, é viável falar em “grau da democracia”, através da avaliação das sociedades e governos tendo como critérios determinados requisitos¹⁹. Como bem aponta Young (2000), isto seria possível porque “a democracia não é questão de tudo ou nada, mas sim de grau. As sociedades podem variar, tanto em extensão quanto em intensidade do seu comprometimento com valores democráticos” (YOUNG, 2000, p.5). Assim, as instituições e processos podem ser democraticamente organizados, entretanto, a profundidade de suas práticas democráticas pode sofrer alterações.

A igualdade política tem a capacidade de promover tanto a proteção dos diversos interesses, quanto possibilitar com que esses sejam levados em conta de forma igual na dinâmica política (SCHLOZMAN,VERBA E BRADY,2012). Além disso, os autores ainda acrescentam que a busca pela igualdade política traz um sentimento de pertença social, que promove a construção de uma comunidade mais democrática (SCHLOZMAN,VERBA E BRADY,2012), mesmo sendo repleta de diferenças entre seus constituintes. Então, sendo as sociedades compostas por indivíduos, com características específicas e diversas, é preciso pensar como é possível garantir a igualdade política entre a diversidade.

¹⁷ Tradução livre da autora.

¹⁸ Tradução livre da autora: “ (...) si creemos en la democracia como un objetivo o ideal, entonces de manera implícita debemos considerar la igualdad política como *objetivo o ideal*”. Robert Dahl, 2008.

¹⁹ 1) participação efetiva, 2) igualdade na votação, 3) aquisição de conhecimento iluminativo, 4) controle final da agenda política, 5) inclusão e 6) direitos fundamentais (Dahl, 2008).

De um modo geral, a maneira como o aspecto da igualdade é avaliada dentro das práticas políticas situa-se nas questões referentes a ideia de reparação ou eliminação de injustiças. Segundo a autora Iris Marion Young, o senso de justiça surge não do olhar, mas do ouvir²⁰ as injustiças, assim, o chamado para "ser justo" é sempre situado em práticas sociais e políticas concretas (YOUNG, 2000; 2004). Dessa forma, observa-se um alinhamento entre as noções de igualdade e justiça, no qual o alcance do primeiro depende da existência do segundo. Portanto, podemos dizer que enquanto a igualdade política é o objetivo ou ideal da democracia (YOUNG, 2000; DAHL, 2007), a justiça social é a norma ética (MENESES, 2017) e o horizonte moral dos acordos políticos (YOUNG, 2000).

Tendo a justiça social como guia das práticas políticas, para que garantam a igualdade e que nenhuma injustiça ocorra, percebe-se a interação e interdependência entre os dois princípios. A combinação entre justiça e igualdade foi tema dos escritos de Nancy Fraser (1997;2007), a qual afirma ser preciso uma ideia mais ampla sobre as injustiças, do que as correntes tradicionais²¹ defendem, para pensar uma concepção que abranja as demandas contemporâneas. A partir disso, formula uma teoria tridimensional da justiça²² composta por: i) reconhecimento, ii) redistribuição e iii) representação política.

As duas primeiras dimensões nascem das correntes clássicas, sendo alvos de disputas tanto filosófica quanto política e histórica. De modo geral, a linha que trata a justiça como uma questão de redistribuição apoia-se em uma tradição teórica liberal que enfatiza a junção entre liberdade individual com igualitarismo da democracia social (RAWLS, 1971 E 1996). O foco está na alocação mais justa de recursos²³ e bens e, assim, as injustiças são relacionadas a hierarquia da estrutura econômica, ou seja, tratam de questões de classe. Portanto, o remédio seria a reestruturação político-econômica, o que pode envolver redistribuição de renda ou reorganização da divisão do trabalho (FRASER, 2007; LIMA, 2010).

²⁰ Esse conceito faz referência ao pensamento de Jean-François Lyotard (1988)

²¹ Exemplos usados pela autora: teoria distributiva de John Rawls (1971 e 1996) e a filosofia deontológica de Ronald Dworkin(1981)

²² Justiça anormal (Fraser, 2008a, p. 48-75).

²³ Para os teóricos da distribuição, a noção de recurso está mais atrelada ao poder econômico. Contudo, a ideia que aqui utilizamos se baseia na definição de Robert Dahl, segundo o qual todos os recursos são recursos políticos, que se definem como qualquer meio que uma pessoa pode utilizar para influir sobre a conduta da outra. Por isso, os recursos políticos incluem o dinheiro, a informação, o tempo, o conhecimento, a comida, a ameaça de força, os trabalhos, a amizade, a posição social, os direitos efetivos, os votos entre outros. (Dahl, 2008, p.64).

Já a linha do reconhecimento²⁴ enfatiza questões de injustiça cultural, que estão enraizadas nos padrões sociais por conta da dominação cultural, sendo o não-reconhecimento e o desrespeito com determinados grupos ou indivíduos (FRASER; HONNETH, 2003, P. 12-13). Seus defensores voltam-se às novas demandas por reconhecimento das diferenças e pela igualdade entre elas, e por isso, entendem que a injustiça tem um viés cultural e a reparação estaria na mudança de padrões culturais e simbólicos que reavaliem as identidades que são desrespeitadas e valorize a diversidade (FRASER, 1995).

A tendência histórica é situar esses aspectos em lados opostos do debate: questões de justiça tratam de distribuição ou de reconhecimento, nunca dos dois ao mesmo tempo. Se por um lado, alguns proponentes²⁵ da redistribuição entendem as reivindicações de reconhecimento das diferenças como uma “falsa consciência” (FRASER, 2007, p.102), um obstáculo ao alcance da justiça social por negligenciarem as relações de produção e falharem em problematizar a exploração. Por outro, os do reconhecimento (YOUNG, 2001) veem as políticas redistributivas como, essencialmente, materialistas que não conseguem atingir as raízes das experiências de injustiças, por estarem situadas no campo cultural, ao universalizarem as normas do grupo dominante sem reconhecer as peculiaridades dos subordinados (LIMA, 2010).

Assim, a dissociação tornou-se uma polarização caracterizada por longos debates entre seus defensores, que tendem a se ignorar, como se as problemáticas levantadas por ambos não estivessem entrelaçadas (FRASER, 1997). Na visão de Fraser, posições desse tipo contribuíram para esboçar um quadro em que a política de classe e a política de identidade, bem como igualdade e diferença, aparecessem como mutuamente excludentes e inconciliáveis. Por isso, argumenta que “somente articulando reconhecimento e redistribuição podemos chegar ao arcabouço teórico-crítico que seja adequado às exigências de nossa era” (FRASER, 1995, p.69).

É baseada nesta necessidade, que Fraser fundamenta a sua teoria da justiça que reconcilia reconhecimento e redistribuição, “Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento, nenhum deles, sozinho, é suficiente” (FRASER, 2007, p.103).

²⁴ Termo que deriva da tradição filosófica hegeliana, no contexto de uma relação entre sujeitos que se enxergam como iguais, mas separados uns dos outros – relação que é propriamente constitutiva, dessa subjetividade (Charles Taylor e Axel Honneth *in* Fraser; Honneth, 2003, p.10).

²⁵ Tais como Richard Rorty (1979), Brian Barry (1995 e 2001) e Toood Gitlin (1995)

Para isso é preciso tratar as reivindicações por reconhecimento como questões de justiça²⁶, e somente assim se faz possível uma teoria da justiça mais ampla²⁷, que abrace esses dois pontos fundamentais no combate aos desequilíbrios econômicos, sociais e culturais.

A possibilidade de relacionar reconhecimento e redistribuição enquanto temas de justiça, sem a subsunção de uma categoria à outra, é realizada pelo *modelo de status* de Fraser²⁸. Através dele, a injustiça da esfera do reconhecimento ocorre quando a alguns indivíduos ou grupos é negada a condição de participantes plenos da interação social, nas suas mais diversas áreas, em virtude de padrões de cultura institucionalizados, cujas normas valorativas depreciam determinadas características que lhe são atribuídas. Dessa maneira, o não reconhecimento viola a ideia de justiça, primeiro, por se tratar de uma exclusão localizada dentro da estrutura social, e segundo, por ferir o próprio princípio da igualdade, ao não permitir a participação como iguais a todos na vida social (FRASER, 2007),

“Não se exige uma identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social. Dessa maneira, o não reconhecimento deixa de ser uma depreciação e deformação da identidade de grupo e passa a significar subordinação social no sentido de ser privado de participar como um igual na vida social. Portanto, reparar a injustiça significa uma política que visa subordinação fazendo do sujeito, falsamente reconhecido, um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual.” (FRASER, 2007, p.109)

Diante disso, o fio condutor da teoria da justiça de Nancy Fraser se encontra na ideia de *paridade participativa*: “a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir uns com os outros como pares” (FRASER,

²⁶ Para realizar tal feito, parte de uma discussão filosófica entre moral e ética, sua conclusão afirma ser preciso localizar ambos no lado da moralidade. Por se tratar de uma discussão densa, não revisaremos a discussão filosófica efetuada por Nancy Fraser, para isso ler: *Reconhecimento sem ética?* (Fraser, 2007);

²⁷ Fraser (2007, p.105): O ponto central da minha estratégia é romper com o modelo padrão de reconhecimento, o da “identidade”- o que exige reconhecimento é a identidade cultural específica de um grupo. O não reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o conseqüente dano à subjetividade dos membros do grupo. Reparar esse dano significa reivindicar “reconhecimento”.

²⁸ A dimensão da redistribuição por tratar de desigualdades resultantes da própria estrutura social, já está no campo da moral, por isso, o modelo de status ao mudar a natureza do reconhecimento e trazê-lo ao campo da moral, possibilita que reconhecimento e redistribuição façam parte da mesma visão sobre justiça. Ele se baseia na análise alternativa da natureza filosófica do reconhecimento, ao sair do campo da ética e migrar para o da moral²⁸, deixa de ser uma questão de juízo e passa a ser de igualdade de status social (FRASER, 2007).

2001, P. 29; FRASER; HONNETH, 2003, P. 36)”. Sendo assim, a justiça ocorre quando os padrões institucionalizados constituem todos os indivíduos como parceiros capazes de participar da vida social como iguais, tanto a nível de reconhecimento recíproco como de igualdade de status.

Sob essa ótica, a paridade de participação, além da exigência de padrões legais de igualdade, também, possui algumas condições de existência. A primeira, condição objetiva, diz respeito aos recursos materiais que devem ser distribuídos de modo que assegurem a independência e voz dos participantes (FRASER, 2007). Assim, trata da exclusão dos arranjos sociais que institucionalizam a privação, a exploração e as grandes disparidades recursais, que criam a dependência econômica de um grupo a outro e resultam na negação de meios e oportunidades de integração social. A segunda, condição intersubjetiva, vincula-se aos padrões culturais enraizados na estrutura social, que, expressem a ideia de igualdade em sua plenitude, tanto assegurando o respeito, quanto na garantia de iguais oportunidades de alcance da estima social. Para isso, deve excluir as normas que façam diferenciação em teor depreciativo das características associadas a alguns indivíduos ou grupos.

Desta maneira, para Nancy Fraser, a justiça passa pela paridade de participação, que é composta pela igualdade relacionada à estrutura econômica, diferenciações de classe e distribuição de recursos (preocupações tradicionais das teorias da justiça distributiva) e também, no que se refere às hierarquias de status cultural que definem a ordem social (teoria do reconhecimento). Portanto, a violação de qualquer um desses aspectos constitui injustiças que, conseqüentemente, de algum modo, negarão a participação integral em condição de igualdade de alguns indivíduos no convívio social.

Por essas razões, devem ser excluídas ou modificadas as normas e padrões que, sistematicamente, representam obstáculos à paridade de participação. Assim, a priori, remediar injustiças significa eliminar impedimentos econômicos, por meio da redistribuição, e culturais, via reconhecimento. Apesar de serem cruciais para a ideia de justiça, Fraser aponta que apenas reconhecimento e redistribuição não são suficientes para lidar com as injustiças presentes na sociedade. Existe uma dimensão não abordada separadamente pelas teorias tradicionais que, também, se constitui como um campo

essencial para a justiça: a dimensão política, uma vez que os impedimentos políticos são contornados por meio da democratização (FRASER, 2005 E 2007)²⁹.

A integração da política à ideia de justiça surge dos novos contextos trazidos pela globalização e pelo movimento de democratização, pois a noção de política ultrapassa as barreiras de caráter nacional das injustiças, é uma dimensão mais ampla que tem contato para além das relações de nível micro entre grupos. As demandas por justiça nas sociedades contemporâneas abrangem não somente questões substanciais sobre desigualdade econômica e respeito à diferença, mas, também, sobre a estrutura de nível macro na qual estão inseridas, o campo político.

Diante disso, a dimensão política tem um caminho singular: a representação política. Assim como a igualdade política tem um efeito de pertença social (SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2012), a representação também o tem, por ter a capacidade de incluir (ou excluir) reivindicações de justiça. Por isso, abre espaço para uma espécie de injustiça conceitualmente distinta das demais dimensões, já que existem obstáculos à paridade de participação que são, especificamente, políticos, por serem decorrentes da constituição política da sociedade, que se diferem da estrutura de classes e da ordem de status.

Vale ressaltar que a filósofa reconhece que tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, também, são questões políticas, por estarem no debate público e serem alvos de disputas de poder (FRASER, 2007). Contudo, a política aqui assume um sentido mais específico, está ligada à constituição da jurisdição do Estado e às regras de decisões, por isso, nessa concepção, o político fornece o cenário no qual as lutas por redistribuição e reconhecimento acontecem. Assim, ao estabelecer os critérios de pertencimento social, determinando quem conta como membro, a política especifica o alcance das outras dimensões, ou seja, coloca em foco os procedimentos para os arranjos e resoluções dos conflitos das dimensões econômica e cultural.

Mesmo com suas divergências, a teoria de Fraser, também, se alia à visão de Iris Marion Young no sentido da importância da esfera política para a garantia da justiça social. Ambas entendem que esse processo se baseia na eliminação da dominação e da opressão institucionalizada, uma vez que são ferramentas utilizadas pelos dominantes na influência das decisões coletivas. Desse modo, a ideia de pertencimento social é central,

²⁹ Nos primeiros escritos a teoria de Nancy Fraser era bidimensional, abrangendo apenas o reconhecimento e redistribuição. A partir de 2005, a autora reformula sua teoria e insere a representação política como uma nova dimensão da justiça.

pois está intimamente ligada à inclusão. Tanto na teoria da justiça de Fraser, como os argumentos de Young e de Dahl, a inclusividade (DAHL, 1997) refere-se a necessidade de inserção de todos os membros da sociedade de maneira igual em todas as esferas da vida social, em especial, na arena política, já que isto resulta no aumento das oportunidades para que um público mais plural seja inserido nos espaços políticos (DAHL, 2008).

Como ressaltam Young (2001) e Schlozman, Verba e Brady (2010), a igualdade política se faz presente na expressão de preferências e necessidades, as quais devem ser levadas em conta pelos governantes no momento de realizarem políticas públicas (SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2010). É nesse sentido, que Young argumenta que a justiça deve ser o horizonte moral dos acordos políticos (YOUNG, 2000): se todos aqueles, significativamente, afetados³⁰ pelas políticas públicas estão presentes nas discussões e nas tomadas de decisões, então, os resultados de suas discussões, com base na igualdade e não na dominação, são propensos a serem mais sábios e justos (YOUNG, 2001)³¹.

O processo em questão fica condicionado às práticas políticas, assim, é relevante repensar a importância da parte procedimental da democracia no alcance da justiça social. Um regime, essencialmente, democrático precisa de esforços práticos para absorver cada vez mais as diferentes demandas presentes na sociedade, assim, as instituições e os processos políticos tornam-se os meios³²necessários para promover melhoras na qualidade da democracia (DAHL, 2008; INGLEHART E NORRIS, 2003). Reformas governamentais e mudanças estruturais podem de fato enfraquecer as injustiças, o dito *conserto democrático*³³ pode aprofundar a democracia ao fazê-la mais inclusiva às reivindicações e às perspectivas plurais e, ainda, empoderar os menos privilegiados (YOUNG, 2000).

Podemos destacar, a partir do exposto, que o modelo *fraserano* revela um novo tipo de déficit (Lima, 2010) que se afasta das teorias tradicionais monodimensionais, uma vez que coloca em pauta que as lutas por justiça no mundo contemporâneo não serão bem-

³⁰Por "afetado" quer dizer que ao menos aqueles que as decisões e políticas significativamente condicionam a opção da pessoa pela ação (Young, 2000. p.23)

³¹ Para uma visão mais nítida da posição de Iris Young sobre a democracia deliberativa, ler o artigo "Activist challenges to deliberative democracy" in *Political theory*, Vol. 29 No. 5, October, 2001, p. 670-690

³² Para Young, os ideais de democracia deliberativa dão suporte teórico para persistir na fé de que os procedimentos democráticos são melhores para promover as políticas mais justas.

³³Frank Cunningham (1987). *Democratic Theory and Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press.

sucedidas se não caminharem paralelamente à luta dentro dos espaços políticos (*democracia metapolítica*). Assim, a ideia de justiça se torna mais ampla e mais exigente, não admitindo sua exaustão somente em termos de redistribuição ou reconhecimento ou representação. A demanda deve ser por uma estrutura econômica, social, cultural e política que englobe todos os aspectos, nesse sentido, as questões de injustiça devem ser tratadas de maneira democrática, pois, é no regime democrático, com seus valores, instituições e práticas que se possibilita alcançar a justiça nas três dimensões. Portanto, a teoria da justiça social passa a ser uma teoria da justiça democrática (LIMA, 2010).

Diante de toda a discussão apresentada, o que se entende é que a democracia pressupõe a existência de instituições que garantam a igualdade por meio da justiça social, a qual está pautada na ideia de paridade de participação, que exige a inclusão de todos os membros da sociedade de maneira igual, considerando, também, as diferenças, na estrutura de status (redistribuição), nas interações sociais (reconhecimento) e nos espaços políticos (representação política). Entretanto, a realidade é marcada por ausências e exclusões de certos grupos e pessoas da arena política, como as mulheres. Assim, Fraser aponta para o mundo da política como uma dimensão que precisa preconizar a justiça social, a igualdade política e a inclusão, por isso, os próprios mecanismos democráticos podem ser utilizados para remediar tais desigualdades e injustiças. E este se constituiu como nosso posicionamento analítico sobre a relação entre gênero e política, que através do modelo de Fraser destaca que a situação representativa das mulheres nos espaços políticos carrega, também, as desigualdades de distribuição e reconhecimento. Diante do exposto, para nos aprofundarmos na dimensão política da justiça social, a representação política das minorias sociais será o tema da próxima seção, seguido pela discussão específica sobre o caso das mulheres.

2.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MINORIAS

Em sociedades de grande escala populacional, a inclusão de diferentes atores e de suas demandas ampliam a clivagem e complexificam³⁴ a prática política, por conta disso, geralmente, as relações políticas são mediadas ao invés de “face a face” (YOUNG, 2000, P. 45). Por isso, existem autores que advogam pelo retorno de relações mais diretas,

³⁴ A complexidade é no sentido da logística requerida em sociedades com grandes populações para que as práticas políticas sejam efetivas para todos.

com a participação política sendo o meio mais apropriado para aprofundar a democracia, já que desconfiam das instituições representativas por afirmarem que a representação viola os valores da própria democracia. Por outro lado, muitos teóricos assumem que instituições representativas são compatíveis com uma democracia aprofundada, e, a representação ajuda a pensar as questões das sociedades de massa³⁵ sem afetar a igualdade política.

Posicionamentos que opõem as duas instituições são obstáculos para a efetividade da democracia, pois denotam a errônea sensação de que somente com a participação direta ou com a representação os resultados das deliberações seriam verdadeiramente democráticos. Atentos a essa colocação, compreendemos que regimes mais democráticos não podem se fundamentar apenas no critério participativo ou representacional (DAHL,1997, 2008; PATEMAN, 1992; TOURAINE,1996; SCHLOZMAN,VERBA E BRADY,2012), por isso, optamos pelo o entendimento daqueles que afirmam que a participação e a representação são conexas e não opostas; a existência de uma depende da outra para a criação de uma democracia mais plural que supere as injustiças e as exclusões (PATEMAN, 1992; YOUNG, 2000; MIGUEL, 2009,2014).

Como apontado por Fraser, na seção anterior, nenhuma reivindicação por justiça pode estar desvinculada de noções de representação, participação e igualdade política, e nem tampouco de estruturas econômicas e culturais, como afirma Fraser não existe “redistribuição ou reconhecimento sem representação” (FRASER, 2007C, P. 23). Diante disso, nossa discussão volta-se para os aspectos que envolvem a representação política, o que não significa que desconsideramos a participação política como um mecanismo importante, apenas trata-se de um recorte teórico e analítico.

É importante destacarmos que a representação política é um conceito polivalente, alvo de longos debates dentro da teoria política. Hanna Pitkin na obra *The concept of representation* (1967) mapeou as discussões e identificou a metafísica da presença como a ideia-chave sobre representação: “fazer presente em algum sentido alguma coisa que mesmo assim não está presente literalmente ou de fato” (PITKIN, 1967). A grande crítica sobre esta noção é que cria um paradoxo, pois traz à representação uma conotação de identidade:

³⁵ Esses teóricos não descartam a participação ou ampliação dos espaços participativos, apenas reafirmam que a representação também é um meio democrático e em termos de logística ajuda a pensar os procedimentos voltados às sociedades de massa.

“Se a representação política é desejada e necessária, e ao mesmo tempo, as decisões democráticas requerem a presença dos cidadãos, e a representação só é possível quando o representante é idêntico ao representado, então, a representação é necessária, mas impossível” (YOUNG, 2000, p.133)

Para não caírem nesse dilema, diferentes autores trouxeram novas perspectivas sobre os critérios de formação do corpo representativo, ou seja, se o representante deve refletir a população, os interesses ou, simplesmente, os produtos das percepções e referências dos representados. Pitkin (1967) apresenta a representação política como um ato substantivo, no qual representar significa agir em interesse do representado, de maneira responsiva a ele (PITKIN, 1967), através da constante comunicação entre representante e representado. Assim, a atividade de representar seria agir: o representado em algum sentido agindo através do representante. Em outras palavras, o que o representante faz deve estar no interesse do seu principal, mas o modo como faz é de sua escolha. Sendo assim, a representação política não se faz numa ação sozinha, e sim numa estrutura inteira e funcional do sistema de múltiplas atividades. Já Young (2000) argumenta que ao invés de uma identidade ou substituição, a representação deve ser pensada como um processo que envolve uma relação mediada entre os atores políticos baseada em atividades de autorização e *accountability* (YOUNG, 2000). Para a autora, sua concepção trata a representação como relacionamento (YOUNG, 2000, p.128).

Por sua vez, Nádía Urbinati traz a ideia de *advocacy*³⁶ (URBINATI, 2006), na qual a representação precisa ter uma correlação com a sociedade civil através das formas de associações políticas, por estas serem capazes de expressar, controlar e demandar por um relacionamento constante entre o interno e o externo das instituições estatais. Afirma que a representação não é um substituto para algo, mas, um modo de identificação “com” (URBINATI, 2006), assim, o trabalho do representante é, primorosamente, político. A representatividade aproxima as ideias e ideologias entre candidatos e eleitores, sem uma conexão entre eles, o pluralismo dentro da assembleia vai simplesmente refletir a visão pessoal de quem faz as leis sem correlação com a sociedade civil (URBINATI, 2006).

Dessa forma, a aproximação entre representante e representados tem por princípio tornar o social em político, e para isso, a presença física imediata (direito ao

³⁶ Nádía Urbinati se preocupou com a democratização da representação política, em seus moldes como sistema e governo político. Para ela, a democracia, em sentido amplo, introduziu dois elementos cruciais que marcam a representação política: *advocacy* e representatividade.

voto) e uma presença idealizada mediada devem estar entrelaçadas, ainda mais em uma sociedade de constantes dualismos (YOUNG, 2000 E 2006). Assim, a representação deixa de ser a ideia de fazer presente novamente uma entidade preexistente para se tornar uma forma de existência política criada pelos próprios atores. Então, não é algo apenas dos agentes ou das instituições governamentais, mas também, é uma forma de processo político que se estrutura em termos da circularidade entre as instituições e a sociedade (URBINATI, 2006).

Apesar dessas autoras abordarem ângulos específicos da representação política, suas argumentações nos direcionam à compreensão de sempre se trata de um relacionamento, no qual exige ações e contrapartidas de ambos os lados. Diante disso, o aumento da complexidade das sociedades, também, indica a ampliação da diversidade entre indivíduos e grupos, e dessa forma, a relação entre representante e representado fica mais difícil e complexo. Assim, os regimes democráticos devem ser capazes de levar às arenas de decisões as multiplicidades de aspectos presentes na sociedade. Então, qual diversidade deve ser representada?

Uma primeira vertente, defendida por alguns teóricos do elitismo³⁷, a priori, entende que a diversidade existente na sociedade é a de opinião, crença, preferência e objetivos (PHILLIPS, 2000; OLIVEIRA, 2015; DIAS, 2015). Destacamos, John Stuart Mill (1981), para o qual a democracia representativa deve abarcar todos os seus cidadãos, não somente a maioria, para isso deve possibilitar que opiniões e interesses, que estão em menor número nos espaços de decisões, sejam ouvidos na assembleia legislativa. Isto será possível se às minorias for dada a chance de obter uma maior influência nos resultados para além da quantidade e mais em relação a argumentos e expressões de preferências. (MILL, 1975). O detalhe interessante do argumento de Mill é que se refere a representação proporcional das opiniões e interesses das minorias, e não sobre a representação proporcional dos indivíduos que compõem as minorias (PHILIPS, 2000). Sendo assim, a representação das diferenças deve abranger esses aspectos, independente, de quem é o representante, caracterizando a chamada *política das ideias* (PHILIPS, 2000).

A segunda abordagem é a de Iris Young e a *política da diferença* através da representação *por perspectiva social*. Ao invés do representante agir como o representado agiria, “a lógica da metafísica da representação” (MIGUEL, 2014), ele deve assumir a diferença, trata-la como mais um tipo de recurso no jogo político. Em outras palavras, o

³⁷ Ver nota de rodapé nº15

sistema político não pode fazer presente os indivíduos em suas particularidades identitárias, mas deve representar aspectos de sua experiência de vida, crenças ou atividades (YOUNG, 1990).

Diante disso, a autora propõe a pluralização e flexibilização da representação, assim, uma única pessoa pode ser representada de diversas maneiras (YOUNG, 2000). Em sua proposta existem três modos de representação: a) *representação por interesse*, quando expressa demandas relacionadas aos interesses de um grupo e o representante conquista recursos para estes; b) *representação por opinião*, que está relacionada à defesa de valores que dizem respeito à ideologia, de como gostaria que o coletivo se apresentasse, ou seja, defesa de um modelo de sociedade. E o terceiro é chamado de c) *representação por perspectiva*.

Para explicar esse conceito, Young explicita que é primordial reconhecer a existência de uma hierarquia que delega aos indivíduos determinados lugares na estrutura social. Tal processo de posicionamento baseia-se em categorias que fundamentam as normas de distribuição de recursos, como gênero, raça, classe e etnia (YOUNG, 1990, 2000, 2005.), dando aos que estão no topo maior poder e condições para ocuparem os espaços sociais e políticos. A consequência disso, é a dominação histórica de determinados grupos sociais sobre agenda política, caracterizando os processos decisórios como desiguais e injustos.

Assim, se a representação estiver interligada à aspectos identitários que criam a sensação da existência de interesses em comuns e concordam com os valores, estratégias e políticas que irão promovê-los, isso mantém as exclusões de uma parcela da população das decisões. Diante disso, a ideia de *perspectiva* contrapõe este argumento, pois entende que as diferentes localizações geram experiências, histórias e conhecimentos variados, assim, os membros de tais grupos podem expressar divergências e até interesses contrários. Por exemplo, embora os oprimidos por gênero ou estereótipos raciais (YOUNG, 1990) possam compartilhar o interesse de eliminar a discriminação e imagens de desumanização, tal preocupação é muito abstrata para constituir um objetivo estratégico geral (Ibid). Dessa forma, a tentativa de definir uma identidade comum de grupo tende a normalizar as experiências e perspectivas de alguns membros do grupo enquanto marginalizam ou silenciam outros (YOUNG, 1990, 2000, 2005).

Por essas razões, a representação das perspectivas destina-se a capturar a sensibilidade da experiência de grupos sem a unificação de aspectos específicos da visão de mundo (YOUNG, 1990;2000;2005). Indivíduos que possuem perspectivas

semelhantes sobre o processo social, mesmo assim, podem possuir diferentes interesses ou opiniões, porque cada um racionaliza de uma forma o que experimenta e constrói diferentes objetivos e projetos. O que esse modelo levanta é que inserir nos espaços políticos as diferentes perspectivas, além de ser um passo para a igualdade, também, possibilita que aqueles que não compartilham dessas posições e não possuem acesso às experiências dos demais possam entrar em contato com outros aspectos da realidade social. Dessa forma, as diferenças não podem ser invisíveis, pelo contrário, devem ser fontes elucidadas no processo deliberativo para que todos tenham ciência da diversidade e das situações de desigualdades e injustiças presentes na sociedade.

Assim, a chamada *política da diferença* ocorre no atendimento das diferenças sociais e das reivindicações de grupos que sofrem com as desigualdades advindas da estrutura social (YOUNG, 1990, 2000, 2005). Essa lógica permite que a diferença seja vista como um recurso, uma forma de promoção e não uma obstrução para igualdade democrática.

A terceira abordagem que discutiremos opõe-se à política das ideias e segue, como Young, a proposta de haver uma representação adequada das diferenças, e é nela que nos apoiaremos. A *política da presença* defende a representação mais correta dos grupos sociais que compõem a massa da sociedade, ou seja, noções típicas de representação descritiva (PITKIN, 1967)³⁸. Anne Phillips é a precursora dessa corrente, seu argumento é que uma assembleia não é representativa de cidadãos senão incluir os membros dos grupos sociais minoritários.

Phillips ressalta que a representação é o meio político de garantir a diversidade social e cultural, o que permite que indivíduos e grupos convivam cada vez mais com as diferenças uns dos outros (TOURAINÉ, 1996) aumentando seu escopo de conhecimento sobre a realidade (DAHL, 2008; YOUNG, 2000). Assim, para democracia ser inclusiva e igualitária, em especial, para os oprimidos e desprivilegiados (YOUNG, 1987 E 2000; SCHLOZMAN, VERBA E BRADY, 2012), as instituições de representação formal devem ser compostas por membros dos grupos constituintes da sociedade, sendo este um ato de reconhecimento da importância de suas presenças. Por isso, contra argumenta a política das ideias, por entender que esta reforça a presença e o poder político daqueles que já dominam os espaços, que são, geralmente, os que possuem os maiores recursos sociais,

³⁸ O objetivo da representação descritiva é que o corpo representativo seja um espelho da sociedade, sendo composto pela proporção idêntica que os grupos sociais se apresentam na massa social.

políticos e econômicos, ou seja, reproduz as subordinações sociais e mantém as decisões políticas passíveis de exclusões.

Sendo a representação a ligação que mantém os cidadãos relacionados com as elites políticas, na ausência disso, o sistema democrático se tornará apenas um método Schumpeteriano para selecionar indivíduos com poder de decisão (PHILLIPS, 2000). Assim, o que está em jogo na representação política é, em primeiro lugar, a garantia da igualdade intrínseca dos indivíduos (DAHL, 2008), na qual todos são iguais e devem possuir as mesmas condições de participarem da arena política (FRASER, 2007), e segundo, trata de garantir tanto a participação, como decisões mais justas e democráticas. A representação da diversidade não é apenas uma sensível acomodação às exigências da estabilidade política, ela reflete um reconhecimento mais humilde de que nenhum grupo possui o monopólio da virtude (PHILLIPS, 2001).

Em relação à política da diferença de Young, por um lado, Phillips compartilha a necessidade de trazer aos espaços de decisões a diversidade de interesses, opiniões e perspectivas. Por outro lado, entende que a razão para o primeiro aspecto tem que estar no fato de que a ausência desses grupos é, a priori, um déficit na qualidade das democracias e não apenas porque possuem perspectivas diferentes, como aponta Young. Diante desses aspectos, a justificativa de Phillips para a necessidade da presença física dos membros de grupos sociais, especialmente, os historicamente desprivilegiados, corrobora com as ideias de Robert Dahl e de Nancy Fraser: todos os membros da sociedade devem ser incluídos de maneira igual nas diferentes interações sociais, em destaque, a política.

Nesse sentido, para Phillips, a incorporação desses indivíduos ao campo político deve ser levada em conta, uma vez que ninguém pode melhor expressar as diferentes perspectivas de um grupo do que alguém que é membro dele. Assim, a presença pode garantir que seus interesses e opiniões estejam inclusas nas decisões,

“Onde há um longo histórico de subordinação, exclusão ou negação, parece ser particularmente inapropriado olhar para os indivíduos sem tal experiência como “oradores” para o grupo em questão: não porque indivíduos fora do grupo nunca serão bem informados ou confiáveis; mas porque falhar no envolvimento direto daquele com experiências relevantes, o processo político será inerentemente paternalista e os resultados político certamente serão enviesados.”³⁹ (PHILLIPS, 2000, p.11)

³⁹ Tradução livre da autora.

Dessa forma, a ausência de certos membros das sociedades nas tomadas de decisões fere a própria ideia de democracia. Se aqueles com o poder de decidirem são os que se localizam no mesmo estrato social e possuem semelhante acesso aos recursos, a distorção do campo decisório, também, enviesará os resultados da política (PHILLIPS, 2000). Portanto, uma sociedade comprometida em fortalecer a sua democracia precisa preconizar medidas que avancem na direção da justiça política através do comprometimento mútuo com a presença de representantes dos grupos sociais. Com isso, a legitimidade das decisões, então, se tornará menos dependente do conteúdo das promessas dos representantes e mais sobre se são tomadas a partir de um debate suficientemente amplo (PHILLIPS, 2000) com todos os afetados expressando suas opiniões.

Vale ressaltar que o movimento de destacar a política da presença não abandona a necessidade de que o conteúdo da representação, também, seja relevante. O argumento da autora é que, por muito tempo, a política das ideias direcionou o caminho das democracias, e isso, negligenciou a importância da presença de grupos minoritários dentro dos espaços políticos. Desse modo, a política da presença de Anne Phillips se apresenta como uma justificativa teórica para a ideia de igualdade e de representação justa, uma vez que essa não diz respeito apenas às visões políticas do eleitorado (política das ideias). Vai além, pois, se o eleitorado de uma sociedade contém significantes minorias étnicas, raciais e de gênero, então, essa diversidade deve estar refletida na composição do corpo representativo.

Poucos irão negar que membros de grupos menos privilegiados da estrutura social são sub-representados na maioria das democracias contemporâneas, principalmente, quando observadas as instituições representativas tradicionais, como os parlamentos. As desigualdades institucionais, estruturais, econômicas e culturais promovem a desigualdade política, ocasionando exclusões de certos conjuntos de indivíduos nas discussões políticas. A exclusão política ou marginalização de grupos subordinados diminui a promessa de igualdade de oportunidades implicadas nos compromissos democráticos. É na defesa da relevância da presença desses grupos que nos pautamos, já que torna a democracia verdadeiramente mais justa e igual.

O debate em questão ressalta que a política das ideias tem sido desafiada pela política da presença (PHILLIPS, 2001), que busca esclarecer o sentimento de exclusão política amplamente sentida por certos grupos. Assim, , os grupos que podem ser descritos

como minorias ou desprivilegiados serão aqueles que sofrem as desigualdades perante as estruturas econômicas, padrões sociais e nos espaços políticos, como os definidos por seu gênero, etnia e raça⁴⁰. Referem-se aos coletivos que são definidos economicamente por uma relação distintiva com o mercado ou com os meios de produção (classe); as vítimas da injustiça em termos de status social, ou seja, por gozarem de menor respeito, estima e prestígio em comparação com outros grupos sociais (exemplo, raça, etnia e gênero); e aqueles que são negados a participação e representação igual nas decisões políticas.

Pelas razões apresentadas, uma análise sobre a representação das minorias sociais é extremamente relevante. Desse modo, o processo representativo torna-se um caminho para diluir as injustiças e melhorar a qualidade das democracias. Assim, diferentes grupos podem ser objetos de análise, principalmente, aqueles com históricos de exclusões, como aponta Anne Phillips, gênero, raça e etnia são categorias cruciais para a compreensão da política da presença.

Diante disso, para um estudo aprofundado, que leve em consideração a maior variedade de aspectos possíveis, iremos focar em como a categoria gênero se apresenta nas realidades das democracias representativas. Desse modo, como afirma Fraser (2007), gênero é uma das categorias de intersecção e serve como princípio organizador básico da econômica política e da estrutura cultural-valorativa. Assim, as mulheres tornaram-se alvos de uma ordem de depreciação e inferiorização do que é feminino, logo, sofrem formas de subordinações em relação ao status, aos recursos e a presença no mundo da política. Por esse caráter, analisar as questões relacionadas às desigualdades provenientes da categoria gênero são adequadas e, a partir do contexto teórico e os dados que apresentamos no início desse capítulo (Gráfico 1), um fenômeno que explicita a exclusão das mulheres na política é a sub-representação parlamentar, alvo de debate dos próximos capítulos.

⁴⁰ São chamadas categorias bidimensionais por Fraser, tais como classe, etnia, gênero e raça. Grupos bidimensionalmente subordinados sofrem tanto *maldistribution* quanto *misrecognition* em formas nas quais nenhuma dessas injustiças é um efeito indireto da outra, mas ambas são primárias e co-originais. No caso deles, consequentemente, nem uma política exclusivamente de redistribuição nem uma política exclusivamente de reconhecimento será suficiente. Grupos bidimensionalmente subordinados precisam de ambas (Fraser; Honneth, 2003, p. 19, grifo da autora).

3 MULHERES NO PODER

Com o entendimento de que a democracia é caracterizada por seus procedimentos institucionais e, também, por seus aspectos valorativos, os dados (Gráfico 1) apresentados, no capítulo anterior, demonstraram um descompasso entre o ideal e as realidades das democracias contemporâneas. As disparidades representacionais entre mulheres e homens, em diferentes níveis institucionais, afetam, diretamente, eixos centrais da democracia, como a igualdade política e a justiça social. Por consequência, em razão da sua natureza garantidora da participação dos membros da sociedade nos espaços públicos, a representação tem seu papel limitado como mecanismo democrático de diminuição das desigualdades.

A partir dessa discussão, a sub-representação das mulheres nas arenas de decisões especialmente, nos parlamentos, tornou-se fator avaliativo das democracias. Assim, para compreendermos as causas desse panorama histórico e mundial, o presente capítulo debate as origens da relação entre gênero e esfera política, como também, expõe as justificativas teóricas para a presença das mulheres, as quais foram resumidas em três eixos: *política do desvelo*, *política do interesse das mulheres e mulheres como exemplos/modelos*. Ao final, apresentamos a ideia de multidimensionalidade, como prisma analítico do fenômeno, para tanto, delineamos as principais causas citadas pela literatura para as baixas taxas de representação parlamentar feminina. O resultado foi a compilação dos aspectos teóricos em três dimensões: *socioeconômica*, *político-institucional e cultural*, que serão aprofundados na última seção.

3.1 O CASO DA PARIDADE ENTRE OS GÊNEROS

Nosso debate inicia-se pelas histórias dos movimentos feministas⁴¹ (MIGUEL, 2000; COSTA, 2004; ALVAREZ, 2014) , que mesmo constituídas de diferentes trajetórias, possuem duas pautas-guias: a luta pelo acesso aos direitos individuais e políticos; e o reconhecimento da igualdade entre os gêneros. No que diz respeito, especificamente, às mulheres, nos anos 20, esses pontos se associaram, mais intimamente,

⁴¹ Utilizamos no plural para abranger todas as vertentes que, historicamente, ajudaram e, ainda, formam as pautas de reivindicações por igualdade entre os gêneros, com suas devidas intersecções como, por exemplo, raça, classe e etnia.

ao sufrágio universal (ALVAREZ, 2014), já, atualmente, tratam de temas mais abrangentes como o empoderamento econômico, segurança, política e saúde.

Tal ampliação pode ser vista como consequência da politização das questões de gênero advinda da reivindicação de que “o privado é público” (PATEMAN, 1989,1996; OKIN, 2008). O objetivo do lema foi reconfigurar a divisão entre esferas pública e privada, na qual os domínios da vida doméstica (pessoal) e da vida não-doméstica (pública) são interpretados isoladamente e sendo uma dicotomia de natureza patriarcal, que subordina as mulheres e seus interesses em ambas dimensões.

As teóricas feministas apontam que a divisão e a hierarquização das esferas são os elementos responsáveis pela exclusão das mulheres. Assim, entendem que enquanto houver a separação, as problemáticas do meio privado não pertencerão ao mundo público, consequentemente, as desigualdades entre mulheres e homens ali existentes não serão passíveis de soluções pelas vias políticas, o que mantém o *status quo* da hierarquia masculina nos dois polos.

Apesar desses aspectos serem partes de um processo social de longo prazo, o século XXI é marcado por alguns avanços na direção de sustentar as temáticas de gênero como itens imprescindíveis na agenda política mundial. A Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, da sigla em inglês, 1979) são exemplos desse movimento. Também, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Agenda 30 de desenvolvimento sustentável, com 17 objetivos globais e 169 metas, sendo algumas, diretamente, voltadas à igualdade entre os gêneros⁴².

Destacamos que uma das dimensões fundamentais para o alcance dos objetivos está na eliminação da desigualdade política, em especial, no que diz respeito ao *gap* de participação e representação entre mulheres e homens. Em prol disso, em 2013, a ONU Mulheres, em apoio à Agenda 2030, criou a iniciativa “Por um planeta 50-50: um passo decisivo pela igualdade de gênero”⁴³, que visa incentivar a maior participação das mulheres nas tomadas de decisões com investimentos em políticas públicas e criação de leis.

⁴² As metas estão concentradas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e transversalizadas em outros 12 objetivos globais. <http://www.agenda2030.org.br/ods/5/> Acesso: 25 de fevereiro de 2019

⁴³ Para mais informações: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/> Acessado em 23 de janeiro de 2019.

Em paralelo a essas iniciativas, a defesa por mais representação de mulheres nos espaços políticos perpassa alguns pontos teóricos importantes. A primeira abordagem, chamada *política do desvelo*⁴⁴ ou “pensamento maternal” (MIGUEL, 2000 E 2001), possui como fundamento uma linha da psicologia (GILLIGAN, 1982; CHODOROW, 1978), dos anos 80, que argumentava pela existência “(...) de uma singularidade no julgamento moral feminino, (...), por conta dos impactos psicológicos das diferenças anatômicas entres os sexos” (MIGUEL, 2001, P.257 E 258).

O ponto de partida está no cuidado exercido pelas mulheres através da maternidade, o qual é a chave para a construção do papel feminino e de uma moral diferenciada, mais sensível às necessidades alheias. Por outro lado, os homens, ligados à figura paterna, teriam uma referência de frieza e impessoalidade, o que resultada na criação de um senso de moralidade das mulheres, que seria contrário ao padrão masculino. Como, nos anos 70 e 80, houve um movimento pela valorização das diferenças, algumas autoras feministas (RUDDICK, 1989; ELSHTAIN, 1981) se apropriaram desta ideia e a realocaram para as questões do mundo da política.

A associação das ideias feministas com as da psicologia resultou na justificação da ampliação das mulheres nos espaços de poder por trazerem um aporte diferenciado à esfera pública através do cuidado. Em razão do papel social feminino ser ligado ao zelo e à maternidade, tais características seriam transpassadas à política por meio da valorização da solidariedade e da compaixão. Por consequência, ao exercer a função de mãe, as mulheres fariam uma política diferente da tradicional, a “política do cuidado” (desvelo), que seria uma medida para abrandar a presença da “política de interesses” masculina, caracterizada pelo egoísmo, frieza e imparcialidade (FRANCESCHET, 2005). Dessa forma, as políticas produzidas seriam mais éticas e generosas, voltadas para o bem comum, ao invés da disputa pelo poder. Portanto, mais representação feminina significaria dar voz a essa sensibilidade moral, distinta da masculina, que estaria reclusa na esfera doméstica.

Em um primeiro momento, no discurso da “política do desvelo” há uma tentativa de abertura das questões privadas para o público e uma proposta de alteração da hierarquia de prestígio das atividades políticas (MIGUEL, 2001). Todavia, observamos um componente essencialista na afirmação da existência de naturezas distintas para a

⁴⁴ *Care politics*

construção das identidades feminina e masculina⁴⁵, que resultam em essências morais inerentes a cada um. Além disso, também, observa-se uma restrição sobre as atividades políticas que podem ser exercidas pelas mulheres, ligadas ao seu papel social de mãe, como educação, saúde e assistência social, (...) parece eternizar a divisão do trabalho político, insulando as mulheres no seu nicho próprio e destinando aos homens as tarefas que, ao menos por enquanto, são as mais valorizadas socialmente.” (MIGUEL, 2001, P.261).

Outro ponto, é a política realizada pelas mulheres ser o oposto da política dos interesses, como se elas fossem agentes de uma “política desinteressadas”, o que seria o inverso a própria ideia de política, “que diz respeito a interesses e poder” (MIGUEL, 2011, p.59). Assim, esse aspecto resulta na negação do direito das mulheres de possuírem interesses próprios (PHILLIPS, 1991 E 1994), como expõe Miguel (2001, p.262), “Desta forma, a subalternidade é mantida e mascarada por um véu de “superioridade moral”.

Dentro das críticas à política do desvelo, a segunda abordagem direciona a sua justificativa na ideia das mulheres possuírem interesses próprios, ou seja, o aumento do número de representantes femininas não se deve ao fato de serem portadoras naturais de uma política desinteressada, pelo contrário, porque possuem interesses específicos à sua condição de gênero. O que esta linha propõe é a existência do *interesse de mulheres*, um conjunto de tópicos de importância inerentes a todas e, por isso, a presença na política seria uma forma de colocar em evidência questões menos debatidas pelos homens, já que não carregam em si essas pautas. Sendo assim, o argumento do interesse ou preocupações de mulheres parece ser baseado em três condições (PHILLIPS, 1994): 1) existem interesses distintos e separados das mulheres; 2) seus interesses não podem ser adequadamente representados por homens; 3) a eleição de mulheres garante representação desses interesses.

Ao analisar as condições, em certa medida, a noção de que as mulheres possuem alguns interesses distintos dos homens é relativamente correta (PHILLIPS, 1994), contudo, essa afirmação pode levar ao entendimento de que existe um conjunto de ideias universais partilhadas por todas intrínseco ao fato de serem mulheres. Se compreendemos interesses como prioridades e/ou objetivos, então, sustentar que existem preocupações globais das mulheres em todas as classes e países, mesmo com suas trajetórias individuais

⁴⁵ “A diferença feminina pode não ser *natural*, no sentido de *biológica*, mas é vista como fundante da identidade das mulheres, de uma maneira tão elementar que, para todos os efeitos, está naturalizada.” (Miguel, 2001, p.259)

e contextos variados, é uma forma de desconsiderar as diferentes posições que os indivíduos ocupam na sociedade. As intersecções entre os aspectos sociais dificultam a manutenção da ideia de interesses universais, fixos e bem definidos (PHILLIPS, 1994; DODSON E CARROLL, 1991; SWERS 2002; CHILDS AND KROOK, 2008).

A permanência dessa visão levanta algumas questões, como o fato de, implicitamente, fomentar a ideia de que as mulheres são as melhores advogadas de seus próprios interesses (MIGUEL, 2000 E 2001). O resultado seria o surgimento de uma representação que impõe às eleitas o comprometimento com valores e pautas que são universais ao mundo feminino. Entretanto, essa ideia é contraproducente, já que mascara a diversidade entre as mulheres, e, principalmente, cerceia a autonomia da representante de atuar em outras demandas,

“Compreender a dinâmica destes padrões tem conotações políticas importantes (...) colocam responsabilidade indevida sobre os ombros de mulheres individuais e permitem que opositores argumentem com base em semelhanças contra novos aumentos da representação de mulheres.” (CHILDS E KROOK, 2008, p.25)

As representantes necessitam de autonomia para discordar sobre quais são seus verdadeiros interesses ou quais medidas políticas devem apoiar (VARIKAS, 1996, pp. 79-81), por isso, esse comprometimento é mais limitador que progressista. Além disso, como questiona Phillips (1994), em quem medida podemos dizer que as mulheres eleitas através desse processo carregam uma responsabilidade adicional de representar mulheres? Como as mulheres eleitas irão saber o que as mulheres que as elegeram querem? Com que direito elas assumem a reivindicação de representar as preocupações das mulheres?

Portanto, o pertencimento a um grupo por conta de uma categoria, neste caso, gênero, não significa a existência do universalismo de interesses entre os membros. As eleitas não são obrigadas a se comprometerem com questões ligadas, diretamente, ao universo feminino, o que torna essa exigência pouco democrática (PHILLIPS, 1994), pois, além de retirar a autonomia da representante, também,

“(...)pode favorecer a autonomização da elite política, que fica desobrigada de prestar contas ao eleitorado, uma vez que a sua legitimidade provém das características identitárias compartilhadas.” (MIGUEL, 2001, P.265)

O segundo ponto de crítica é que a pressuposição de um interesse demarcado, que sustenta uma verdade para todas, pode ter seu efeito inicial invertido e passar a ser um argumento contra políticas de promoção pela maior representação de mulheres, como as cotas. Como aponta Phillips (1994), se existem interesses universais, que são facilmente identificáveis a qualquer observador, então, não há motivos para insistir que os representantes sejam, exclusivamente, mulheres. Isso quer dizer que os representantes serem, predominantemente, homens não é problemático, já que o importante é a presença dos interesses das mulheres nas discussões políticas e não quem são os representantes. Diante disso, entendemos que há um perigo à própria luta por representação se o argumento do interesse de mulheres convergir com a política de ideias, tema debatido por Phillips no capítulo anterior.

De modo geral, entendemos que tanto no caso da *política do desvelo* quanto do *interesse de mulheres*, o ponto de convergência está na pretensão de uma representação substantiva⁴⁶ (PITKIN, 1967), que leva aos essencialismo, em razão da afirmação da existência de uma moral feminina diferenciada e de interesses inerentes à condição de mulher. Entretanto, em sociedades heterogêneas, não há o “interesse público” obviamente transparente, ao invés disso, há multiplicidade de interesses, então, a realidade desconfigura as bases das abordagens anteriores e isso, abre espaço para a manutenção da dominação masculina.

Fundamentalmente, o que essas teorias discutem é qual a representação mais adequada para as questões de gênero. Neste sentido, é importante lembrar que a representação é um conceito de caráter polissêmico por ser um processo disperso no tempo e no espaço (YOUNG, 2001; URBINATI, 2000), não está centrado apenas no momento da autorização. Por conta disso, os indivíduos podem ser representados de diversas formas⁴⁷, assim, não existe uma ideia mais correta, mas sim maneiras de interação entre representantes e representados, a partir de espaços que mantenham o vínculo entre eles (YOUNG, 2000).

A restrição da representação em uma única forma é prejudicial para a promoção da participação de todos na esfera política. Por isso, as justificativas da presença das mulheres não podem partir de categorias essencialistas, pois resultam na naturalização da

⁴⁶ Definição de Hanna Pitkin(1967): refere-se à congruência entre as ações dos representantes e os interesses dos representados;

⁴⁷ Hanna Pitkin fala em quatro modos de representação: formal, descritiva, substantiva e simbólica. Já Iris Young discorre sobre três formas de representação: interesse, opinião e perspectiva. Esta última utiliza para justificar a presença das mulheres nos espaços políticos.

reprodução dos aspectos de uma sociedade patriarcal, o que, no presente caso, seria a continuação da hegemonia da representação política dos homens.

Enquanto temos abordagens que perpassam a discussão sobre representação, outras focam a justificativa das mulheres na política em razão das consequências de suas presenças, ou seja, impactos simbólicos da representação descritiva. A abordagem dos *exemplos e modelos* é baseada na ideia que com o aumento do número de representantes femininas na política, elas passam a ter mais notoriedade entre os indivíduos, em especial, para as outras mulheres.

Essa vertente relaciona a representação descritiva às mudanças comportamentais e psicológicas. Existem pesquisadores que afirmam que isto ajuda a criar modelos políticos representativos que podem afetar o engajamento psicológico das demais mulheres com a política, em especial, no que diz respeito à eficácia interna (ATKENSON E CARILLO, 2007; ALEXANDER, 2012). Como Mansbridge (1992) coloca, a representação descritiva pode criar “um sentido social da capacidade de governar dos membros de grupos, que em determinados contextos históricos, tem essa capacidade seriamente, questionada”. Além da mudança da lógica sobre a adequação e a habilidade feminina para governar, afirmam que mais mulheres nas posições de lideranças inspiram, também, as demais a participarem da política ou pelo menos pretenderem ser mais ativas, tanto no aumento o engajamento⁴⁸, quanto tornar a política um assunto mais presente em suas discussões, especialmente, com seus familiares (CAMPBELL E WOLBRECHT, 2006 E 2007).

Em um mundo onde a política é vista como um espaço, naturalmente, masculino, os homens políticos não se concretizam como modelos para os jovens meninos, pois não haveriam evidências contrárias de que o caminho do poder está aberto para eles (CAMPBELL E WOLBRECHT, 2006 E 2007; CAMPBELL, CHILDS E LOVENDUSKI, 2009). Diante disso, a presença de mais mulheres na política desafia as normas de ocupação masculina e oferece modelos positivos de lideranças femininas, o que possibilita a transformação das crenças sobre a adequação da política em relação aos gêneros.

⁴⁸ Não somente poderia haver um aumento no engajamento político das mulheres, como, também, uma das possíveis consequências legislativas seria a mudança no modelo de recrutamento político (Matland, 2002; Norris, 1993). O que alguns autores alegam é que quando os partidos perceberem o valor estratégico de ter mais mulheres irão modificar suas normas de recrutamento, uma vez que podem observar que ganham um nicho maior de eleitores com o voto em mulheres (Paxton e Hughes, 2007).

Algumas pesquisas demonstraram que as mulheres se tornam mais informadas (WOLBRECHT E CAMPBELL, 2007; DASONVILLE E MCALLISTER, 2018), engajadas (ATKESON 2003; BURNS, SCHLOZMAN, E VERBA 2001; HANSEN 1997; HIGH-PIPPERT E COMER 1998; KOCH 1997; NORRIS E KROOK 2009; REINGOLD E HARRELL 2009; SAPIRO E CONOVER 1997) e participativas (CARROLL 1985; NORRIS, LOVENDUSKI, E CAMPBELL, 2004) quando observam outras nos cargos políticos.

Destacamos o trabalho de Dasonville e McAllister (2018). Ao se preocuparem com a diferença histórica das taxas de conhecimento político entre mulheres e homens, testaram se os maiores níveis de representantes femininas diminuem esse gap, através do aumento do conhecimento político feminino. Os resultados foram interessantes: apesar de não encontrarem efeito significativo das taxas de representação para o ano em que verificaram o conhecimento político, acharam fortes impactos e de longo prazo da representação descritiva para respondentes entre 18 e 21 anos. Assim, argumentam que possa existir um efeito de socialização política no qual o contexto político tem impacto maior durante a adolescência e início da fase adulta. O que acrescenta um novo olhar para a importância da representação descritiva no engajamento político de modo geral.

Além dos trabalhos citados, dentro da abordagem dos modelos, temos a vertente que realça os efeitos na eficácia externa e a relação com a legitimidade democrática dos governos. A eficácia externa mede uma expectativa primária em relação à democracia (ATKINSON E CARILLO, 2007) e a responsividade do governo, por isso, o argumento segue a linha de que exemplos femininos na política sugerem aos cidadãos que os governos estão mais preocupados com os grupos minoritários e as questões que os envolvem, ou seja, políticas mais democráticas.

Os pesquisadores argumentam que um corpo representativo que compartilha as características de seus constituintes, simbolicamente, aparenta ser mais aberto e acessível aos seus cidadãos (MANSBRIDGE 1999; PHILLIPS 1998), sendo mais hábil em compreender seus interesses. No caso das mulheres, isto faz com as cidadãs passem a perceber que suas opiniões terão maior valor quando uma proporção maior de representantes mulheres estiver presente. Isto não quer dizer que todos são igualmente interessados na política, mas quando esse fator coincide com divisões de classe, gênero e etnia, a participação política é por definição desigual e a influência política uma consequência enviesada (PHILLIPS, 1994).

Apesar de seguirem a linha do teste dos efeitos simbólicos, não há um consenso nos resultados dessa vertente. Alguns trabalhos mostraram que o aumento do coletivo de representantes femininas tornou mais provável que as mulheres se sintam mais acolhidas pelo governo, e, por consequência, a sensação de estar em uma sociedade mais democrática aumenta (WOLBRECHT E CAMPBELL, 2006 E 2007; ATKENSON E CARILLO, 2007). Se, indiretamente, há impacto na eficácia interna com aumento no engajamento político e na participação de mulheres, há, também, uma mudança na avaliação dessas cidadãs sobre seus governos. Aqueles que são vistos como mais plurais e responsivos, com as causas desse grupo, seja através de mais políticas para mulheres ou do incentivo ao aumento de representação, então, serão os mais democráticos. Já outros, como o trabalho de Lawless (2004) examina o Estudo Nacional de eleições dos EUA (NESS) de 1980-1998 e aponta que as mulheres avaliam de maneira mais positiva as mulheres no congresso americano, contudo, não há suporte adicional para se afirmar um efeito simbólico nas atitudes políticas e comportamentos das cidadãs.

Apesar das divergências dos resultados⁴⁹, o campo de pesquisa dos efeitos simbólicos da representação descritiva, através da abordagem do modelo feminino, evidencia a importância da representação descritiva pelos impactos nas questões culturais, sociais e políticas, especialmente, nas próprias mulheres (CHILDS E KROOK, 2008). A possível influência positiva nas crenças sobre as habilidades das mulheres para governar indicam que estratégias, que objetivam acelerar a representação descritivas de mulheres, são ferramentas, potencialmente, efetivas para corroer barreiras culturais para o empoderamento político feminino (CAMPBELL E WOLBRECHT, 2006 E 2007; CAMPBELL, CHILDS E LOVENDUSKI, 2009 E ATKENSON E CARILLO, 2007).

As três abordagens apresentadas trazem elementos interessantes para o debate sobre a representação feminina dentro das democracias contemporâneas. Apesar da pretensão de justificarem a presença de mais mulheres na política por conta dos impactos em termos de representação substantiva (política do desvelo e interesse de mulheres) ou de representação simbólica (exemplo/modelo), todas posicionam a representação descritiva como um *meio* para outros objetivos e não como uma *etapa* significativa em si

⁴⁹ Alguns estudos, também, apontam que mudanças na representação simbólica não melhorem a representação substantiva, como o caso de Ruanda (Burnet, 2011). Em fevereiro de 2019, Ruanda era o país com maior porcentagem de mulheres no parlamento, entretanto, não tem vivido transformações efetivas no legislativo com a promoção de mais direitos ou políticas para as mulheres. Mas, a representação descritiva teve impactos na maneira como as mulheres do país se posicionavam em relação ao espaço político.

própria. Este movimento pode ter efeito contrário ao desejado, ao invés de promover o aumento de mulheres na política, pode limitá-lo, se a importância da representação residir nas suas consequências, substantivas ou simbólicas, e não na sua natureza.

Por isso, o quadro de sub-representação de mulheres traz um alerta para não restringirmos as atenções apenas aos compromissos da política (moralidade ou interesse) é preciso, também, olhar para a composição dos grupos que tomam as decisões. A experiência política demonstra que colocar a ênfase apenas nas mensagens e tornar o mensageiro irrelevante é fechar os olhos para a reprodução de um tipo de desigualdade (PHILLIPS, 1994). Sendo assim, enquanto os interesses não forem precisamente delineados, a agenda política não for construída com referências a certas áreas de preocupação e, principalmente, ainda existirem grupos excluídos dos espaços políticos, será através da inserção de representantes de cada um desses aspectos, que possibilitará mudar, tanto a prática, como as prioridades da política (PHILLIPS, 1991; 2000^a; 2000B; 2001).

Como vimos no capítulo anterior, a política das ideias entende que o gênero do não é elemento primordial para a representação, entretanto, a política da presença (PHILLIPS, 2001) contrapõe essa lógica, especialmente, por conta da constante desigualdade política vivenciada pelas mulheres. Assim, entendemos que quem representa tem um importante peso na legitimidade das decisões políticas, mas não descartamos a relevância da representação de ideias ou interesses, pelo contrário, posicionamos a como a etapa inicial e essencial do processo democrático de representação justa e eficaz.

Por isso, associados à política da presença, não propomos oposição entre os tipos de representação, mas sim, uma integração entre eles, sendo etapas do processo de democratização da política. Fundamentamos esse argumento no modelo integrado de representação política elaborado pelas autoras Leslie Schwindt-Bayer e William Mishler (2005), que analisam a conexão causal entre os tipos de representação descritos por Hanna Pitkin (formal, descritiva, substantiva e simbólica).

Segundo as autoras, a representação formal, que enfatiza as eleições livre, abertas e justas, facilita a representação descritiva e realça o suporte público para as instituições representativas. Similarmente, altos níveis de representação descritiva aumentam a responsividade dos legisladores com as preocupações políticas das mulheres e a percepção de legitimidade dos governos. A representação descritiva é importante promotor da representação simbólica e da política de responsividade (MISHLER E ROSE

1997; SCHWINDT-BAYER E MISHLER, 2005), como também, consiste em um link entre representação e participação política, pilares dos processos políticos democráticos. Igualdades de presença e de participação estão relacionadas em uma sociedade que promove genuinamente o acesso igual aos espaços políticos.

Diante disso, dentro do modelo integrado, a representação descritiva tem papel fundamental por si só e para a efetividade das demais, e, podemos considerá-la a forma primária de representação, a porta de entrada. Com isso, ressaltamos que a essência da justificativa por mais mulheres no poder reside nas ideias primárias de igualdade e justiça. Por esse motivo, o quadro da baixa representação de mulheres nos parlamentos demonstra uma falha nos processos constitutivos das democracias, pois, se não houvessem obstáculos operando para manter certos grupos fora da vida política, então, estaríamos diante de um cenário representativo mais diversificado, contemplando todos os grupos que formam a sociedade (PHILLIPS, 1991;1994;2001). Portanto, trata de um problema das raízes das sociedades democráticas, um desvio de seus fundamentos (VERBA, NIE E KIM, 1978; MOYSER E DAY, 1992) e não um resultado da falta de interesse ou incapacidade inata das mulheres de participarem das arenas políticas.

Portanto, a partir da discussão exposta, entendemos primeiro, que por acreditarmos em um modelo de integração das formas de representação, a porta para uma democracia de alta qualidade reside na representação descritiva, que é o link entre os tipos de representação, como também, caminha paralelamente à ideia de maior participação política feminina. Segundo, apesar de pesos e contrapesos das teorias que justificam a presença das mulheres na política, nossa justificativa reside também em ressaltar que a presença é uma questão de igualdade e justiça social. Como afirma Phillips (1994, p.74.) “O que faz sentido, para mim, é a pressuposição adicional que está implícita na maioria dos argumentos feministas, uma convicção que a mudança na composição das assembleias existentes é apenas uma parte de um grande projeto de desenvolvimento e reforço da democracia.”.

Sendo assim, após o entendimento da importância das mulheres na esfera pública, o próximo passo é compreendermos os motivos pelos quais as mulheres não estão presentes da mesma maneira que os homens nos espaços políticos. A partir da ideia de multidimensionalidade, a próxima seção discorrerá sobre os elementos que constituem as dimensões da sub-representação parlamentar das mulheres.

3.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SUB-REPRESENTAÇÃO⁵⁰

A diferença histórica entre as representações políticas de mulheres e homens é um sintoma de problemas nas democracias. Por conta disso, as políticas pela promoção da presença feminina, além de perpassarem a pluralização dos canais participativos (PATEMAN, 1992; MIGUEL, 2017; GONZÁLEZ, 2012), devem ser direcionadas para mudanças nos espaços tradicionais de tomadas de decisões, como os parlamentos. Se o parlamento é, por essência, a instituição que representa os cidadãos e legitima a elaboração de leis (BRAGA, MITOZO E TADRA, 2016), então, concretiza-se como o espaço primário de expressão dos fundamentos democráticos. Por isso, é foco das atenções quando se trata de igualdade e justiça nos processos políticos entre os gêneros.

Em termos teóricos, os estudos sobre a presença de mulheres nas esferas decisórias, em especial, nos parlamentos, apresentam uma variedade de fatores explicativos que incrementam ou dificultam a participação feminina na política (COSTA, BOLOGNESI E CODATO, 2013). Observa-se que o caminho traçado pela maioria tende a enfatizar um aspecto como a grande causa da sub-representação. Contudo, pensar a desigualdade política entre homens e mulheres como um processo unidimensional é desconsiderar a ligação da temática com contextos mais amplos de diferenças entre os gêneros. Se é através das bases estruturantes das áreas da vida social que os direitos, poderes e recursos políticos são disponibilizados nas sociedades (OLIVEIRA, 2015), então, se faz necessário um olhar que contemple esses aspectos, uma abordagem analítica que chamamos de *multidimensional*.

A ideia da multidimensionalidade é bem exemplificada pela metáfora de Marilyn Frye (1989), que diz: "Olhando um arame de cada vez, não conseguimos descrever ou explicar o que inibe o voo de um pássaro preso em uma gaiola. Somente um grande número de arames arrumados de um modo específico e conectados para reforçar a rigidez um do outro e enclausurar o pássaro é que pode explicar porque o pássaro é incapaz de voar livremente." Portanto, considerações sobre fatores causais isolados são relevantes, contudo, perdem na captação dos demais aspectos envolvidos de um fenômeno. Assim, quando são considerados conjuntamente e quando revelam uma rede de relacionamento e

⁵⁰ Uma versão preliminar dessa seção foi apresentada no X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2016, sob o título: *Os Condicionantes Da Sub-representação feminina na América Latina*.

dinâmicas sociais torna-se possível ter uma visão mais ampla dos efeitos de cada um e do conjunto de características que formam (YOUNG, 2000).

Sendo assim, a multidimensional é pensada por conta da existência de longos processos de socialização e fortes constrangimentos culturais, que se combinam com obstáculos políticos-institucionais e sociais na configuração de barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político (OLIVEIRA, 2015). Tais dimensões participariam de uma dinâmica, não somente como causas isoladas, mas como partes do processo. É preciso que as abordagens analíticas e teóricas levem em conta laços constitutivos entre a política, cultura, estrutura e instituições, o que desafia o diálogo entre técnicas de pesquisa, conceitos e teorias oriundas de diferentes campos disciplinares.

Tendo esses aspectos em pauta, um dos nossos objetivos foi a compilação das dimensões da sub-representação. Por se tratar apenas de uma divisão analítica, as bases de direcionamento dos elementos para as dimensões estão nas pesquisas, teorias e estudos sobre a relação entre gênero e política. Importante destacar que a visão multidimensional, que entendemos, argumenta que por mais que estejam analiticamente separados, esses aspectos possuem influências mútuas em alguns pontos, o intuito é apenas realizar uma divisão para facilitar a compreensão dos impactos individuais, sem desconsiderar os efeitos dos demais.

Um exemplo dessa intersecção entre as dimensões pode ser visto nos posicionamentos da opinião pública sobre questões relacionadas aos gêneros⁵¹. Como demonstra o gráfico 2⁵², de acordo com a onda de pesquisa do WVS (World Values Survey) de 2010-2016 (Gráfico 2)⁵³, ao mesmo tempo que a maioria acredita que ter um emprego é o melhor meio para as mulheres serem independentes, 39% afirma que em meio a uma crise de empregos, os homens possuem mais direitos às vagas que as mulheres. A ideia de que os homens têm prioridade no mundo do trabalho e de que não é

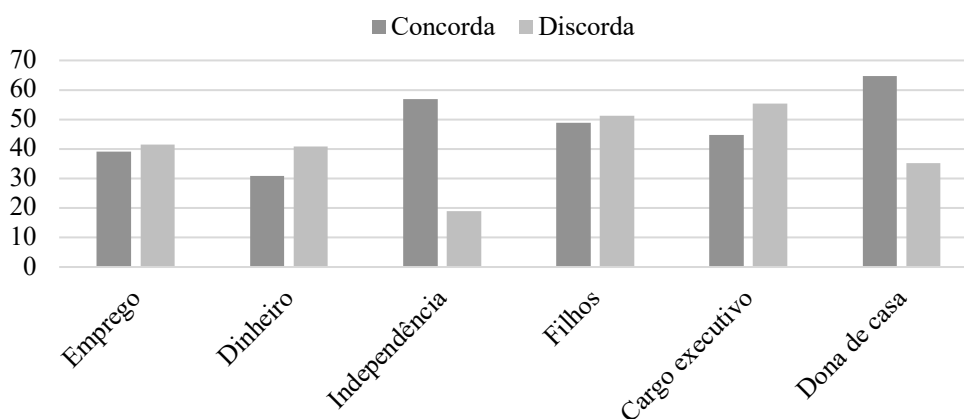
⁵¹ Perguntas: 1) Emprego: Quando os empregos estão escassos, os homens devem ter mais direito às vagas que as mulheres. 2) Dinheiro: Se a mulher ganha mais dinheiro que seu marido, é quase certeza que causa problemas. 3) Independência: Ter um emprego é a melhor maneira para uma mulher ser uma pessoa independente. 4) Filhos: Quando uma mãe tem trabalho remunerado, as crianças sofrem. 5) Cargo executivo: No geral, os homens são melhores executivos de negócios que as mulheres. 6) Dona de casa: Ser dona de casa é tão satisfatório quanto um trabalho remunerado.

⁵² Apenas os resultados para as respostas Concorda (concorda muito + concorda) e Discorda (Discorda muito + Discorda). As respostas “nem concordo nem discordo” (caso das 3 primeiras) não foram incluídas nos resultados.

⁵³ A utilização dos dados de 2014 é justificada pelo fato de ser a última onda que possuía diferentes variáveis sobre gênero e como trata de elementos comportamentais mais subjetivos, apresentam uma estabilidade temporal maior, por isso, dados de 2014 ainda são representativos para o atual ano.

natural a presença feminina nessa área é reforçada pela posição de 48% dos indivíduos ao afirmarem que ao serem inseridas no mercado de trabalho, as mulheres fazem com que seus filhos sofram, o que provavelmente acreditam não acontecer quando se trata dos homens. Ainda 30% concordaram que a diferença salarial pode ser um problema entre casais quando a mulher ganha mais que o companheiro. Ou seja, a desordem provocada pela entrada das mulheres em um ambiente masculino traz reflexos no âmbito privado, sendo responsáveis pelo sofrimento da família.

Gráfico 2 -Opinião sobre as posições das mulheres em diferentes áreas - 2016



Fonte: WVS 6(World Values Survey), 2010-2016

Por mais que, nos últimos anos⁵⁴, as mulheres ocupem mais espaço no mundo do trabalho, dos entrevistados 60% afirmam que ser “dona de casa” é tão gratificante quanto ter um emprego. A equiparação entre trabalho remunerado e não remunerado é problemática em uma sociedade onde os papéis sociais estão pautados na divisão entre esferas privada e pública (aspecto que será explorado mais adiante), que a todo momento tenta reestabelecer a “ordem” socialmente construída ao encaminhar a mulher ao mundo doméstico, como seu fosse seu *status quo*⁵⁵. Portanto, tais posicionamentos reafirmam a conexão entre aspectos estruturantes da sociedade, o âmbito econômico se relaciona com as estruturas institucionais que está associada aos aspectos culturais.

⁵⁴ Entre 1980 e 2009, a taxa de participação de trabalho feminino aumentou de 50,2% para 51,8%, enquanto a masculina diminuiu de 82% para 77,7%, resultando no declínio da diferença entre os gêneros de 32% para 26%. Informações World Bank 2012.

⁵⁵ Queremos ressaltar que o trabalho doméstico e do cuidado são funções importantes e não contrárias ao trabalho fora de casa, por isso, as mulheres que optam por exercê-los devem ser respeitadas. Contudo, é improvável que o posicionamento dos 60% dos indivíduos é de que seja uma função valorizada e vista como uma escolha e não como obrigação das mulheres, ainda mais, quando a maioria se posicionou anteriormente na direção de que é ter um emprego que ajuda a tornar a mulher independente e não ser dona de casa.

A partir disso, os elementos apontados pela literatura foram compilados em dimensões. Ao todo temos três: 1) *socioeconômica*; 2) *político- institucional*; 3) *cultural*.

A primeira dimensão, a *socioeconômica*, é baseada na teoria do crescimento econômico que enfatiza o desenvolvimento material como a variável determinante na geração de oportunidades dentro do sistema social. As melhorias nas áreas da educação, saúde e lazer seriam consequências diretas do investimento no setor econômico, assim, ao proporcionar melhores serviços com acesso universal haveria impacto positivo na qualidade de vida dos indivíduos e aumento do capital humano (BECKER E LEWIS, 1973; BECKER, 1981; GALOR E WEIL,1996; TZANNATOS,1999; KORZENIEWICZ E DURRANT, 2000; CAVALCANTI E TAVARES,2007; CUBERES E TEIGNIER,2011).

O sentido dessa lógica é que quando ocorre o desenvolvimento material, o custo da manutenção das discrepâncias entre os gêneros é muito maior, pois privar as mulheres de participarem do mercado como força laboral traz encargos ao governo. Então, com mais presença da força de trabalho feminina, maior serão suas rendas (EASTERLY, 1997), terão mais acessos ao sistema educacional e usufruirão dos serviços públicos (DOLLAR E GATTI, 1999). Com isso, as mulheres passam a acumular mais capital humano, sendo que mantê-las em serviços não remunerados, ligados ao cuidado infantil e doméstico, terão um custo maior para o mercado e para a produção (KIM, LEE E SHIN, 2016).

Dentro dessa lógica da literatura econômica (STOTSKY, 2006), que afirma que o ponto central está na diferença de capital humano, proveniente do desenvolvimento material e da competição no mercado (FORSYTHE, KORZENIEWICZ E DURRANT ,2000), alguns autores analisaram como tal contexto tem influência na representação de mulheres nos parlamentos (REYNOLDS, 1999).

O argumento é que, de um lado, em sociedades menos desenvolvidas economicamente, as mulheres teriam menos acúmulo de capital humano, desvantagens de acesso aos serviços público e estariam posicionadas no nicho do cuidado não remunerado. Com isso, não teriam condições parelhas aos homens de participarem dos espaços políticos, já que os aspectos socioeconômicos são obstáculos diários para as mulheres. Do outro, em contextos socioeconômicos mais favoráveis, as mulheres tendo mais condições de acesso aos sistemas básicos e maior presença como força de trabalho, mais provável o contato com o campo de tomada de decisões políticas, que é visto como um espaço de entrada livre para todos. Dessa maneira, as mulheres se tornam mais

participativas politicamente, e por consequência, aumenta o número de representantes nos parlamentos (OAKES E ALMQUIST 1993; RANDALL 1987; REYNOLDS 1999; RULE 1987; STUDLAR E MCALLISTER 1991).

Se observarmos alguns indicadores do *Relatório de 2018 do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas*, as mulheres ainda vivem em condições de desvantagens. Por exemplo, a média mundial do valor do IDH para as mulheres é 5.9% mais baixo do que dos homens. Em termos de acesso à educação, a taxa de matrícula de meninas e meninos é semelhante, a diferença está em relação a vida adulta, cerca de 62% da população de mulheres possuem ao menos educação secundária (contra 70% dos homens) e a média é de 2 anos a menos de estudos que os homens. As porcentagens podem ser semelhantes, mas os impactos na renda e na taxa de emprego são relevantes. Em termo de renda, a nível mundial, a média per capita das mulheres é 43,7% mais baixa que a dos homens.

Relacionada à escolaridade e renda está o aspecto do mercado de trabalho. Apenas 48% das mulheres participam da força de trabalho e com isso, o desemprego entre elas é maior. Todavia, é o grupo que fornece a maior parte do trabalho de cuidado não-remunerado em casa, o que limita suas escolhas para um emprego. Por conta da desvalorização do cuidado criou-se um abismo, por exemplo, nas idades mais avançadas, em relação à aposentadoria. Apesar das mulheres, em média, viverem mais, a proporção de homens recebendo pensão é 2,9% maior. Isto reflete em um esquema de seguridade social deficiente, pois o não reconhecimento do trabalho do cuidado e da assistência, geralmente, não remunerado, faz com que as mulheres se enquadrem em pensões para os não contribuintes e os benefícios são insuficientes para a sobrevivência.

As discrepâncias entre todos os recursos criam um ciclo entre eles, se há precariedade material e falta de incentivos, diminuem as condições de acesso aos espaços públicos, inclusive o político. Neste sentido, o crescimento econômico se tornou a “panaceia” dos problemas sociais das mulheres, sendo a solução para o déficit da escolaridade, pobreza, segregação no trabalho e para a sua baixa participação e representação no sistema político (INGLEHART E NORRIS,2003). Assim, para os autores dessa linha (RULES, 1987 E 1988; DARCY, WELSH & CLARKI, 1994), o aumento da representação seria uma consequência “natural” de um cenário mais amplo de desenvolvimento socioeconômico, uma vez que as mulheres dentro dessas sociedades teriam mais recursos e mais amparo na saúde e educação, o que proporcionaria mais condições de se dedicarem à vida pública. Portanto, apontam que o fato de a realidade das

mulheres ainda ser desfavorável é que explicaria a baixa média da representação parlamentar ao redor do mundo.

Por sua vez, a segunda dimensão diz respeito às barreiras *políticas-institucionais*, o que torna a relação com a sub-representação mais complexa. A ênfase está em como a lógica dos valores formadores das concepções sociais e da distribuição dos papéis dos gêneros afetam as estruturas, os procedimentos institucionais e políticos (YOUNG,1987; PATEMAN,1992 E 1993; PHILLIPS,2001).

O ponto de partida da construção dos papéis sociais perpassa o processo de naturalização dos aspectos biológicos em diferenças comportamentais, ou seja, a anatomia determina o modo de atuação dos agentes mulher e homem. Paralelamente, como analisa Pateman (1992), o modelo metafórico intelectual que está subjacente à organização das sociedades é do contrato social, principalmente, o expresso por John Locke, no qual o liberalismo e o patriarcado colocam no *patri* o poder e no homem liberal as referências da hierarquia social. Dessa maneira, as sobreposições do sexo masculino ao feminino e do homem à mulher fundamentam as relações sociais, então, as diferenças biológicas tornam-se dissimetrias sociais e por consequência, desigualdades em diferentes âmbitos.

Para essa linha de pensamento, tais parâmetros estão expressos em toda a estrutura social, especialmente, na maneira como as instituições políticas estão constituídas. O modelo do contrato social fundou-se numa concepção de mundo separado entre esfera pública e privada, acompanhada pela atribuição de competências e responsabilidades exclusivas a cada gênero. Segundo Pateman, para John Locke, o poder político e a promoção da justiça são legítimos pelo acordo entre os homens livres e imparciais (aqueles que transcendem os interesses particulares e tomam decisões em prol do bem comum) e isto seria possível por conta do processo de racionalidade. Assim, o espaço político é configurado pela razão e imparcialidade, sendo aspectos inerentes ao sexo masculino, a conclusão é que os homens são os sujeitos “naturais” do espaço público⁵⁶. Como afirma Phillips (2001), se há a crença de que sujeito político originário é o homem, que monopoliza as habilidades de articular as políticas e as ideias, então, não se surpreendente o fato de que a maioria dos representantes nos cargos políticos seja do sexo masculino.

⁵⁶ O intuito é evidenciar a separação entre as esferas. Enquanto a privada diz respeito à emoção, a pública é ligada à racionalidade. A razão passa a ser vista como o meio para impulsionar a imparcialidade.

Na ideia de Estado Moderno do contrato social, as mulheres não são consideradas livres e iguais (PATEMAN, 1993) e nem portadoras naturais da racionalidade, mas sim, das emoções e da sensibilidade, então, não haveria a possibilidade de participarem dos espaços políticos por não conseguirem transcender esses aspectos em prol do bem comum. Essas características as reservam ao espaço privado, onde seu papel se restringe ao cuidado da família e educação dos filhos, funções que demandam por afetividade. Ocorre que o patriarcado trouxe, também, ao âmbito doméstico, o homem como figura dominante. O modelo de formação social baseado no liberalismo e no patriarcado, ao aderirem ao gênero feminino determinadas funções, baseadas nas características biológicas, subordinam as mulheres nas duas esferas. A sociedade que é regida por essas normas e conceitos de natureza desigual estabelece um governo masculino tanto no espaço público como no privado.

Ao relacionar todos esses aspectos com as realidades dos sistemas democráticos e os desafios práticos, as instituições políticas são afetadas por essas questões e reproduzem políticas não representativas e desiguais. Isto faz com que a dimensão político-institucional encontre elementos nas barreiras jurídicas e institucionais, como os procedimentos e processos eleitorais e até o próprio sistema partidário (KROOK E NORRIS, 2014; NORRIS 2013; MIGUEL, 2013; PONCELA, 2011; TOBAR, 2008; BRAGA, 2006; ARAÚJO, 2001), as fontes de inclusão ou exclusão das mulheres na esfera política, em especial nos cargos de tomada de decisão como nos parlamentos nacionais

Os apontamentos teóricos feitos até o momento possibilitam verificar que fatores das dimensões socioeconômica e político-institucional contribuem para as disparidades na representação política das mulheres. Mas, será que as duas dimensões possuem fatores explicativos suficientes para lidar com as diversidades contextuais? Como a teoria do desenvolvimento econômico explica o fato da segunda região do globo com menor índice de representação ser os Emirados Árabes, sendo que a maioria das suas nações está entre as primeiras do ranking mundial de renda per capita (GDP)⁵⁷? E ainda, como compreender que reformas políticas semelhantes resultam em consequências totalmente diferentes, como o caso da política de cotas na Argentina ser mais efetiva do que no Brasil? Para respondermos de maneira adequada essas perguntas é necessário um olhar mais atento

⁵⁷ Informação: <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/01/11/world-economic-outlook-update-january-2018>

aos aspectos mais “subjetivos” da chamada dimensão *culturalista* (INGLEHART E NORRIS, 2003; RIBEIRO E OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2015).

A questão cultural é muito explorada pelos autores da dimensão político-institucional como base para justificar a maneira que os sistemas são pensados. Em paralelo ao argumento das teóricas feministas, a dimensão cultural busca justamente avaliar as relações constitutivas entre política e cultura na formação da cultura política de uma sociedade (INGLEHART E NORRIS, 2003; RIBEIRO E OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2015).

De uma maneira mais densa, parte-se da lógica de que apesar das tradições culturais serem notavelmente duradouras na formação das visões de mundo dos homens e das mulheres, as mudanças culturais (INGLEHART E WELZEL, 2005) em curso no cenário mundial, levam ao afastamento dos valores tradicionais em direção à incorporação de orientações subjetivas mais igualitárias. A razão para essa transição está associada ao processo de democratização das sociedades, uma vez que os valores de massas são fundamentais para a sustentação da democracia, como também, para a avaliação de sua qualidade por meio da incorporação ou não de seus princípios (EASTON, 1975, ALMOND E VERBA, 1989, INGLEHART, 1988, INGLEHART E WELZEL, 2005; INGLEHART, NORRIS, WEZEL, 2003, INGLEHART E WEZEL, 2013, INGLEHART E NORRIS, 2003).

A inserção dos valores de massa como aspecto relevante foi importante para repensar o fenômeno da sub-representação feminina, uma vez que através da dimensão político-institucional e econômica, a cultura política de uma sociedade é exposta como algo imutável e naturalmente baseada em valores machistas e patriarcais. O que os autores da dimensão cultural argumentam é que a propagação da democracia como regime principal da era contemporânea trouxe mudanças para os valores compartilhados pelos indivíduos.

Em razão disso, uma sociedade de cultura política marcada pela tendência de valores democráticos, como igualdade e justiça, teria indivíduos com posturas críticas e participativas que seriam mais tolerantes em relação aos comportamentos que desviam dos padrões tradicionais, e, portanto, poderiam igualmente manifestar atitudes mais positivas em relação à igualdade de gênero (INGLEHART E NORRIS, 2003, RIBEIRO E OLIVEIRA, 2013; GIMENES, 2015, OLIVEIRA, 2015). Além disso, por conta das transições entre culturas tradicionais para mais igualitária, se as teorias afirmavam que as instituições eram baseadas em valores de hierarquização entre os gêneros, agora com

processo de democratização, valores culturais estariam mais democráticos, por conseqüências, as instituições, também, estariam mudando e aplicando sistemas que fossem condizentes com esse novo parâmetro.

Todo esse processo seria intermediado pelo desenvolvimento socioeconômico das sociedades, que possibilitou o acúmulo material e a distribuição menos desigual de recursos. As condições de vida entre mulheres e homens estariam se tornando mais parelhas, ou seja, as mulheres passaram a ter mais acesso aos serviços básicos, assim como os homens, o que ajudou no desenvolvimento de suas habilidades e capacidades e aumento do suporte para participarem dos espaços políticos, como os parlamentos. Diante disso, essa corrente almeja demonstrar que a cultura política importa na busca pela igualdade, pois atitudes mais igualitárias estariam sistematicamente relacionadas com as condições reais da vida de mulheres e homens (INGLEHART E NORRIS, 2003).

Por conta disso, a dimensão da cultura política acrescenta um novo aspecto ao fenômeno da sub-representação: normas culturais, valores e crenças, também, moldam aspectos da igualdade política entre mulheres e homens. Se a predominância de atitudes tradicionais tem efeito negativo em relação à presença feminina em cargos responsáveis por tomada de decisões relevantes (INGLEHART E NORRIS, 2003; RIBEIRO E OLIVEIRA, 2014, OLIVEIRA, 2015), a transição para uma sociedade mais igualitária está ligada à incorporação de ideias democráticas (INGLEHART E NORRIS, 2003), como a igualdade política (DAHL, 2006; TOURRAINE, 1996), o que impactaria positivamente nos índices de representação.

Se há o desencorajamento das mulheres para participarem da esfera pública por serem levadas a acreditar que não pertencem à política⁵⁸ e existe o entendimento de que para concorrer podem enfrentar discriminação de seus eleitores que acreditam que as mulheres não deveriam estar na política⁵⁹, com essas mudanças o efeito seria a diluição dos obstáculos culturais para estarem presentes nos espaços políticos. Portanto, o que os autores dessa abordagem querem argumentar é que a mudança cultural não é fator isolado e suficiente para justificar as diferenças entre a representação política de mulheres e

⁵⁸ Lawless e Fox (2004), por exemplo, acharam que a falta de ambição política entre as mulheres nos Estados Unidos é uma das razões para o congresso ser apenas 13% feminino

⁵⁹ A maioria das pesquisas no sentido de que a cultura dificulta a eleição de mulheres encontraram apoio para essa ideia. Norris (1985) achou que sociedades com atitudes favoráveis a mulheres na política tem mais mulheres nos cargos. Isso corrobora com Inglehart and Norris (2003), Paxton and Hughes (2007), e Tremblay (2007), apesar de Tremblay achar que isso importa apenas em velhas democracias. Similarmente, Yoon (2004) achou que culturas patriarcais na África Subsaariana travam a acessão das mulheres nas legislaturas.

homens, porém, é uma condição necessária para a igualdade de gênero (INGLEHART E NORRIS, 2003, INGLEHART E WELZEL, 2005). Sendo assim, o estudo da dimensão subjetiva é elemento primordial para a compreensão das barreiras presentes nas democracias contemporâneas quando se trata do empoderamento feminino (INGLEHART E NORRIS, 2003).

Como é possível perceber, trata-se de um complexo conjunto de dimensões e variáveis que buscam explicar o fenômeno da sub-representação de mulheres nos parlamentos. Um dos trabalhos que tentou realizar a tarefa de testar e explicar a dinâmica na qual essas dimensões se envolvem é a obra *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World* (2003), de Ronald Inglehart e Pippa Norris. Os autores investigaram as desigualdades entre os gêneros em diversos aspectos da vida em sociedade, sendo uma delas no âmbito político. Suas análises se concentraram no esclarecimento das causas das disparidades nos índices de lideranças políticas nos cenários das democracias contemporâneas, ou seja, a tentativa era entender como e porquê sociedades similares atingiram níveis diferenciados de representação feminina em seus parlamentos. Para tanto, a partir da revisão da literatura, investigaram em que proporção os efeitos dos fatores contextuais (desenvolvimento econômico e estrutura política institucional) impactavam a taxa de mulheres representantes quando mediados pelos efeitos dos fatores culturais (valores de massa e opinião pública), e vice-versa.

Após a análise de mais de 120 países, os resultados constataram que, individualmente, tanto o nível de desenvolvimento socioeconômico, quanto o formato das instituições políticas e a cultura política, possuíam impactos nas taxas de representação de mulheres nos parlamentos mundiais. A novidade foi em termos de dinâmica, os autores verificaram que a cultura política, além de ter efeito isolado, possuía um papel de intermediação entre instituições e contexto socioeconômico, sendo ponte entre eles. Isto quer dizer que os efeitos dos contextos socioeconômico e institucional são mediados pela forma que os valores políticos estão construídos na sociedade, principalmente, as atitudes sobre democracia e as disposições sobre a presença de mulheres na política, uma vez que é por meio das percepções das divisões das regras das esferas familiares, política, econômica e social - determinadas pela cultura predominante - que os direitos, os poderes e os recursos são delegados para homens e mulheres (INGLEHART E NORRIS, 2003).

Diante disso, os autores concluíram que a lógica da dinâmica funciona da seguinte forma: em países com maior desenvolvimento socioeconômico existem mais recursos disponíveis para distribuição entre os indivíduos, entretanto, a maneira que isto

ocorrerá dependerá da forma que a relação entre os gêneros é vista pela sociedade. Esta visão será influenciada pela estrutura institucional e o tipo de regime, assim, países mais democráticos, pautados em princípios como igualdade e justiça, fomentam valores menos tradicionais sobre os papéis sociais das mulheres e dos homens, os quais serão reforçados pelas próprias medidas institucionais quando associadas à promoção de valores democráticos e combate às desigualdades. Portanto, maior desenvolvimento socioeconômico em sociedades com valores culturais menos tradicionais, juntamente, com instituições mais abertas à igualdade entre os gêneros, tende a uma distribuição mais homogênea dos recursos, o que por consequência, melhora a condição de vida das mulheres em diversos aspectos.

Para Inglehart e Norris (2003), este quadro possibilita às mulheres maior acesso a serviços básicos (tradicionalmente, mais garantidos aos homens) e de melhor qualidade, que impactam no desenvolvimento de habilidades e na aquisição dos conhecimentos demandados para aqueles que almejam fazer parte do mundo político. Portanto, todos esses fatores em conjunto (maior desenvolvimento + regimes mais democráticos + cultura política menos tradicional) criam um cenário político menos hostil e mais acessível às mulheres (aumento de recursos, políticas de incentivo e população menos resistente), que ficam cada vez mais habilitadas e preparadas para fazerem parte dos espaços políticos, o que leva ao aumento da representação feminina em parlamentos nacionais das democracias contemporâneas.

Nas palavras dos autores,

“A mudança cultural em sociedades pós-industriais produz um ambiente de opinião que é potencialmente mais receptivo para reformas políticas desenhadas para aumentar o número de mulheres em cargos políticos, incluindo o uso de discriminação positiva ou estratégias de ações afirmativas, como as cotas políticas para mulheres.(...) se o público é amplamente simpático a conceber mais mulheres na vida pública, então, os partidos podem se sentir mais compelidos a introduzir reformas institucionais e ações afirmativas para atingir esse objetivo. Tentar alterar atitudes bem assentadas sobre os papéis sexuais na vida pública pode se provar um exercício frustrante, tais atitudes podem ser impossíveis de transformar a curto prazo. Mas, a longo prazo, a tendência secular na mudança valorativa associada com o processo de modernização e democratização, especialmente, entre as gerações mais novas de mulheres e homens, são mais prováveis de facilitar o processo de colocar mais mulheres no poder. A combinação entre mudanças culturais em atitudes e reformas institucionais (...) podem talvez acelerar a criação de um

cenário mais otimista para a democracia.” (INGLEHART E NORRIS, 2003, p.162)⁶⁰

A obra de Inglehart e Norris (2003) é um marco nos estudos sobre representação política de mulheres. Mesmo passível de críticas (SCHWINDT-BAYER, 2014), os autores demonstraram, por um lado, um avanço analítico importante, primeiro, por compilarem aspectos que até o momento eram julgados isoladamente, na tentativa de observar o processo de maneira dinâmica. E por outro lado, destacamos o avanço teórico, por incluírem as taxas de representação de mulheres como resultados de uma dinâmica social, independente, de qual fator tenha mais ou menos peso para um país em particular ou no conjunto deles.

O ponto em destaque é que, diferentemente, da maioria dos estudos que colocam os valores subjetivos dos indivíduos como um fator imutável, os autores desmitificam esse pré-conceito ao incluírem variações nas medidas de cultura política, o que leva à inversão da ideia de que a cultura não muda. Apesar de muitos autores assumirem a importância dos valores políticos, não os incluem em suas análises e nem os consideram como fatores relevantes para as variações de taxas de representação, por isso, colocam nas instituições toda a responsabilidade sobre este fenômeno político.

O que no final os autores demonstram é que mudanças isoladas em determinado contexto, seja socioeconômico, cultural ou institucional, podem ter um efeito pontual, mas não são suficientes para a promoção, a longo prazo, de um ambiente mais igualitário, com modificação substancial nas taxas representativas de mulheres na política. E é nesse ponto que estruturamos a presente tese, sendo essencial que os fatores trabalhem juntos na mesma direção, ou seja, transformações individuais devem ser acompanhadas por um quadro mais amplo de promoção de melhorias dos diversos aspectos da vida das mulheres.

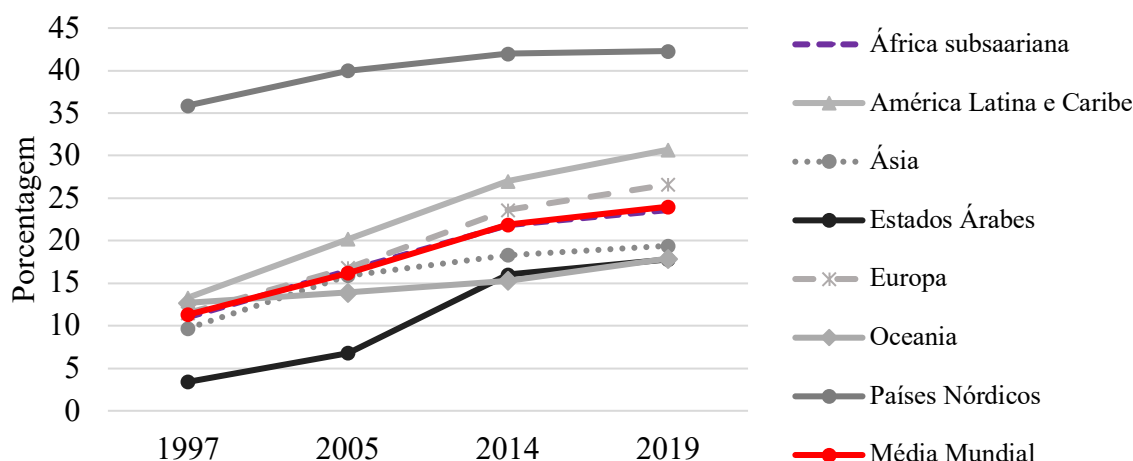
Diante de todo o exposto, é importante visualizarmos a historicidade dos dados da representação parlamentar de mulheres nas democracias. Assim, seguimos para a próxima seção.

⁶⁰ Tradução livre da autora

3.3 O CENÁRIO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA

Em um quadro por regiões do globo (Gráfico 3) conseguimos observar melhor as especificidades da participação feminina nos parlamentos⁶¹.

Gráfico 3 - Porcentagem de mulheres nos parlamentos das regiões do globo (1997-2019)



Fontes: IPU (Inter-parliamentary Union)
CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)

O primeiro apontamento é que a média mundial nunca ultrapassou os 25% (linha vermelha do gráfico 2). De modo retrospectivos, em 1997, a taxa era de 11,7%, elevou-se para 16,2%, entretanto, apenas pós-2010, ultrapassou a faixa dos 20% . Atualmente, em 2019, o nível é de 24,1%⁶². Também, é perceptível que no ano de 2005 houve um aumento generalizado entre as regiões, sendo uma possível explicação para esse movimento a expansão da implementação da política de cotas para as mulheres na política. Contudo, de modo geral, essa tendência mais forte não se manteve e, entre 2014 e 2019, o aumento não passou dos 4%. Apesar de não ser verificável retrocessos, entretanto, nos últimos anos, houve diminuição no ritmo, e por isso, em 22 anos, houve acréscimo de apenas 12% de mulheres parlamentares no mundo (média de 0,5% por ano).

⁶¹ Utilizaremos parlamentos aqui não apenas em relação aos sistemas parlamentaristas, mas sim, como o espaço de maior alcance do poder legislativo, que no caso do Brasil seria o Congresso. Os dados apresentados nos gráficos são referentes a média de mulheres em ambas as casas legislativas (Lower e Upper House / Câmara dos Deputados e Senado) para sistemas bicamerais e a porcentagem total para os unicamerais.

⁶² Dado referente ao levantamento do dia 1 de fevereiro de 2019.

Além disso, temos disparidades importantes entre as regiões⁶³. Na linha abaixo da média mundial, com os menores índices, estão Ásia (19,4%) Oceania⁶⁴ (17,9%), Estados Árabes⁶⁵ (17,8%), com as duas primeiras tendo trajetórias parecidas. Em 1997, encontravam-se parelha às demais (em torno de 10%), já nos anos 2000, os países asiáticos tiveram um crescimento considerável (6%), enquanto os da Oceania não (1,2%), entretanto, a partir de 2005, ambas não tiveram grandes variações (3%), mantendo-se estáveis. Por sua vez, os Estados Árabes saíram de uma situação de menos de 5% (1997) para um aumento de mais de 10% entre 2005 e 2014, quando atingiu a marca de 16% de mulheres nos parlamentos. Nos anos seguintes, continuou com os acréscimos e se destaca por ser a segunda região com maior porcentagem de crescimento (15%) até 2019.

Das regiões acima da média mundial, os países nórdicos⁶⁶ possuem, historicamente, mais de 35% de mulheres em seus parlamentos e alcançaram, em 2019, o panorama mais próximo à paridade com 42,2%. As regiões da África Subsaariana⁶⁷, Europa⁶⁸ e América Latina e Caribe⁶⁹ acompanharam a tendência positiva iniciada nos anos 2000, entretanto, por um lado, as duas primeiras mantiveram um ritmo mais lento de crescimento, por outro, os países latino-americanos tiveram um mais acelerado, o que os distanciou das demais, no início dos anos 2000. Como resultado, a América Latina e

⁶³ A divisão das regiões é a mesma utilizada *pelo Inter-Parliamentary Union*. Destaque para a separação entre os países nórdicos e a Europa, o IPU disponibiliza dados que incluem e excluem da região da Europa os países nórdicos. Aqui decidimos separar uma vez que a última é destaque pelo histórico de altas porcentagens de mulheres em seus parlamentos. Países Nórdicos: Dinamarca, Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega.

⁶⁴ Austrália, Fiji, Guam, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Ilhas Marianas, Micronésia, Nauru, Niuê, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Polinésia Francesa, Samoa Americana, Samoa Ocidental, Solomani, Tonga, Tuvalu, Vanuatu.

⁶⁵ Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Catar, Comores, Djibouti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Palestina, Síria (suspensão), Omã, Somália, Sudão e Tunísia. Fonte: Itamaraty

⁶⁶ Dinamarca, Suécia, Finlândia, Islândia e Noruega.

⁶⁷ África do Sul, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Fasso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagascar, Maláui, Mali, Mauritânia, Maurício, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

⁶⁸ Membros europeus da OSCE (Organização para Segurança e Cooperação na Europa): Albânia, Alemanha, Andorra, Armênia, Áustria, Azerbaijão, Belarus, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, Espanha, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, França, Geórgia, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Malta, Moldova, Montenegro, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Sérvia, Suíça, Ucrânia.

⁶⁹ Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Fonte: CEPAL

Caribe possuem o maior crescimento em 22 anos (17%) e, em 2019, a região está em segundo lugar de média de mulheres no mundo (30%).

Nesse sentido, a linha que mais chama atenção no gráfico é da América Latina e Caribe. Atualmente, seu índice encontra-se na casa dos 30%, com destaque para um aumento considerável entre 2000 (13,3%) e 2005 (20,2%). Por isso, é um universo interessante sobre o qual dedicaremos o próximo capítulo, através de um olhar analítico mais aprofundado para os países e seus contextos. Nosso objetivo será entender a trajetória de ascensão da região no que diz respeito à representação das mulheres em espaços de tomada de decisões políticas.

Além de Inglehart e Norris, a autora Leslie Schwindt-Bayer é outro exemplo na literatura de dedicação à ideia da multidimensionalidade na compreensão da disparidade de representação política entre os gêneros nas democracias contemporâneas, em especial, na região da América Latina. Seus trabalhos (SCHWINDT-BAYER 2008, 2010 E 2014) possuem como base o livro de Inglehart e Norris (2003), entretanto, diferencia-se em dois pontos fundamentais: objetivo teórico e ênfase analítica. Em relação ao primeiro, Schwindt-Bayer tem uma agenda de pesquisa voltada para a relação entre política e mulheres de maneira mais ampla com objetivo de verificar como os tipos de representação (formal, descritiva, substantiva e simbólica) estão integrados, como um influencia a efetividade do outro. A partir disso, a autora utiliza o nível de representação política das mulheres como recorte da representação formal para testar a sua tese de um modelo integrado da representação (SCHWINDT-BAYER E MISHLER, 2005).

Com isso, estuda as causas do gap entre mulheres e homens para verificar seus efeitos nas demais formas de representação e, também, na avaliação dos indivíduos sobre a qualidade da democracia. Já Inglehart e Norris (2003) possuem como objetivo teórico a compreensão da dinâmica por si, especialmente, na inserção da cultura política como um fator explicativo. Assim, podemos destacar que Schwindt-Bayer desenvolve a multidimensionalidade com um desejo teórico de compreender as consequências da baixa representação formal feminina, enquanto Inglehart e Norris centram-se nas causas e na dinâmica.

Por esta razão, a ênfase analítica de Schwindt-Bayer, também, apresenta-se diferente dos primeiros autores. Apesar da inserção de variáveis sobre contexto e cultura política, o foco dos trabalhos está em testar os impactos referentes aos aspectos institucionais, por isso, dedica-se em explorar mais as diferenças entre os sistemas eleitorais, políticos e partidários, especialmente, nas regras das políticas de cotas para

mulheres. Como a própria autora explica, seu trabalho “responde as recentes demandas por maior atenção ao modo como o contexto político e as instituições políticas afetam a representação de mulheres (CELIS ET AL. 2008). Por isso, (...) traz as instituições para frente e para o centro dos estudos da representação de mulheres.” (SCHWINDT-BAYER, 2014, P.25).

Por conta disso, testa as ideias de Inglehart e Norris (2003) em outro universo empírico: a América Latina. A razão seria que “O surgimento da participação de mulheres no governo tem importante implicação para a qualidade e funcionamento da democracia. Isto é particularmente importante nas novas democracias com instituições ainda frágeis e maleáveis.”⁷⁰ (SCHWINDT-BAYER, 2014, P.44), como as latino-americanas. Além disso, a autora destaca que a região, nos últimos anos, apresentou um crescimento considerável do nível de mulheres representantes nos parlamentos, ao mesmo tempo, que os países apresentam diferenças internas relevantes, por isso, seria um universo interessante de análise.

Mesmo com uma abordagem diferenciada, os resultados de Schwindt-Bayer (2008, 2010 e 2014) reafirmam os achados de Inglehart e Norris (2003) de que todos os fatores, separadamente, apresentam efeitos sobre as taxas de representação de mulheres nos parlamentos da América Latina. Contudo, observa que tanto nível socioeconômico quanto cultura política perdem o efeito quando inseridos em modelos com as medidas institucionais sobre política de cotas. Com isso, a autora conclui que o fator explicativo para as disparidades na representação das mulheres na América Latina é a maneira que a política de cotas está estruturada em cada país. Em suas palavras,

“Instituições eleitorais ajudam a explicar a variação da representatividade de gênero das legislaturas, a percepção dos cidadãos sobre suas democracias representativas e o modo pelo qual as mulheres são representadas substantivamente. Instituições, também, estão por trás do argumento da natureza “gentrificada” das legislaturas, media a representação das mulheres ao dar incentivos para a marginalização das mulheres na política e é uma provável explicação para diferentes padrões de representação substantiva através das configurações políticas.”⁷¹ (SCHWINDT-BAYER, 2014)

Como podemos perceber, a ideia de multidimensionalidade pode ser mobilizada por diversas perspectivas. De um lado, Schwindt-Bayer a utiliza para dois pontos

⁷⁰ Tradução livre da autora.

⁷¹ Tradução livre da autora

fundamentais: o modelo integrado dos tipos de representação (SCHWINDT-BAYER E MISHLER, 2005; SCHWINDT-BAYER, 2014) e os efeitos dos aspectos político e institucional na representação formal de mulheres na política (SCHWINDT-BAYER, 2008, 2010 E 2014). A partir disso, sua análise multidimensional está presente tanto na ideia de inserir variáveis de contextos e de cultura política em um mesmo modelo empírico, como também, no desdobramento das variáveis institucionais (multidimensionalidade das instituições), que é seu foco, balanceando os efeitos através dos demais fatores.

De um outro lado, Inglehart e Norris (2003) utilizam a multidimensionalidade para observar a dinâmica explicativa para a baixa representação de mulheres nos parlamentos das democracias contemporâneas, que envolve aspectos do desenvolvimento socioeconômico, da estrutura política-institucional e da cultura política. Se Schwindt-Bayer esmiúça os efeitos dos formatos das instituições, Inglehart e Norris dedicam-se da mesma maneira aos aspectos culturais.

Mesmo com ênfases diferenciadas, os trabalhos acima citados foram fundamentais para ajudar a desvendar um pouco mais sobre o fenômeno da sub-representação de mulheres. Os autores tentaram explorar de maneira mais profunda aspectos já citados pela literatura, mas que, historicamente, foram deixados de fora das análises (alguns da estrutura institucional e, especialmente, os de cunho cultural) e nem testados em conjunto. O que une esses autores é a preocupação em observar com um olhar mais amplo e trazer a complexidade do tema para as análises empíricas, o que constituiu um imenso desafio metodológico.

Partiremos da ideia que, ao tratar da sub-representação de mulheres nos parlamentos, a multidimensionalidade deve ser pensada por conta da existência de longos processos de socialização e fortes constrangimentos culturais, que se combinam com obstáculos políticos-institucionais e sociais, na configuração de significativas barreiras que impedem ou limitam a presença das mulheres em distintas esferas do poder político (OLIVEIRA, 2015). Assim, para nossas pretensões, tomaremos estes dois compilados de estudos como bases teóricas e analíticas. Vale ressaltar, que apesar da importância, apresentam algumas limitações que tentaremos superar com a nossa proposta de mensuração da multidimensionalidade.

Primeiro, sobre Inglehart e Norris (2003), apesar da inserção, fundamental, dos aspectos culturais, a obra conta com uma análise empírica de países massivamente europeus e apresentam conclusões como se fossem universais. Entretanto, a realidade da

Europa é diferente da maioria das regiões do mundo, por isso, nosso foco está em superar uma teoria universal e sim entender a América Latina a partir de suas particularidades. Mesmo que Schwindt-Bayer se propôs a realizar a tarefa de Inglehart e Norris na América Latina, a autora se limita aos aspectos institucionais como fatores suficientes para impactar na realidade da representação política feminina. Apesar de em diversos momentos apontar que os aspectos de massa, especialmente, a opinião pública sobre o tema, são importantes na efetividade dos demais aspectos, descarta os efeitos culturais de maneira precipitada.

Outro ponto de incômodo nos trabalhos de Schwindt-Bayer é que a autora fala em multidimensionalidade, contudo, não se dedica em explicar a dinâmica e o envolvimento entre os aspectos, apenas foca em ressaltar os efeitos das instituições, ou seja, utiliza um modelo com diferentes variáveis que apresentam efeitos isolados, mas ao perderem efeitos não se preocupa em explicar porque ou como isso ocorreu. De um modo geral, os estudos de Schwindt-Bayer não apresentam um avanço teórico mais substancial para o entendimento das causas da disparidade representativa entre os gêneros na política latino-americana. Entendemos, que o passo adiante das suas pesquisas está mais relacionado às consequências da baixa presença de mulheres nos parlamentos para o modelo integrado da representação, que constitui sua tese principal.

Todas essas lacunas se apresentam como objetivos a serem superados pela presente tese. Primeiramente, pensaremos e tentaremos explicar a dinâmica que leva ao aumento ou à diminuição de mulheres nas Câmaras Baixas da América Latina. Isto porque, trata-se de uma região que tem se destacado mundialmente pela mudança positiva no quadro representativo, mas que possui países com aspectos diversos e muitos estão na contramão das teorias tradicionais (como demonstraremos no capítulo seguinte). Por conta da maneira que pensamos o processo de interação entre fatores, nosso objetivo é entender a dinâmica sem dar peso diferente a eles, pois seria ilusório acreditar que uma mudança isolada ou um aspecto por si só tem o poder suficiente para mudar um cenário histórico complexo que envolve vários âmbitos da sociedade. Caso a solução fosse única e simples, a sub-representação feminina já seria um tema superado na agenda política contemporânea.

Em segundo lugar, reconhecemos a importância da abordagem dada por Schwindt-Bayer às consequências da falta de mulheres representantes em democracias recentes, como, também, nas mais consolidadas. E é a partir dela que justificamos a retomada da compreensão das causas da sub-representação de mulheres, isto quer dizer

que enquanto não compreendemos como e porque as mulheres ainda não estão presentes nos parlamentos na mesma proporção que os homens, não conseguiremos avançar na efetividade dos demais tipos de representação (simbólica e substantiva) e nem melhorar a qualidade do próprio regime democrático, que pode ser visto como menos ou mais responsivo de acordo com o quadro de desigualdade política entre os gêneros (SCHWINDT-BAYER, 2014). Por isso, a nosso ver, a autora tem grandes pretensões, mas não as atinge por limitar a razão da ausência das mulheres às questões institucionais, como os trabalhos mais tradicionais sobre o tema.

Diante da discussão que foi apresentada, a análise de fenômenos complexos como a baixa representação de mulheres nos parlamentos ao redor do mundo deve levar em consideração elementos dos contextos econômico, institucionais e culturais. Com isso, nossos próximos capítulos buscaram explorar os impactos contextuais na representação das mulheres, com ênfase no entendimento dessa interação de maneira dinâmica. A hipótese principal é que em cenários de aspectos econômicos de menor desigualdade entre os gêneros, com regras institucionais mais favoráveis à entrada das mulheres na política tem maior probabilidade de melhores taxas, se também, houver uma cultura política mais democrática. Ou seja, no contexto da América Latina, a explicação para as disparidades entre as taxas estaria na qualidade da combinação das dimensões contextuais.

Portanto, pretendemos oferecer uma análise da dinâmica da representação das mulheres na América Latina que leve em conta fatores tanto de nível contextual quanto mais subjetivos da sociedade, não com objetivo de criar uma lei universal, mas que estruture uma visão processual sobre o tema, na qual cada parte exerce uma função e tem efeito tanto independente como de interdependência com as demais. Assim, poderemos dar respostas às perguntas não apenas sobre representação de mulheres, como também, sobre a própria democracia. Um olhar multidimensional questiona como um governo democrático vai lidar com o fato de que cultura, ambiente socioeconômico e instituições podem ajudar ou dificultar a eleição de mulheres (SCHWINDT-BAYER, 2014). Ou ainda, como os próprios cidadãos avaliam um governo que toma ou não medidas sobre a desigualdade política entre os gêneros, o que afeta o apoio ao próprio regime democrático. Para atingirmos esses objetivos, precisamos conhecer algumas especificidades dos países latino-americanos, nesse sentido, o próximo capítulo trará um panorama histórico sobre os países da América Latina em relação as três dimensões principais.

4 UM OLHAR SOBRE A AMÉRICA LATINA

A partir dos dados apresentados no capítulo anterior (Gráfico 3), verificamos uma mudança de hegemonia dos países europeus e das potências econômicas no ranking de mulheres representantes nos parlamentos, destaque para o fato de quatro países dos dez primeiros serem da América Latina, o que torna a região nosso universo de interesse.

Mesmo com muitos anos de pesquisa, ainda sabemos pouco sobre os aspectos mais profundos que envolvem a representação de mulheres na América Latina, muito em função das variações internas e particularidades históricas dos seus países (CHANEY, 1979; MARX, 1992; FRANCESCHET, 2005; MACAULAY, 2006; MARX et al., 2007; ARCHENTI e TULA, 2008; SAINT-GERMAIN e METOYER, 2008; SCHWINDT-BAYER, 2010). Mesmo assim, nos últimos 20 anos, a região destacou-se pelo crescimento de mulheres parlamentares, sobretudo nas Câmaras Baixas, onde a taxa de aumento foi de 17%, o que a posiciona em segundo lugar no ranking mundial, apenas atrás dos países nórdicos.

Segundo Schwindt-Bayer (2010 e 2014), um estudo da América Latina se justifica por alguns motivos peculiares. Primeiro, por ser uma região que reflete a realidade contemporânea de muitas democracias ao redor do mundo: aquelas que vivenciam um domínio da cultura machista, ao mesmo tempo que tornam a igualdade entre os gêneros pauta de discussão. Em sua visão, isso se deve à resignificação do papel social feminino tradicional, por conta do movimento de saída das mulheres da esfera privada para a pública, seja através do mercado de trabalho ou das instituições educacionais e políticas (SCHWINDT-BAYER, 2010).

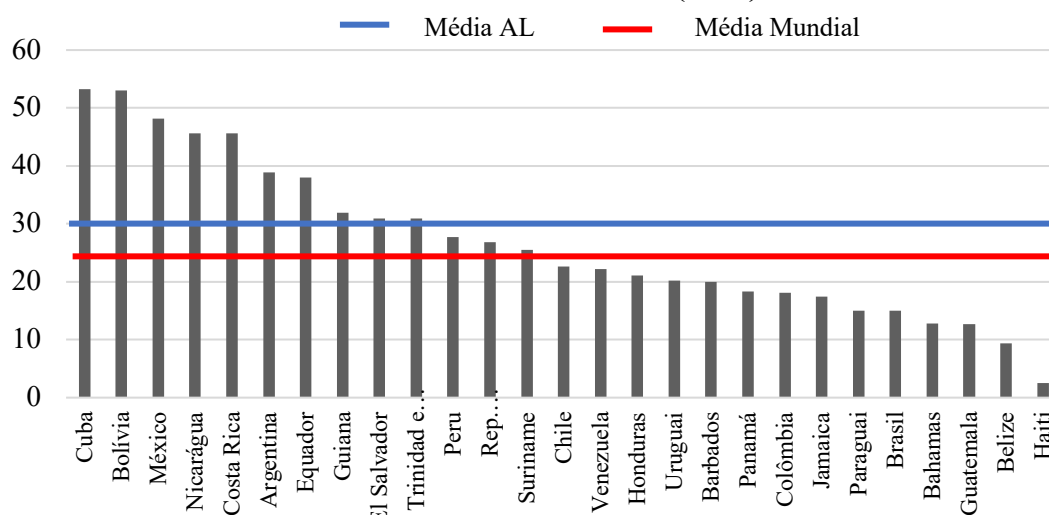
Em segundo lugar, a região oferece uma visão diferente sobre a representação das mulheres (SCHWINDT-BAYER, 2010). Tradicionalmente, as pesquisas debatem sobre as realidades de países europeus altamente industrializados e dos Estados Unidos, e assim, as justificativas para regiões alternativas, como a América Latina, centram-se no argumento de que as mulheres latino-americanas, em razão de suas diferenças, devem ter vez para expor seus interesses nos espaços políticos (CHANEY, 1979; JAQUETTE and WOLCHIK, 1998; CRASKE, 1999).

Como discutimos no capítulo anterior, a defesa da entrada das mulheres na política pode ser baseada nas reivindicações pelo poder através da teoria das diferenças (YOUNG, 2001). Entretanto, não é a única e nem a motivação primária para participarem politicamente. Antes de tudo, é uma questão de igualdade política e justiça social

(FRASER, 1997). Por isso, um olhar mais atento para a América Latina parece ser um passo importante na compreensão de aspectos mais substantivos que envolvem a representação política de mulheres.

Ao observarmos o quadro atual da representação de mulheres nas câmaras baixas dos países da América Latina (Gráfico 4) verificamos que não existe um padrão e nem tendência universal nas taxas, assim como, a ausência de um perfil dos países que estão na liderança ou nas últimas posições. De um lado, oito países estão acima da média da região (linha azul), dos quais cinco possuem mais de 40%, tendo Cuba e Bolívia índices acima dos 50%. Do outro, catorze encontram-se abaixo da média mundial (linha vermelha – 25%), tendo o Haiti a menor taxa, 2,5%. É importante ressaltar os casos de alguns países que possuem destaque internacional, como Brasil, Chile e Uruguai que estão situados na faixa dos 20%, abaixo da Guiana e Suriname.

Gráfico 4 - Porcentagem de Mulheres nos parlamentos da América Latina e Caribe (2019)



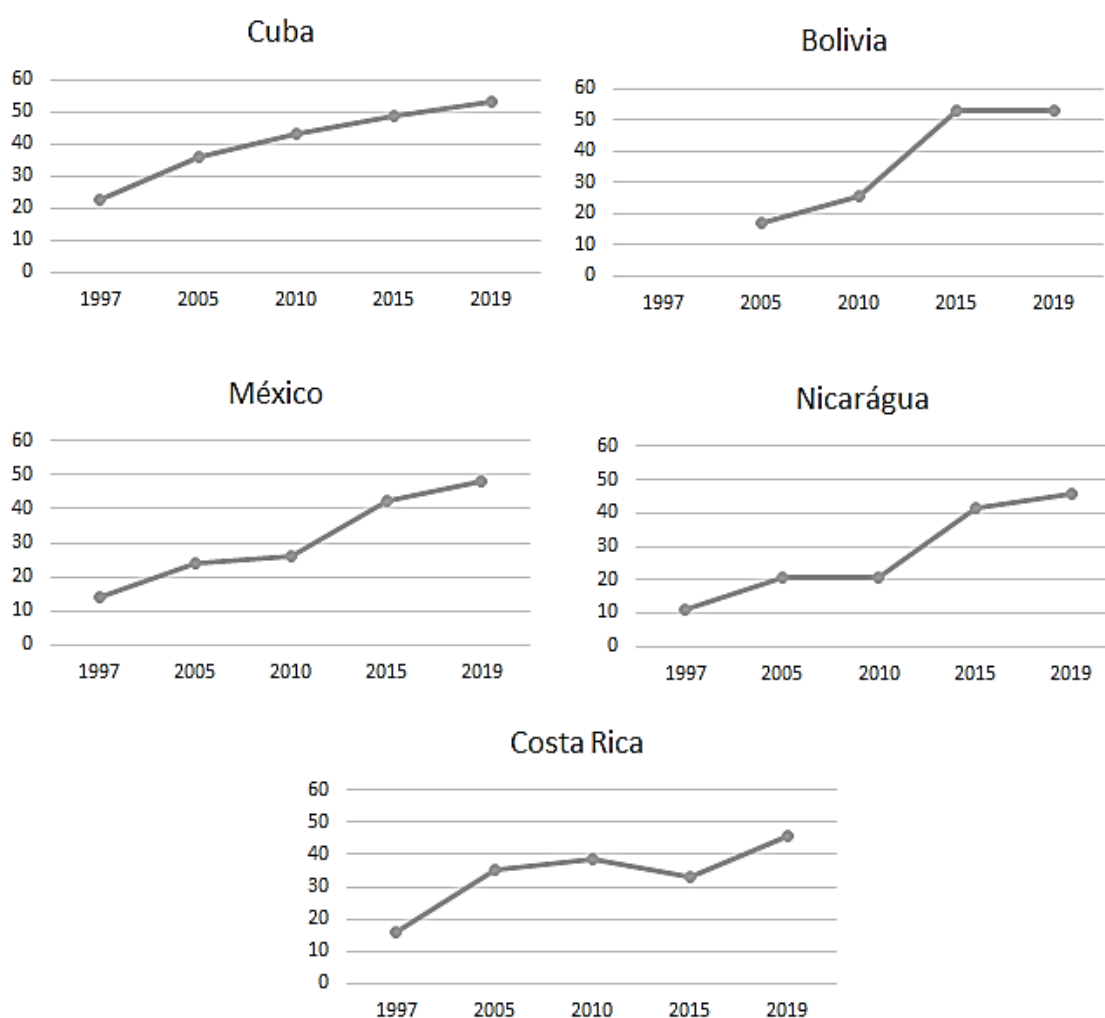
Fontes: IPU 2018; CEPAL 2018

Então, nos perguntamos qual seria a razão do crescimento dos últimos anos e como explicar as disparidades entre os países? Para atingir tal objetivo, nosso primeiro passo será a realização de um breve levantamento histórico e explicativo de alguns países sobre seus contextos políticos, econômicos e sociais, com ênfase nas questões voltadas às mulheres. Assim, a partir dos índices de representação política, os países foram divididos em três grupos: 1) alta representação; 2) média representação; 3) baixa representação. Para construirmos um panorama comparativo estabelecemos como critérios históricos do contexto socioeconômico das mulheres, da participação social e política feminina e das medidas institucionais.

4.1 ALTA REPRESENTAÇÃO (CUBA, BOLÍVIA, MÉXICO, COSTA RICA E NICARÁGUA)

Os países com alta representação são aqueles com mais de 40% de mulheres na Câmara baixa, no início de 2019. Na imagem abaixo apresentamos seus dados de maneira longitudinais (Figura 1).

Figura 1 - Países com alta taxa de representação de mulheres - América Latina (1997-2019)



Fonte: IPU e CEPAL 1995-2019

A priori, percebemos que a maioria possui uma trajetória de ascensão constante, com exceção da Costa Rica que teve uma leve queda entre 2010 e 2015. São países que, no final dos anos 90, possuíam taxas acima dos 10%, diferente dos demais, o que os coloca

com pontos de partida mais altos da região. Outro aspecto notável são as posições de Cuba e Bolívia, por terem mais da metade dos cargos ocupados por mulheres, seguidos pelo México com 48%. Em termos comparativos estão acima dos países nórdicos, os quais são vistos como referências mundiais de representação parlamentar feminina.

Na tentativa de compreender um pouco sobre a trajetória desse grupo, elaboramos uma breve revisão de seus acontecimentos e aspectos históricos importantes sobre a relação entre mulheres e política. O primeiro ponto que chama atenção é que todos os países em questão possuem um histórico de forte mobilização política de mulheres, que culminaram na criação de movimentos com grande destaque nacional. Fato interessante é que em alguns países, como Cuba e Nicarágua, esta atuação foi mais intensa em razão das revoluções e regimes autoritários, pois durante esses períodos as mulheres assumiram a força de trabalho, já que os homens estavam nos confrontos, e também, os grupos de mulheres ganharam destaque no contexto político, através da reivindicação da democracia em conjunto com demandas pelos direitos das mulheres. Vejamos Cuba, que mesmo com a pequena quantidade de mulheres participantes da revolução, o papel que desempenharam foi essencial, pois trouxeram demandas aos líderes, tanto pelo direito ao voto, como também, por políticas voltadas às mulheres. Um importante ponto foi a criação da FMC (Federação de Mulheres Cubanas), organização autônoma que atua historicamente na constituição de políticas públicas ligadas às mulheres e possui papel fundamental nas instituições cubanas. O que levou Cuba a ser o primeiro país signatário na América Latina da Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

Paralelamente, na Bolívia destaca-se o coletivo Foro Político de Mulheres, o qual atuou nas estratégias iniciais da inclusão de cotas na política sob o lema “mulheres presentes na história. O resultado foi a ampliação da base popular e a participação mobilizada de uma rede de organizações de mulheres alinhadas ao processo para a produção de medidas. Já nos anos 30 e 40, no México, houve uma mobilização maior entre as mulheres que se organizaram em partidos, como o Partido Nacional Revolucionário (PNR) e o Partido da revolução mexicana (PRM) e a criação da Frente Única Pró- Mulheres (FUPDM). Na década de 20, o movimento sufragista na Costa Rica foi representado pela da Liga Feminista Costa-riquenha (LFC). A mobilização das

mulheres continuou com a criação da Aliança de Mulheres Costarriquenses (AMC)⁷², que virou a principal organização feminista do país, e durante a década de 80, os em 1984 a Costa Rica ratificou a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, dando um impulso para a aprovação da lei de promoção da igualdade social da mulher, em 1990. Chama atenção que a mobilização das mulheres e dos grupos de mulheres e feministas não foram pontuais nas histórias desses países. A força que acumularam inseriu mais profundamente as demandas sobre as situações enfrentadas pelas mulheres nos contextos dos países, o que levou a uma forte institucionalização e permanência dos movimentos nas estruturas institucionais.

Em um panorama geral, os anos 90 e os primeiros anos dos 2000 representaram o início do aceleração econômico da América Latina. Assim, a presença mais estruturada citada acima, junto com o desenvolvimento socioeconômico, produziram políticas importantes para a melhoria de vida das meninas e das mulheres, na maioria dos países de alta representação parlamentar. Atualmente, Cuba encontra-se entre os 100 países com maior IDH e melhores índice de desenvolvimento de gênero (IDG)⁷³. Isto foi possível por meio de políticas específicas, como centros profissionalizantes específicos para mulheres, que aumentaram a qualificação escolar e as chances de inserção no mundo do trabalho, assim, a participação feminina como mão de obra passou a ser 41%, em 2017, tendo uma das maiores taxas de escolarização para as mulheres adultas (86,7% das acima de 25 anos tem ao menos o ensino secundário) no mundo.

Se observamos o México, também, verificamos a relação entre a institucionalização dos movimentos e o desenvolvimento econômico geraram melhorias contextuais. Em 1996, mesmo sem lei de cotas, o governo federal mexicano iniciou o Programa Nacional da Mulher, conhecido como o Instituto Nacional da Mulher (Inmujeres), que tem um importante papel na promoção da mais qualidade de vida para as mexicanas. Com um aumento de 10% no IDH do país, entre 2000 e 2018, as mulheres passaram a fazer mais parte do mercado. Atualmente, representam 44,1% da força de trabalho, como também, 57,8% das mulheres acima dos 25 anos possuem ao menos ensino secundário. No mesmo caminho estava a Nicarágua, que investiu na profissionalização das mulheres como modo de lidar com os danos econômicos causados

⁷² A Liga Feminista Costa-riquenha foi dissolvida após o sufrágio feminino. Em 1948, fundou-se a União de Mulheres Carmem Lyra, que estava filiado ao Partido Vanguardista Popular, por isso, foi criada em meio a ilegalidade, na qual o partido se fundou. Em 1952, a União passou a se denominar Aliança de Mulheres Costarriquenses (AMC).

⁷³ Está na 73ª posição do IDH e IDG (índice de desenvolvimento de gênero).

pelo regime ditatorial⁷⁴, nos anos 90 (RIVAS, SALGADO, NARVAÉZ, & LEÓN, 2015). Vale destacar que em 1997, a Nicarágua elegeu da primeira mulher presidente da América Latina, Violeta Chamorro (1990-1997). As consequências das transformações no país foram colhidas anos mais tarde, quando passou de 10% de mulheres na Assembleia Nacional para mais de 40%, em 2015, sendo destaque no último relatório (2018) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelos importantes avanços em matéria de gênero em vários indicadores, como a redução da pobreza extrema, a desnutrição crônica e a mortalidade materna. As mulheres superaram os níveis educacionais de matrículas dos homens, tem menores índices de reprovação e são mais qualificadas. Por isso, em 2015, o PNUD da Nicarágua recebeu o Selo de Ouro pela Igualdade de Gênero devido ao progresso alcançado no país nos últimos anos⁷⁵.

Apesar de caminharem de maneira parecida em relação à participação das mulheres na história e as mudanças socioeconômicos a partir da força que os movimentos representam na política dos países, a decisão por medidas institucionais não teve o mesmo caminho. Pela análise histórica, é possível perceber que as bases para a promoção de mais representantes políticas femininas foram construídas de maneira semelhante, entretanto, poucos tomaram a decisão de criar uma política afirmativa como uma maneira de intensificar as mudanças sociais. O caso de maior destaque é Cuba, já que mesmo sendo o primeiro país signatário da Conferência de Beijing de 1995, não possui uma medida institucional formal para a representação política de mulheres. Então, o que explicaria as altas taxas de parlamentares femininas?

Observando os dados da figura anterior, Cuba possui um diferencial de já nos anos 90, possuir a maior porcentagem de mulheres representantes políticas na América Latina, com 22% na Assembleia Nacional, enquanto a média para região era de 12%. Em 2003, ultrapassou os 30% e, após esse período, continuou com um crescimento quase linear. No início de 2019, atingiu 53,2% de mulheres parlamentares⁷⁶, sendo o segundo lugar no ranking mundial do Inter-Parliamentary Union (IPU), atrás apenas de Ruanda e na frente de países como a Suíça, Finlândia e Espanha. Assim como alguns países africanos, o enredo cubano foge das explicações mais típicas para o aumento de representação parlamentar feminina (LUCIAK, 2005 e 2007; EREN, 2018), como a

⁷⁴ Atualmente, as mulheres nicaraguenses representam 57% da força de trabalho. Fonte: <https://data.worldbank.org> Acesso: 20/07/2019.

⁷⁵ Fonte: <https://noticias.asamblea.gob.ni/pnud-nicaragua-recibe-certificacion-de-oro-para-la-igualdad-de-genero/>

⁷⁶ Ainda possui 39% de mulheres na Assembleia Provinciana e 35% nas Assembleias Municipais.

existência de um sistema institucional favorável ou aplicação do modelo escandinavo (nórdico)⁷⁷(EREN, 2018). Em um primeiro olhar, o país apresenta características que podem ser indicadas como ineficientes para a promoção da representação igualitária entre os gêneros, especialmente, por não possuir qualquer tipo de ação afirmativa e ser um país marcado por conflitos e instabilidade política (LUCIAK, 2005). Ou seja, aspectos diferenciados dos países nórdicos que possuem uma certa estabilidade democrática, uma tradição cultural de igualitarismo, secularismo e condições políticas e culturais que impulsionaram a igualdade de gênero ao longo do tempo (EREN, 2018).

Destacamos dois autores que apontam questões-chave para o caso de Cuba. O primeiro é de Iija A. Luciak com o artigo *Party and State in Cuba: Gender equality in political decision making* (2005) e o livro *Gender and Democracy in Cuba* (2007), o segundo é Batuhan Eren, *Parliaments of paradox: explaining exceptional cases of women's proportion in Cuban and Namibian national parliaments* (2018). O que ambos ressaltam são as funções da revolução cubana e da criação da Federação de Mulheres Cubanas (FMC) (LUCIAK, 2005 e 2007; EREN, 2018) na inserção da ideia de igualdade política entre gêneros no país. De modo mais geral, Eren (2018) que Cuba, assim como Namíbia, é exemplo de um padrão alternativo marcado pela presença de um movimento ativo e autônomo de mulheres (FMC) que, junto com as elites políticas, atuam na pressão por demandas de gênero, seja através de políticas públicas mais específicas ou de áreas mais amplas que as incluam e melhorem a qualidade de vida. Então mesmo sem incentivos institucionais diretos, os fatores responsáveis por influenciar o quadro representacional feminino em Cuba seriam a herança ativa das mulheres, as melhorias do contexto socioeconômico (LUCIAK, 2005 e 2007; EREN, 2018) e o que Luciak (2005 e 2007) chamou de *política implícita de preferência pelas minorias* dentro do processo político (viés mais valorativo e menos institucional).

Em seu estudo, Luciak verificou que a Comissão de candidatura⁷⁸ pauta-se na ideia de que a assembleia nacional deve ser conexa com a representação proporcional da população cubana⁷⁹, o que inclui as mulheres. Assim, em razão do histórico de demandas

⁷⁷ O modelo nórdico é baseado em um aumento gradual e de longo prazo de normas institucionais de avanço da participação feminina (EREN, 2018). Para Dahlerup e Freidenvall (2003), os países escandinavos sempre tiveram alta presença de mulheres na política, assim a implementação de cotas de gênero na Escandinávia não deve ser considerada como um modelo global a ser seguido.

⁷⁸ Órgão do Poder Popular responsável pela seleção dos candidatos que concorrerão aos cargos nacionais.

⁷⁹ A eleição para a Assembleia Nacional do Poder Popular é realizada da seguinte maneira: qualquer pessoa pode se candidatar ao cargo, existe a Comissão de Candidatura que avalia segundo mérito e experiência os

por igualdade de gênero e atuação da FMC, as listas finais das eleições possuem mais mulheres que homens (LUCIAK, 2005 e 2007)⁸⁰. Isso constitui um ponto controverso, já que pode ser visto como uma política de cotas implícita, entretanto, não há recomendação formal para essa atuação da comissão⁸¹. Para o autor, trata-se mais de uma mentalidade valorativa do Estado, que entende a necessidade de atuar em prol da igualdade de gênero, ao mesmo tempo que existe uma forte resistência por parte do governo para a instauração de uma política de cotas, pois justificam que seria vista pela população como uma forma de privilégio (LUCIAK, 2007). Sendo assim, o quadro cubano seria um exemplo de como a persistência de um ideário machista tem efeitos políticos intermediados pelo controle estatal implícito pautado na garantia da igualdade política.

De um modo geral, o que podemos concluir sobre os países que possuem as taxas mais elevadas de mulheres nos parlamentos latino americanos é que se trata de países que ao passarem por sérios problemas políticos, econômicos e sociais, investiram na grande parcela de suas populações que eram as mulheres. Importante entender que esse movimento de investimento está atrelado não apenas a presença de movimentos de mulheres e feministas, e sim à institucionalização das demandas através da produção de políticas públicas direcionadas a esse grupo. Medidas que foram pensadas mais a longo prazo e que são constantemente atualizadas conforme o contexto, o que incentivou a criação de políticas de cotas, que se tornaram mais qualificadas conforme os resultados não se apresentavam satisfatório. Ou seja, os fatores culturais, socioeconômicos e institucionais caminharam na mesma direção ao desenvolvimento das mulheres, perspectiva promovida pela presença de fortes grupos de mulheres na produção de políticas.

4.2 MÉDIA REPRESENTAÇÃO (ARGENTINA, EQUADOR, GUIANA, EL SALVADOR, PERU E REPÚBLICA DOMINICANA)

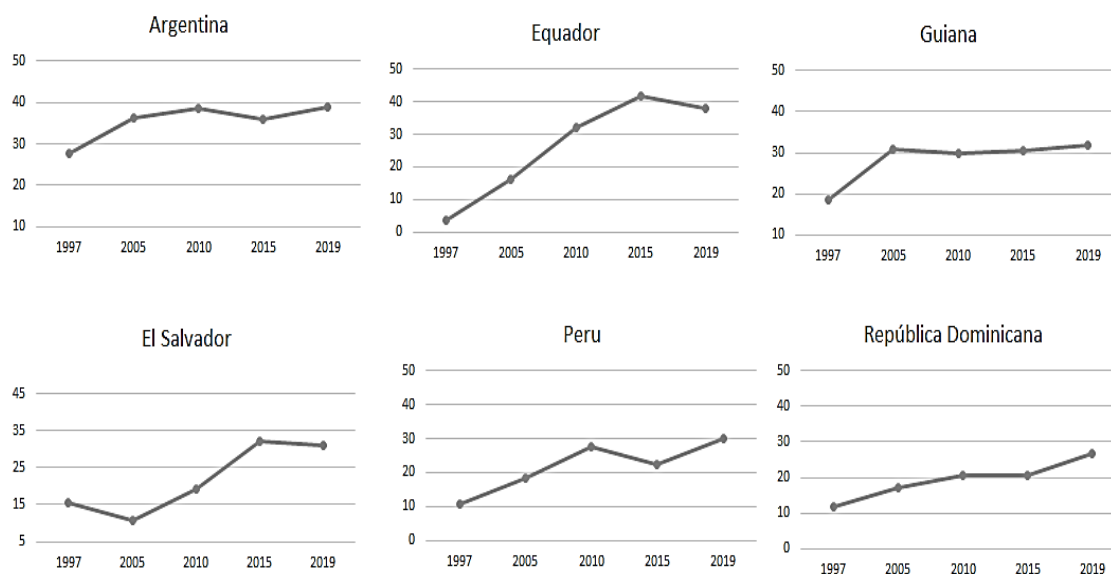
candidatos. A lista final é composta por 50% desses candidatos e 50% dos candidatos nomeados pelas Assembleias Provinciais. Ao final são listados apenas 1 candidato por vaga e a população vota pela aprovação ou reprovação desse candidato, ou seja, eles não concorrem entre si.

⁸⁰ Para evitar críticas ao processo, os delegados da Comissão argumentam que são incluídas apenas as mulheres que se enquadram nos critérios de méritos e experiências, os mesmos utilizados para os homens (LUCIAK, 2005 e 2007).

⁸¹ Luciak chegou a esse entendimento através de entrevistas com os delegados da Comissão de Candidaturas.

Os países com taxa média de representação são os que possuem mais de 25% de mulheres no legislativo (média mundial), mas estão abaixo dos 40%. São eles: Argentina, Equador, Guiana, Peru e República Dominicana (Figura 2).

FIGURA 2 - Países com taxa Média de representação de mulheres - América Latina (1997-2019)



Fonte: IPU e CEPAL 1995-2019

Em comparação com os países de alta representação, os de média possuem trajetórias mais irregulares, alguns com poucas variações (Argentina, Guiana e República Dominicana), uns com quedas e subidas (El Salvador e Peru) e outros com expressiva ascendência (Equador).

Com um histórico positivo de mobilização popular e ação dos grupos de mulheres, desde os anos 40, a Argentina era considerada um exemplo de como diminuir a discrepância entre a presença de mulheres e homens no parlamento. A trajetória das mulheres na política argentina tem um período de destaque nos anos 40, tendo María Estela Martínez de Perón como vice-presidente na chapa das eleições de 1973 e assumiu a presidência após a morte de Juan Domingo Perón. Ficou no cargo até 1976 quando foi deposta pelo golpe militar. Os grupos de mulheres ganharam forças nos anos 70 e 80 por suas participações ativa na oposição do regime militar vivido pelo país. Segundo Alvarez, “(...) os grupos de mulheres eram uma parte integral da base opositora que com sucesso

deslocou o regime militar em 1983” (ALVAREZ, 1990, p. 21). Por consequência, muitas dessas mulheres continuaram suas lutas políticas ao se inserirem dentro dos partidos políticos, o que foi um ponto importante na mobilização para a política de cotas. Logo nos anos 90, foi o primeiro país a criar uma política de cotas na América Latina, com um mínimo de 30% de mulheres como candidatas aos cargos eletivos para deputados, senadores e constituintes nacionais. Tal medida foi acompanhada de sanções, principalmente a não oficialização da lista que não cumprisse os requisitos⁸². Além da edição da lei, o sistema eleitoral da Argentina estava moldado para a maior eficiência das cotas, com um sistema de representação proporcional e lista fechada.

Outro passo importante dado foi, em 1994, uma emenda à Constituição Nacional, a qual inseriu a garantia da presença de ações afirmativas na Argentina, que denotou um caráter constitucional à promoção da igualdade de oportunidades para o ingresso na política entre os gêneros. Todos esses arranjos foram efetivos no aumento de mulheres na Câmara dos deputados. Em 1990, havia 5,8%, em 1997 passou a ter 28% e 36% em 2005, o que fez da Argentina um dos maiores destaque da América Latina e do mundo. Entretanto, esse ritmo não se manteve. É possível observar uma fase de estagnação nos anos posteriores, com uma leve queda em 2015, a qual manteve a taxa abaixo dos 40%, o que dificultou sua permanência entre aqueles com os parlamentos mais igualitários. Qual seria a explicação?

A priori, as cotas de gênero na Argentina tiveram um êxito reconhecido internacionalmente, em virtude do desenho da política (mandato de posição, porcentagem razoável e sanções legais) ser combinado com um sistema eleitoral que proporcionou condições para sua efetividade (proporcional com listas fechadas e bloqueadas). Contudo, para alguns autores, esses aspectos perdem suas forças em razão dos problemas econômicos que afetaram o contexto social dos argentinos nos últimos anos. Outro ponto é que nas províncias não existem cotas, o que cria um quadro de discrepância de incentivos e resultados entre elas. Algumas possuem 9% de mulheres e outras chegam aos 48%. Em razão da mudança de trajetória, a pressão que recaiu ao governo Argentino nos últimos anos fez com que o Congresso, em 2019, aprovasse a lei da paridade política, com 50% de cada gênero nas listas de candidatos, mantendo as demais características da

⁸² Em 2000, o decreto 1246/2000 foi regulamentou explicitamente as sanções aplicáveis às listas que não cumpriam as cotas.

política de cotas anterior⁸³. O resultado dessa nova fase para a Argentina será visto após a decorrência das eleições no final de 2019.

Em contrapartida ao caso argentina, os demais países do grupo de média representação possuem históricos semelhantes de baixa representação feminina até os anos 2000 e nos últimos 20 anos, apresentam um processo de ascensão. O que observamos é um padrão que possui duas bases: maior desenvolvimento regional e inserção de políticas de cotas de qualidades moderadas a altas, mas que tiveram efeitos razoáveis. Se observarmos o Equador, as cotas para gênero foram aplicadas pela primeira vez na eleição para Assembleia Nacional em 1998. O resultado foi a elevação para 17% na porcentagem de mulheres eleitas, entretanto, a nível provincial, o impacto foi quase nulo. Já em 1998, houve uma reforma constitucional que introduziu várias propostas direcionadas às mulheres, em especial, a inserção expressa da igualdade de oportunidade entre mulheres e homens, a participação equitativa dos gêneros nos processos de eleições populares e nas instâncias de direções e decisões do âmbito público. O destaque do processo equatoriano foi a aprovação em 2000 de cotas progressivas: o aumento progressivo de 5% a cada eleição, sendo o piso mínimo de 30% de mulheres nas listas de candidaturas plurinominais até chegar aos 50%. Esse ponto é importante porque o Equador foi o único país da América Latina a adotar esse formato de cotas. Dessa forma, em 2002 a cota era de 35%, um valor mais alto que a maioria dos países. Em 2004 chegou aos 40% e em 2007, aos 50%. Assim, tornou-se o primeiro país a ter uma medida de paridade. Apesar de ser um sistema de lista aberta, o que é visto por uma parte da literatura como um obstáculo para a promoção da representação das mulheres (ARCHENTI e TULA, 2014), a lei veio acompanhada dos princípios da alternância, sequencialidade entre os gêneros na lista e positivou sanções, o que para alguns analistas garantiu a efetividade da política de cotas (ARCHENTI e TULA, 2014).

Até certo ponto, os números de mulheres no parlamento equatoriano acompanharam a promoção do aumento, mas não na mesma proporção. Nos primeiros anos, o impacto foi mais forte porque a porcentagem inicial era muito baixa, então, houve um aumento considerável, ritmo que não foi mantido. Mesmo assim, em 2015 chegou ao seu auge, com 41% de mulheres na Assembleia Nacional. Nesse ano a paridade estava valendo, o que explicaria a meta atingida, mesmo sendo abaixo dos 50%. O curioso é que

⁸³A lei da paridade foi aprovada em 2017, mas, somente em março de 2019 foi regulamentada para o Congresso e publicada em Diário Oficial.

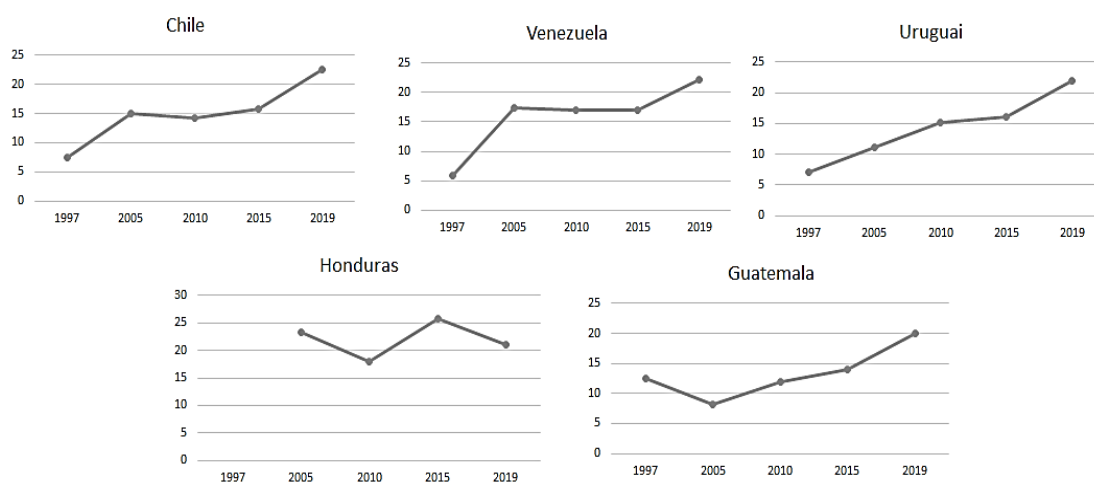
na eleição seguinte, 2018, o valor abaixou para 38%. A razão principal é os efeitos dos aspectos econômicos, pois a região vive um período de baixo crescimento econômico (ARCHENTI e TULA, 2014). O Equador é um dos países que teve as condições socioeconômicas afetadas e as mulheres são as primeiras a sentirem as consequências das transformações sociais, o que explicaria um menor incentivo pelo tema e, por fim, a queda na taxa.

O que os dados e a história dos países de taxa moderada demonstram é um caminho padrão entre ele de adoção das recomendações internacionais sobre as desigualdades que rondam a vida das mulheres. Mesmo apresentando algumas políticas relativas às condições de vida das mulheres, tais não foram tão amplas e fortes como as que vimos nos países do grupo anterior, o que pode explicar a velocidade mais lenta de crescimento. Vale destacar que foram países que tiveram taxas expressivas de aumento, mas que “estagnaram no tempo” nos últimos anos. Apesar de modificações jurídicas em seus sistemas eleitorais e políticos, como aumento da qualidade das políticas de cotas, as crises econômicas dos últimos anos afetou o processo de desenvolvimento das políticas para as mulheres, não sendo prioridades, o que expressa mais uma divergência com os de alta representação, podendo ser um fator importante para os diferentes cenários.

4.3 BAIXA REPRESENTAÇÃO

Em última análise, os países com baixa representação (menos de 25%) serão divididos em dois grupos: a primeira imagem (Figura 3) é referente aos que estão entre 25% e 20% e a segunda (Figura 4), aos abaixo dos 20%.

FIGURA 3 – Grupo 1- Países com baixa taxa (entre 25% e 20%) de representação parlamentar de mulheres - América Latina (1997-2019)



Fonte: IPU e CEPA (1995-2019)

De um modo geral, os três primeiros países (Chile, Venezuela e Uruguai) apresentam trajetórias similares de lento crescimento com períodos de estabilidade, especialmente Chile e Venezuela, entre 2005 e 2015. No final da década de 90, aparentemente, acompanharam a tendência regional de aumento de mulheres representantes, mas de maneira contida, com leve acréscimo em suas taxas. Contudo, não mantiveram o ritmo e voltam a ter alguma alteração pós-2015. Já Honduras e Guatemala possuem históricos variados, com o primeiro caracterizado pela instabilidade, com momentos de aumento e outros de declínio, variando ao longo dos anos entre 18% e 25%. O segundo, em 1997, possuía uma taxa média para a época, entretanto teve uma queda significativa em 2005, atingindo apenas 5% e, nos anos seguintes, apresenta uma tendência de aumento, mas em ritmo relativamente lento.

O primeiro ponto que chama a atenção nesse grupo é a colocação de Uruguai e Chile, já que são considerados destaques regionais no meio internacional, especialmente a partir dos anos 2000, quando tiveram um grande crescimento econômico. Entretanto, como vemos na imagem acima, ao que se refere à representação parlamentar de mulheres, o cenário não é favorável. Então, como explicar que um país como o Chile, com contexto socioeconômico favorável, que chegou a eleger uma mulher para a presidência em 2006, tenha um índice tão baixo de representantes femininas em sua Assembleia Nacional?

A principal explicação dada pela literatura (PASCUAL, 2015; GALLARDO; 2016; SALAZAR, 2016; CHIA e LAGOS, 2017; SUÁREZ-CAO, 2017) é que, apesar, da ideia de igualdade entre os gêneros estar fortemente vinculada à implementação da

democracia e a modernização do Estado chileno, não houve a transposição da ideia em medidas efetivas no que se refere às tentativas de equilibrar a representação política entre mulheres e homens. Isso quer dizer que, ao longo dos anos, o Chile estipulou políticas específicas sobre os direitos das mulheres em diversas áreas, como o *Plano de igualdad de oportunidades* em 1994 e 2000-2010, bem como a *Agenda de Género*, em 2006-2010. Complementando esse movimento, durante o governo de Michelle Bachelet foi fundado o Serviço Nacional da Mulher (SERNAM) que, atualmente, se chama Serviço Nacional da Mulher e da Equidade de Género (SERNAMEG), juntamente, com a criação do Ministério da Mulher e da Equidade de Género (MMEG). Paralelamente, houve avanços na área do trabalho, como a criação da lei que regulamenta a jornada de descanso e remuneração das trabalhadoras domésticas⁸⁴. Outro projeto importante foi voltado aos direitos das mulheres a uma vida livre de violência, com intuito de deter ações violentas no âmbito extrafamiliar e combater a violência física, sexual, simbólica e econômica.

Contudo, os avanços nesses setores não foram acompanhados pelos espaços de representação política formal, especialmente o parlamento chileno. No mesmo período da criação dessas leis, a taxa de mulheres congressistas permaneceu constante, na casa dos 15%. Sendo assim, no Chile, os avanços se deram de forma mais qualitativa na institucionalização e na coordenação Inter setorial sobre diferentes questões das desigualdades entre os gêneros, entretanto, sobre a discrepância da representação política não houve incentivos para a criação de leis ou projetos que visassem propiciar medidas de intervenções pontuais a curto prazo. Tanto que pode ser considerado um *outsider* da tendência que se deu na América Latina nos anos 90. De implementação massiva de políticas afirmativas, a criação da lei de cotas para mulheres na política só foi realizada em 2015⁸⁵ no Chile.

A criação dessa medida só foi possível porque foi acompanhada por uma reforma eleitoral mais ampla. O destaque foi a incorporação do princípio de equilíbrio de gênero, estabelecendo que nenhum dos sexos poderia ultrapassar 60% da totalidade nas listas de candidaturas dos partidos políticos para deputados e senadores, independente da forma de nomeação. Ainda acrescentou que a não observância de tal regra recairia na rejeição de toda a lista apresentada. Em geral, as porcentagens aplicadas às cotas variaram entre 30% e 40%, como mínimo de representação de qualquer um dos sexos, assim, o formato da lei

⁸⁴ Lei nº 20.786

⁸⁵ Lei nº 20.840/2015

chilena não se enquadra no critério de paridade, por isso, é considerado como uma paridade flexível (SALAZAR, 2016).

Como notado, a nova lei eleitoral estabeleceu um parâmetro para a confirmação de candidaturas ao Congresso, a partir do qual nenhum homem nem mulher podem superar os 60% e nem estar abaixo dos 40% da lista de candidatos para a Câmara dos Deputados e Senado. Essa medida não abarca outros tipos de órgão eleitorais, como os Conselhos Regionais, cujos representantes também são eleitos. Em termos de efeitos da lei, o número de mulheres candidatas aumentou tanto para ambas as casas legislativas, cumprindo o mínimo de 40%. Entretanto, o aumento de candidaturas não se efetivou em aumento considerável de representantes, apesar de em 2017 o Congresso Chileno passar a ter 22,8% de mulheres, um aumento de quase 8% em relação à última eleição.

Outro caso destaque é o Uruguai que, apesar do fortalecimento das cotas, a representação de mulheres continua sendo uma das mais baixas da região. Nesse sentido, o Uruguai apresenta o caso menos provável em qual a cota não foi altamente efetiva. Por um lado, tem um sistema moderado de cotas, com uma porcentagem de 33%, com mandato de posição que estabelece que ambos os sexos devem estar equitativamente nas listas. As mulheres devem estar nos primeiros 15 lugares ou a cada três lugares, e nos distritos binominais a lista deve ser paritária. A Lei 18.476/2009 apresenta como sanção a não admissibilidade das listas que não cumprem todos os requisitos das leis, sem exceções. Por outro lado, Uruguai apresenta um sistema eleitoral proporcional com lista paritária fechada e bloqueada. Contudo, o resultado das cotas não foi efetivo para a câmara baixa.

O Uruguai aplicou pela primeira vez as cotas de 25% nas eleições de 2014. O país mantinha uma baixa representação até esse ano, tendo 6,9% em 1994, 11,54 nas eleições de 1999, valor mantido em 2009. Como é possível ver, a constante foi porcentagem abaixo de 15%, somente ultrapassou tal valor em 2015, chegando em 2019 com 22%, em um país em que a igualdade é um valor social e político relevante e que conta com mulheres com alto nível educacional.

Apesar das cotas de gênero aumentarem a representação de mulheres no Senado uruguaio, na Câmara dos deputados o êxito das mulheres representantes é mais modesto, como mostra a imagem 3. Isto se dá, principalmente, por conta do sistema eleitoral de três escrutínios, no qual as bancadas ganhas por um partido se distribuem proporcionalmente entre as listas e por distrito. Isto gera uma fragmentação intrapartidárias muito alta e termina ingressando nas câmaras as cabeças das listas, o que geralmente são homens.

Mesmo assim, a maioria dos distritos do país são de magnitude pequena, o que afeta a proporcionalidade da distribuição das bancadas no interior dos partidos e beneficia novamente os candidatos homens que encabeçam as listas (ALTMAN & BUQUET, 2015; FREIDENBERG & LAJAS, 2017).

O que pode explicar o caso do Uruguai? Para algumas líderes uruguaias existem três grandes eixos de manutenção do patriarcado: 1) rígida divisão sexual do trabalho, traduzida claramente pelas disparidades no uso do tempo; 2) alta violência intrafamiliar e doméstica contra as mulheres, mesmo sendo um país com alta segurança cidadã, pública e comunitária, e por fim, 3) as fortes resistências das lideranças masculinas contra o aumento da representação política feminina.

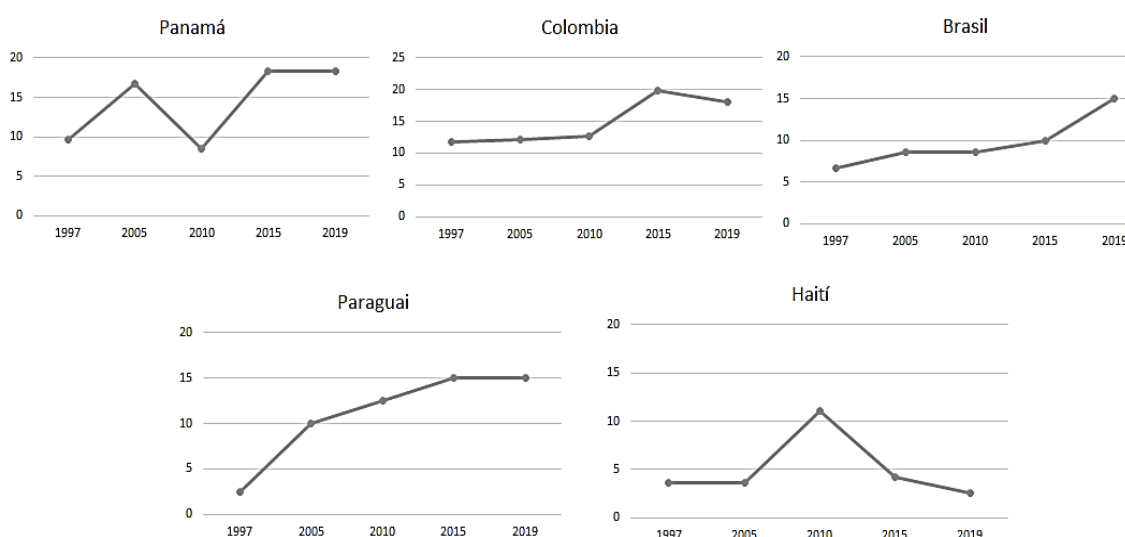
A Guatemala é um país com um histórico de baixa representação, não ultrapassando 14% até 2015, mas deu um salto em 2019 para os 20%. Luz Mendez (2004) explica o difícil processo em que as mulheres puderam participar dos Acordos de Paz com uma inclusão explícita nos documentos. Contam com um ativo movimento de mulheres, incluindo importantes organizações de mulheres indígenas e têm apresentado várias propostas para incluir as medidas especialmente voltadas para a igualdade política, como as propostas de reforma da Lei eleitoral e de Partidos Políticos. Contudo, não tem sido possível, até agora, chegar à inclusão de cotas no sistema eleitoral, nem superar a escassa presença de mulheres na representação política. A proposta atual de reforma para incluir a paridade é transcendental, no caso guatemalteco, porque levanta uma representação que transforma o mais ancorado na cultura política do país a propor uma representação étnica em igualdade proporcional para ambos os gêneros, quer dizer, a alternância política entre homens e mulheres, indígenas ou mestiço, o qual constitui uma novidade para um contexto social marcado pelo racismo e discriminação.

As pesquisas mais recentes sobre a Guatemala (ONU MUJERES, 2013; VÁSQUEZ, GALICIA e MONZÓN, 2013) assinalam que os principais obstáculos para o aumento da participação e representação no país são: a) a carência de recursos econômicos, de autonomia econômica das mulheres, o desconhecimento do meio político e de sua desvalorização, a discriminação e as identidades atribuídas; b) o caráter patriarcal da política partidária e a cultura política que se reflete no exercício do poder marginal que as mulheres tem acesso; c) o racismo, especialmente, para as mulheres indígenas que querem participar, a falta de credibilidade em suas capacidades, não levando-as com seriedade por parte dos outros atores políticos; d) a escassa visibilidade de suas

contribuições e demandas, assim como as exigências diferenciadas de fazer para provar ou demonstrar que estão capacitadas para participar da política.

No segundo grupo de países com baixa representação, podemos observar (Figura 4), trajetórias inteiramente distintas, alguns com linhas de ascensão, como o Paraguai, outros com caminhos quase lineares, como o Brasil, e outros com trajetórias instáveis como Panamá e Haiti.

FIGURA 4 - Grupo 2- Países com baixa taxa(menor que 20%) de representação parlamentar de mulheres - América Latina (1997-2019)



Fonte: IPU e CEPAL 1995-2019

O que é perceptível entre esses países é um cenário estagnação. Mesmo alguns oscilando mais, como o Panamá, ao longo dos anos, as taxas não variam, sendo estável próximo aos 20%. São países com histórico de baixa representação por não terem adotado medidas institucionais efetivas para a promoção da maior participação política das mulheres, conjuntamente, com falta de políticas públicas específicas para lidar com os problemas sociais femininos. Esses aspectos criam um cenário de manutenção dos papéis históricos das mulheres e dos homens, ou seja, a influência que as políticas podem ter na modificação da visão cultural sobre a subordinação, incapacidade e desinteresses das mulheres não se efetiva, pois não há incentivos. A maioria dos países do grupo vivem obstáculos econômicos e instabilidade política, o que interfere negativamente no debate

sobre uma reforma eleitoral e política que também leve em conta a desigualdade política entre mulheres e homens. Isso afeta o fator da publicização sobre o tema, não se torna um assunto importante na opinião pública, sendo assim, não estimula dos legisladores e políticos a mobilizarem capital de ação para criar políticas melhores.

Entre os países com baixa porcentagem, podemos dizer que um dos maiores destaques negativos é a posição do Brasil. Essa imagem negativa se dá tanto por sua posição internacional de destaque regional, quanto pela dissociação das suas medidas institucionais com as tendências regionais e internacionais. Mesmo com a adoção da política de cotas desde os anos 90, a média histórica é de 9% de mulheres presentes no congresso nacional, sendo que apenas com as eleições de 2018 ultrapassou os 10%, iniciando 2019 com 16% de parlamentares. O Brasil acompanhou a tendência de criação de cotas durante os anos 90, com o estabelecimento da primeira legislação no âmbito das eleições municipais em 1995, a qual previa a cota mínima de 20% para as candidaturas femininas e ampliou o número de candidatos que cada partido poderia apresentar, que passou de 100% a 120% das vagas em disputa. Em 1997, ampliou-se a aplicação para as eleições do sistema proporcional, Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais.

Pelos dados apresentados na imagem 4, a normativa sobre as cotas não obteve eficácia no país. Em 1994, haviam 6,2% de parlamentares mulheres na Câmara dos Deputados, e em 1998, quando ocorreram as primeiras eleições a esta Casa com vigência da Lei n. 9.504/97, a porcentagem de mulheres eleitas foi de 5,6%, ou seja, sofreu, inclusive, uma leve baixa. Nas eleições posteriores, tampouco houve um crescimento significativo, já que em 2002 foi de 8,2%, e em 2006, de 8,8%. Alguns estudos estimavam que, nas eleições de outubro de 2010, a porcentagem de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados iria aumentar entre 30% e 40% (Jornal pequeno, 2010) já que o número de candidatas cresceu de 128, nas eleições de 2006, para 1.345, no pleito de 2010. O número de mulheres eleitas, entretanto, não aumentou, ao contrário, diminuiu. Esse quadro situa o país entre os 50 piores classificados no ranking da União Interparlamentar.

Os pesquisadores do tema alertam que a ineficácia das cotas no Brasil se deve ao não desenvolvimento dos aspectos que são importantes para a geração de impactos positivos. Primeiro, a redação da lei abre para a interpretação de que o partido tem que reservar a porcentagem mínima de 30% das candidaturas para as mulheres, mas não obrigatoriamente apresentar essa proporção de candidaturas femininas. Assim, o partido poderia deixar vago ou incompleto 30% das vagas que estariam reservadas para o sexo

feminino sem que isso lhe ocasionasse qualquer prejuízo ou sanção (ARAÚJO, 2001). Mesmo com a alteração dessa parte apenas em 2009, para um sentido de obrigatoriedade, o problema somente foi solucionado de forma parcial, já que não há sanções previstas para os partidos que descumprem essa regra, como por exemplo na Argentina, que determina a não oficialização das listas que não observam as cotas.

Em princípio, seria lógico esperar que o não cumprimento das cotas resultasse numa perda de candidatos dos partidos, o que não ocorre, pois, a Lei 12.034/09 não pôs fim à cláusula de escape presente na Lei 9.504/97, que autoriza os partidos a aumentar o número de candidatos. Com essa legislação, o total de candidatos que pode ser apresentado por cada partido cresceu de 100% a 150%, assim a reivindicação por mais mulheres dilui a possibilidade de as cotas contribuírem para gerar um maior investimento nas campanhas das mulheres candidatas (RANGEL, 2010). Com isso, os partidos políticos possuem a possibilidade de propor um número de homens suficiente para atender à demanda de deputados, sem que seja necessário investir em candidaturas femininas. Dessa forma, tal medida anulou uma das pretensões das cotas, que consiste em obrigar a uma certa diminuição das candidaturas masculinas para ampliar o número de candidatas (ARAÚJO, 2008a), com o fim de diminuir a desigualdade de gênero no acesso aos cargos públicos.

Um segundo elemento considerado desfavorável para a eleição das mulheres no Brasil é a adoção do sistema proporcional, porém com listas abertas. Cada partido ou coalizão propõe uma lista não ordenada de candidatos ao eleitor, que pode optar por emitir seu voto a favor de uma sigla partidária ou de um candidato. Na prática, a grande maioria dos eleitores prefere a segunda opção. A soma dos votos obtida pelo partido e por seus candidatos, individualmente, dividida pelo coeficiente eleitoral, decidirá o número de vagas obtidas, que se destina aos candidatos individualmente mais votados. O sistema confere um caráter individualizado à competição eleitoral, de forma que os candidatos de um mesmo partido competem entre si. Esse fato, somado ao alto custo das campanhas políticas dificulta as candidaturas femininas.

Assim, a dificuldade das mulheres, muitas vezes, não consiste somente em conseguir ser nomeadas candidatas, mas principalmente em conseguir condições efetivas para competir tanto com os candidatos homens de seu partido, que em geral possuem mais redes partidárias de apoio, como na disputa exterior ao partido. Não é à toa que a porcentagem de mulheres eleitas é maior nos distritos de baixa magnitude e não nos de alta, já que se pressupõem que, quanto mais cargos em disputa, maiores as possibilidades

da eleição de candidatas. O que Schmidt e Araújo (2004) apontam como explicação é a concorrência ser maior com a presença de um mercado eleitoral mais competitivo.

Para tentar remediar esse quesito, a Lei 12.034/09 (art. 44, inc. V) estabeleceu que os partidos devem destinar um mínimo de 5% do Fundo Partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política feminina. O partido que não observar essa norma terá que acrescentar, no ano subsequente, 2,5% do mesmo Fundo para essa finalidade. Por outro lado, a mencionada norma (art. 45, inc. IV) dispõe também que os partidos deverão destinar um mínimo de 10% da propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina. Trata-se de um avanço, embora ainda muito tímido, no sentido de incentivar as candidaturas femininas. De maneira resumida, o quadro brasileiro é resultado da junção da fragilidade de aspectos primordiais para a promoção da representação política de mulheres, possui um sistema eleitoral de listas abertas, alto custo da campanha eleitoral, inexistência de sanções legais para o descumprimento da norma e o aumento do número de possibilidade de oferta de candidatos pelos partidos.

4.4 UM PANORAMA HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA

Apesar de trajetórias diferentes, os países da América Latina apresentam algumas características em comum que compõe o quadro da região. De maneira geral, primeiramente podemos apontar que a América Latina, diferentemente das novas democracias na África ou das ditas mais consolidadas na Europa, tem um quadro histórico de “democracias interrompidas” (LUPU e STOKES, 2010; LUPU, 2016) com rupturas políticas através da instalação de ditaduras que perduraram por anos. Por isso, são países com histórias caracterizadas por oscilações institucionais que resultaram em instabilidades econômica, política e social. Na maioria dos países, entre os anos 80 e final dos 90, houve um processo de reestabelecimento do regime democrático através de mudanças do sistema político com a instauração de eleições e reformas constitucionais. A partir disso, no cenário mundial, a região voltou a ter mais força no começo do novo século com o avanço da economia, melhorias sociais e, principalmente, pelas reformas estruturais e institucionais que produziram resultados positivos (BAQUERO, 2011).

O que ainda todos possuem em comum é o peso dos aspectos culturais na interferência, continuidade ou começo da transformação. Se não há mobilização que enuncie que a desigualdade entre os gêneros é um problema social que afeta toda a

sociedade, medidas não serão adotadas nem no âmbito político e nem social. Por isso, a revisão das trajetórias salienta que o quadro da representação tem conexão com os aspectos econômicos, sociais, institucionais e culturais.

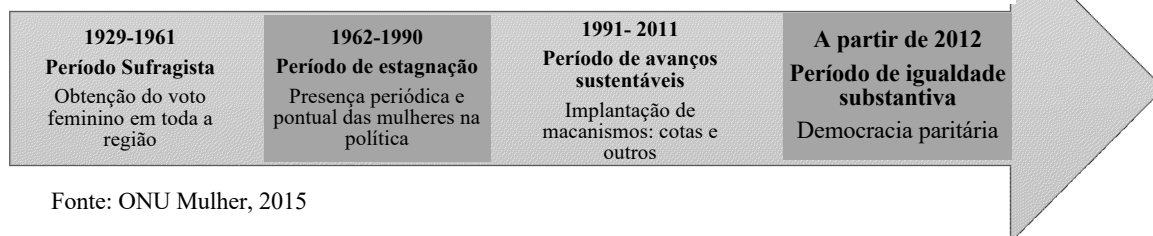
Observamos que os países com alta representação foram aqueles que investiram em políticas fortes para as mulheres, de maneira constante ao longo do tempo, tanto em medidas de cotas, mesmo com alguns casos de ausência ou medidas progressivas, que foram acompanhadas de políticas para outras áreas da vida das mulheres, como saúde, direitos sexuais, melhoria na educação e profissionalização, acesso ao mercado de trabalho. Já os de média acompanharam a tendência de implementação de política de cotas, nos anos 90, mas não tiveram tanta ênfase em políticas mais amplas para as mulheres. Majoritariamente, as políticas de cotas nasceram fortes, como na Argentina, entretanto, tiveram efeitos limitados e, com o tempo, o número de mulheres parlamentares não se sustentou ou ficou estagnado. Isso demonstra que nem sempre o efeito da política de cotas melhora com o tempo, o que desafia a ideia de que o impacto seja linear, pois é dependente de aspectos mais amplos. O que explica a maioria das quedas são os contextos socioeconômicos que afetam as mulheres, sendo as primeiras a terem os obstáculos reerguidos, ou seja, voltam para o âmbito doméstico para economizar na manutenção e educação familiar, funções que passaram a ser financiadas quando elas saíram para o mercado de trabalho. O que não cria condições e não dá suporte para as mulheres se manterem ativas no espaço público.

Já os de baixa possuem em comum dois pontos: políticas fracas e contextos desfavoráveis. São países que demoraram para implementar as cotas ou, quando fizeram, foram políticas extremamente fracas, além de estruturas políticas que nunca foram modificadas para a maior efetividade das cotas. Também não foram países que investiram em mudanças profundas na situação das mulheres, mesmo com alto desenvolvimento econômico como o caso do Brasil, Uruguai e Chile, que apresentam políticas de cotas que não acompanharam as demandas e o desenvolvimento do século XXI.

Como relatado para alguns países, todo esse processo foi acompanhado pelos acontecimentos ligados a grupos e movimento de mulheres, que com o tempo ganharam espaço na sociedade civil por possuírem um papel crítico na pressão governamental para responder às demandas e promover os direitos das mulheres (JAQUETTE 1994; FRANCESCHET, 2005; MACAULAY, 2006; WAYLEN, 2007). Por essa razão,

segundo o relatório da ONU Mulheres, de 2015⁸⁶, o caminho das lutas das mulheres na América Latina pelo reconhecimento da cidadania e da igualdade entre os gêneros passou por algumas fases, conforme Figura 5.

Figura 5. Linha do tempo da participação feminina na política na América



Fonte: ONU Mulher, 2015

A fase *sufragista* compreende os anos 20, que foi um período intenso pelo direito ao voto, símbolo do reconhecimento da cidadania e das mulheres como sujeitos políticos. Na América Latina, o primeiro país a permitir o voto feminino foi o Equador em 1929⁸⁷, a partir desse momento, houve uma onda de expansão do sufrágio na região: Chile(1931)⁸⁸, Uruguai (1931), Brasil (1932), Cuba (1934), El Salvador (1939)⁸⁹, Panamá (1941)⁹⁰, República Dominicana (1942), Nicarágua (1944), Guatemala (1945)⁹¹, Bolívia (1945), México (1947), Argentina (1947)⁹², Costa Rica (1949), Colômbia (1954), Honduras (1954) Peru (1955) e, por último, o Paraguai (1961). O direito de votar e ser votada foi a primeira entrada formal das mulheres no mundo da política.

Entre 1962 e 1990, a região entrou na fase de *estagnação*, na qual foram quase 30 anos de presença pontual e esporádica de mulheres nos espaços de poder político, muito em razão da instauração de governos autoritários na região, sem eleições democráticas e com embate sobre os avanços políticos das mulheres. A partir de 1991, houve uma mobilização em âmbito mundial pela igualdade de direito entre os gêneros, em especial pelas Nações Unidas, com a promoção da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, aprovada em 1979, assim como a

⁸⁶ *La hora de la igualdad sustantiva ,participación política de las mujeres en América Latina y el Caribe hispano-* Entidad de las naciones unidas para la igualdad de genero y el empoderamiento de las mujeres, ONU MUJERES, 2015.

⁸⁷ O voto pleno veio apenas em 1949.

⁸⁸ Primeiro país a aprovar o direito ao voto sem nenhum tipo de restrição.

⁸⁹ Em 1939, somente podiam votar mulheres casadas e solteiras profissionais. Apenas em 1961 que se reconheceu o direito de serem eleitas.

⁹⁰ Somente as alfabetizadas, o direito universal veio em 1946.

⁹¹ Em 1965 reconheceu o direito ao voto das mulheres analfabetas.

⁹² Anteriormente, em 1927 a província de San Juan já sancionara o voto feminino e uma mulher foi eleita deputada.

Conferência de Beijing em 1995, que focou na sub-representação de mulheres nos organismos de decisões políticas.

Uma das consequências dessa mobilização foi a introdução ao *período dos avanços sustentáveis*, com o estabelecimento de recomendações internacionais de políticas para a promoção da melhoria de vida das mulheres, em especial, a política de cotas, que visa o aumento na participação das mulheres na política. Esta última, passou a ser adotada por diversos países da região, sendo a Argentina, em 1991, o primeiro país a implementá-la e o último foi o Chile em 2015. Também contamos com aqueles que não possuem cotas como Cuba, Guatemala e Venezuela.

Um dos momentos mais importante durante esse caminho foi quando Maria Estela Martínez de Perón assumiu a presidência da Argentina entre 1974-1976, a primeira mulher a ocupar o cargo. Após isso, sete⁹³ mulheres foram eleitas para o cargo mais alto do executivo. Tivemos Violeta Chamorro na Nicarágua (1990-1997), Janet Jagan na Guiana (1997-1999), Mireya Moscoso no Panamá (1999-2004), Michelle Bachelet no Chile (2006-2010/ 2014-2018), Cristina Kirchner na Argentina (2007-2015), Laura Chinchilla na Costa Rica (2010-2014) e Dilma Rousseff no Brasil (2011-2016). Vale destacar que, de maneira inédita, entre 2010 e 2011 havia quatro mulheres no comando de países, contudo, esse número caiu para zero em 2019.

Dentro dos contextos dessas duas primeiras fases, temos que destacar dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, como vimos nas descrições sobre os países, os movimentos de mulheres e feministas tiveram um papel essencial na luta pelo reconhecimento da cidadania e pela ampliação dos direitos das mulheres em praticamente todos os países. Só que além da atuação ser de cunho político, muitas demandas foram acompanhadas de outras áreas, visando o bem-estar das mulheres em diversas áreas da vida, ou seja, a luta não se deu somente em âmbito políticos, é uma corrida pela melhoria dos aspectos da vida das mulheres que são historicamente mais precários que dos homens.

Nesse sentido, podemos apontar um segundo aspecto que é após a fase sufragista e o reestabelecimento dos regimes democráticos. Essas demandas passaram a ser mais efetivadas com a criação de diversas leis e projetos que visaram a melhoria da condição socioeconômica das mulheres. Como vimos, tivemos leis sobre a área do trabalho, violência, saúde e educação.

⁹³ Ao todo foram 8 eleitas e 3 interinas : Lidia Gueller Tejeda (Bolívia- 1997), Ertha Pascal-Trouillot (Haiti-1991) e Rosalia Artega (Equador-19997).

Todos esses aspectos foram essenciais para que, no ano 2000, o contexto socioeconômico das mulheres na América Latina sofresse modificações, o que ajudou na melhoria de vida e no aumento da autonomia. Entretanto, em muitos países as modificações dos âmbitos econômico e social das mulheres não foi acompanhado por uma maior presença das mesmas nos parlamentos nacionais. Dessa maneira, a existência de uma lei de cotas demonstrou-se insuficiente para a garantia da melhoria das mulheres no âmbito político se ela não é cumprida, por isso, a tendência que observamos é da instauração da política da paridade, com cotas de 50% para cada gênero. Por isso, a última fase é a da *paridade*, que objetiva a equalização da representação entre mulheres e homens com as políticas de paridade, assim, a representação formal ou descritiva é alcançada e o próximo passo seria a promoção de a igualdade substantiva voltada a políticas ligadas às necessidades das mulheres. Essa fase almeja a expansão da democracia paritária na América Latina.

Os efeitos e a efetividade da nova fase que a história política das mulheres iniciou na América Latina só poderão ser avaliados nos próximos anos. Como não é uma fase generalizada, e sim uma tendência, a nossa preocupação está em entender o momento presente dos países da região em relação à proporção de mulheres nos parlamentos nacionais.

Como apresentado, apenas cinco países possuem alta representação, o que indica que ainda estamos muito distantes de um cenário ideal de compromisso com a igualdade política entre os gêneros. As disparidades que ressaltamos ao longo deste capítulo motivam a busca por explicações sobre o quadro da América Latina. Assim, almejamos elucidar essa discussão através das respostas empíricas presentes no capítulo seguinte.

5 MENSURANDO A MULTIDIMENSIONALIDADE NA AMÉRICA LATINA

Até o momento apresentamos duas etapas importantes da pesquisa, a estrutura teórica e o universo empírico, que formam as bases para atingirmos nosso principal objetivo que é entender quais são os condicionantes da representação feminina nos parlamentos da América Latina. É essencial lembrar que a parte teórica expandiu a importância do tema, para além de um estudo apenas sobre a relação entre gênero e política, ao centralizar a democracia como elemento substancial da discussão. Isso quer dizer que analisar a representação política das mulheres recai nos debates sobre qualificação e apoio aos regimes democráticos.

Com esse entendimento, fenômenos que envolvem diferentes áreas da sociedade devem ser analisados através de perspectivas que capturem essa complexidade, por isso, optamos pela abordagem multidimensional. Assim, para o caso da baixa presença de mulheres nos parlamentos, nossas análises levam em conta laços constitutivos entre a política, cultura, aspectos socioeconômicos e estrutura política-institucional, que formam as dimensões da sub-representação. Almejamos, assim, buscar os efeitos individuais, como também, os interativos, que exponham características da dinâmica entre as dimensões. Nesse sentido, com as descrições históricas efetuadas no capítulo anterior, observamos que o panorama da América Latina é interessante e contra intuitivo, já que países de maior destaque internacional não correspondem aos que possuem os maiores índices representacionais.

Sendo assim, este capítulo tem natureza empírica e conta com a descrição da metodologia empregada⁹⁴ em nossas análises individuais e no modelo progressivo de nível macro, com foco na apresentação das variáveis que compõem cada dimensão. Também, apresentaremos o modelo multinível que buscou relacionar os efeitos contextuais nas disposições dos indivíduos sobre a participação das mulheres na política.

5.1 METODOLOGIA

O caminho metodológico que desenhamos é caracterizado por um movimento de afunilamento, ou seja, iniciamos com análises dos aspectos contextuais e, ao final, os individuais (macro -> micro). Assim, para o nível macro, utilizamos como base a obra *Rising Tides: gender equality and cultural change around the world*, de Ronald Inglehart

⁹⁴ A apresentação da metodologia experimental será realizada no capítulo seguinte.

e Pippa Norris (2003), que teve seu conteúdo teórico explorado no capítulo II e terá sua metodologia descrita mais a frente. Como um dos nossos objetivos era verificar os efeitos individuais e a dinâmica entre as dimensões da sub-representação (socioeconômica, político-institucional e cultural) utilizamos o que chamamos de *modelo progressivo*, quando cada dimensão é analisada individualmente e, posteriormente, são combinadas.

A segunda etapa pautou-se no interesse sobre os aspectos da cultura política envolvidos no processo da representação parlamentar de mulheres, para isso, observamos a relação entre contextos (nível macro) e comportamentos individuais (nível micro), sendo o *modelo multinível* a estratégia mais adequada para isso. Em último estágio, elaboramos *desenhos experimentais* para a hipótese originada pelos resultados do modelo progressivo, a qual relaciona as percepções sobre contextos de desigualdades e as preferências dos indivíduos sobre determinadas políticas de cotas. A escolha do método experimental nasceu da potencialidade desse tipo de pesquisa em avaliar relações de causalidade. Por se tratar de uma metodologia mais específica, os detalhes serão tratados no próximo capítulo, juntamente com os respectivos resultados.

De maneira mais detalhada, o modelo progressivo que aplicamos seguiu um caminho semelhante ao executado por Inglehart e Norris (2003), o que traz confiança por se tratar de um estudo- referência na área. Para avaliarem a desigualdade política entre os gêneros, os autores testaram os impactos dos contextos socioeconômico (desenvolvimento social⁹⁵ e desenvolvimento político⁹⁶); institucional (tipo de sistema político, magnitude dos distritos e número de partidos) e cultural (escala de igualdade de gênero⁹⁷) nas taxas de representação parlamentar feminina em mais de 120 países. Para construir a base de dados, utilizaram dados agregados de diferentes fontes para as variáveis econômicas e institucionais, e o World Values Survey (WVS) e o European Values Surveys (EVS), para as culturais. O período de referência foi de 1995 e 2001, correspondente à aplicação do survey do WVS.

A estratégia dos autores para captar uma ideia de dinâmica foi realizar análises das dimensões (variáveis independentes) de modo individual e depois por combinação,

⁹⁵ Trata-se de um agregado de 13 variáveis, como PIB, IDH e até taxa de mortalidade infantil. Para saber mais: Apêndice B, Inglehart e Norris(2003)

⁹⁶ Trata-se de um agregado de 8 variáveis, como nível de democracia, tipo de estado, pós-materialismo e ativismo. Para saber mais: Apêndice B, Inglehart e Norris(2003)

⁹⁷ Utilizaram 8 variáveis., como religião predominante, escala de discussão política e categorias de igualdade de gênero. Para saber mais: Apêndice B, Inglehart e Norris(2003)

através de testes de regressão, tendo como variável dependente a porcentagem de mulheres nos parlamentos dos países. Esse movimento por etapas, que caracteriza o modelo como progressivo, ocorreu da seguinte maneira: 1) modelos simples individuais sem controles para cada dimensão, nos quais através do teste de regressão estimaram os impactos das variáveis, correspondentes ao tipo de contexto, sobre a taxa de representação; 2) nos modelos de pares (dimensão 1+2; dimensão 1+3; dimensão 2+3), a ideia é utilizar a outra dimensão como controle para mediar os efeitos dos modelos individuais e comparar os resultados das regressões; e por fim, 3) um modelo completo com a combinação de todas as dimensões (dimensão 1+2+3).

A lógica que estrutura o modelo progressivo é a observação das mudanças dos efeitos das variáveis após a inserção de controles (outras dimensões), com isso, é possível verificar o comportamento de cada, quando submetidas aos modelos individuais e completo. Isso quer dizer que a adesão de controles nos modelos de pares cria intermediários para os efeitos e as intensidades apresentadas, anteriormente, no modelo simples. Então, a comparação entre os resultados possibilita o entendimento sobre a dinâmica entre as dimensões, assim como, as potencialidades individuais e conjuntas de afetar as taxas de representação feminina.

Imaginemos que para uma pesquisa hipotética, na primeira etapa, construímos um modelo simples, apenas com as variáveis da dimensão socioeconômica, como o PIB e IDH. Com o teste de regressão, verificamos que o PIB tem uma relação positiva com a porcentagem de mulheres na política, ou seja, quanto maior o PIB mais mulheres parlamentares. No segundo momento, acrescentamos ao modelo simples as variáveis institucionais, como número efetivo de partidos (NEP). Os resultados apontaram que o PIB perdeu seu efeito ao ser controlado pelo NEP, o que demonstrou que a variável econômica tem seu impacto intermediado por aspectos institucionais. Já na terceira etapa, acrescentamos a dimensão cultural, através da média de satisfação com a democracia, com isso, nosso modelo passa a ser completo, com todas as dimensões sendo testadas. Ao final, verificamos que nenhuma variável apresentou efeito. O que isso pode nos dizer? De maneira resumida, as mudanças de efeitos apresentadas ao longo das etapas podem ser evidências de que o efeito do PIB, que no primeiro modelo apresentou significância, é condicionado à presença de aspectos de natureza institucional e cultural. Portanto, ao compararmos os comportamentos das variáveis de cada dimensão, podemos observar a intermediação entre elas, como também, a dinâmica completa no impacto sobre os valores da variável dependente.

Com base nesses levantamentos, aplicamos para a América Latina essa lógica, tendo o mesmo objetivo dos autores americanos, que é entender o que condiciona a representação parlamentar feminina e como as dimensões interagem. A escolha por esse método é justificável pelo fato de ser um modelo que consegue ir além das análises individuais, especialmente, por tentar explorar o dinamismo que está presente na realidade. Isto quer dizer que não temos pretensões determinísticas, mas sim explicativas, não queremos criar um rol taxativo de variáveis que tenham pretensões universais, nosso propósito é observar interações que culminam em condições positivas ou negativas para a representação parlamentar das mulheres.

Esse modelo aplicado por Inglehart e Norris trouxe um horizonte importante para as pesquisas sobre gênero e política, tanto de maneira metodológica, como também, na compreensão de como os aspectos contextuais se encaixam como peças de um mesmo processo. Apesar de seus benefícios, compreendemos que existem alguns aspectos importantes que precisamos destacar para estudos dessa natureza. Primeiramente, apontamos que por terem realizado uma análise de nível mundial, os efeitos encontrados pelos autores pouco dizem sobre as especificidades dos países e isso traz invisibilidade às características regionais. É justamente nessa lacuna que encontramos um motivador para o desenvolvimento da nossa pesquisa, uma vez que pretendemos explorar as individualidades ao invés de buscarmos padrões.

Sobre o número de casos, diferentemente dos autores que trabalharam com mais de 120 países, nossa proposta integra apenas 22. Estamos cientes de que para o teste que optamos de regressão multivariada, o objetivo é apresentar a relação entre as variáveis independentes e a dependente, em termos da direção (positiva ou negativa) e magnitude (fraca ou forte), por isso, o mais desejável são amostras com tamanhos grandes (FILHO ET AL, 2001; HAIR ET AL, 2009; TABACHNICK E FIDELL, 2007; COSTER, 2009). Mesmo que existam autores que orientem o uso de parâmetros entre o número de caso e número de preditores (HAIR ET AL, 2009; TABACHNICK E FIDELL, 2007) para estabelecer o tamanho da amostra, entretanto, existem fenômenos que operam com o mínimo de casos, como a presente pesquisa. Por termos como objetivo um olhar mais regional, nossa amostra sofre com a indisponibilidade de dados⁹⁸ para os fatores de interesse, o que justifica o nosso N-pequeno.

⁹⁸ Optamos por uma base de dados mais completa nas variáveis dependentes ao invés de aumentar o número de casos, pois muitos países não possuem todos os dados necessários.

Estatisticamente, é possível aplicar o modelo escolhido com o número de caso que temos (FILHO ET AL, 2001; HAIR ET AL, 2009; TABACHNICK E FIDELL, 2007; COSTER, 2009), contudo, os achados com N-pequeno devem ser lidos com parcimônia, já que um caso tem impacto maior para o todo do que em um modelo de N-grande. Como aponta Coster (2009), em modelos multivariados, o uso de amostras pequenas não deve objetivar avaliações das chamadas razões de chances (RC), o aconselhável é observar a existência da relação e não a magnitude, por conta da possibilidade de erros. Sendo assim, reconhecemos essa limitação e entendemos que para cenários como o nosso, devemos observar mais os coeficientes do modelo, ou seja, a existência de correlação e sua direção, sem levantar conclusões sobre força dos efeitos, que podem estar enviesados. Além disso, Coster(2009) alerta que a natureza da variável dependente, também, afeta os resultados para amostras pequenas. O autor ressalta que o uso de variáveis contínuas, ao invés de categóricas, ajuda a evitar vícios (COSTER, 2009).

Diante desses fatores, propomos uma análise multivariada em função das pretensões teóricas e empíricas para explicarmos o fenômeno da sub-representação, que será mensurado por porcentagem, sendo que seus resultados devem ser lidos com cuidado e direcionado para averiguação de relações e não de probabilidades. Paralelamente, torna-se importante observar os números em consonância com a realidade e que o pesquisador não efetue um movimento de universalização ou de determinismo quanto ao resultado, pois é preciso ponderar os efeitos. Assim, como a intensidade do efeito não é a preocupação principal dessa pesquisa, nossa leitura sobre as estatísticas está mais associada ao entendimento das direções e dos comportamentos das dimensões através do modelo progressivo.

Conectado a esse debate, temos nosso terceiro apontamento: banco de dados. A base de dados que utilizamos foi criada com variáveis das dimensões socioeconômica e político-institucional, a partir de dados coletados do World Bank, IDEA e Relatório do IDH para o ano de 2019. Para a taxa de representação de mulheres no parlamento, retiramos os dados do Inter-parliamentary Union (IPU) e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), sendo referente a última eleição de cada país⁹⁹.

⁹⁹ Refere-se às parlamentares que tomaram posse até 2019. Não entra nessa medida os dados de países que tiveram eleições em 2019, mas que as parlamentares só tomaram posse em 2020. Isto porque todo o levantamento foi realizado para o início de 2019.

Para os aspectos culturais, queremos chamar atenção para a escolha do banco de dados, o ano e as métricas. As variáveis que fizeram parte dessa dimensão são provenientes de pesquisas de opinião pública, assim, tínhamos disponíveis três possíveis bancos: WVS, LatinoBarômetro e Barômetro das Américas (LAPOP). Para a seleção haviam dois critérios: países de abrangência e questões sobre gênero. O WVS e o LatinoBarômetro realizam pesquisas com países da América Latina, entretanto, o WVS não fornece dados de todos os países que constituem nosso universo empírico (22 citados) e a situação era semelhante para o LatinoBarômetro, no qual não havia uma regularidade nos países aplicados. Além disso, as variáveis de gênero não eram constantes ou não apareciam no questionário universal, o que dificultaria nossa análise, pois levamos em conta as disposições sobre gênero em diferentes áreas da vida social.

Diante disso, a presença de questões de gênero foi um critério fundamental para a escolha do banco de dados, especialmente, pela necessidade da constância da pergunta “os homens são melhores líderes políticos que as mulheres”. Dessa forma, o LAPOP mostrou ser a melhor opção por: a) abordar os países de interesse, b) ter poucas mudanças nos questionários entre as ondas e, c) também, por apresentar uma bateria de perguntas sobre gênero relacionadas a temas como aborto, política de cotas para mulheres, mercado de trabalho e educação.

Apesar disso, as últimas ondas do LAPOP (2016 e 2018) não apresentaram as perguntas de gênero e de democracia que tínhamos interesse em testar e no caso de terem sido aplicadas não contemplaram todos os países. Dessa maneira, a nossa decisão foi utilizar a onda de 2014, que tem o questionário mais completo com a bateria de gênero, perguntas sobre democracia e valores pós-materialistas, que formaram a dimensão cultural, e, também, foram aplicadas para todo nosso universo empírico. Apesar de não ser a mais recente, a presença desses elementos no questionário padrão foi fundamental para nossa decisão em razão dos nossos objetivos. Entretanto, esse aspecto não gera invalidez sobre nossos modelos e resultados, uma vez que a própria teoria da cultura política (ALMOND E VERBA, 1969; INGLEHART E WIZEL, 2005) aponta que a mudança nos valores de massa é observável há longo prazo, sendo estáveis no tempo, o que indica que os dados de 2014 ainda eram adequados para a nossa proposta.

Outro importante desafio da nossa base de dados foi a construção da dimensão cultural. A inserção de variáveis culturais para o nível macro ocorrem a partir da transposição de dados de natureza individual para medidas contextuais, por isso, merece cuidado do pesquisador em relação a escolha das variáveis e das métricas. Atentos a

complexidade de agrupar medidas individuais para criar um aspecto geral, seguimos os mesmos critérios teóricos utilizados por Inglehart e Norris (2003) para essa etapa: se a base teórica perpassa avaliações entre democracia e valores de massa, então, as direções das medidas da cultura política serão referentes a qualificação sobre o que consideramos ser mais democrático.

Por exemplo, satisfação com a democracia, geralmente, tem como opções de respostas variações entre muito insatisfeitos e muito satisfeitos. A primeira ideia para usá-la como medida contextual poderia ser em apresentar a opção que tem maior porcentagem, assim, o país A seria muito satisfeito e o país B seria apenas satisfeito. Entretanto, comumente, quando observamos a frequência das respostas, a maioria dos casos tem a porcentagem concentrada na opção satisfeito, o que pode criar um cenário sem variações para essa medida, o que impossibilitaria utilizá-la no modelo estatístico. A retirada dessa variável em razão do formato, mesmo sendo teoricamente relevante, enfraquece as análises em poder explicativo. Por conta disso, a ideia para captar a variância de aspectos culturais, teoricamente, importantes, é estabelecer a resposta que consideramos como mais democrática como referência e usar a frequência, porcentagem ou média de cada país. Sendo assim, a partir do exemplo acima, se a literatura aponta que quanto mais satisfeitos os indivíduos, maior a possibilidade de aumentar o nível de representação das mulheres, ao invés de utilizarmos a maior frequência, podemos considerar a média de satisfação ou até a porcentagem dos satisfeitos como respostas.

O exemplo acima demonstrou a estratégia que utilizamos para a escolha das métricas de nossas variáveis. A adequação das medidas pode gerar debate, entretanto, já ressaltamos que primeiro, é uma maneira criteriosa de utilizar os dados, e segundo, acompanhamos o raciocínio de Inglehart e Norris. Portanto, a existência de um critério que foi baseado na teoria e em estudos posteriores traz mais confiança sobre nossos modelos e resultados.

Como citamos no início dessa sessão, a estratégia que desenvolvemos é de afunilamento. Assim, o passo seguinte de análise tratou da relação entre os níveis macro e micro, a partir do interesse maior pela dimensão cultural, especialmente, sobre a construção das disposições dos indivíduos em relação à presença das mulheres na política. Em trabalho anterior (OLIVEIRA E BORBA, 2018), analisamos que o comportamento de igualdade política entre os gêneros fazia parte de um cenário mais amplo de atitudes de tolerância e justiça em relação às mulheres. Esse entendimento nos levou a questionar o que torna os indivíduos mais ou menos igualitários. Dessa maneira, os contextos surgem

como possíveis fatores de condicionamento das atitudes individuais. Sendo assim, o modelo estatístico que possibilita determinar os efeitos contextuais no comportamento dos indivíduos é o multinível ou hierárquico.

A ideia de hierarquia vem do entendimento de que as variáveis possuem status estruturais diferentes, pois a variável de interesse deve estar no primeiro nível (mais baixo) e as explicativas estão nos níveis maiores. Isso cria a possibilidade de averiguar o potencial explicativo do contexto para comportamentos presentes no nível individual, já que a análise multinível comporta a combinação entre variáveis de níveis analíticos diferentes dentro de um modelo estatístico (HOX, 2010). Por essas razões, seu uso é específico para problema de pesquisas que queiram compreender esse tipo de dinâmica, ou seja, que relacione atitudes individuais (nível micro) e aspectos mais amplos e nacionais (nível macro).Tendo em mente nossas demandas, esse tipo de modelo é adequado já que pretendemos verificar como os contexto socioeconômico, institucional e cultural influenciam na maneira que os indivíduos visualizam a relação entre mulheres e política.

Esta seção metodológica teve por objetivo expor o caminho analítico que traçamos para compreender os aspectos explicativos da representação parlamentar de mulheres na América Latina, no qual iniciamos pelo panorama macro (modelo progressivo), passamos pela intermediação entre níveis (modelo multinível) e por fim, chegamos ao plano individual (modelos experimentais). Diante disso, os detalhes de cada passo serão descritos em suas respectivas seções, então, a seguir mostraremos as variáveis e hipóteses do modelo progressivo seguido de seus resultados, na última seção, apresentamos o modelo hierárquico e o próximo capítulo será voltado para os desenhos experimentais.

5.2 MODELO PROGRESSIVO: VARIÁVEIS E HIPÓTESES

O primeiro passo para pensar a multidimensionalidade foi a constituição das dimensões com base nos apontamentos teóricos expostos nos dois primeiros capítulos e observando as particularidades dos países da América Latina, ressaltadas no capítulo três. As estratégias de seleção e mensuração para compor as dimensões para o modelo progressivo foram discutidas, anteriormente, então, a partir de agora, apresentaremos as variáveis.

O quadro abaixo (quadro 1) sistematiza as medidas de cada dimensão, a seguir discorreremos sobre elas.

Quadro 1. Dimensões da sub-representação de mulheres nos Parlamentos da América Latina

Dimensão Socioeconômica	
Condicionante	Variável
Desenvolvimento Econômico	PIB Taxa de desemprego
Desenvolvimento Social	Índice de Gini Diferença de IDH entre mulheres e homens Índice de desigualdade de gênero (GII- Gender Inequality Index)
Dimensão Político- Institucional	
Condicionante	Variável
Sistema Partidário	NEP (número efetivo de Partidos) Financiamento público para candidatas
Processo eleitoral	Tipo do sistema eleitoral Tipo de Lista eleitoral
Institucional	Sistema político-legislativo Legado democrático Tempo da lei de cotas Qualidade da lei de cotas
Dimensão Cultural	
Condicionante	Variável
Apoio à democracia	Intervenção militar Medidas autoritárias Churchilliana Satisfação com a democracia Preferência pela democracia Participação popular Tolerância às questões homossexuais
Gênero	Gênero e política Política de cotas para mulheres Aborto Mercado de trabalho
Valores Pós-Materialistas	Satisfação com a vida Meio Ambiente x Crescimento econômico Participação popular
Religião	Importância da religião

Fonte: Elaboração da autora com base no trabalho de Inglehart e Norris (2003)

Para a primeira dimensão, a *socioeconômica*, optamos por variáveis como, a taxa de crescimento do PIB (Produto interno Bruto) e a taxa de desemprego (porcentagem), por serem utilizadas, tradicionalmente, para indicar o desenvolvimento econômico de um país. O World Bank possui um banco de dados que disponibiliza todas essas medidas de

maneira longitudinal. Pensando nisso, optamos por utilizar para o PIB, em termos de porcentagem de crescimento, e a taxa de desemprego¹⁰⁰ para ano de referência do índice de representação feminina.

O quadro do desenvolvimento econômico na América Latina é caracterizado por um crescimento médio do PIB de 2% em 2%, sendo a Venezuela o país com menor porcentagem, pois seu índice foi negativo (-12%) e o Panamá, o que mais cresceu, cerca de 5%. Para o desemprego, a região conta com uma média de 9%, com um cenário alarmante no Haiti, que possui 40% da sua população desempregada, por outro lado, apenas 2,4% dos guatemaltecos não possuem emprego.

No quesito desenvolvimento social, buscamos medidas padrões e específicas das condições das mulheres para elucidar esse contexto. Primeiro, optamos pelo índice de Gini¹⁰¹ que demonstra um contexto mais amplo da desigualdade em um país, e para as condições das mulheres, inserimos duas medidas importantes: *Diferença de IDH entre mulheres e homens* e *índice de desigualdade de gênero* (Gender- Inequality Index-GII)¹⁰². O intuito era captarmos o panorama da qualidade de vida que as mulheres possuem nos países, por isso, optamos por medidas que são indicadores compostos por avaliações de diferentes áreas.

A primeira teve como base o indicador GRD(Gender-Related Development) presente no Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU¹⁰³, o qual apresenta uma taxa de desenvolvimento das mulheres nos países, mas não faz um comparativo se esse valor demonstraria uma melhor ou pior qualidade de vida em relação aos homens. Assim, como é importante reconhecermos as diferenças de condições e de distribuição dos recursos entre mulheres e homens, criamos uma medida simples de diferenças entre IDH(Índice de Desenvolvimento Humano), pois esse índice contempla os principais aspectos relacionados à qualidade de vida dos indivíduos, como riqueza, alfabetização, educação,

¹⁰⁰ Dados disponíveis em: CIA The world factbook: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> - acessado em 18/06/2018; e IFM (Internation Monetary Fund – Fundo Monetário Internacional): <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2017/02/weodata/index.aspx> - acessado em 18/06/2018

¹⁰¹ O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Fonte: IPEA - <http://www.ipea.gov.br>

¹⁰² Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2016 – UNDP (United Nations Development Programme)

¹⁰³ <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/relatorios-de-desenvolvimento-humano.html>
Acesso 02/02/2020

natalidade e expectativa de vida. Para isso, apenas utilizamos a fórmula (IDH-Mulheres) – (IDH- Homens). Assim, quanto maior a diferença, pior é a condição das mulheres, ou seja, quanto mais desiguais os cenários entre os gêneros maior o valor da medida.

Já para mensurarmos especificadamente, a vida das mulheres, o Relatório de desenvolvimento Humano apresenta um indicador chamado *índice de desigualdade de gênero* (Gender- Inequality Index- GII), que é composto por três aspectos avaliativos: saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho. A saúde reprodutiva diz respeito a taxa de mortalidade materna e a taxa de gravidez entre adolescentes, já o empoderamento indica o número de assentos parlamentares ocupados por mulheres e a proporção delas que possuem pelo menos educação secundária. Por fim, o mercado de trabalho indica a participação feminina na força de trabalho. Diante disso, trata-se de um índice no qual seu baixo valor indica menor desigualdade entre mulheres e homens.

No cenário do desenvolvimento social, o Haiti é o mais desigual em termos de renda, entretanto, para o cenário das mulheres, é o com menor diferenças de IDH entre mulheres e homens. Contudo, é preciso lembrar do contexto que trouxemos anteriormente, sobre o histórico de desastres no país, ou seja, as condições são ruins para todos, por isso, individualmente tem um índice baixo de IDH, o que explica a menor diferença entre mulheres e homens. Contudo, as condições avaliadas no índice de desigualdade entre os gêneros demonstram que as mulheres possuem condições precárias de saúde reprodutiva e estão ausentes das arenas de decisões. O Haiti é um exemplo do porque é preciso utilizar mais de uma medida para verificar o desenvolvimento social.

Em contrapartida, o Uruguai é o país com menor concentração de renda, seu índice de GINI está abaixo da média (47,5), sendo aquele que, também, possui as melhores condições para o desenvolvimento das mulheres, com baixa diferença de IDH em relação aos homens e baixo valor no índice de desigualdade. Vale lembrar que mesmo com esse contexto favorável, o parlamento Uruguai apresenta apenas 20% de mulheres. Mais um fator motivador para o estudo do caso da América Latina.

Assim, em termos de hipóteses para a dimensão socioeconômica, a partir da ideia teórica de que os maiores índices de desenvolvimento econômico representam diretamente melhores condições para todos, inclusive para as mulheres, tendo como consequência maior representação parlamentar feminina, nossa expectativa é que, maiores taxas de crescimento do PIB, menores diferenças dos valores dos IDH, maior o índice de GINI e o valor do GII influenciariam de maneira positiva os índices de mulheres nos parlamentos. Assim temos:

H1: países com melhores índices de desenvolvimento econômico e social possuem maiores chances de possuírem taxas mais elevadas de representação feminina em seus parlamentos.

Já para a *dimensão político-institucional*, nos pautamos em trabalhos que testaram a relação entre a estrutura institucional e os aspectos políticos com a representação política de mulheres (SCHWINDT-BAYER, 2009; NORRIS, 2006 E 2014; INGLEHART E NORRIS, 2003; BIROLI E MIGUEL, 2012; PONCELA, 2011; ÁLVAREZ, 2008; ARAÚJO, 2001).

Primeiramente, o sistema partidário, em especial, a ideia de grau de fragmentação. Um sistema com poucos partidos tende a ter grandes concentrações de poder o que seria desfavorável para as mulheres serem eleitas, pois as oportunidades de participação via partidos seriam menores (NORRIS, 2013). Já em sistemas multipartidários, a lógica é a maior porosidade, ou seja, com mais partidos haveria, em tese, maior probabilidade de renovação e inclusão das mulheres, principalmente, pelo aumento da competição e mais diversidade ideológica, em razão da incorporação de diferentes grupos sociais (NORRIS, 2013; BIROLI E MIGUEL, 2012; PONCELA, 2011; ÁLVAREZ, 2008; SCHWINDT- BAYER, 2008; ARAUJO, 2001). Para tal captar a ideia de fragmentação utilizamos o chamado NEP – Número efetivo de partidos (LAAKSO E TAAGEPERA, 1979; AMORIM E COX, 1997), uma medida baseada em cálculo matemático¹⁰⁴ que leva em consideração o número de siglas partidárias oficiais como, também, o tamanho das bancadas em relação ao total de cadeiras no parlamento, então, trata dos partidos que realmente estão presentes de maneira efetiva no congresso.

Segundo ponto, é a diferença de financiamento entre candidatos e candidatas (SACCHET E SPECK, 2012). Algumas conclusões são no sentido das mulheres, geralmente, receberem financiamentos menores para as campanhas que os homens, o que dificultaria sua eleição e manteria a baixa representação feminina. Como não foi possível encontrar dados oficiais sobre valores ou porcentagem dos financiamentos em todos os países da América Latina, optamos por incluir a existência ou não de uma política de financiamento público ou outra vantagem de financiamento, quando houver candidatas mulheres, os quais foram retirados das informações fornecidas pelo IDEA (Instituto pela democracia e assistência eleitoral)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Para saber mais: Nicolau, Jairo. **Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica**. Dados, 2005.

¹⁰⁵ <https://www.idea.int/> Acesso 02/02/2020

No âmbito do processo eleitoral utilizamos duas variáveis: sistema eleitoral e tipo de lista. Em primeiro lugar está a forma de preenchimento de vagas, se é um sistema majoritário (eleito quem recebe mais votos), proporcional (cada partido tem uma cota de candidatos eleitos proporcional ao número de cadeira disponíveis, o cálculo varia conforme a fórmula eleitoral do país) ou misto (quando usa duas fórmulas diferentes para a eleição de representantes) (NICOLAU, 2012). Apesar de dentro dessas classificações existirem subtipos de sistemas (NICOLAU, 2012), a referência que utilizamos para nossas análises é para o tipo de sistema implementado para a eleição na Câmara Baixa.

Paralelamente, existe a discussão sobre o impacto do formato das listas eleitorais, que dizem respeito ao processo de ordenamento final dos candidatos. Segundo Nicolau (2012), na lista fechada, os partidos decidem antes da eleição a ordem de candidatos, assim, o eleitor não vota em nomes, mas em um dos partidos, e a distribuição de cadeiras se dará pela sequência apresentada. Na lista aberta são os eleitores que definem quais candidatos serão eleitos, pois o partido político apresenta uma lista com nomes e os eleitores votam na sua preferência. A chamada lista flexível é aquela na qual o partido apresenta uma lista, mas os eleitores podem intervir, já que se concordarem com a ordem apresentada, o voto será do partido, caso não, podem escolher o candidato fora da ordem (NICOLAU, 2012).

O argumento sobre as regras eleitorais destaca que os sistemas proporcionais, por assegurarem as cadeiras na proporção dos votos obtidos pelos competidores, são vistos como *friendly-system* em relação às mulheres (RULE & ZIMMERMAN, 1994; MATLAND, 2002; NORRIS, 2003, ARAUJO, 2005), pois como existe uma pluralidade mínima de candidatos concorrendo, torna mais viáveis ações afirmativas, como as cotas (ARAUJO, P.196, 2005). Dentro desse tema, existem as listas dos tipos abertas ou fechadas. Alguns autores encontram que o desbloqueio das listas favorece as cotas, porque os eleitores podem escolher seu candidato, enquanto a lista fechada, geralmente, não apresenta mulheres nas primeiras posições, o que dificultaria a eleição das candidatas (ARCHENTI E TULIA, 2007).

Sobre a estrutura institucional, o tipo sistema político refere-se ao poder legislativo, ou seja, quantas casas legislativas o país apresenta. Assim, temos a possibilidade de ter câmara única (Unicameral), chamada câmara baixa, ou duas casas legislativas (Bicameral), composta pela câmara baixa e câmara alta, que seriam a Câmara dos deputados e Senado. A ideia é que quanto mais pontos de acessos, mais vagas disponíveis para a disputa, mais chances de as mulheres ocuparem um desses lugares.

Assim, um legislativo bicameral teria impacto positivo nas taxas de representação feminina.

Ainda na dimensão político-institucional, temos um segundo ponto de avaliação, que consideramos um dos mais importantes: a qualidade da democracia. Tradicionalmente, três medidas são usadas para essa avaliação, a *Freedom House*¹⁰⁶, *Polity IV*¹⁰⁷ e recentemente, o projeto *V-Dem*¹⁰⁸ (COPPEDGE ET. AL., 2011). Apesar de todas serem fontes importantes e amplamente utilizadas por pesquisas sobre democracia, optamos por inserir uma medida que corresponda mais a ideia de democracia que nos associamos, exposta no primeiro capítulo, que relaciona aspectos processuais e valorativos (Dahl, 2006): *legado democrático*.

A medida em questão foi desenvolvida por Casalecchi (2016), especialmente, para os países da América Latina. O legado democrático caracteriza-se por ser uma variável que consegue captar o “acúmulo da experiência democrática de um país ao longo dos anos” (CASALECCHI, P.31, 2016), associa o tempo de democracia com a experiência democrática sendo avaliada a qualidade do regime durante os anos. Portanto, é uma medida definida como

“(...)a soma (o acúmulo) da experiência democrática de um país – em termos de eleições livres, periódicas, competitivas (eleitoral); proteção dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, real autonomia do governo eleito e dos mecanismos de freios e contrapesos dos poderes (liberal); e participação política (participativa) – ao longo de sua história.” (CASALECCHI, P.26, 2016).

Então, para a avaliação da democracia de cada país utilizaremos a medida de legado democrático que vai de 0,00 até 100, quanto maior o valor melhor a qualidade da democracia ao longo do tempo¹⁰⁹.

Para finalizar as variáveis da dimensão político-institucional, utilizamos fatores que dizem respeito, diretamente, a relação entre gênero e política. Vimos que trazer o tema da desigualdade entre homens e mulheres, em diversos meios, para o debate político acarretou em um movimento de valorização da importância dessa discussão. Uma das

¹⁰⁶ <https://freedomhouse.org/> Acesso 02/02/2020

¹⁰⁷ <https://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm> Acesso 02/02/2020

¹⁰⁸ <https://www.v-dem.net/en/> Acesso 02/02/2020

¹⁰⁹ Utilizamos os valores calculados por Casalecchi(2016), sendo zero menos democrático indo na direção ao legado mais democrático.

consequências desse panorama foi a instauração de ações afirmativas nas instituições, com o objetivo de amenizar o abismo entre representação política de mulheres e homens.

Ao relembrar o cenário histórico da América Latina exposto no capítulo três, chamamos à atenção para o fato da maioria dos países terem implementados suas políticas de cotas durante o movimento mais universal dos anos 90. Contudo, observamos que a mera presença de uma política afirmativa não teve efeito prologando no aumento das taxas de representantes, como o caso do Brasil. Por esse motivo, iniciou-se uma nova fase na região, que é o deslocamento para a paridade entre os gêneros, ou seja, a busca não apenas pela presença de cotas, mas, também, pela qualidade dessa medida.

Tendo esse cenário em mente, percebemos que a inserção de uma variável dicotômica sobre política de cotas não seria condizente com a realidade dos países da América Latina, sendo assim, selecionamos duas medidas. A primeira é o *tempo de instituição das cotas*, quantos anos a medida está vigente ou permaneceu vigente no país. Em segundo lugar, inserimos como variável um índice construído por Leslie Schwindt-Bayer (2016): *qualidade das cotas*.

A ideia que baseia essa medida é aprofundar a avaliação da política de cotas. Quando esse tipo de ação afirmativa ganhou espaço entre as democracias, por volta dos anos 90, o que diferenciava os países era a sua aplicabilidade ou não, todavia, após anos de implementação, alguns autores avaliaram que muitos ainda continham baixas taxas de mulheres parlamentares, o que iniciou um questionamento sobre a sua efetividade (ARAÚJO, 2001). Na busca pela avaliação da qualidade da política, a autora criou um índice classificatório entre baixa, média e alta, por meio da avaliação de três requisitos: tamanho da cota, ordem na lista (“placement mandate”) e sanções.

O tamanho da cota diz respeito à porcentagem reservada para as mulheres nos partidos ou nos lugares dos parlamentos, podendo variar de 20 a 50% dependendo do país. Assim, quanto mais alta a porcentagem melhor sua avaliação. Sobre o segundo item, a existência na lei de cotas de alguma regra que estabeleça a obrigatoriedade de ordenamento de gênero nas listas - um “placement mandate” - melhora a avaliação. E por último, as sanções, sua existência ou não, se as que existem são fortes ou fracas, quanto mais forte a sanção para quem transgredir a lei de cotas, melhor a classificação.

Assim, uma lei de cota com qualidade baixa é aquela que impõe baixa porcentagem de obrigatoriedade de mulheres (até uns 20%), sem reserva de lugar na lista e com ausência de sanção ou sanções fracas. E já uma alta, possui porcentagem elevada entre 40-50%, com ordem na lista e com sanções fortes.

Avaliando as descrições dos aspectos da dimensão político-institucional na região latino-americana, os países se dividem quase que igualmente entre legislativos de câmara única ou bicameral, com a maioria tendo optado pelo sistema proporcional para eleição e com lista fechada. A média de partidos efetivamente presentes no legislativo é de 4,5, vale ressaltar que o Brasil tem um NEP muito elevado cerca de 14 e a Guatemala possui 9,88, valores destoantes da característica da região de baixa fragmentação.

Sobre os aspectos da estrutura institucional que focam nas questões de gênero, apenas o Chile¹¹⁰, a Guatemala, Jamaica, Suriname e Venezuela não possuem política de cotas para as mulheres no legislativo. Dos 17 que possuem, 8 tem suas políticas classificadas com alta qualidade, enquanto os demais, dividem-se entre moderada e baixa. Destacamos, o Brasil que tem há 21 anos essa política afirmativa, mas é de qualidade baixa, enquanto países como México e Nicarágua, que implementaram há 6 anos atrás, suas políticas são consideradas de alta qualidade. O interessante é apenas sete países possuem financiamento público ou algum incentivo para candidatura de mulheres.

Todos esses aspectos constituem a dimensão político-institucional, sendo as hipóteses elaboradas para essas medidas as seguintes:

H2: Países com legislativo bicameral, sistemas proporcionais, lista fechada e maior legado democrático, têm maior presença de mulheres nos parlamentos.

H3: Maior o grau de fragmentação partidária, também, aumentaria o número de representantes femininas.

H4: Quando mais tempo e melhor a qualidade das cotas, e com financiamento público, mais mulheres nos postos de representação.

Por fim, a dimensão cultural. Uma das nossas principais críticas sobre alguns estudos sobre mulheres na política é a ausência de uma análise que leve em consideração os valores, costumes e posicionamentos compartilhados pelos indivíduos. O que vemos é um certo determinismo sobre como a cultura política está estruturada nas sociedades, sendo única e imutável, ou seja, apesar de levantarem aspectos culturais durante o debate, não se debruçam sobre as nuances fundamentais que dizem respeito diretamente aos obstáculos ou incentivos à participação política feminina. Pautados nisso, acreditamos ser essencial inserir a dimensão culturalista em nossas análises.

¹¹⁰ Até o período da nossa análise (início de 2019), o Chile ainda não tinha aprovado a política de cotas, fato que ocorreu apenas em dezembro de 2019.

Os estudos culturais e a relação de gênero ganharam força nos últimos anos na América Latina. Existem estudos sobre a região (LODOLA E SELIGNTON, 2013; PONCELA, 2011; OLIVEIRA, 2015), como também, trabalhos individualizados, para o México (CASTRO, 2011, PONCELA,2011), Argentina (LODOLA E SELIGNTON,2013), República Dominicana (ESPINAL, 2013), Uruguai (PEREZ, 2006) e Brasil (RIBEIRO E OLIVEIRA, 2013, OLIVEIRA, 2105). O fio condutor dessas pesquisas está no estabelecimento da relação entre o processo de instauração da democracia e a constituição da cultura de massa nas sociedades latino-americanas, ou seja, apontam que culturas política mais democráticas afetam os comportamentos dos indivíduos de maneira positiva sobre a igualdade de gênero.

Os trabalhos citados relacionam democracia e comportamento político, entretanto, poucos se debruçaram sob os reflexos dessa relação nos índices efetivos de representação de mulheres. Destacamos que o trabalho de Schwindt-Bayer (2014) avança nessa direção, como Inglehart e Norris (2003), contudo, não dá ênfase para a construção de medidas mais robustas para os aspectos culturais. Tendo isso em vista, nossa proposta tenta incorporar mais variáveis de cultura política objetivando o entendimento da dinâmica entre fatores para explicar o caso da América Latina.

A partir da literatura clássica da cultura política (ALMOND E VERBA, 1969; HARRISON E HUNTINGTON, 2002; INGLEHART E WELZEL, 2005) e de trabalhos importantes, como de Inglehart e Norris (2003) e Schwindt-Bayer (2014), optamos por selecionar as variáveis a partir de eixos avaliativos: 1) legitimidade democrática, 2) igualdade de gênero; 3) valores pós- materialistas e 4) religião.

Para o primeiro ponto, nos pautamos na discussão sobre legitimidade democrática. A medida tradicionalmente utilizada é chamada de pergunta churchilliana : “ a democracia tem problemas, mas é a melhor forma de governo”. A posição churchilliana foi pensada como medida de apoio à democracia que se refere diretamente à dimensão abstrata ou normativa da cultura política (KLINGEMANN, 1999; DALTON, 1999). Contudo, os críticos atuais argumentam que esse tipo de medida estaria se tornando “instrumental” (MAGALHÃES, 2018; OLIVEIRA, 2017; FUKS ET AL, 2016; MOISÉS,2008 E 2010), pois, se vivemos a era de profissão de fé da democracia (SILVA, 1999), então, avaliar como melhor regime pode ser resultado de um automatismo ao invés de uma expressão de posicionamento dos indivíduos. Assim, não é mais suficiente para captar crenças e apoio ao que a democracia representa.

A problematização de medidas dessa natureza é cada vez mais frequente entre os estudiosos da legitimidade democrática. Citamos aqui José Álvaro Moisés (2008 e 2010) que além de questionar a efetividade da pergunta churchilliana, propôs novas tipologias que levassem em conta as múltiplas facetas da democracia,

“A questão do apoio ao regime tem, portanto, natureza complexa e multidimensional, envolvendo ao mesmo tempo a aceitação da democracia como um ideal, a rejeição maior ou menor de suas alternativas, a insatisfação com seus resultados práticos e atitudes que confundem ou misturam essas escolhas.” (MOISES, P.18, 2008)

Mais um exemplo do fortalecimento desse movimento está no estudo de Booth e Seligson (2009), que destacam dois problemas fundamentais nas formas convencionais de mensuração da democracia. Relatam que devido à expansão da democracia, cada vez mais o termo se mostrou associado a algo positivo, enquanto os regimes autoritários ganharam uma feição negativa, o que tornou a democracia o regime “socialmente desejável”. Dessa forma, declarações de preferências pelo regime podem refletir uma resposta socialmente orientada à um termo com conotação positiva do que uma escolha esclarecida (BOOTH E SELIGSON, 2009). Outra dificuldade estaria no elevado grau de abstração do termo democracia, o que dá abertura para inúmeras interpretações, e assim, um único termo passa a ser um conjunto de definições imprecisas que dificultam o real entendimento dos indivíduos sobre seu significado (Ibid.). Essa visão também é compartilhada por outros autores como Norris (1999) e Carlin e Singer (2011)¹¹¹.

O nosso levantamento teórico corrobora com essa visão de abertura das medidas de apoio à democracia. Assim, trazemos o trabalho de Fuks et al (2016) como exemplo da validação da exploração de mais variáveis para a legitimidade democrática. Os autores tratam a adesão à democracia como múltiplas atitudes que envolvem a escolha por diferentes princípios orientadores do regime democrático. São elas *adesão aos procedimentos de escolha; adesão normativa ao voto; adesão à participação de todos e adesão ao regime democrático partidário*.

Queremos destacar que o ponto fundamental do questionamento das medidas mais utilizadas em pesquisas de caráter comportamental é o descompasso entre teoria e empiria. Nesse sentido, propostas que ampliem os espectros avaliativos da ideia de

¹¹¹ Dividem o suporte democrático em quatro diferentes dimensões: contestação pública, participação inclusiva, limites de autoridade executiva e instituições e processos políticos

democracia não tratam apenas de mensuração, o que está em discussão seria o processo de alinhamento (HALL,2003) entre a visão teórica e a empírica. Isto porque as escolhas dos indivíduos sobre um regime não são tudo ou nada, e sim um processo gradual e ambivalente (MOISÉS, 2010).

Com base nessa discussão, para o condicionante de *apoio à democracia*, dentro da dimensão cultural, incluímos cinco medidas:1) intervenção militar; 2) medidas autoritárias; 3) satisfação com a democracia;4) preferência pela democracia; 5) atitudes de tolerância em relação aos homossexuais.

As medidas de intervenção militar correspondem a seguinte bateria de perguntas: “Algumas pessoas falam que diante de certas circunstâncias seria justificável para os militares desse país tomarem o poder através de um golpe militar. Na sua opinião, um golpe militar seria justificável sob quais circunstâncias? a) alto desemprego, b) muitos crimes e c) muita corrupção”, as respostas eram duas opções, justificável e não justificável. Através da análise fatorial, juntamos essas perguntas em uma medida de escala de 4 pontos, sendo não justificável o menor valor e o justificável o maior. Como discutimos na seção de metodologia sobre as métricas das variáveis de cultura política, em um primeiro momento, avaliamos que as médias não possuíam grande variação, mas por se tratar de uma medida fundamental para legitimidade democrática, optamos por avaliar o ponto 1 da escala, que se refere aquele que em todas as situações acredita ser injustificável uma intervenção militar, assim, usamos a porcentagem de indivíduos nesse ponto.

As medidas autoritárias seguiram a mesma lógica da anterior, como se tratava de uma bateria de perguntas, a análise fatorial nos possibilitou criar uma medida escalar com 4 pontos (não justificável- justificável), também, utilizamos a média. As perguntas eram as seguintes: ‘Você acredita que quando o país está enfrentando tempos difíceis é justificável para o presidente do país: A) Fechar o congresso; A) Dissolver a Suprema Corte”, as respostas eram justificáveis ou injustificáveis. Como a de intervenção militar, também, criamos um índice de 4 pontos, por isso, seguimos a mesma lógica de medida e usamos a % de injustificáveis em qualquer situação (ponto 1).

Já para satisfação com a democracia utilizamos a média das respostas para a seguinte pergunta: “No geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o jeito que a democracia funciona no seu país?”. Na preferência pela democracia, o respondente avaliava o quanto concordava com a frase: “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, então para essa utilizamos a % de

respondentes da opção concorda. Também, inserimos a média de respostas para a pergunta churchilliana, que a partir de uma escala, o respondente posicionava o quanto concordava que “A democracia tem problemas, mas é a melhor forma de governo”.

Por fim, incluímos uma medida com apelo mais valorativo, especialmente, pela igualdade, que são atitudes em relação aos homossexuais. Realizamos uma análise fatorial que demonstrou a possibilidade de juntarmos duas perguntas: “E agora, mudando o tópico e pensando em homossexuais, o quanto você aprova ou desaprova que seja permitido que tais pessoas concorram a cargos políticos”; “O quanto você aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo tenham o direito de se casar”. Assim, criamos uma medida de 4 pontos, do aprova para o desaprova¹¹², e avaliamos a média.

Para avaliarmos mais os aspectos valorativos da dimensão cultural, inserimos variáveis específicas sobre gênero: 6) aborto; 7) gênero e mercado de trabalho; 8) mulheres e política e 9) cotas. Apesar das pretensões de criar um índice de igualdade de gênero, a análise fatorial demonstrou a impossibilidade de agrupar essas variáveis, isso ocorreu pelo fato das mensurações serem de naturezas diferentes. Assim, avaliamos as individualmente, sendo para o aborto, a pergunta: “E agora, pensando sobre outros assuntos. Você acha justificável interromper uma gravidez, isto é um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?” A resposta era binária, justificável ou injustificável, por isso, optamos pela porcentagem para justificável. Sobre outro tema que envolvia gênero, temos a variável sobre o mercado de trabalho, a qual perguntava para o respondente o quanto discordava ou concordava com a afirmação que “em momento de crise, os homens tem mais direito às vagas de empregos que as mulheres”. Também, era uma medida escalar, mantivemos a direção, e usamos a média.

A medida de mulheres e política é a que demanda ao respondente o grau de concordância com a afirmativa de que “os homens são melhores líderes políticos que as mulheres”. Como as alternativas eram discretas ordenadas, utilizamos a porcentagem referente ao total das opções de discorda e discorda fortemente, lembramos que o critério é a direção do que consideramos representar mais democráticos. Finalizando, temos a variável sobre cotas para as mulheres na política: “O Estado requerer que os partidos políticos reservem algum espaço na lista de candidatos para mulheres, mesmo se eles

¹¹² Para essa medida mantivemos a direção original do aprova para o desaprova, o que indica que quando menor a média, mais tolerante.

tenham que excluir alguns homens. O quanto você concorda(1) ou discorda(7)?” Usamos a média de respostas, quanto menor representa mais discordância.

Um terceiro ponto da dimensão cultural está relacionado com a teoria dos valores pós- materialistas (Inglehart e Welzel, 2005; Ribeiro, 2011). A medida original é uma escala de 7 pontos que classifica as sociedades em materialistas e pós-materialistas, entretanto, como a base utilizada pelos autores era o WVS (World Values Survey) e a nossa foi o LAPOP (2012 e 2014) (Latin America Public Opinion Project) não seria possível usar a medida idêntica. Neste caso, selecionamos alguns aspectos teóricos centrais como proxy, tais como a 1) a porcentagem de satisfeitos com a vida¹¹³, 2) porcentagem de indivíduos que preferem que o governo priorize a proteção ao meio ambiente ao invés do crescimento econômico¹¹⁴, e por fim, 3) média de aprovação da participação das pessoas em manifestações legais¹¹⁵.

Por último, a importância da religião. Segundo os estudos de Rule (1987), Reynolds (1999), Tripp and Kang (2008) e Kenworthy and Malami (1999), a religião está correlacionada com a eleição de mulheres: certas denominações religiosas com mais visões mais restritas da igualdade das mulheres, como o catolicismo, tem menos mulheres nos cargos que aquelas que aceitam mais a visão da igualdade de gênero como a Protestante. A maneira mais adequada de medir essa ideia seria através da verificação de qual denominação é maioria entre os indivíduos, todavia, a Igreja Católica é uma forte influência na sociedade e na política em toda a América Latina, assim, não existem grandes variações entre os países. Diante disso, a nossa opção para captar uma relação entre religião e as taxas representativas, trabalhamos com a porcentagem de indivíduos que consideram a religião muito importante para suas vidas.

De maneira resumida, em uma avaliação descritiva da dimensão cultural na América Latina, os dados apresentam oscilações que criam cenários interessantes. Por exemplo, a variação da porcentagem da medida de intervenção militar vai de 36,9% (Paraguai) até 88% (Suriname), o que demonstra, que os paraguaios acham justificáveis a intervenção em alguns casos, enquanto, os surinameses em massa não aceitam uma intervenção pelos militares. A variação é bem menor, com no mínimo 73% acreditam não ser justificável, no caso das medidas autoritárias. Ou seja, os latino-americanos poderiam

¹¹³ LS3) Para começar, no geral o quanto você está satisfeito com a sua vida?

¹¹⁴ ENV1) Na sua opinião, o que deve ser dado maior prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico? – Utilizamos a porcentagem da resposta “meio ambiente”.

¹¹⁵ E5) Pessoas participarem de manifestações legais. O quanto você aprova ou desaprova? Escala de 1 a 7, onde 1 desaprova e 7 aprova.

aceitar mais uma intervenção militar do que uma medida de autoridade do presidente da república.

Em relação ao apoio medido diretamente, com a churchilliana, satisfação e preferência pela democracia, de modo geral, acreditam que a democracia é a melhor forma de governos e estão satisfeitos com ela.

Sobre as medidas de gênero, há um consenso sobre a concordância pela política de cotas, assim como, a maioria dos países tiveram percentuais altos de discordância dos homens serem melhores líderes políticos que as mulheres e também, deles possuem preferência nas vagas de emprego. Somente, o tema do aborto que gerou discrepância, sendo a média de justificativa 58%.

Diante de todos esses levantamentos, argumentamos, que a dimensão cultural, equivalente aos valores e comportamentos dos indivíduos, também, constitui uma explicação para os índices de representação política das mulheres. Neste sentido, as sociedades com cultura política mais democrática serão aquelas com a média de posição mais contrária à intervenção militar e às medidas autoritárias, que acreditam que a democracia é um regime com problemas, mas é o melhor e o prefere em relação aos demais. Além disso, seus cidadãos são mais satisfeitos com a democracia e possuem posições mais igualitárias à presença de homossexuais na política. Para as questões sobre igualdade de gênero, classificamos como mais democráticos os países que em sua maioria acham que o aborto é justificável em alguns casos, assim como refutam a ideia que os homens possuem mais direito aos empregos que as mulheres. Além disso, em média discordam mais de os homens serem melhores líderes políticos e que concordem mais com a existência de cotas.

Em resumo, as hipóteses para a dimensão cultural são:

H5: Quanto maior a rejeição à intervenção militar e às atitudes autoritárias, maior satisfação, preferência e apoio à democracia, e atitudes igualitárias em relação à homossexuais e às questões de gênero, mais democrática seria a cultura política e assim, maior o percentual de mulheres nos parlamentos.

H6: Valores pós-materialistas: sociedades que possuem maiores índices de satisfação com a vida e dão preferência a valores pós-materialistas, como meio ambiente e participação popular, também terão maior representatividade de mulheres nos parlamentos.

H7: Países que dão mais importância à religião tendem a ter a diminuir os percentuais de representação feminina nos parlamentos.

Como já esclarecemos, os dados da dimensão cultural correspondem às pesquisas de opinião pública realizadas pelos LAPOP (Latin America Public Opinion Project) nas ondas de 2012 e 2014.

Por último, em termos de variável dependente, não optamos pela média entre as duas casas legislativas, pois, existem países unicamerais e também, porque no caso de bicamerais. o sistema eleitoral tem regras diferentes para cada câmara, o que dificultaria estabelecer, por exemplo, se a eleição é proporcional ou majoritária. Sendo assim, utilizamos a porcentagem para a câmara baixa, que contempla todos os países, referentes a última eleição¹¹⁶: Argentina (38,9%), Bolívia (53,1%), Brasil (15,%), Chile (22,6%), Colômbia (18%), Costa Rica (45,6%), El Salvador (31%), Equador (38%), Guatemala (19%), Guiana (31,9%), Haiti (2,5%), Honduras (21,1%), Jamaica (17,5%), México (48%), Nicarágua (45,%), Panamá (21%), Paraguai (15%), Peru (30%), República Dominicana (26,8%), Suriname (29%),Uruguai (22%) e Venezuela (22,2%).

5.2.1 Modelos individuais e progressivos

A partir do levantamento das variáveis, construímos uma base com os dados agregados por país para cada dimensão. Para possibilitar o desenvolvimento do modelo progressivo com base em Inglehart e Norris (2003), a nossa variável dependente foi a porcentagem de mulheres nas casas legislativas. O primeiro passo foi construir modelos de regressão de efeitos individuais, um para cada dimensão. O segundo foi de efeito interativo, ou seja, combinamos dimensões 1+2, dimensões 1+3 e dimensões 2+3, ao final, realizamos o modelo único (1+2+3).

Para regressão o modelo foi o multivariado, especificamente, a regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO), que segundo Hair et al (2009) "a análise de regressão múltipla é uma técnica estatística que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e múltiplas variáveis independentes (preditoras)" (HAIR ET AL, 2009: 176). Esse modelo possibilita estimar o grau de associação entre a taxa de representação e todas as variáveis explicativas que construímos para as dimensões. Por isso, através do modelo progressivo, conseguimos testar os preditores dentro das

¹¹⁶ Como nosso levantamento de dados foi realizado em janeiro de 2019, então, as eleições que ocorreram posteriormente e que mudaram as taxas para o ano de 2020 não foram contempladas nessa pesquisa.

dimensões, verificando quais variáveis possuem correlação, e depois, com para a combinação e o modelo completo, utilizamos apenas as variáveis significativas dos modelos individuais. Isso nos demonstra quais elementos que sozinhos possuem efeitos e como estes se apresentam quando controlados por outras variáveis que também possuem correlação.

Como apontamos na descrição da metodologia, apesar desse modelo nos possibilitar prever os valores da variável dependente através das independentes, nossa intenção não é avaliação de razão de chances, em função do número de nossa amostra, por isso, analisaremos o coeficiente ser significativo, a direção e a intensidade, apenas como verificação da potencialidade do efeito nos modelos combinados e completos.

As tabelas apresentam os modelos completos, com todas as variáveis, mas apenas o Beta para as que foram significativas.

Tabela 1 – Modelos Explicativos Individuais

Dimensão e variáveis	Modelo 1: Socioeconômico		Modelo 2: Político- Institucional		Modelo 3- Cultural	
	Beta	R ² Ajustado ,294	Beta	R ² Ajustado ,518	Beta	R ² Ajustado ,537
Socioeconômica						
% de crescimento do PIB						
Taxa de desemprego						
Índice de GINI						
Diferença entre IDH de mulheres e homens	,477					
Política-Institucional						
Tipo Legislativo						
Sistema Político						
Tipo de Lista						
NEP (número efetivo de partidos)						
Tempo de lei de cotas						
Qualidade das cotas			,856			
Financiamento						
Legado democrático						
Cultural						

Intervenção Militar					-1,165	
Medidas autoritárias						
Satisfação com a democracia					-,641	
Preferência pela democracia					-,641	
Tolerância às questões homossexuais						
Aborto					,642	
Gênero e Política					-1,133	
Cotas						
Satisfação com a Vida						
Meio Ambiente x Crescimento Econômico						
Participação Popular					-,723	
Importância da Religião						

Nota: Os modelos apresentam coeficientes betas padronizados derivados de modelos de análises de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários. N= 22

Diante dos resultados da tabela 1, conseguimos observar que cada dimensão nos modelos individuais apresentou alguma variável significativa. Para a dimensão socioeconômica, a diferença entre os IDH dos gêneros tem relação positiva com a porcentagem de mulheres nos parlamentos, isto quer dizer, mesmo que contra intuitivamente, na América Latina, países com maior diferença de condições de desenvolvimento humano das mulheres e dos homens tem mais chances de terem mais mulheres em seus parlamentos. Nesse sentido, a nossa hipótese para a dimensão socioeconômica não se confirmou, pelo contrário, demonstrou ter o caminho inverso. A princípio, esse achado nos leva a questionar a própria teoria do desenvolvimento econômico, confirmando as críticas a essa corrente de que as condições sociais favoráveis não são necessariamente suficientes para impactarem os índices de representação, contudo, não era esperado que o impacto fosse positivo.

Outro resultado que se destaca é na dimensão político-institucional, que apenas a variável “qualidade das cotas” se mostrou significativa. Em outros testes, retiramos essa variável na tentativa de verificar se estaria acumulando efeitos de outras, porém, não houve alteração dos resultados. Por um lado, isso elucida que a estrutura institucional tem suas limitações enquanto efeitos para representação, por corroborar com o argumento de Schwindt-Bayer (2016) que a simples existência de uma lei de cotas por pouco ou muito

tempo não terá efeito na diminuição do gap entre homens e mulheres se não for uma lei com qualidade, ou seja, que tenha porcentagem considerável, com lugar obrigatório na ordem da lista de candidatos e com sanções fortes para a transgressão dessa regra. Por outro lado, também, pode ser que os obstáculos institucionais não foram captados nessa parte da estrutura que priorizamos, em outras palavras, o impacto da estrutura institucional pode estar em processos que ocorrem em outros momentos, como no recrutamento para os partidos e a formação das listas (KROOK E NORRIS, 2014; NORRIS, 2013).

Assim, as hipóteses 2 e 3 não se confirmaram. Já a hipótese 4, foi confirmada parcialmente, por conta da correlação significativa e positiva entre qualidade das cotas e a taxa de representação. Como explicamos acima, a variável da qualidade de cotas mostrou-se um preditor fundamental no cenário representativo da América Latina, sustentando o argumento que o período de apenas criar a política não garante eficácia, é preciso que as medidas sejam mais assertivas. E esse caminho tem sido traçada pelos países da América Latina, como apontamos no capítulo III, o momento da região é a direção para formação de políticas que não só garantam uma porcentagem, mas que imponham a paridade da representação, visto que políticas de baixa qualidade não possuem efeitos na luta contra a desigualdade política.

Já para a dimensão cultural, temos um número considerável de variáveis que tiveram efeito: as primeiras, relacionadas ao apoio à democracia, nos indicam que atitudes desfavoráveis à intervenção militar, maior satisfação e preferência pela democracia são elementos importantes para a taxa de representação feminina, como prevemos na hipótese 6, assim como, posições de cunho igualitário e tolerante, exemplificado no caso do aborto e da relação gênero e política, resultado que confirma a hipótese 5. E por fim, um dos elementos dos valores pós-materialista, que foi o apoio à participação popular também se demonstrou uma variável de efeito.

Interessante que a hipótese 7 previa relação negativa entre importância da religião e a representação parlamentar, caso que não foi confirmado pelos nossos dados, sendo que este foi um achado importante no estudo de Inglehart e Norris (2003), por conta da relação entre religião e valores tradicionais. O que vemos para o quadro da América Latina é que mesmo a religião sendo muito importante na maioria dos países, ainda sim, é uma região com um quadro de cultura política marcada por rejeição à medidas autoritárias e intervenções militares, com bom apoio à democracia e disposições favoráveis à igualdade de gênero em âmbito mais amplo. Em suma, o modelo individual

confirma a hipótese da relação existente entre cultura política mais democrática e maiores índices de mulheres nos parlamentos na América Latina.

Se nos pautarmos apenas pelos modelos individuais e fizermos um comparativo, chegaríamos à conclusão de que entre as dimensões, a com maior capacidade explicativa (até pelo valor do R^2 ajustado) seria a dimensão cultural. Em termos de discussão teórica, esse achado iria contra os principais estudos que apontam as estruturas institucionais como os fatores explicativos principais para o gap de representação parlamentar entre homens e mulheres. Entretanto, nossa pretensão é tentar iniciar uma análise que relacione essas dimensões e verifique a interação existente entre elas. Por isso, os modelos da tabela 2 são as nossas tentativas iniciais de verificar os comportamentos das variáveis significativas dos modelos individuais em conjunto.

Tabela 2 – Modelos Explicativos Combinados

Dimensão e variáveis	Modelo 1: Socio+ Institucional		Modelo 3: Institucional + Cultural		Modelo 4 - Total	
	Beta	R ² Ajustado ,524	Beta	R ² Ajustado ,362	Beta	R ² Ajustado ,604
Socioeconômica						
% de crescimento do PIB						
Taxa de desemprego						
Índice de GINI						
Diferença entre IDH de mulheres e homens					,503	
Política-Institucional						
Tipo Legislativo						
Sistema Político						
Tipo de Lista						
NEP (número efetivo de partidos)						
Tempo de lei de cotas						
Qualidade das cotas	,978		,514		,552	
Financiamento						
Legado democrático						
Cultural						

Intervenção Militar						
Medidas autoritárias						
Satisfação com a democracia						
Preferência pela democracia						
Tolerância às questões homossexuais						
Aborto						
Gênero e Política						
Cotas						
Satisfação com a Vida						
Meio Ambiente x Crescimento Econômico						
Participação Popular						
Importância da Religião						

Notas: Os modelos apresentam coeficientes betas padronizados derivados de modelos de análises de regressão dos Mínimos Quadrados Ordinários.

*Para modelo 4 utilizamos apenas as variáveis significativas dos modelos individuais. O modelo 2 Sócio+Cultural não apresentou variáveis significativas;

N= 22

Alguns aspectos chamam à atenção, em primeiro lugar, o modelo 2 entre dimensão socioeconômica e cultural não apresenta efeito, o que inicialmente, pode nos levar a entender que todas as variáveis culturais perdem seus efeitos, com a inserção de uma variável contextual que mede a qualidade do desenvolvimento do gênero nos países, o que poderia nos levar a pensar que em contextos com desenvolvimento baixo do IDH das mulheres em relação aos homens a cultura política mesmo sendo mais democrática não conseguiria ultrapassar essa desigualdade mais estrutural. Contudo, ainda é precoce essa conclusão uma vez que a própria variável socioeconômica, também, perde seu efeito, o que leva a indagações para futuras análises. Outro ponto importante, é o contínuo efeito da variável qualidade das cotas. Em todos os modelos, é a única que manteve significância, demonstrando que seu efeito perdura mesmo na interação com o contexto socioeconômico e o cultural.

E por fim, o que chama atenção, é que no modelo com as três dimensões (1+2+3), a única que perdeu total efeito foi a cultural, ao mesmo tempo que a socioeconômica volta a ter impacto. O que poderia ser um indicativo de que na América Latina aspectos socioeconômicos e institucionais possuem efeitos mais fortes e consistentes que os fatores culturais, talvez em razão de ser uma região com grandes disparidades entre as nações e desigualdades internas que não são capturadas por modelos que tomam todos os países em conjunto.

Como mostramos na tabela 1, é possível em cada dimensão encontrar uma variável explicativa, mas de maneira isolada não são suficientes para compreender as variações nas taxas. Então como explicamos os resultados?

Pela dinâmica dos resultados, avistamos uma ligação entre efeitos de desenvolvimento social e político institucional, que parece ser intermediada por algumas variáveis de cultura política. A partir disso, construímos a seguinte hipótese: na América Latina, em contextos socioeconômicos de maiores desigualdades para homens e mulheres (diferença entre IDHs), haveria uma pretensão de diminuir esse cenário na política por meio de medidas institucionais mais fortes, como alta qualidade das cotas, mas para isso, seria necessária uma sociedade que compreenda a existência das injustiças e demandem por melhorias, ou seja, que possuem uma cultura política mais democrática.

O que essa hipótese propõe é que uma política de cota de alta qualidade é resultado de demandas sociais fomentadas por cenários de disparidades sociais entre mulheres e homens. Nesse sentido, a compreensão de que as instituições precisam dar respostas razoáveis para o apelo público, perpassa dois elementos: os indivíduos

perceberem as situações de desigualdades, como também optarem por políticas mais assertivas. Diante de tudo isso, a relação entre percepção e preferência pode trazer uma explicação para nossos resultados, por isso, dedicaremos o capítulo V ao teste dessa hipótese do alinhamento entre percepção e preferência, através de desenhos experimentais.

Pautados na ideia e nos resultados acima que evidenciam importância que a cultura política mais democrática possui na diminuição ou aumento do número de mulheres parlamentares, nos questionamos, o que influência o indivíduo ser mais ou menos igualitário à presença de mulheres na política? Com essa pergunta em mente, damos mais um passo em nosso caminho metodológico, após as análises contextuais, vamos nos concentrar na interseção entre o nível macro e o micro, para compreendermos o papel dos contextos no comportamento. Para isso, utilizaremos o modelo multinível.

5.3 IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: ENTENDENDO O EFEITO DO CONTEXTO NAS ATITUDES INDIVIDUAIS

Como já apresentamos, o modelo multinível é caracterizado por possibilitar a análise estatística de variáveis de níveis analíticos diferentes, por isso, é a nossa opção para pensarmos a relação entre contextos e atitudes individuais. Assim, nesta seção testaremos de que maneira o contexto impacta no desenvolvimento de atitudes mais igualitárias em relação às mulheres na política, ou seja, queremos saber se a diferença de IDH entre homens e mulheres, o legado democrático do país, e valores pós materialistas afetariam a visão dos eleitores sobre se os homens seriam melhores líderes políticos do que as mulheres.

A variável da igualdade política de gênero tem como sentido a ideia de que aqueles que entendem que os homens são melhores políticos que as mulheres podem carregar os princípios de divisão das esferas pública e privada, reforçando a exclusão das mulheres. No mundo social, essa ideia pode ser externalizada tanto através da violência política, como até mesmo na inibição do voto em razão do gênero. A escolha dessas variáveis em particular vem do fato de que um modelo hierárquico requer a presença apenas das variáveis que julgamos necessárias. Nesse sentido, optamos pelas representantes de cada dimensão, para a socioeconômica a diferença de IDH; na político-institucional optamos por uma variável de cunho mais normativo e menos processual, o legado democrático, já que mede também a qualidade da democracia, o que se assemelha

mais os nossos pressupostos teóricos. Por fim, optamos por uma medida de pós-materialismo, usamos a satisfação com a vida, primeiro, para não ocorrer problema de endogeneidade com as variáveis de gênero e segundo, porque está relacionada com a teoria do desenvolvimento humano. (INGLHEART E WEZEL, 2005)

Nossa expectativa pode ser resumida da seguinte maneira:

Hipótese 1: Quanto maior a diferença de IDH entre homens e mulheres, menor é a chance de que nestes países os eleitores disponham de atitudes mais igualitárias;

Hipótese 2: Quanto maior o tempo e qualidade, em termos de legado, maior seriam as chances de que nestes países os eleitores disponham de atitudes mais igualitárias;

Hipótese 3: Quanto maior os valores pós-materialistas no país, maior seriam as chances de que nestes países os eleitores disponham de atitudes mais igualitárias;

No nível individual, o que chamados de igualitarismo é controlado pelo gênero do entrevistado, bem como sua idade e escolaridade, pela adesão e satisfação com a democracia, e por fim, por quanto a religião é importante para o indivíduo. As variáveis advêm de múltiplas fontes, como detalhamos acima, sendo as individuais construídas a partir do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) de 2018 e as de contexto com base no Banco Mundial, IDEA e CEPAL¹¹⁷.

Com as hipóteses estabelecidas, o próximo passo é verificar o melhor método de análise. Como nossa intenção é examinar relações entre variáveis medidas em diferentes níveis de dados (país e indivíduos), a opção mais indicada é a análise multinível, mais especificamente, modelo multinível generalizado para variáveis com distribuição de *Bernoulli* (RAUDENBUSH & BRYK, 2002).

O modelo de regressão logística é um modelo estatístico usado quando se deseja explicar uma variável resposta categórica binária em função de variáveis explicativas quantitativas ou qualitativas (ROCHA, 2014), em outras palavras, o *outcome* possui dois resultados possíveis: sucesso (=1) ou fracasso (=0). Neste tipo de técnica, um conceito muito importante é o de chance (ou *odds*), assim, falamos em chance ou probabilidade de sucesso. Já o termo multinível refere-se à dados estruturados de forma hierárquica, ou seja, eleitores dentro da mesma estrutura (país) compartilham de um mesmo ambiente

¹¹⁷ Para esse banco de dados o N=15, pois a ausência de dados para uma variável retira o caso da análise.

regido por regras, instituições e contextos semelhantes, e, portanto, apresentam experiências parecidas (TAMURA, 2007).

Assim, testamos a probabilidade de sucesso de que os eleitores rejeitem a ideia de que os homens sejam melhores líderes políticos do que as mulheres (=1) sobre o fracasso, que neste caso seria a concordância com essa ideia (=0). Dito isso, uma forma consistente de testar o quanto de fato o nível país influencia na variação da dependente, é a construção de um modelo nulo, ou modelo vazio (\emptyset), cujos dados nos permitem calcular o coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC).

Considerando o conjunto dos países, a média do *log* da razão de chance que os eleitores sejam mais igualitaristas foi estimada em 1,246, a variância em 0,13 e o desvio padrão em 0,360 (TABELA 3, Modelo \emptyset_1). A partir deste último valor calculamos o coeficiente de correlação intraclasse (Forbes, Evans, Hastings & Peacock, 2011 *apud* ROCHA, 2014; SOMMET & MORSELLI, 2017), de 0,038, indicando que aproximadamente 3,8% da variação da igualdade de gênero em relação a política se deve às características nacionais.

TABELA 3. Modelo nulo do igualitarismo na América Latina em 2018

	Modelo \emptyset_1	Modelo \emptyset_2
Intercepto	1,246*** (0,094)	1,211*** (0,016)
Variância (país)	0,130	
Desvio padrão	0,360	
Log-likelihood	-11.443,3	-11.881,93
AIC	22.890,7	23.766,0
N nível 1	22.509	22.509
N nível 2	15	

Nota: Razão de chances e erro padrão entre parênteses.

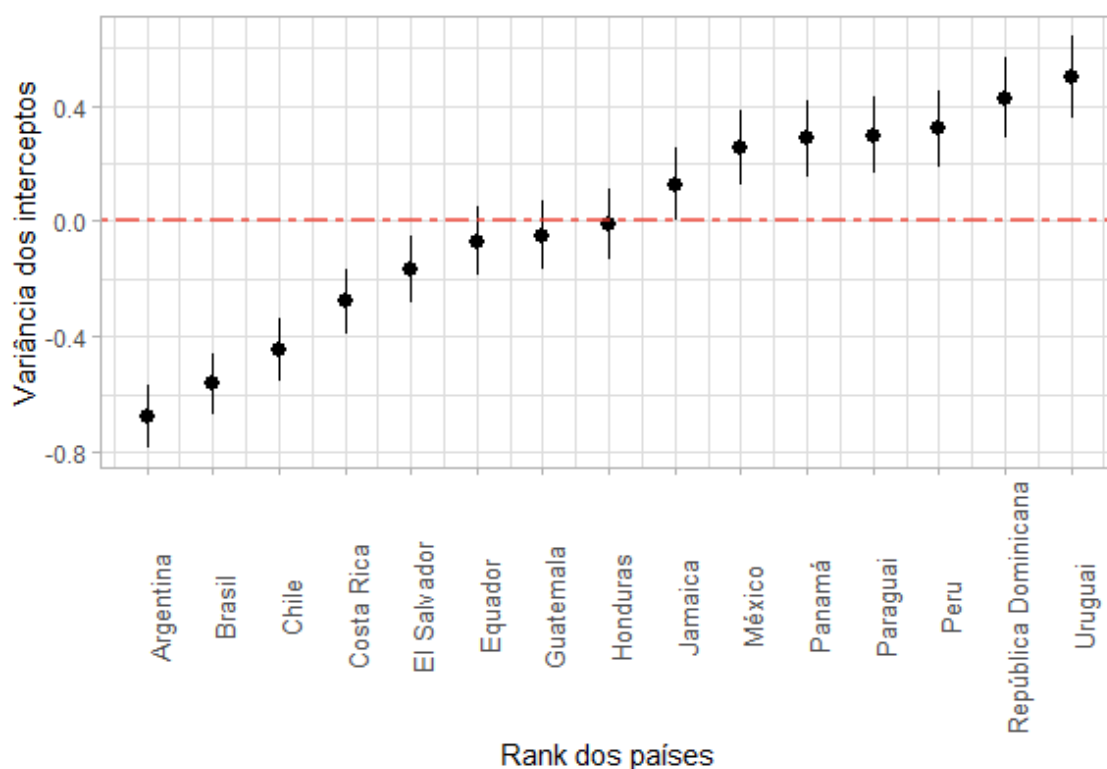
* $p < 0.1$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do LAPOP 2018

A razão de probabilidade estatística para o teste de hipótese nulo (de que a variância entre os países é igual a 0) pode ser calculada comparando os modelos \emptyset_1 e \emptyset_2 - modelo sem as variáveis individuais (TABELA 3). O cálculo é feito através subtração

dos “*Log-likelihood*” do modelo 1 pelo 2, o resultado é de -438,59. Então, a razão de probabilidade pode ser obtida com $(-2*(-438,59)) = 877,17$ com 1 grau de liberdade, o que indica claramente variância diferente de 0 entre os países. Para facilitar a visualização, abaixo demostramos a representação gráfica da variação dos interceptos por país (FIGURA 2), em que fica mais visível a existência de uma variação entre os países e atitudes mais igualitárias:

FIGURA 6. Efeito do país nas atitudes igualitárias



Fonte: LAPOP 2018

Confirmando que parte da explicação do igualitarismo se dá através das variações entre os países, apresentamos, a seguir, os resultados para os determinantes contextuais e individuais dessa atitude em 2018.

O modelo 01 (Tabela 4), diz respeito a equação de regressão contendo apenas as variáveis individuais, com o efeito do país fixo; em seguida, introduzimos as variáveis contextuais (modelo 02, 03 e 04 da Tabela 4), e por último, o modelo 05 é onde apresentamos a interação entre uma variável de nível 2 com o nível 1.

A escolha do “melhor” modelo se deu por base nos resultados do *Akaike's Information Criterion* (AIC), que tem sido empregado com relativa frequência em

modelos multiníveis como medida de ajuste (BORBA *ET AL.* 2018). Diferente do R-quadrado empregado em modelos lineares, os valores de AIC de modelos isolados não são informativos porque não podem ser interpretados como indicador da capacidade explicativa do conjunto de preditores incluídos na equação de regressão. Sua utilidade reside na comparação de modelos rivais utilizando um mesmo conjunto de dados e uma mesma variável dependente, sempre conduzindo a seleção do melhor modelo entre os apresentados (BURNHAM & ANDERSON, 2002), assim, comparativamente valores menores correspondem a modelos melhores.

Vamos aos resultados.

TABELA 4. Determinantes da igualdade política de gênero na América Latina em 2018

	Modelo 01	Modelo 02	Modelo 03	Modelo 04
Intercepto	1,622*** (0,162)	1.366 (0.241)	1.137 (0.323)	0.035** (1.449)
Dif. IDH		1,032 (0,033)	1.039 (0.033)	1.045 (0.029)
Legado democrático			1.003 (0.004)	1.005 (0.003)
Pós-materialismo (Satisfação com a vida)				1.039** (0.016)
Mulher	1,915*** (0,036)	1.915*** (0.036)	1.915*** (0.036)	1.915*** (0.036)
Fx. Idade (25-34 anos)	1.046 (0,054)	1.046 (0,054)	1.046 (0,054)	1.045 (0,054)
Fx. Idade (35-54 anos)	0,982 (0,050)	0,982 (0,050)	0,982 (0,050)	0,981 (0,050)
Fx. Idade (acima de 55 anos)	0,771*** (0,056)	0,772*** (0,056)	0,771*** (0,056)	0,771*** (0,056)
Escolaridade (Fundamental completo)	1,675*** (0,114)	1,676*** (0,114)	1,674*** (0,114)	1,672*** (0,114)

Escolaridade	2,591***	2,594***	2,589**	2,587**
(Médio completo)	(0,118)	(0,118)	(0,118)	(0,118)
Escolaridade	3,477***	3,480***	3,474***	3,473***
(Superior)	(0,121)	(0,121)	(0,121)	(0,121)
Democracia é melhor forma de governo	1,113***	1,113***	1,113***	1,112***
	(0,036)	(0,036)	(0,036)	(0,036)
Satisfação com a democracia	0,720***	0,720***	0,720***	0,719***
	(0,036)	(0,036)	(0,036)	(0,036)
Religião é importante	0,797***	0,796***	0,797***	0,798***
	(0,054)	(0,054)	(0,054)	(0,054)
Variância				
Akaike Inf. Crit.	20.219,48	20.220,59	20.221,92	20.219,38
Observações nível 1	20.890	20.890	20.890	20.890
Observações nível 2		15	15	15

Nota: Razão de chances e erro padrão entre parênteses.

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAPOP 2018.

Das três explicações contextuais que poderiam implicar no desenvolvimento da igualdade de gênero na América Latina, em 2018, é estatisticamente significativa a variável que mede o grau de satisfação com a vida, proxy para pós-materialismo, no país. Os dados nos mostram que o aumento de uma unidade neste índice aumentaria 3,9% das chances de os indivíduos rejeitarem a proposição de que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres (Tabela 3, modelo 04). Isso pode parecer pouco, entretanto, o grau de pós-materialismo varia entre os países de 74,0 a 94,4, de forma que, neste último, esse índice aumentaria em quase 368,2% nas chances dos indivíduos sejam mais igualitários. Assim, países que oferecem melhores condições de vida, possuem maiores níveis de satisfação, e isso aumentam as chances do indivíduo se posicionar de maneira mais igualitária em relação às mulheres na política. A variável econômica, diferença de IDH entre homens e mulheres, e a variável que mede tempo e qualidade da democracia, em termos de legado democrático não se mostraram estatisticamente significativa.

Individualmente podemos dizer que ser mulher, em comparação aos homens, tem mais chances de rejeitarem a ideia de que os homens são melhores líderes políticos (chance em 91,5%). A explicação teórica está associada à ideia de pertencimento de grupo, sendo as mulheres com maiores chances de se posicionarem contra situações que afetem aspectos relacionados à sua identidade, nesse caso, é o gênero.

Outro resultado interessante foi encontrado na comparação das faixas de idade, de modo que quanto mais velho for o indivíduo, maiores seriam as chances de ele concordar com a afirmação de que os homens são melhores líderes políticos. Dito de outra forma, ter idade acima de 55 anos diminui em 22,8% nas chances de o cidadão ser mais igualitário. Alguns dos principais estudos sobre juventude e comportamento político compreendem que a mudança geracional é relevante nas disposições e aspectos democráticos, sendo os mais jovens, aqueles que poderiam ter atitudes mais igualitárias, como apresentou nosso resultado (BAQUERO, BAQUERO E MORAIS, 2016). A escolaridade foi outra variável que apresentou efeitos significativos, em comparação com ser analfabeto, possuir o fundamental completo aumenta em 67,5% as chances de o indivíduo ser mais escolarizado, ter o ensino médio, por outro lado, aumentaria essas chances em 159,1%; e ter o ensino superior elevaria essas probabilidade em mais de 247,7%. Por fim, quanto mais as pessoas aderem à democracia, ao afirmarem é a melhor forma de governo, aumenta em 11,3% nas chances dos indivíduos serem mais igualitários, no entanto, aquelas que dizem serem mais satisfeitas com a democracia, em comparação com os que dizem ser insatisfeitos, tem suas chances reduzidas em 28%. Ainda nesse sentido, para aquelas pessoas que dizem que a religião é muito importante tem suas chances diminuídas em 20,2%, em comparação as que negam a importância desta.

Esse achado é interessante para reintroduzir a discussão dos valores pós-materialistas na discussão de gênero. O estudo de Inglehart e Norris (2003) demonstrou relação entre melhores condições de vida e as taxas de representação, contudo, para a América Latina, esse efeito não apareceu. Com o resultado desse modelo, entendemos que os valores pós-materialistas não afetam a presença ou ausência das mulheres na política, contudo, estão diretamente relacionados com a disposição de atitudes mais igualitárias. Para nós isso constitui uma evidência novamente do papel intermediador que a cultura política possui entre os fatores institucionais e sociais. Isto porque a insatisfação com a vida diminui a possibilidade do indivíduo concordar que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. A ausência de significância da variável de contexto não

necessariamente demonstra que as condições socioeconômicas não influenciam no comportamento, é que a variável que mede a diferença de IDH não captou o que a variável satisfação com a vida intrinsecamente faz que é avaliar o contexto.

Esses elementos de algum modo, nos levam a conclusão de que: se as condições que estou inserido são melhores, eu me sinto mais satisfeito com a minha vida, o que influencia a ter atitudes mais igualitárias. Então, se um país tem boas condições, seus cidadãos são mais satisfeitos e podem ser mais igualitários, a lógica seria que as barreiras culturais para as mulheres seriam menores e isso poderia elevar a taxa de representação. O Uruguai é um exemplo que cabe nesses critérios, mas mesmo assim é um país com baixa representação e baixa qualidade de cotas. Como explicar isso? Acreditamos que esses achados podem nos dar pistas de que existe uma conexão entre a percepção do contexto e as preferências por políticas.

Diante de toda a discussão apresentada pelo modelo multinível, verificamos aspectos importantes do contexto que influenciam em comportamentos mais igualitários em relação às mulheres na política. Como ressaltamos, esses dados são explicativos para o caso da América Latina e não taxativos, por isso, o próximo capítulo é o nosso último nível de análise no qual testaremos a hipótese do alinhamento entre percepção e preferências através do método experimental.

6 PERCEPÇÕES E PREFERÊNCIAS: APONTAMENTOS EXPERIMENTAIS SOBRE A DESIGUALDADE POLÍTICA ENTRE OS GÊNEROS

O capítulo anterior apresentou o percurso metodológico traçado para a presente pesquisa em relação às análises do nível macro e entre níveis. Verificamos que para a América Latina, contextos socioeconômicos de maiores desigualdades entre homens e mulheres estavam associados com políticas governamentais de maior qualidade (Schwindt-Bayer, 2008) gerando impactos nas taxas de representação parlamentar feminina. Assim, como a satisfação com a vida e atributos individuais possuem influência nas disposições sobre a igualdade de gênero na política. Os apontamentos das nossas análises nos levaram a formular a hipótese do alinhamento entre percepção e preferências.

Tal proposta tem como pontos fundamentais a opinião pública e suas atitudes, assim, a ligação entre as dimensões contextual, político -institucional e cultural, dependeria dos comportamentos e da visão dos indivíduos sobre a desigualdade política entre mulheres e homens. Na descrição dos dados do capítulo anterior, os latino-americanos apresentaram-se, de modo geral, favoráveis à igualdade de gênero em diversas áreas. Todavia, ao traçar um paralelo entre a opinião pública e as políticas afirmativas para mulheres, vemos um descompasso, já que as medidas institucionais presentes no país não refletem essa posição da opinião pública, a ponto de serem classificadas como de baixa qualidade (SCHWINDT-BAYER, 2013). Por isso, nos perguntamos: se a opinião pública se apresenta de maneira favorável às mulheres na política, por que não temos políticas institucionais mais rigorosas para garantir a participação feminina no parlamento? A nossa hipótese está ancorada na ideia de que a preferência por determinadas políticas e comportamentos está relacionada com a maneira que os indivíduos percebem as desigualdades, ou seja, como as pessoas reagem às situações de desigualdade política entre os gêneros.

6.1 PESQUISAS EXPERIMENTAIS

Algumas questões que são mais sensíveis ao debate público demandam dos pesquisadores novas estratégias de captação de informações que vão além das aplicadas tradicionalmente. Assim, para o aprofundamento dos estudos sobre comportamento político, nos últimos anos, a pesquisa experimental teve um aumento considerável da sua

aplicação dentro da ciência política (GAINES ET AL., 2007), muito em razão da possibilidade de dimensionar aspectos mais subjetivos dos indivíduos, conectando-se à psicologia política.

Mesmo não se tratando de um método novo¹¹⁸, o desenho experimental ganhou campo por objetivar um dos maiores desafios das ciências sociais: o teste da causalidade ($X \rightarrow Y$)¹¹⁹ (MCDERMOTT, 2002). O caminho da causalidade é caracterizado por seu aspecto direcional (se X causa Y) e não apenas relacional (se X e Y estão relacionados). Por isso, apesar de muitos avanços advindos dos métodos tradicionais, os dados observacionais não permitem falarmos em causa e efeito, pois mesmo com diversos testes estatísticos, as conclusões que partem deste formato de pesquisa dizem respeito à inferência causal, demonstram se X e Y estão relacionados e qual a intensidade dessa relação.

Já os experimentos nascem da ideia de testar uma possível relação direta entre X e Y, por ser um desenho de pesquisa no qual o pesquisador tem tanto o *controle* quanto a capacidade de atribuir *randomicamente* valores da variável independente aos participantes (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015, p.95). Em outras palavras, o pesquisador manipula a variável independente (X-chamada de *tratamento*) aplicando-a um grupo experimental (grupo *tratado*) e não aplicando em outro (grupo *controle*)¹²⁰, sendo ambos compostos por indivíduos aleatoriamente selecionados, que ao fim terão seus resultados comparados. Portanto, o caráter causal é atingido pelos experimentos pelo fato de os valores da variável independente não serem determinados pelos participantes ou pela natureza, mas sim pelo pesquisador.

O controle dos estímulos que os grupos receberão pelo pesquisador é um dos pilares da pesquisa experimental, pois a intervenção no processo de geração dos dados faz com que a variação dos resultados seja, parcialmente, consequência das decisões tomadas no momento da concepção da pesquisa, anterior a mensuração, durante o

¹¹⁸ Na década de 20 já encontramos trabalhos na ciência política que utilizaram o desenho experimental, como de Harold Gosnell (1920) e F.Lund (1925).

¹¹⁹ Segundo Kellstedt e Whitten (2015), para testar uma relação de causalidade é preciso que a proposta passe por alguns testes. As perguntas fundamentais que um pesquisador deve fazer são: 1) Existe um mecanismo causal crível que liga x a y? 2) É possível que Y cause x? 3) X e Y estão correlacionados independentemente do tipo de pesquisa escolhido? 4) Controlamos por todas as variáveis colineares z que podem tornar a associação entre x e y espúria?

¹²⁰ A ideia base do experimento é a comparação entre os grupos, por isso, o padrão é o grupo não tratado ser o controle. Entretanto, podemos comparar grupos através da aplicação de outro tratamento ou comparando um mesmo grupos antes e depois de um tratamento. Assim o grupo controle serão aqueles que receberão algo diferente do tratamento.

processo de formação do desenho experimental (MCDERMOTT, 2002; KELLSTEDT E WHITTEN, 2015). Essa participação do pesquisador é o que diferencia os dados experimentais dos observacionais, sendo os primeiros as informações geradas por uma manipulação deliberada do cientista e nos segundos (os consequentes de pesquisas não-experimentais) as variações se devem a fatores externos ao controle do pesquisador, que apenas observa o processo de geração de dados (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015).

Para garantir que o estímulo (tratamento) seja o responsável pelas possíveis diferenças encontradas é preciso ficarmos atentos ao segundo quesito fundamental de uma pesquisa experimental: a maneira aleatória pela qual os indivíduos são direcionados aos grupos¹²¹. A atribuição randômica assegura que a comparação entre os resultados seja “tão pura quanto possível” (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015) e que outras variáveis (Z) não poluirão a relação direta entre X e Y, pois garante que os participantes não serão sistematicamente diferentes uns dos outros, mas sim que sejam em seu total idênticos (CAMPBELL; STANLEY, 1966, *apud* Turgeon, 2014). De maneira prática seria que antes de qualquer tratamento ser administrado, todos os participantes pertencem ao mesmo grupo e serão divididos apenas segundo algum fator randômico¹²², sendo alguns encaminhados ao grupo tratado e outros ao controle, ou seja, a diferenciação entre eles estará no recebimento ou não do estímulo.

Por essa razão, quando pesquisadores controlam e atribuem os valores de X randomicamente entre os integrantes, a comparação entre os diferentes grupos não será afetada por outros fatores que possam causar Y. Aqui temos um ponto de destaque, o experimento não elimina de modo algum a possibilidade de outras variáveis, também, afetarem Y, o que ele faz, por meio do processo de atribuição randômica, é equiparar os grupos em todos os fatores possíveis (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015). Isso faz a comparação entre os dois valores de X seja desprendida de qualquer possível variável Z, porque esperamos que os grupos sejam equivalentes para todos os valores de Z¹²³. Desse modo, a habilidade dos experimentos em controlar os efeitos de outras variáveis aplica-

¹²¹ É importante observar que essa definição não diz respeito a maneira que os indivíduos são selecionados para participar do experimento, mas sim sobre qual grupo serão direcionados, ou seja, o pesquisador deve criar uma forma na qual não haja um viés de seleção, como um sorteio ou tabela de números aleatórios. Por isso, a aleatoriedade dentro do experimento difere-se de amostra aleatória, que se relaciona como os pesquisadores selecionam os casos para os seus estudos, quer dizer que cada membro da população tem a mesma probabilidade de ser selecionado.

¹²² Como fator randômico podemos citar sorteio, tabela de números aleatórios ou até um dado.

¹²³ A pesquisa experimental em razão do seu formato e da designação aleatória consegue pressupor que os valores das variáveis Zs sejam constantes, controlados, a ponto de não interferirem nos valores X e Y.

se a todos os possíveis fatores colineares, mesmo quando os pesquisadores não estão conscientes deles (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015).

Em um experimento, então, como X é distribuído para os participantes unicamente pela aleatoriedade, significa que podemos eliminar a conexão entre Z e X, assim, se Z não é correlacionada com X, ela não gerará efeitos na mensuração entre X e Y (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015). Portanto, parte-se do pressuposto de que exceto pela maneira que foram direcionados para os grupos (tratamento ou controle), seus componentes são julgados como semelhantes em suas principais características (CAMPBELL; STANLEY, 1966, *apud* Turgeon, 2014), isto é chamado de balanceamento. A partir disso, o pesquisador tem a garantia de que qualquer diferença observável será em razão da variável independente que atribuiu a cada um,

“É essa designação aleatória que permite ao experimentador afirmar com confiança que o estímulo experimental, (...) é responsável pelo efeito observado entre o grupo-controle e o tratado. Caso o estímulo não tivesse efeito, não deveria se observar diferença nenhuma entre os grupos porque a designação aleatória os criou similares.” (TURGEON ET AL, 2014, P. 370)

Todos esses aspectos significam que os experimentos trazem consigo uma confiança particularmente forte nas inferências causais feitas a partir de suas análises, isto é chamada de *validade interna*. Sendo assim, um dos benefícios do experimento diz respeito à natureza causal do relacionamento encontrado em um determinado conjunto de dados, que é garantido pelos mecanismos de controle de outras variáveis que possam influenciar no efeito de X sobre Y (KELLSTEDT E WHITTEN, 2015).

A validade interna é uma das principais características dos resultados de um experimento, ao mesmo tempo que é o principal ponto de controversa. Alguns autores alegam que a ausência de uma maior validade externa¹²⁴ limita a capacidade generalizante do estudo. Esse argumento tem como base o fato de frequentemente os experimentos utilizarem amostras de conveniência¹²⁵. Contudo, devemos lembrar que as pesquisas de natureza experimental não possuem por objetivo final resultar em teorias gerais, mas sim

¹²⁴ É aquela que envolve a replicação dos resultados para uma variedade de conjunto de dados. Kellstedt e Whitten (2015) exemplificam com o caso de um pesquisador que descobre que entre eleitores mais informados existe tendência ao maior comparecimento eleitoral em eleições legislativas. Se replicando essa pesquisa nas eleições presidenciais encontrar o mesmo resultado e fazer a mesma investigação em um país distinto, chegando novamente à mesma conclusão podemos afirmar que a sua pesquisa possui validade externa.

¹²⁵ Trata-se de um tipo de amostragem não aleatória, pois, a amostra é formada por indivíduos que o pesquisador possui acesso e por isso, não tem o poder de realizar inferências populacionais.

buscam validar uma relação causal. Isto quer dizer que a baixa possibilidade de generalização não descaracteriza os resultados encontrados na comparação entre os grupos, uma vez que a alta validade interna garante os resultados da existência ou não da causalidade, ponto chave dos experimentos. Apesar de muito debate, nos últimos anos muitos autores tem preenchido essa lacuna com modelos experimentais mais generalizáveis como o *Population-Based Survey Experiments* (experimento de *survey* de base populacional) (MUTZ, 2011), que aumenta a validade externa mantendo a interna.

Como todo método, os experimentos possuem alguns limites, além do apontado acima. Segundo Kellstedt e Whitten (2015), primeiro, o pesquisador deve estar atento ao fato de que nem toda variável independente (X) é controlável e sujeita a manipulação experimental, tais como sexo, gênero, idade, escolaridade ou religião. Outro ponto é não cometer erros de ênfase. Se um experimento produz um achado de que X de fato causa Y, não significa que esse particular X é a causa mais proeminente de Y. Portanto, os desenhos experimentais não objetivam descobrir qual causa da variável dependente tem o maior efeito e quais outras possuem efeitos menores, apenas estabelece a relação direta entre a variável dependente e independente.

Mesmo com suas limitações, a pesquisa experimental é uma das melhores ferramentas para testar relações de causalidade (MCDERMOTT, 2002), especialmente, sobre temas que são caros ao debate público, como a relação entre gênero e política. Um ponto que chama atenção de muitos pesquisadores é entender o papel desempenhado pelos estereótipos de gêneros nas avaliações das candidatas (VERVUURT, 2017), ou seja, se o gênero do candidato importa para o eleitor (SAPIRO, 1981 E 1982; MATLAND, 1994; STREB ET AL., 2008; SCHNEIDER E BOS, 2014). Os diversos estudos experimentais centrados nessa questão não chegaram ao consenso: existem aqueles que sugerem que as características associadas às mulheres reduzem o apoio às candidatas (LEEPER, 1991; FOX & SMITH 1998), outros sugerem que as ajudam (FRIDKIN & KENNEY, 2009; DOLAN, 2010), enquanto alguns afirmam não haver efeito (BROOKS, 2011; HUDDY & CAPELOS, 2002).

Pela capacidade de análise do modelo experimental, os estudos mais recentes concentram-se em aprofundar os diferentes aspectos relacionados às mulheres e a política, especialmente, sobre sua presença na esfera pública através de partidos políticos, como eleitoras e representantes. Por isso, segundo Vervuurt (2017), podemos dividir os estudos experimentais em três grandes áreas de concentração: ideologia, características de personalidade e especialização em questões políticas (DOLAN 2006).

Sobre ideologia, temos dois eixos principais, o posicionamento ideológico e o partidarismo. De modo geral, as análises apresentam fortes evidências de que as mulheres são vistas como mais progressistas e mais de esquerda que os homens, independentemente do partido (ALEXANDER E ANDERSON, 1993; HUDDY E TERKILDSSEN 1993; MCDERMOTT,1998; KING E MATLAND, 1999; DODSON 2002; KOCH 2002; VERVUURT, 2017). Temos como exemplo, o trabalho de Burden (2005), nos Estados Unidos, que tentou entender o gap de identificação partidária entre os gêneros para responder “(...) por que as mulheres são democratas em suas cabeças, mas republicanas em seus corações?” (BURDEN, 2005).

O ponto de partida para esse estudo está na observação da existência do consenso de que os gêneros possuem diferentes posições sobre determinantes importantes da identificação partidária, sendo as mulheres mais liberais em questões sociais e culturais (BURDEN,2005; VERVUURT, 2017), com maior intensidade quando esses pontos são relevantes na avaliação de candidatos e partidos. Para Burden, essa divergência estaria na maneira como sentimento e pensamentos (afetividade) são processados pelas mulheres e pelos homens como bases avaliativas de atitudes e comportamentos. O autor alerta que a existência da ligação entre afetividade e gênero não quer dizer que as mulheres são naturalmente mais emotivas e os homens mais racionais. A teoria que utiliza afirma que a internalização das características dos estereótipos sociais influencia no processo de avaliação, tendo as mulheres maiores capacidade de dividir os pensamentos e emoções para tomar decisões.

Por isso, chama atenção para a maneira que a bateria tradicional mensura o partidarismo, pois tende a excluir as mulheres por não captar o modo que pensam sobre suas relações com partidos políticos, o que poderia explicar suas menores taxas de identificação partidária. Para testar essa ideia, no ano de 2001 em Ohio, aplicou um experimento de *survey* via telefone com questões sobre comportamento político, terrorismo e aspectos demográficos, no qual o grupo tratado recebeu uma bateria de perguntas sobre partidarismo com novos itens sobre afetividade e o controle a tradicional.

Sobre seus achados, relata que a diferença na identificação partidária dos gêneros ocorreu somente quando os respondentes não foram encorajados a individualizar suas avaliações, dando um senso mais de coletividade para sentir suas ligações com os partidos políticos. Nesses momentos as mulheres se tornaram mais e não menos similares que os homens. Assim, a divergência entre eles se daria quando as mulheres são encorajadas a avaliarem suas lealdades partidárias por motivos sócio cognitivos e não pessoais-afetivos,

como a bateria de perguntas tradicional faz, ou seja, quanto mais afetivos os temas menores as diferenças partidárias entre os sexos. A partir disso, afirma que a questão de sentimento encoraja a personalização de estereótipos sociais de modo que as questões padrões não fazem, o que sugere que a origem da diferença de gênero, também, pode ser o resultado da mudança de bases da avaliação partidária entre homens e mulheres.

Na segunda área de concentração, temos os estudos sobre a personalidade das mulheres na esfera pública. De um modo geral, há uma transposição das características designadas ao espaço privado para o público, assim, os homens são associados com racionalidade e força (HUDDY & TERKILDTSEN 1993; KAHN 1992; LEEPER 1991), enquanto as mulheres são relacionadas com aspectos de passividade, afetuosidade, compaixão, ou seja, mais emotivas, mesmo quando possuem discursos que contrapõem essas características (SAPIRO,1982;HUDDY & TERKILDTSEN 1993; KAHN 1992; LEEPER 1991; BROOKS, 2011).

Pensando nisso, a pesquisa de Mariana Marques (2016) testou se os papéis dos estereótipos de gênero relacionados à emotividade de homens e mulheres impactam nas avaliações dos eleitores sobre candidatos de gêneros diferentes, no contexto político-eleitoral brasileiro. Assim, propôs a entender se a expressão de comportamentos emotivos poderia interferir na dinâmica eleitoral de forma a prejudicar mais candidatos de um gênero ou de outro. Para cumprir com o objetivo proposto, realizou um experimento online que consistiu na elaboração de uma matéria de jornal que apresentava um candidato a um cargo eletivo. Ao todo três matérias iguais foram elaboradas para testar cada emoção (controle, choro e raiva). As únicas diferenças entre elas foram o sexo do candidato e o fato de que em uma de cada gênero houve a inserção de um parágrafo que narrava um episódio em que o (a) candidato (a) expressou um comportamento de choro ou de raiva.

Destacamos alguns pontos de suas conclusões, o primeiro, é que conseguiu verificar que no contexto brasileiro há a reprodução dos estereótipos de gênero encontrados comumente na sociedade ao se tratar de candidatos a cargos eletivos – mulheres tendem a ser percebidas como mais emotivas do que homens, independente, da demonstração de qualquer comportamento emotivo. Contudo, o segundo ponto é que a hipótese de maior penalização de mulheres por comportamentos emotivos relacionados aos estereótipos de gênero não se confirmou. Foi encontrada uma tendência de favorecimento à candidata mulher que demonstrou o comportamento de choro,

especialmente, entre os respondentes homens. Por outro lado, observou que os homens foram punidos tanto pela demonstração de choro quanto pela demonstração de raiva.

A explicação estaria no fato de que com a transferência dos estereótipos de gêneros para suas expectativas em relação aos traços e comportamentos dos candidatos (LEEPER 1991; KAHN 1992; HUDDY & TERKILDSEN 1993; ALEXANDER & ANDERSEN 1993; LAWLESS 2004), as mulheres candidatas por serem vistas como possuidoras de mais traços femininos, como emotividade, compaixão e passividade (VERVUURT, 2017), não seriam punidas pela expressão desses sentimentos. Enquanto isso, os homens sendo relacionados com racionalidade e controle são punidos por comportamentos nos quais expressam características contrárias a essa perspectiva (ALEXANDER & ANDERSEN 1993; HUDDY & TERKILDSEN 1993; KAHN 1992; KOCH 1999; LAWLESS 2004; LEEPER 1991).

Os autores Ditonto, Hamilton & Redlawsk (2013), também, testaram essas observações através de desenho experimental para o contexto norte-americano, mas direcionado ao tipo de políticas que os eleitores associam aos candidatos em razão dos gêneros. Confirmaram a hipótese da associação entre as características socialmente designadas às mulheres e as políticas que os eleitores acreditam que devam promover ao demonstrarem que as buscas por informações estão fortemente associadas à competência profissional possuída pelas candidatas e relacionadas às questões de compaixão e cuidado, como projetos de auxílio os mais pobres, cuidados com idosos e educação de crianças, temas geralmente associados ao gênero feminino (ALEXANDER E ANDERSEN, 1993).

Nessa mesma linha, para o Brasil, temos o trabalho de Karin Vervuurt (2017), um experimento de *survey online* que objetivou analisar se os respondentes associavam traços de personalidade e competências políticas particulares para mulheres e homens. O questionário consistiu em pedir aos participantes que indicassem, em uma lista contendo políticas “femininas” e “masculinas”, se eles acreditam que um homem ou uma mulher faria um melhor trabalho lidando com essas questões (VERVUURT, 2017). Logo após, foi pedido que os respondentes indicassem, em uma lista contendo traços de personalidade “femininos” e “masculinos”, se eles associavam as palavras mais com um candidato ou uma candidata.

De modo geral, encontrou que a questão da vantagem eleitoral foi na direção contrária a esperada: o homem candidato recebeu mais votos no contexto "feminino" e a candidata mulher no contexto "masculino". Sua conclusão é que seja possível que os

estereótipos utilizados na compreensão das mulheres "comuns" não sejam os mesmos para as da vida pública e cargos de liderança, pois é possível que a entrada das mulheres na arena política leve os indivíduos a criarem um subtipo de estereótipo que acomode as diferenças entre mulheres "comuns" e as mulheres da vida pública (RICHARDS & HEWSTONE, 2001; VERVUURT, 2017).

No mesmo caminho de avaliar a relação entre a arena política e os gêneros, em trabalho recente, Carson, Ruppner e Lewis (2019) almejam aprofundar o conhecimento das atitudes dos eleitores na Austrália, especificamente, no modo como julgam as candidatas e os candidatos quando possuem um conjunto idêntico de informações sobre suas origens. Projetaram o estudo para determinar quais características pessoais e profissionais dos políticos poderiam influenciar a maneira como os cidadãos percebem a adequação de uma mulher ou um homem para se tornar primeiro-ministro. Para isso utilizaram um experimento online de vinheta sobre um político australiano hipotético ('James' ou 'Jennifer') fornecendo as mesmas informações para os dois candidatos.

A hipótese era que a candidata deveria apresentar características mais "masculina" para ser considerada pelos eleitores capacitada para o cargo. No entanto, a direção não foi totalmente como a prevista, já que observaram que os eleitores viram a candidata como mais capaz e com maior probabilidade de voto que o homem, todavia, acreditaram que seria menos propensa a vencer a eleição para primeiro-ministro. Além disso, não encontraram algum grupo de rejeição à eleição de uma primeira-ministra, sendo as mulheres de esquerda as maiores apoiadoras de uma candidatura feminina.

Os autores ressaltaram a partir desses achados, que apesar da mulher ser vista de maneira mais positiva quanto as suas características políticas e também, mais efetivas em funções prioritárias como segurança e saúde, a candidata teria menor chance de sucesso eleitoral em razão do gênero ser percebido como a principal barreira isto. Para eles, o estereótipo de gênero não é um problema para o eleitorado avaliar positivamente uma candidata, contudo, afirmam que a existência deles afetam diretamente na eleição.

Essas reflexões levam a crer que existe a necessidade de compreender melhor como o encontro com informações estereotipadas podem influenciar o tipo de mecanismo que será utilizado pelo indivíduo para tomar decisões (CARSON, RUPPNER E LEWIS, 2019). Com isso, o papel da mídia e das estratégias de comunicação utilizadas em campanhas ganham destaque, por serem fatores que podem intermediar esse processo. Assim, os efeitos dessas mensagens no eleitorado constituem uma área importante na

ciência política, ponto que Schneider, Holman e Pondel (2013) se debruçaram com o estudo das campanhas políticas voltadas para os chamados *alvos identitários*, nas quais os candidatos constroem mensagens designadas para membros de um determinado grupo politizado, como as mulheres.

Os atores focaram na a maneira pela qual as informações sobre os papéis sociais dos gêneros são utilizadas durante a preparação das campanhas eleitorais. A priori ressaltam a importância das estratégias eleitorais visarem as mulheres, já que são grande parte do eleitorado (BURNS, SCHLOZMAN, AND VERBA 2001; SCHAFFNER 2005). Exemplificam a ideia com a campanha de 2012 de Barack Obama, “Mulheres por Obama”, que visava o eleitorado feminino com discursos sobre igualdade salarial, políticas de saúde, como medidas contraceptivas, com destaque para mulheres republicanas que estavam votando no Obama e, também, adicionando celebridades femininas, como Beyoncé e Alicia Keys.

As autoras argumentam que o ingrediente chave para alvos baseados na identidade é o aspecto simbólico. Elas entendem que a teoria da identidade social (CONOVER 1988) contém uma ideia sobre o mecanismo associado ao processo da escolha do voto, para essa linha é a tendência natural dos humanos de terem um sentimento de consciência de grupo que capitaliza o senso de identidade entre os membros que simpatizam com as questões colocadas nas campanhas. Para testar esse argumento, utilizaram um desenho experimental sobre o efeito do enquadramento identitário nas mulheres. Como metodologia criaram um *template* fictício de um website de uma candidata republicana concorrente ao Congresso na Pensilvânia (Patrícia Johnson) e variaram o conteúdo, sendo o tratamento um apelo às mulheres e o controle uma discussão sobre transporte.

A condição do tratamento tinha alguns apelos simbólicos, como: Mulheres por Johnson no topo da página e uma foto da candidata com outras mulheres. O tratamento era um texto descritivo das experiências da candidata como procuradora federal e seu trabalho em relação ao combate à violência contra as mulheres, detalhando projetos sociais e elaboração de legislações de proteção às vítimas. O site continha, ainda, o pedido para que os cidadãos se envolvessem na campanha e ajudassem a espalhar as informações sobre o trabalho. Em contrapartida, o controle apresentava uma redação simplista sobre questões de transporte e o trabalho da congressista pelo Estado de maneira geral. Ao final, relataram que a instigação à participação na campanha e o contexto direcionado a um

grupo desempenharam um papel significativo na votação da candidata, já que nas mulheres tratadas aumentou-se em quase 70% as chances de voto em Patrícia Johnson.

Ainda sobre os efeitos simbólicos, Tânia Verge (2015) se propôs a examinar o impacto da representação política de mulheres no engajamento políticos dos indivíduos e suas avaliações sobre o sistema político. A partir de um experimento de *survey* aplicado na Espanha e em Portugal, no qual o tratamento administrado era um texto sobre as consequências positivas do aumento da representação de mulheres na política e o controle apenas apresentava informações básicas sobre o tema, a autora encontrou evidências dos efeitos do enquadramento sobre as atitudes políticas dos cidadãos. Substancialmente, mostrou que os respondentes ajustaram suas atitudes em resposta à informação fornecida sobre o aumento da representação de mulheres e os efeitos que suas presenças trazem. Todavia, as mudanças atitudinais foram observadas apenas para avaliação dos sistemas e não para o engajamento político, sendo as mulheres as mais afetadas pelo tratamento, isto quer dizer que a exposição da promoção de políticas que atingem diretamente o grupo feminino aumenta a chance de seus membros avaliarem de maneira mais positiva o sistema político que estão inseridos, mas não as motiva a participarem mais da arena política.

Seguindo esse caminho, Amanda Clayton (2014) testou ideia semelhante de Verge (2015), ao observar como as cotas eleitorais de gênero afetavam o engajamento políticos dos cidadãos no sul da África do Sul, regiões de Basotho e Lesoto. A ideia geral era saber se as cotas produziam um efeito simbólico positivo nas mulheres a ponto de as impulsionarem a participar mais dos espaços de decisões. A autora ressalta que esse processo seria intermediado pelo entendimento dos indivíduos sobre a legitimidade das cotas, elemento que foi levado em consideração no desenho experimental. O interessante desse estudo é que se trata de um experimento natural, pois não houve intervenção direta da pesquisadora no tratamento, ao invés disso, ela utilizou da criação de uma lei governamental na África do Sul para comparar os distritos que a possuíam e os que não a aderiram.

Em 2005, foi publicado o Ato das eleições governamentais locais que requereu que 30% de todos os cargos para membros dos conselhos distritais sul-africanos (distribuído até entre os conselhos novos) deveriam ser reservados apenas para conselheiras mulheres. Adicionalmente, a lei eleitoral solicitou que 30% dos distritos de Basotho aderissem obrigatoriamente a essa regra, enquanto 70% dos remanescentes seriam de competição aberta na região de Lesoto. A partir disso, a autora utilizou um

experimento de randomização nacional entre os distritos com cotas e os sem com baterias de perguntas sobre participação política, tendo todas os respondentes designados aleatoriamente. De maneira resumida, encontrou que aparentemente a representação feminina por mandato de cotas tem um efeito deletério nas atitudes dos cidadãos em relação ao processo político local (CLAYTON,2014). Supreendentemente, esses efeitos são mais aparentes entre as mulheres respondentes e de alguma forma menos pronunciado entre os vizinhos homens. Interessante, contudo, que os efeitos das cotas nas atitudes públicas não estenderam para mudar o comportamento público, tanto as mulheres quanto os homens tiveram níveis similares de discussão política e contato com seus conselheiros da mesma forma entre os distritos com reserva e sem. Também, as mulheres que moravam em distritos com reservas as cidadãs locais demonstram ser menos engajadas politicamente que as aquelas que moravam em distritos sem reservas.

O resultado principal apresentado pelo estudo é contra intuitivo: houveram evidências de que todos os participantes expressaram menor interesse pela política, e, particularmente, as cidadãs expressaram menores níveis de eficácia política sob uma líder mulher designada por cotas. Pelas implicações do experimento, a autora argumenta que esse resultado deriva da suspeita das cidadãs sobre as medidas de ações afirmativas para mulheres na política. A percepção de haver um tratamento preferencial pelas políticas afirmativas, como se o gênero e não a competência dos representantes fosse fator mais relevante, sugere que o efeito causal das cotas está provavelmente relacionado com a natureza *hiperexclusiva* da política de cotas e o estigma ao redor dos beneficiários da política (CLAYTON, 2014). Apesar desses resultados, a autora ressalta que isto não quer dizer que as políticas afirmativas devam ser rejeitadas, pelo contrário, insiste que a longevidade da reserva para distritos de membros únicos pode normalizar a ideia de uma regra eleitoral apropriada, a qual pode levar a um efeito simbólico positivo, como demonstrado na Índia. Para isso, é essencial que haja uma discussão pública sobre a experiência histórica de discriminação das mulheres em uma competição aberta com os homens, isso torna o entendimento sobre as cotas como um senso de justiça e não privilégios.

Como podemos verificar, a relação entre gênero e política tem diferentes tonalidades que podem ser observadas por diversos ângulos. No contexto brasileiro, apresentamos acima alguns trabalhos que testaram a relação entre gênero e política através da pesquisa experimental (VERVUURT, 2017; MARQUES, 2016). Apesar de um tema muito relevante, o método experimental ainda se encontra em desenvolvimento

sobre essa temática. Conforme apontado por autores como McDermott (2002) e Morton e Williams (2010), a abordagem experimental é benéfica em estabelecer uma relação de causalidade mais efetiva entre as variáveis, pelo maior controle que o pesquisador tem de todo o processo, o que impacta na precisão das medidas dos efeitos, com isso, aumenta a possibilidade de explorar detalhes do processo investigado. Por essas razões, acreditamos ser o método mais eficiente para testar a hipótese originária da análise de dados do capítulo anterior, e assim, podemos contribuir para o entendimento da complexidade da sub-representação de mulheres nas democracias contemporâneas.

6.2 COMO VEJO E O QUE PREFIRO: PERCEPÇÕES SOBRE A DESIGUALDADE POLÍTICA ENTRE OS GÊNEROS E PREFERÊNCIAS POR POLÍTICAS DE COTAS

A explicação que iremos explorar é que em cenários de maiores disparidades entre mulheres e homens, a população acionaria mais o poder público para a criação de políticas mais efetivas na diminuição da desigualdade entre os gêneros, como o caso da baixa representação de mulheres na política. Entretanto, a efetividade desse processo estaria condicionada às características da cultura política compartilhada pelos indivíduos, assim, a demanda popular perpassa a presença e a intensidade dos valores democráticos de igualdade e justiça em relação às condições sócias nas quais as mulheres se encontram. Em outras palavras, a ação governamental mais ativa e eficaz contra a desigualdade entre os gêneros na política, como as políticas afirmativas de alta qualidade, seria resultado das demandas de uma população que compreendesse a existência das injustiças como um problema a ser combatido, ou seja, os indivíduos devem possuir posições mais democrática e igualitária sobre a relação entre os gêneros.

Por essa razão, como apresentamos na seção anterior, a capacidade de testar relações de causa e efeito é a chave para o desenho experimental, assim, com intuito de nos aprofundarmos sobre o contexto dos obstáculos da presença das mulheres na política, testaremos se a maneira que as pessoas percebem a desigualdade política entre mulheres e homens (X) afeta as suas opiniões sobre políticas de cotas (Y).

Queremos ressaltar que os elementos chave da explicação são o entendimento da opinião pública sobre a existência da desigualdade política, se é um problema e se demandaria por políticas públicas para minorar esse panorama. Partimos da ideia de que as percepções dos cidadãos e dos governos sobre as cotas, também, condiciona a sua

efetividade. Como vimos no experimento de Clayton (2014), a existência de pouco apoio na sociedade ou/e nos sistemas políticos gera o risco de as cotas serem anuladas. Assim, para uma ação de medida afirmativa aumentar a representação de mulheres, ela deve ser implementada efetivamente e em um ambiente de grande apoio político (SCHWINDT-BAYER, 2008).

Para esse cenário se desenvolver, trabalhamos com a ideia da associação entre percepções das desigualdades e preferências políticas, que será testada no presente capítulo, que consiste na análise de um aspecto mais a priori sobre o comportamento dos indivíduos em relação à temas importantes do debate público, algo que foge um pouco do modo que os autores da literatura sobre gênero habitualmente trabalham. Existe uma pressuposição sobre como os indivíduos pensam sobre os papéis de gêneros, contudo, poucos foram os trabalhos que tentaram entender como todos os estímulos sociais são processados para chegar a uma opinião, atitude e comportamento. Por isso, destacamos trabalhos como de Vervuurt (2017) que também se preocupa com o modo que os estereótipos são acionados e utilizados na avaliação de temas relacionados a mulheres e homens. Nesse sentido, acreditamos que nossa proposta experimental avança na avaliação sobre essa etapa que é intimamente relacionado com o problema da sub-representação feminina parlamentar.

Algumas pesquisas sugerem que a percepção dos indivíduos sobre a desigualdade exerce mais influência em suas preferências políticas do que os níveis reais de desigualdade (HAUSER E NORTON, 2017; KEELY E ENNS, 2010; TRUMP E WHITE, 2008). Portanto, o que pretendemos averiguar é se a maneira que as pessoas percebem a desigualdade entre mulheres e homens na política, sendo alta ou baixa, resulta em diferentes preferências por medidas institucionais, como a política de cotas. Em outras palavras, questionamos se aqueles que percebem os níveis como discrepantes, se posicionarão a favor de uma política de cotas com qualidade mais alta (SCHWINDT-BAYER, 2013), ou seja, aquela que tem maior porcentagem de reserva para mulheres nas listas partidárias, mandato de posição entre os candidatos e sanções fortes. Em contraponto, se os que percebem como sendo um cenário de baixa desigualdade ou o consideram normal, optarão por medidas mais brandas, política de cotas de qualidade mais baixa (pequena porcentagem de reserva, sem mandato de posição e com sanções fracas ou ausentes).

Sendo assim, formulamos a hipótese do *alinhamento entre percepção e preferência*. Pressupomos que a maneira como as pessoas percebem cenários de

desigualdades, não necessariamente como a realidade é, influencia na formação de suas opiniões e direciona a sua preferência por determinadas políticas. O sentido desse processo pode ser de duas maneiras: ao perceberem que a desigualdade é grande, tendem a preferir políticas de combate ou intervenção, ou, se perceberem que a desigualdade é pequena, preferem se manter mais neutros ou até a extinção de políticas existentes. Transportamos essa ideia para a desigualdade política entre os gêneros ao pressupormos que quando os indivíduos percebem a grande disparidade entre mulheres e homens na representação política e classificam como um problema, então, a tendência seria se posicionarem de maneira mais favorável às políticas governamentais que visem intervir para mudar essa realidade, como políticas mais fortes que as existentes.

Neste sentido, para avaliarmos a relação entre a percepção e preferência, voltamos ao debate acadêmico sobre os mecanismos específicos pelos quais as pessoas reagem de maneiras diferentes às desigualdades sociais. A priori, é importante ressaltarmos que percepção não é o mesmo que realidade, assim, a maneira que vemos algo não necessariamente condiz com o que seja a verdade sobre o fenômeno. Nesse caso, entendemos que a percepção da desigualdade, de modo geral, não quer dizer que a desigualdade seja daquela maneira na realidade, é algo mais subjetivo e individual, e isso leva a comportamentos diferentes. Por exemplo, como um governo justifica maiores gastos em determinado setor ou política, se a população do país não percebe que existe um problema ali? Por isso, torna-se extremamente relevante o entendimento sobre como a realidade é vista pelas pessoas, o que aqui chamaremos de percepção.

Afinal, como as percepções são moldadas? Apesar de não haver um consenso e nem um fator exclusivo para isso, alguns autores apontam aspectos que contribuem para a formação da percepção de um indivíduo sobre desigualdades (TRUMP E WHITE, 2018; TRUMP, 2017; HAUSER AND NORTON, 2017; KELLY E ENNS, 2010; KAY ET AL., 2009). O primeiro diz respeito ao ambiente no qual a pessoa está inserida. Nessa linha, a explicação é que quando as pessoas se deparam ou são questionadas sobre situações de desigualdades, o primeiro processo realizado seria estabelecer um parâmetro entre como ela vive e como a situação está apresentada. Para tanto, o mais próximo e acessível para os indivíduos é a sua convivência, eles a analisam, então, se perguntam: como é a desigualdade ao meu redor? Com isso, estabelecem comparações entre o meio e o cenário e, também, entre a sua posição no meio e como ela seria no cenário. Dessa maneira, passam a entender o fato apresentado ou deparado, a partir do que vivem, e

assim, classificam-no como mais ou menos desigual que as suas realidades e das pessoas que interagem.

Em segundo lugar, temos a maneira que a situação é apresentada às pessoas, o modo que a informação é repassada. Isto inclui tanto as conversas entres amigos e familiares, quanto a cobertura midiática sobre questões de desigualdades sociais. O que os autores argumentam é que o parâmetro usado pelo recorte da informação afeta drasticamente na percepção sobre a desigualdade na realidade (HAUSER AND NORTON, 2017; KAY ET AL., 2009). Assim, uma cobertura da mídia mais intensa sobre casos de desigualdades cria uma percepção de que a injustiça está crescendo através do tempo. Podemos entender como exemplo, a questão da violência, quanto mais os telejornais intensificam a cobertura sobre situações violentas, maior a sensação de que está crescendo, ou seja, a percepção sobre esse fato é influenciada pelo recorte da informação e a sua frequência.

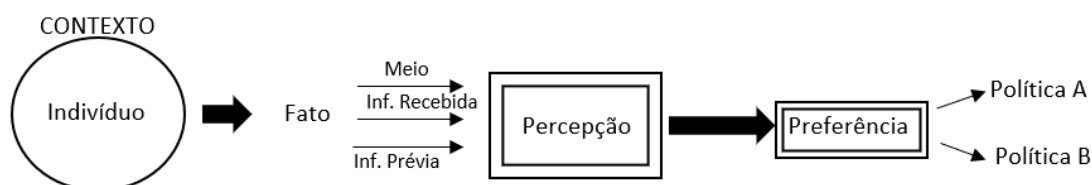
O último aspecto é um dos mais explorados pelas pesquisas experimentais, justamente por tentarem compreender como os frames jornalísticos influenciam na opinião das pessoas. Nos Estados Unidos, muitos autores utilizaram essa hipótese para entender a posição dos indivíduos sobre a relação entre percepção da desigualdade de renda e opinião sobre políticas de redistribuição (TRUMP E WHITE, 2018; TRUMP, 2017; KELLY E ENNS, 2010).

Alguns trabalhos propuseram que o surgimento da desigualdade poderia elevar o apoio da intervenção governamental como resposta às preferências dos cidadãos. Para tanto utilizavam o modelo clássico de Meltzer e Richard (1981), o qual prediz que aumentos na desigualdade de renda elevam o apoio por redistribuição. Sob essa visão, se o governo responde como esperado aos desejos dos cidadãos, o crescimento da desigualdade será acompanhado por ações do governo de combate, como por exemplo, aumento dos gastos governamentais com programas de redistribuição (BASSETT, BURKETT, E PUTTERMAN 1999; BORGE E RATTTS 2004; DE MELLO E TIONGSON 2006; MELTZER E RICHARD 1983).

Esse modelo teórico coloca como centro a opinião pública. Segundo Kelly e Enns (2010), a opinião pública é o termostato para as políticas governamentais. Assim, a maneira que o público se posiciona direciona em alguma medida as políticas propostas, seria a congruência política (CARREIRÃO, 2019). Entretanto, as implicações do modelo redistributivo de Meltezer e Richard (1981) depende de como a desigualdade influencia as preferências em massa. É nesse ponto que a ideia de percepção entra.

Para entendermos melhor as ideias apresentadas pelos autores acima expostos, desenvolvemos a figura abaixo (Figura 7) como uma demonstração do processo entre a percepção e a formação da preferência. De maneira sucinta, temos um indivíduo que está inserido em um contexto, que recebe ou se depara com um fato. Para compreendê-lo, constrói parâmetros baseados no meio que convive, na forma que recebeu a informação, e, também, utiliza informações prévias, que podem vir da sua socialização ou do conhecimento anterior. Através desse processo, o indivíduo passa a analisar o fato e molda uma percepção sobre ele, a partir daí, forma uma opinião sobre os aspectos que constituem o fato, e ao final, quando demandado (não necessariamente de maneira direta) a se posicionar opta por políticas que estejam alinhadas às suas preferências. Essa é a hipótese do *alinhamento entre percepção e preferência*.

Figura 7- Processo de Percepção e Preferência



Fonte: Elaboração da autora com base na literatura exposta.

No caso da desigualdade de gênero, entendemos que esse processo poderá ocorrer da seguinte maneira: a forma que a informação da desigualdade é passada impacta na percepção dos indivíduos, assim, quando demonstrado que a disparidade política entre homens e mulheres é grande, a hipótese é que optarão por medidas mais fortes, no caso, política de cotas de qualidade alta, sendo o contrário, também, aceito (menos desigualdade, políticas brandas). Entretanto, também, devemos nos atentar para a possibilidade dessa lógica não se confirmar: quando há alta desigualdade, por que as pessoas não optam por políticas mais efetivas de diminuição do quadro? Por isso, elaboramos uma hipótese alternativa advinda da literatura recente sobre a relação entre percepção e preferências.

No caso de haver um descompasso entre perceber a desigualdade como alta e optar por medidas menos efetivas, poderemos encontrar explicações dentro da teoria da justificação do sistema (System justification theory – SJT). Essa teoria surge com alguns autores que buscam entender porque os nortes americanos, mesmo quando verificam o

aumento da desigualdade economia, não apoiam em maior escala as políticas de redistribuição (TRUMP E WHITE, 2018; TRUMP,2017; KELLY E ENNS, 2010). O que a SJT propõe é que os seres humanos são inerentemente motivados a pensar que seus sistemas sociais são justos e legítimos e devem manter essa crença mesmo quando encaram informações que podem indicar o oposto (KAY ET AL.2009). Essa motivação subconsciente é conhecida como a motivação da justificativa do sistema. A crença de que o sistema social é injusto ou ilegítimo causa desconforto psicológico e os seres humanos são motivados a evitar o desconforto interpretando a informação sobre seus sistemas sociais de forma que legitimam a ideia do “faz sentido” para as questões sociais, incluindo as desigualdades.

No caso da desigualdade econômica nos Estados Unidos, a ideia é que quando as diferenças de renda são percebidas como altas, o público pensa que uma desigualdade maior é legítima. Os autores argumentam que isso ocorre em parte porque a opinião pública se ajusta ao nível existente de desigualdade de renda (KELLY E ENNS, 2010; KTEILY ET AL.2009). Essa hipótese do ajustamento sugere que quando aumentam a desigualdade de renda, as pessoas em situações mais desiguais ajustam suas percepções sobre o que constitui níveis legítimos de desigualdade e estão mais propensas a pensar a desigualdade maior como legitimada e aceitável. Como resultado, o público pode se tornar ciente do aumento da desigualdade sem exibir um aumento de oposição a isso através de demandas por políticas redistributivas. É a ideia do “poderia ser pior, então, assim está tudo bem”.

No caso da desigualdade políticas entre os gêneros, caso ocorra esse descompasso, se pensarmos analogamente, a hipótese do ajuste nos ajudaria a explicar que mesmo com o entendimento da existência da disparidade representacional na política entre os gêneros, os indivíduos podem não optar por uma ação institucional mais efetiva por acreditarem que esse é o padrão normal da sociedade (apesar de verem como um problema), como também, podem classificar a situação como um mal menor.

A partir desses levantamentos, elaboramos uma pesquisa de survey online *Democracia, política e cultura*, no ano de 2018, para testar tanto a desaprovação dos indivíduos sobre a presença das mulheres em cargos políticos quanto a hipótese do alinhamento entre percepção e preferência, ambos através de aplicação de experimentos (um de lista e um de gráficos).

6.2.1 Metodologia

O início da construção do desenho experimental se deu através da missão de estudos¹²⁶ realizada, em 2017, na Universidade de Brasília, com a orientação do Professor Mathieu Turgeon e participação no COMPOP (Grupo de pesquisa em comportamento político e opinião pública) do Instituto de Ciência Política (IPOL). A partir dos nossos objetivos, elaboramos um questionário-base, com 37 perguntas, que foi aplicado a todos os respondentes, e dois experimentos, um chamado de experimento de lista e outro de *framing* com auxílio de gráficos. Ao todo tivemos quatro grupos de respondentes, dois tratados e dois controles.

Para realizarmos, posteriormente, comparações e verificarmos alguns comportamentos dos indivíduos, dividimos o nosso questionário em três eixos¹²⁷: aspectos sociodemográficos, adesão à democracia e questões de gênero. Tendo como base toda a discussão teórica apresentada nos primeiros capítulos, o bloco sobre democracia teve como referência a ideia de mensurar esse conceito de maneira multifacetada, assim, o conjunto de questões contemplou tanto aspectos procedimentais (eleições, participação política e partidos políticos) quanto valorativos ligados ao conceito de democracia (questões de inclusão social, distribuição de renda, igualdade, liberdade e justiça).

A mesma ideia foi utilizada para o bloco sobre gênero, abordamos diferentes temáticas como mercado de trabalho, negócios, independência das mulheres, aborto e, especialmente, o mundo da política. Para tanto, nos apoiamos na replicação de perguntas centrais presentes nas tradicionais pesquisas de opinião pública do WVS, LAPOP e LatinoBarômetro, o que nos possibilita executar comparações entre nossos resultados e os desses institutos. Já para traçar o perfil socioeconômico foram inseridas perguntas básicas baseadas nas pesquisas de opinião como também nos critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Já estrutura dos experimentos variaram conforme os aspectos de seus desenhos, que serão detalhamos mais a frente. De maneira resumida, o experimento de lista teve o objetivo de verificar a desaprovação de mulheres ocuparem cargos políticos, sendo uma replicação de um estudo anterior com jovens em Florianópolis, em 2017, (Oliveira e Borba, 2018). Já o de gráficos consistiu em uma primeira tentativa de testar a hipótese do

¹²⁶ Missão realizada pelo projeto PROCAD, entre março e julho de 2017

¹²⁷ O questionário complexo encontra-se no anexo.

alinhamento entre percepção e preferências, sendo um olhar diferente das pesquisas tradicionais sobre gênero e política.

Em razão da impossibilidade de atingir uma amostra probabilística, a pesquisa foi aplicada de maneira online através da Plataforma OneClick¹²⁸, que consiste em um site de formulação de pesquisas de forma gratuita tendo a possibilidade de diferentes modos de compartilhamento pela internet e conta com um *dashbord* de acompanhamento das respostas, contendo os horários, datas e qual a origem do link que levou o respondente à pesquisa. Também, oferece ferramentas de análise e possibilidade de exportação do arquivo final no formato desejado, além disso, todos esses serviços são disponibilizados de maneira gratuita. O mais atrativo dessa plataforma é por se uma das únicas sem custo que tem a possibilidade de randomizar os questionários de maneira automática pela geração de um link único. Isso é interessante, porque o pesquisador não necessita criar links diferentes para cada um dos seus grupos experimentais, a plataforma gera um link de compartilhamento que pode ser compartilhado por todos os meios e ao clicar que o indivíduo é direcionado de maneira aleatória para um deles.

Os experimentos via internet impulsionaram o crescimento da aplicação de experimentos, especialmente, em razão do baixo custo, já que os realizados em laboratórios ou em campo possuem custos elevados (Reips, 2000). Entre as vantagens, temos que mesmo com a ausência do pesquisador, os pressupostos experimentais não são violados, pois ainda existe o controle sobre a manipulação das variáveis independentes e designação aleatória é realizada de maneira mais segura já que são as próprias plataformas que executam. Mais uma vantagem desse formato é o conforto e a privacidade para responder os questionamentos, o que minimiza o chamado “Efeito Hawthorne”, no qual ocorre uma mudança de comportamento no indivíduo por estar sendo observado (ROETHLISBERGER & DICKSON, 1993 APUD MCDERMOTT, 2002) deve ser minimizado.

Outro benefício da execução da pesquisa de maneira online é o aumento do número de participantes, já que pode alcançar lugares e pessoas que provavelmente não participariam se fosse um experimento de laboratório. Além disso, podemos levantar o pressuposto de que por ser uma participação voluntária, os respondentes são mais interessados e comprometidos com a pesquisa. Esses aspectos apesar de benéficos são

¹²⁸ Trata-se de uma plataforma de pesquisa online gratuita. Sua estrutura é compatível com ao SurveyMonkey e mais sofisticada que o Google Forms, já que esse não faz designação aleatória. Para maiores informações acessar: <https://www.1ka.si/>

alvos de críticas porque, frequentemente, resultam em amostras não representativas da população, Druckman e Kam(2011), ao discutirem essa posição para o uso da população de estudantes em experimentos, sendo um público diverso do cidadão médio, os autores argumentam que isso não seja necessariamente um problema, afinal, primeiro, a ideia do experimento é testar relações de causalidades através do controle das variáveis pelo pesquisador, e segundo, será um problema somente se o efeito do tratamento experimental depender de alguma característica que não apresenta variações na amostra de conveniência.

Mesmo diante de seus benefícios, os experimentos online possuem suas limitações e problemas, como a possibilidade de um indivíduo responder mais de uma vez a pesquisa e até a ausência de controle de possíveis situações que podem impactar nas respostas. Para tentarmos minimizar esses aspectos, a nossa primeira página continha as regras para a participação na pesquisa, com aviso sobre poder responder apenas uma vez (a plataforma possibilitou a utilização de *cookies* e limitação por IP) e ainda para o participante que não tinha tempo disponível no momento, abrimos a possibilidade continuar posteriormente, para isso, poderia deixar seu e-mail para que um link fosse enviado com lembrete sobre a pesquisa.

Por conta das facilidades disponibilizadas pela plataforma, utilizamos a técnica da bola de neve , na qual a pesquisa foi repassada em cadeia através do compartilhamento do link. Os primeiros disparos foram realizados pelo *whatsapp*, facebook e e-mail. Na introdução do questionário ressaltamos que se tratava de uma pesquisa que fazia parte de uma tese de doutorado que buscava compreender os valores e as posições dos brasileiros sobre temas ligados à democracia e política e que as respostas eram anônimas, não havendo possibilidade de identificação. Informamos que o tempo de duração de resposta era em torno de 15 minutos, podendo ser respondido no computador, celular ou tablet. Além disso, como incentivo para a participação e repasse da pesquisa foram sorteados dois prêmios: vale-compra na saraiva no valor de R\$ 150.00 e cesta da Cacau show no valor de R\$ 100,00.

O início do compartilhamento foi em agosto de 2018, entretanto, interrompemos a aplicação pois em razão das eleições que seriam realizadas em outubro houveram muitas reclamações sobre os temas abordados nos questionários e isso poderia enviesar as respostas. Os questionários respondidos durante esse período foram descartados. Sendo assim, os dados oficiais utilizados foram coletados em final de outubro (após o segundo turno para presidente) e finalizado em dezembro. Após a limpeza da base de dados,

finalizamos com total de 644 participantes, de 22 Estados¹²⁹ e do Distrito Federal, a maioria, sendo do Paraná, São Paulo e Distrito Federal. O perfil geral da amostra foi de 60% de mulheres, pessoas majoritariamente brancas, entre 26 e 34 anos, solteiras, pós-graduadas, com renda variada entre 2 a 6 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

6.2.2 Análise geral dos dados

De modo geral, os participantes, que não são representantes do brasileiro médio, podem ser enquadrados como o “modelo ideal de democratas”, pois, acreditam que a democracia é preferível a qualquer forma de governo (90%) e a consideram a melhor forma de governo, mesmo com seus problemas (85%), sendo injustificável a instauração de um regime militar em momentos de altos índices de criminalidade (78,8%), de corrupção (78,7%) ou de desemprego (87,1%). Apresentam-se contra as hipóteses de um presidente fechar o Congresso Nacional(81,8%), dissolver a Suprema Corte (81,4%), proibir os meios de comunicação de divulgarem notícias que falem mal do governo (87,9%) e manifestações de oposição ao governo (88,9%). Defendem fortemente a democracia eleitoral (97,7%) em contraponto a um líder forte que não seja eleito através do voto, como também, aprovam a participação de todos nas decisões políticas (83,2%) a um líder de pulso firme.

Outro bloco de perguntas importante foi sobre as características que relacionam como fundamental de uma democracia. Os respondentes ficaram divididos igualmente sobre a criação de um imposto para os ricos ser democrático ou não, enquanto, a maioria não considera fundamental os líderes religiosos interpretarem as leis (83,5%) e nem a existência de forças armadas (83%). Por outro lado, a existência de eleições (88%) e a promoção da igualdade entre mulheres e homens (93,3%) foram vistos como fatores fundamentais para um regime democrático. Essa direção mais democrática continua nas questões sobre minorias, com a baixa desaprovação do casamento homoafetivo (5%) e alta aprovação de pessoas com deficiências serem candidatos a cargos políticos (89,5%).

As divergências começaram a aparecer em algumas perguntas. Sobre a democracia sem partido, 39% desaprovou fortemente a ideia e 25% aprovou

¹²⁹ Não tivemos respondentes dos Estados do Acre, Maranhão, Rondônia e Roraima

fortemente¹³⁰. Em termos de políticas públicas, a maior desaprovação foi para as cotas étnicas raciais para ingresso nas universidades (20%), enquanto para distribuição de renda, como o bolsa família, cerca de 10% desaprovaram. Interessante que nossa última questão foi sobre o sistema de saúde atender estrangeiros, de modo geral há uma forte aprovação a essa conduta, mas percebemos que foi o tema que os respondentes optaram mais por não se posicionarem (12%), o que pode demonstrar que é uma situação pouco explorada pelo debate público mais geral, o que impactou em decisões mais imparciais.

Um dos nossos propósitos da estrutura do questionário com essas perguntas específicas era para poder verificar até que ponto os indivíduos são realmente democratas ou em quais aspectos o são. Assim, a fim de detalharmos mais a análise, nossa ideia foi criar indicadores com base nas dimensões teóricas que contemplem a ideia de democracia híbrida, um regime que possui processos políticos e também, baseia-se em valores. Para tanto realizamos uma análise fatorial, que se trata e um modelo estatístico que objetiva gerar fatores subjacentes não observados (KING, 2001), sendo fatores uma combinação linear das variáveis originais (HAIR ET AL. , 1993). Assim, essa técnica possibilita a construção de indicadores, pois reduz a grande quantidade de variáveis em um conjunto somatório de todas, para que isso ocorra, as cargas fatoriais são significativas, normalmente, acima de 0,30 (HAIR ET AL. , 1993), mas seremos mais rigorosos e utilizaremos 0,6.

Ao final foram compilados quatro fatores, com as respectivas variáveis sombreadas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 5- Análise Fatorial: Adesão à democracia

Variáveis	Fatores			
	1	2	3	4
Regime Militar e Criminalidade	,789	-,360	-,153	-,020
Regime Militar e Corrupção	,800	-,345	-,133	-,080
Regime Militar e Desemprego	,825	-,112	-,206	,058
Presidente e Congresso	,733	-,104	,022	,328
Presidente e STF	,724	-,104	,022	,328
Líder Forte x Democracia Eleitoral	-,061	,244	,679	-,113
Meios de Comunicação	,090	,016	-,068	,843
Movimentos de oposição	,339	-,211	-,353	,614

¹³⁰ Ressaltamos os extremos, o restante do total dividiu-se nas categorias medianas.

Redistribuição de Renda (Impostos) e Democracia	-,123	,742	,038	,078
Eleições e Democracia	-,162	,072	,706	-,118
Forças Armadas e Democracia	,648	-,333	-,285	,096
Igualdade entre mulheres e homens e Democracia	-,089	-,041	,693	,000
Redistribuição de Renda – Bolsa Família	-,282	,808	,177	,003
Cotas étnicas raciais nas universidades	-,307	,823	,100	-,047
Estrangeiros e atendimento público	-,138	,682	,036	-,284

Notas: Extração por análise de componentes principais, com rotação Varimax e normalização Kaiser.

Fonte: Pesquisa Democracia, política e cultura (2018).

No primeiro fator, denominado de *autoritarismo*¹³¹, estão relacionadas variáveis direcionada ao apoio ou não de atitudes autoritárias, como a justificativa de um golpe militar em casos de altos índices de crime, corrupção de desemprego, juntamente, com situações nas quais o presidente poderia fechar o Congresso Nacional ou Suprema Corte (Supremo Tribunal Federal – STF) e as forças armadas como característica da democracia. O indicador ficou composto por uma escala de 5 pontos, sendo o 1 mais democrático e 5 menos democrático, ou seja, aqueles indivíduos que não acham justificável os militares tomarem o poder em nenhuma circunstância, não aprovam atitudes de fechar instâncias de poder e nem associam democracia com as forças armadas estarão no ponto 1, conforme responderam com aprovação alguns desses critérios sobem na escala, sendo o número 5, aqueles que concordam com todas as situações.

Em termos de perfil, as variáveis socioeconômicas em sua maioria não possuem correlação estatística significativa ($p > 0,005$). Todavia, encontramos correlações significativas da aprovação de atitudes autoritárias com religião, escolaridade e renda. Para religião, ($p = 0,002$) há uma forte correlação entre aprovar ou desaprovar essas atitudes, apesar da intensidade não ser muito alta ($\gamma = 0,180$), observamos que 93,1% daqueles que se colocam como ateus ou não possuem religião encontram-se no ponto 1 da escala, sendo 3 o ponto máximo (7%), assim também se comportaram os protestantes, com 85% situados no ponto um. Observamos que apesar de mais da metade dos membros estarem no ponto 1, o número de católicos romanos (70%) e evangélicos (60%) são menores em relação às demais religiões, e sendo os católicos a maioria nos pontos mais altos (4 e 5), seguidos dos evangélicos (16%).

¹³¹ Escala de 1 a 5, sendo 1 aquele desaprova e injustificáveis atitudes autoritárias e 5 é o que aprova e acha justificável atitudes autoritárias.

A correlação entre escolaridade e o índice de autoritarismo foi negativa com intensidade moderada ($\text{sig} < 0,001$ e $\text{gamma} = -,290$), isto quer dizer menor escolaridade tem relação com mais aprovação do autoritarismo. Encontramos pela análise descritiva que existem diferenças comportamentais entre os que não estão no ensino superior ou pós-graduação e os que estão. Os de ensino técnico são os mais frequente nos pontos 3 e 4, enquanto a os com pós-graduação estão nos pontos 1 e 2. Vale ressaltar que no ensino superior completo ou incompleto são 61% das respostas do ponto 3, 31% do ponto 4 e 33% do ponto 5. A renda familiar assemelha-se à escolaridade, e também, se demonstrou correlacionada com autoritarismo, mas com menor intensidade ($\text{sig} < 0,05$ e $\text{gamma} = -,173$). A relação é negativa, ou seja, inversamente proporcional, assim ao abaixar a renda aumenta a posição escala do autoritarismo.

O fator 2 chamaremos de dimensão da *justiça e igualdade*, pois, são variáveis que medem a opinião dos indivíduos em relação às políticas governamentais de diminuição de desigualdade, como a de renda, através do imposto para ricos e programas como o Bolsa Família, além das medidas como as cotas raciais para ingresso nas universidades e estrangeiros poderem usar o sistema de saúde enquanto estiverem no Brasil. A ideia que essa dimensão passa sobre a democracia é sobre a relação entre princípios e instituições. Todos os componentes possuem um aspecto de medidas institucionais que são direcionadas ao combate de desigualdades ou que garantam aspectos de justiça. Assim, criamos um indicador de 1 a 5 pontos, sendo primeiro considerado o menos democrático.

Por isso, acreditamos que mesmo tratando das mesmas características, mas de maneira mais indireta, é que variáveis como casamento homoafetivo, pessoas com deficiência concorrerem a cargos públicos e igualdade entre mulheres e homens como característica da democracia não foram somadas a esse fator. Isto porque a natureza dessas últimas não recorre diretamente à ideia de criar alguma intervenção do Estado para possível reparação de algum descompasso relacionado a esses grupos. Assim, podemos imaginar que se as perguntas fossem relacionadas a promoções de direitos iguais, como a adoção por casais homoafetivos e cotas de vagas de empresas para pessoas com deficiência, talvez esse fator agregasse esses aspectos.

Em relação às mulheres, esclarecemos que para o bloco específico sobre democracia incluímos apenas a variável da igualdade política entre os gêneros, em razão do foco da pesquisa estar na relação mais profunda sobre gênero e política, por isso, para

não mesclarmos as variáveis¹³², as perguntas sobre as cotas e direitos das mulheres foram separadas na bateria sobre gênero.

O fator 3 trouxe aspectos interessantes ao incluir a pergunta sobre igualdade entre homens e mulheres junto com as variáveis de cunho *eleitoral*. Pensamos que a explicação para isso recaia sobre o fato da pergunta sobre a igualdade entre mulheres e homens estar direcionada para a classificação como uma característica ou não da democracia, assim como a variável das eleições. Além disso, acreditamos que essa relação pode ter como base o entendimento do respondente de que esse bloco de perguntas tinha um viés procedimental e não tão valorativo, o que poderia fazê-lo associar a ideia de igualdade entre mulheres e homens em democracias com o processo político eleitoral, no caso poderia ser a igualdade de voto entre eles. Em termos de escala, a dimensão eleitoral possui 3 pontos, com direção do menos democrático para o mais.

Por fim, o quarto fator apresentou um elemento interessante, que é o direito à livre manifestação seja por parte da imprensa como do próprio indivíduo. Por isso, estão associados a aprovação ou não sobre os meios de comunicação e as pessoas de manifestarem a sua oposição ao presidente ou algum governo, por isso, nomearemos como dimensão da *liberdade*, com escala de 7 pontos, com o extremo superior sendo o menos democrático.

Para nossos objetivos, efetuamos um bloco de perguntas sobre as relações de gênero em diferentes áreas da vida social. Usamos como base as perguntas presentes nas pesquisas de opinião pública. Nesse sentido, tivemos como resultado geral que os respondentes ao serem demandados diretamente são favoráveis as posições que se adequam ao que se espera de um “democrata nato”, dando respostas voltadas à igualdade de gênero. Por exemplo, discordam fortemente (90%) que os homens tenham mais direitos às vagas de empregos em momentos de crise que as mulheres, como também, 74% discorda fortemente da afirmação de que os homens são melhores em negócios que as mulheres. Como também, 73,6% concorda que ter um emprego é a maneira da mulher ser independente, contra 12,7% que discordam e 14,7% não concordam e nem discordam, além disso, 76% acreditam que a escolha do aborto deve ser das mulheres, 6,4% o aborto nunca é justificável e 17,6% acham justificável somente quando a saúde da mãe está em risco.

¹³² É importante ressaltarmos que não desconsideramos que todas as variáveis sobre gênero poderiam fazer parte da dimensão de apoio à democracia, essa decisão foi analítica.

Nas perguntas sobre a relação entre gênero e política, foco do nosso trabalho, ao serem perguntados diretamente, 92,3% dos entrevistados aprovam fortemente que as mulheres concorram a cargos políticos, como também, não concordam com a ideia de que os homens são melhores líderes políticos que as mulheres (91,9%). Sobre as cotas para mulheres na política, a intensidade da concordância com a medida foi melhor, tendo respostas mais diversificadas, já que 15% discordam da medida, 10% não concordam e nem discordam e 71,3% concorda com as cotas.

Com o mesmo objetivo bloco de perguntas sobre adesão à democracia, a bateria sobre igualdade de gênero foi pensada para criar um índice, entretanto, observamos que algumas perguntas fundamentais para nós não apresentaram grandes variações de respostas, o que limitou a nossa capacidade de formar esse indicador. Assim, decidimos verificar se era cabível construir um indicador apenas para as questões das mulheres e a política. Como a tabela 4 apresenta, a análise fatorial possibilitou a criação de uma medida para gênero e política, que contou com as variáveis mulheres ocuparem cargos políticos, política de cotas para as mulheres e a ideia de os homens serem melhores líderes políticos que as mulheres. Entretanto, as demais variáveis não compuseram um fator único então as deixamos individuais.

Acreditamos ser importante essa exploração dos dados coletados pela nossa pesquisa, uma vez que foi possível englobar todos esses elementos importantes para a discussão sobre democracia, como também, as de gênero. Como argumentamos no capítulo anterior, medidas mais multidimensionais sobre legitimidade democrática são necessárias para que possamos entender as relações e os pesos dos aspectos procedimentais e normativos nos comportamentos individuais. Dessa maneira, o que nossos dados demonstram é que os indivíduos utilizam mais os aspectos valorativos, dos costumes e da religião para pautarem as suas posições sobre diferentes temas, como autoritarismo, liberdade, justiça, liberdade de expressão e gênero. À fim de continuarmos nossas análises, a seguir apresentaremos o experimento construído para testar se a maneira que a desigualdade é vista impacta na preferência política.

6.3 O DESENHO EXPERIMENTAL

Esses resultados acompanham o que as pesquisas de opinião pública apresentaram nos últimos anos sobre o posicionamento das pessoas sobre democracia e questões de gênero. Ressaltamos que claramente na nossa pesquisa a intensidade dessas

posições foi maior que o encontrado na população, contudo não tivemos discrepâncias tão relevantes. Apenas ressaltamos que as questões mais ligadas aos costumes e valores são as que apresentam comportamentos mais distintos entre os respondentes, enquanto as perguntas mais tradicionais possuem respostas próximas aos surveys populacionais. Isso demonstra que mesmo tendo uma amostra diferente em termos de perfil sociodemográfico, os respondentes da nossa pesquisa se equiparam em opinião à população brasileira. Entretanto, será que esses são as reais opiniões dos indivíduos ou será que estão diante de efeitos de desejabilidade social em suas respostas? É com essa dúvida que preparamos os experimentos presentes na pesquisa.

Após responderem ao questionário base, uma parte dos indivíduos foi direcionada aleatoriamente ao experimento de lista e outra ao de gráfico, sendo que ainda foram aleatoriamente distribuídos aos grupos controle e tratamento de cada experimento. A distribuição aleatória foi realizada pelo próprio sistema da plataforma que conta com um logaritmo para executar essa função, o que garantiu o balanceamento dos grupos (Tabela 5), ou seja, em suas características principais, os participantes de cada grupo são iguais ou semelhantes, o que faz com que se exista diferença entre eles será resultado do estímulo dado.

Tabela 6- Balanceamento dos grupos experimentais

Item	EXPERIMENTO DE LISTA N=326		EXPERIMENTO DE GRÁFICOS N=318	
	Controle	Tratamento	Controle	Tratamento
Cor ou Raça	Branca (69%)	Branca (76%)	Branca (73,1%)	Branca(72,8%)
Idade	26-34 anos	26-34 anos	26-34 anos	26-34 anos
Sexo	F(60,8%) M(39,2%)	F(57,1%) M(42,9%)	F(62,5%) M(37,5%)	F(60,1%) M(39,9%)
Escolaridade*	Pós -G. (50%) Superior(24,7%)	Pós-G.(53,6%) Superior(28,6%)	Pós-G(61,3%) Superior(18,1%)	Pós-G.(57%) Superior(26,6%)
Renda mensal familiar	Acima de 10 salários mínimos	Acima de 10 salários mínimos	Acima de 10 salários mínimos	Acima de 10 salários mínimos

Fonte: Pesquisa Democracia, política e cultura, 2018.

N=644

* Superior diz respeito apenas ao ensino superior completo.

Com a constatação do balanceamento dos grupos, abaixo apresentaremos os experimentos detalhadamente.

6.3.1 Experimento de Gráficos

Enquanto o experimento de lista tinha como objetivo a análise da rejeição das mulheres ocuparem cargos políticos, o próximo experimento foi desenhado para testar a hipótese do alinhamento entre percepção e preferências. Assim, para manipularmos a maneira que os indivíduos observam um fato, nos pautamos pela ideia de criar um framing, ou seja, manipulamos a forma que a informação chega ao indivíduo, então, utilizamos gráficos e esse foi nosso tratamento.

Os dados sobre a representação de mulheres no Congresso Nacional tornam a situação do Brasil bem preocupante. Mesmo com um crescimento recente, a média histórica é de 9% de parlamentares femininas, o que coloca o país nos últimos lugares em termos de representação de mulheres na América Latina¹³³ e no quadro mundial¹³⁴. Em relação às políticas tomadas pelos governos brasileiros sobre o assunto, a primeira legislação que estabeleceu cotas para mulheres limitou-se ao âmbito das eleições municipais e aplicada apenas em 1997 para eleições majoritárias.

Ao longo dos anos, a lei de cotas para mulheres na política no Brasil não sofreu muitas modificações impactantes, atualmente, a porcentagem é de reservar de 30% dos candidatos das listas partidárias e sem sanções previstas. Apesar de recentemente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apresentar entendimentos da desaprovação das contas de partidos que não destinarem o valor mínimo à promoção da participação feminina na política¹³⁵ e também, a cassação das chapas que utilizarem falsas candidaturas de mulheres (“candidatas laranjas”)¹³⁶, ainda sim a política é classificada como de baixa qualidade (SCHWINDT-BAYER, 2013) e sem efetividade (ARAÚJO, 2001).

¹³³ posição do Brasil no ranking da América Latina: 34º dentre as 36 regiões consideradas- fonte: http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/web_cepalstat/estadisticasindicadores.asp?idioma=e acesso em: 09 de novembro de 2016

¹³⁴ posição do Brasil no ranking mundial: 155º - fonte: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm> acesso em: 09 de novembro de 2016

¹³⁵ <http://www.mpf.mp.br/pgt/noticias-pgt/tse-desaprova-contas-de-partido-que-nao-destinou-valor-minimo-a-promocao-da-participacao-feminina-na-politica>

¹³⁶ <https://exame.abril.com.br/brasil/tse-decide-que-candidaturas-laranjas-levam-a-cassacao-de-toda-a-chapa/>

Essas decisões podem ser vistas como as primeiras possíveis penalidades no Brasil para o descumprimento de medidas que se relacionam às políticas para mulheres¹³⁷. Entretanto, a própria lei não fixou uma sanção específica para aqueles partidos políticos que não incluam mulheres em suas listas de candidatos. Além disso, é facultativo aos partidos políticos estabelecerem cotas dentro da sua própria estrutura, o que é visto como um obstáculo para a promoção da participação e representação política das mulheres no Brasil (KROOK E NORRIS, 2014; NORRIS 2013; MIGUEL, 2013; PONCELA, 2011; TOBAR, 2008; BRAGA, 2006; ARAUJO, 2001).

As análises sobre as cotas apresentam que no Brasil esta não é uma política efetiva (ARAUJO, 2001), pela ausência de sanções, pelo baixo incentivo à participação política pelos partidos e pelos critérios utilizados nos recrutamentos. O que segundo Schwindt-Bayer (2013) coloca o Brasil como um caso de baixa qualidade política de cotas. O que a literatura tem demonstrado é que não se trata mais apenas de ter ou não política de cotas, e sim, de como ela está estruturada, por isso, países com qualidades mais altas tem mais sucesso no aumento do número de mulheres em seus parlamentos que os de baixa, o que ajuda a explicar o caso do Brasil.

Se por um lado, temos um problema histórico eminente, temos uma população que se mostra mais aberta à participação das mulheres na política, aprovam a política de cotas em uma quantidade considerável (LAPOP, 2014), por outro, temos uma política de Estado sem impacto e sem qualidade. O que explica esse descompasso? Por que mesmo reconhecendo ser um problema para o país e para a democracia, acreditando que a igualdade entre os gêneros é uma característica da democracia e ainda apoiando medidas institucionais, os brasileiros não demandam por políticas mais intervencionistas, ou política mais forte? A nossa hipótese é que preciso haver uma conexão entre a maneira que as pessoas percebem essa desigualdade e o tipo de política que escolhem.

O que queremos testar com esse experimento é a ideia de que o que liga a forma que as medidas institucionais serão construídas para minimizar problemas do contexto socioeconômico é a percepção de que estes problemas são problemas e precisam ser resolvidos com políticas cada vez mais forte. A nossa aposta é que essa ponte é realizada

¹³⁷ mesmo com o entendimento do tse sobre a desaprovação das contas do partido pela falta de cumprimento do valor mínimo para práticas de promoção da participação das mulheres, em setembro de 2019, foi sancionada a lei dos partidos políticos que anistia partidos por não cumprir cota feminina. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/24/camara-aprova-anistia-a-partidos-que-nao-investiram-minimo-exigido-em-campanhas-femininas.ghtml>

pela cultura política, então sendo ela mais democrática e valorativa em relação às questões de igualdade e justiça, os indivíduos demandam por políticas mais fortes.

Sabemos da complexidade desse pensamento para ser testado de maneira empírica, por isso, por se tratar de uma relação de causalidade, que optamos por um experimento. Nosso experimento contou com 318 participantes, 160 foi designado aleatoriamente para o grupo controle e 158 para o tratamento. O nosso desenho experimental baseou-se em duas pesquisas realizadas nos Estados Unidos, uma sobre desigualdade econômica e política de distribuição de renda (TRUMP E WHITE, 2018; TRUMP, 2017), na qual os autores utilizaram gráficos para entender como as pessoas percebiam os gastos do governo norte americano com políticas redistributivas. Para isso, os gráficos eram apresentados e os indivíduos eram questionados sobre o quanto acreditavam que o governo gastava e como se posicionavam nas classes sociais. Depois de apresentarem as respostas, os pesquisadores mostravam o gasto real do governo americano e como o indivíduo estaria posicionado nas classes segundo sua renda. Ao final, concluíram que não houve aumento de demanda por mais distribuição de renda entre os americanos, independente de como o gasto era apresentado aos participantes. O que os autores conseguiram achar foram diferenças de posicionamentos entre aqueles que percebiam que estavam abaixo da linha de renda que acreditavam estar e os que estavam acima da linha que se colocaram anteriormente. Os primeiros tendiam a apoiar menos políticas de redistribuição que os segundos.

O segundo estudo, teve como foco entender como os aspectos sociais construídos como padrões e repassados como normais para os indivíduos, como os estereótipos, influenciam nas preferências da opinião pública sobre contextos de desigualdades, entre eles, o abismo entre a representação de mulheres e homens na política (Kay et al, 2009). As participantes respondiam previamente um questionário com questões diretas sobre igualdade política entre os gêneros e uma bateria sobre estereótipos e avaliação do Sistema Social. Após isso, foram apresentados gráficos com as taxas de representação de mulheres no congresso norte americano e perguntados sobre como cada um avaliava o quadro de participação política feminina. Ao final os autores apontaram que aqueles que tendiam a ver o sistema como mais justo, avaliaram os gráficos como um cenário normal.

Sendo assim, nos pautamos nos aspectos relevantes de cada estudo para criarmos um experimento de gráficos que conseguisse repassar diferentes percepções sobre a desigualdade política entre os gêneros e se isso influenciaria nas preferências e posições

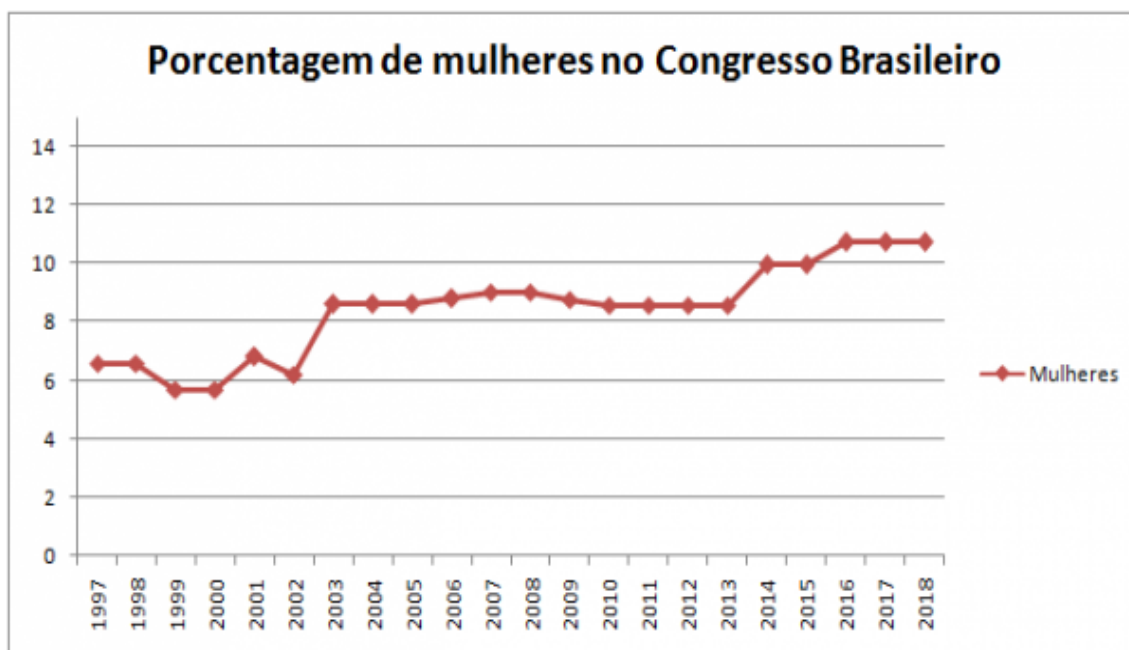
dos participantes sobre as políticas de cotas. Então, nosso desenho foi realizado da seguinte maneira: os participantes visualizavam um gráfico e respondiam algumas perguntas sobre as informações do gráfico, impressões, opiniões sobre a relação entre mulheres e homens na política e por fim, três questões sobre políticas de cotas. Entretanto, os gráficos apresentados para o grupo controle e tratamento eram diferentes.

Seguem os gráficos abaixo para comparação:

Enunciado em ambos:

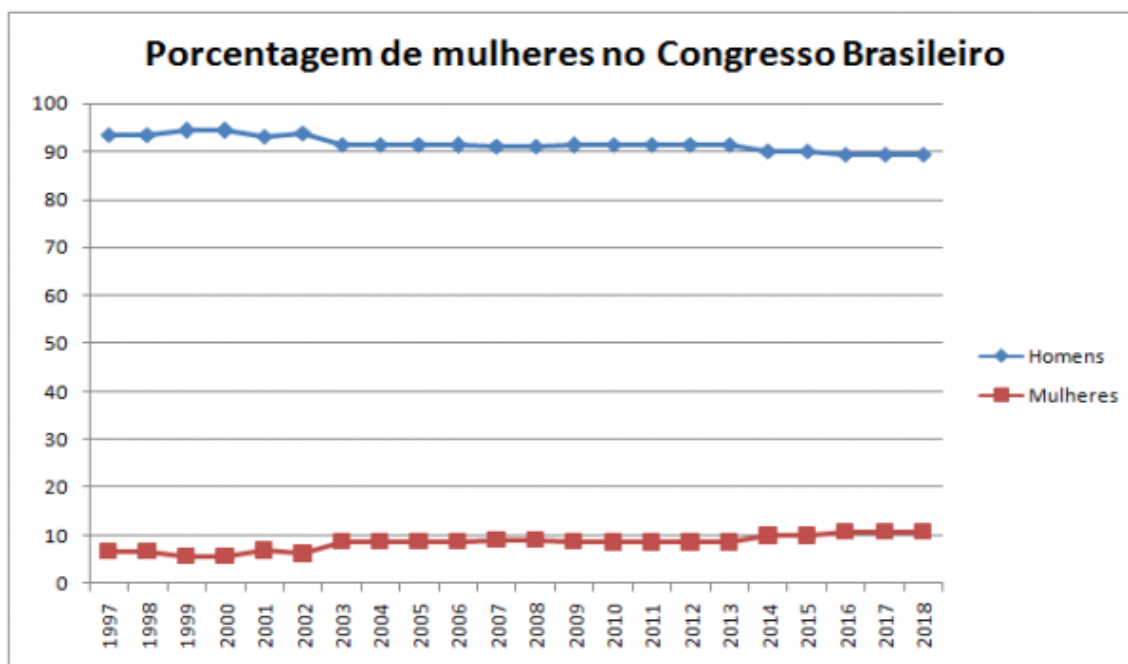
A linha vermelha no gráfico abaixo mostra a porcentagem de mulheres representantes no Congresso do Brasil desde 1997.

CONTROLE



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe - <https://www.cepal.org>

TRATAMENTO



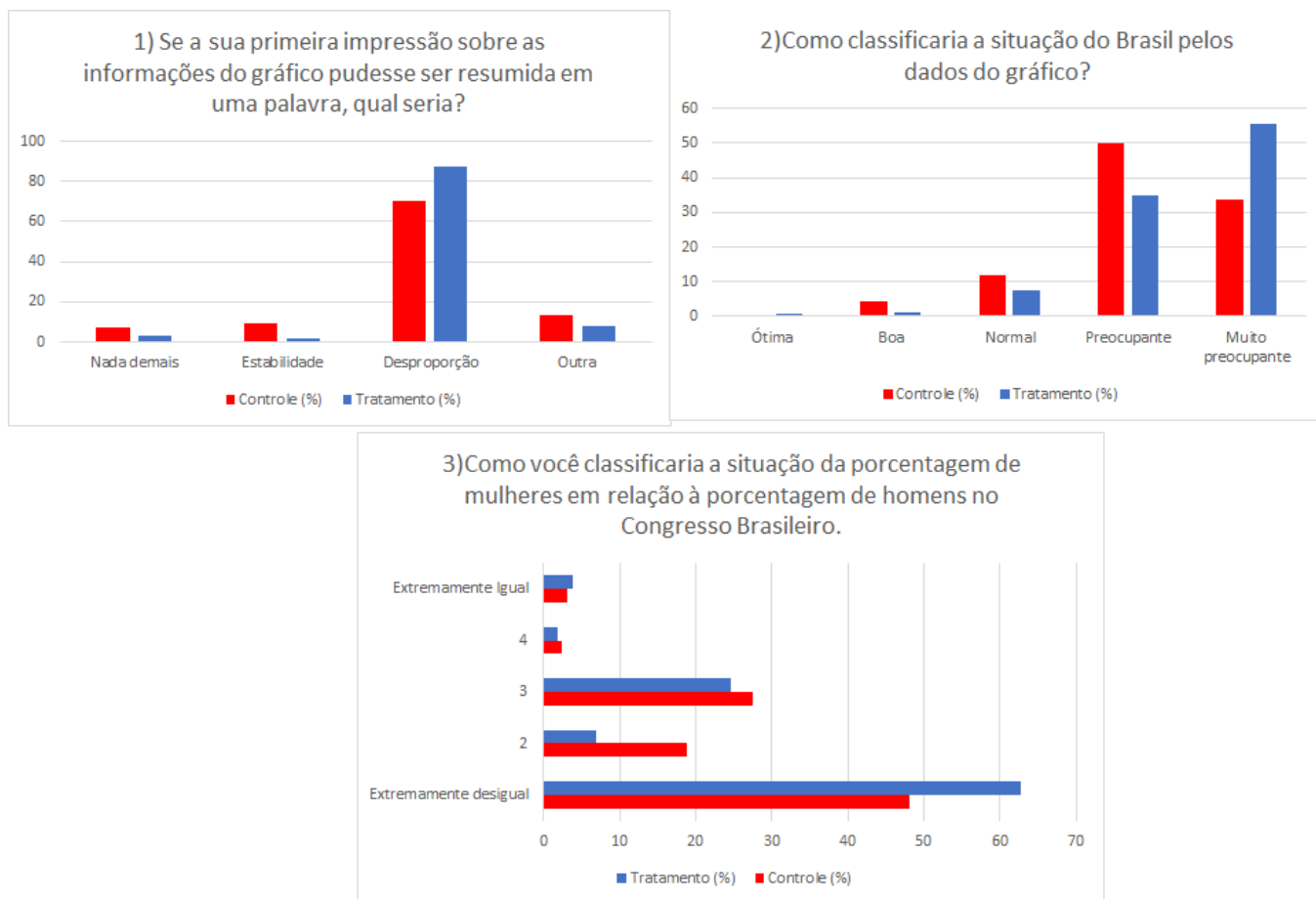
Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe - <https://www.cepal.org>

Para o grupo controle foi apresentado um gráfico com a porcentagem de mulheres no Congresso do Brasil, ao longo dos anos, com valores de porcentagem de 0 a 14%, já para o grupo tratamento, o mesmo gráfico foi apresentado, mas com a variação de porcentagem de 0 a 100%, acrescido de uma linha com o número de homens no congresso brasileiro.

A ideia era que o grupo tratamento percebesse mais a desigualdade, então, para ficar mais evidente, colocamos a porcentagem maior e a linha dos homens. O gráfico do grupo controle é como se fosse um zoom do gráfico do grupo tratamento, além disso, a divulgação de informações sobre a representação de mulheres é comumente realizada nesse formato, sem que muitas vezes as pessoas percebem que o gráfico não vai até 100%, o que geralmente, elas pressupõem. Como nossa hipótese vai na diferença da percepção de maior desigualdade para políticas mais rígidas, nosso tratamento ficou com o gráfico com aspectos que pudessem representar a discrepância. Após o gráfico, todos os respondentes foram direcionados para uma bateria de perguntas (Apêndice X).

6.3.1.1 RESULTADOS GERAIS

Para sabermos que o tratamento foi efetivo, realizamos algumas perguntas depois dos gráficos (Figura 8).

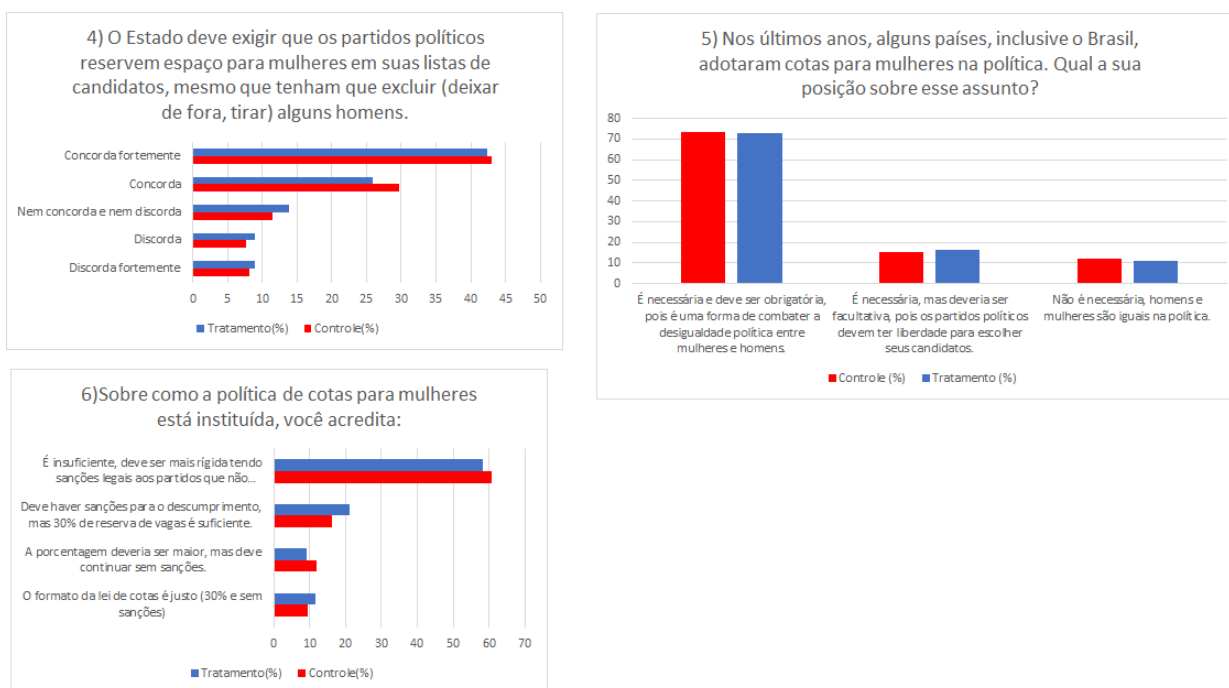
Figura 8- Impressões dos participantes

Fonte: Pesquisa Democracia, cultura e política, 2018

Como podemos observar pelos gráficos apresentados na figura 8, de modo geral, tanto grupo controle quanto tratamento comportaram-se de maneiras parecidas sobre suas posições. Contudo, é perceptível que o grupo tratamento tem respostas de maior intensidade, como a primeira, que 17.3% a mais responderam “desproporção” que o grupo controle. Além disso, comparando as respostas que tivemos na categoria *outra*, vimos que para o grupo controle as sensações eram de ascensão, avanço, crescimento e evolução, já para o tratamento: absurdo; Antidemocrático; Inaceitável; Indignação; Falta de representatividade; Discriminação de gênero. As perguntas 2 e 3 corroboram com afirmação da efetividade do tratamento, já que os respondentes colocaram a situação do Brasil como muito mais preocupante que o controle e, também, 14% a mais consideraram a situação das mulheres no congresso brasileiro extremamente desigual.

Após essa bateria de questões, realizamos mais três perguntas, especificamente, sobre as políticas de cotas no Brasil.

Figura 9-Preferência sobre política de cotas¹³⁸



Fonte: Pesquisa Democracia, cultura e política, 2018.

Com base na hipótese do alinhamento entre percepção e preferência, nas questões 4,5 e 6 (Figura 0) testamos se o grupo tratamento que percebeu a desigualdade como maior, teria preferências por políticas de cotas mais fortes. Os resultados, a priori, indicam que os comportamentos entre os grupos não tiveram mudanças significativas.

6.3.1.2 GÊNERO

A etapa seguinte foi realizar uma análise desagregando os dados em grupos. Apresentaremos aqui os resultados da subdivisão entre os gêneros. No grupo controle, tivemos 100 mulheres e 60 homens, e no tratamento, 95 mulheres e 63 homens.

Primeiro, de maneira geral, as mulheres em todas as questões possuem posições mais voltadas à igualdade política entre os gêneros que os homens. Nas primeiras perguntas, sobre as impressões das informações dos gráficos, as mulheres tanto do controle quanto do tratamento majoritariamente (68% e 88%, respectivamente) tiveram

¹³⁸ Pergunta 6 completa: A política de cotas no Brasil funciona da seguinte forma: I) os partidos ou coligação deve preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (Lei 9.504/97 Art.10 §3). II) Não existe sanções legais para os partidos que não cumprem com essa lei. Sobre como a política de cotas para mulheres está instituída, você acredita:

a impressão de desproporcionalidade, se sentiram mais preocupadas (61%) no tratamento que os homens (47%) com a situação do Brasil e acreditavam (51% no controle e 65% no tratamento) que a situação da mulher em relação aos homens no parlamento brasileiro é mais extremamente desigual que os homens (43.3% no controle e 58% no tratamento). Além disso, 84% das tratadas afirmaram que as mulheres estão em situação de desigualdade em relação aos homens em diversas áreas (89% no controle), já 69.8% dos homens tratados tiveram essa posição, mas quase 30% acham que a situação é parecida, e só se difere em algumas áreas.

Segundo, é possível perceber que nas questões de 1 a 3, ambos os gêneros foram afetados pelo tratamento, em intensidades parecidas, exceto pela questão 3, na qual houve uma queda de 5% das mulheres no tratamento para a afirmativa de que a desigualdade entre os gêneros está em diversas áreas e um aumento de 3% na afirmativa de que a situação é parecida. Enquanto isso, os homens se posicionaram muito mais na alternativa de que a situação das mulheres é parecida com dos homens na sociedade, mas se diferem em algumas áreas, tanto no controle como tratamento (30% homens contra 10% do grupo das mulheres controle e tratamento).

Diante desses dados, acreditávamos que as mulheres ao se depararem com uma desigualdade maior, por serem o grupo em desvantagem, optariam por políticas mais fortes. Conseguimos identificar isso através das questões 4, 5 e 6, nas quais, as mulheres tanto do tratamento quanto do controle apresentaram preferências por políticas mais parecidas, mesmo que suas posições majoritárias foram em direção as cotas serem necessárias e obrigatórias. Já os homens, também, optaram por essa posição, mas em menor escala (65%), tendo optado 10% a mais que as mulheres pela opinião de que a política de cotas não é necessária. Na pergunta 6, sobre a política de cotas no Brasil, também, verificamos que as mulheres assinalaram 10% a mais que os homens a opção por políticas de maior qualidade. Nesse sentido, as mulheres tendem a ter mais preferências por políticas de cotas mais rígidas que os homens.

Por outro lado, nossos achados demonstraram que os homens foram mais afetados pelo tratamento que as mulheres, ao observarmos os comportamentos dentro dos grupos. Assim, observamos que no grupo tratamento feminino houve uma baixa de 5% das mulheres pela opção mais rígida e um aumento as opções de que o formato de cotas é justo (3%) e que deve haver sanções com suficiência de porcentagem, além disso, mantiveram a posição de 10% das que pediram por mais porcentagem, mas sem sanções. Já para os homens, observamos um movimento contrário, de saída das opções por cotas

menos rígidas para opções mais rígidas, houve um aumento de 13% nas opções que pediram por sanções e a que assinalava sanções aumento de porcentagem.

Em nossa visão, observamos que, no caso do experimento em questão, o gênero foi um fator relevante. Em termos de porcentagem, as mulheres foram as que mais perceberam a desigualdade, por outro lado, enquanto intensidade da política de cotas, os homens se posicionaram mais a favor das políticas de qualidade mais alta. Em um segundo momento, observamos que o efeito do tratamento foi mais forte nos homens, pois passaram a se posicionar mais como as mulheres, independentemente de serem tratadas ou não. Além disso, quando observamos quedas no grupo tratamento das mulheres, as mudanças de posicionamentos foram para políticas mais moderadas ou brandas, enquanto no tratamento do grupo masculino o movimento foi oposto.

Portanto, nossos resultados, de modo geral, não confirmam nossa hipótese, pois, não ocorreu mudanças entre grupos. Ao mesmo tempo, na divisão por gênero, tivemos achados que corroboram com a ideia da afinidade de grupos, as mulheres se posicionamento de maneira geral no sentido a favor da promoção da igualdade políticas, e também, tivemos dados em um sentido contra intuitivo, os homens foram mais afetados pelo contexto de maior desigualdade política no congresso brasileiro. A pergunta que fica ao final desse experimento é: por que as mulheres preferem posições menos intervencionistas para a política de cotas (o efeito maior foi na alternativa que pede mais sanções, mas considera 30% de cotas suficiente) quando encaram um contexto que diz respeito a uma desigualdade que as afeta diretamente (tratamento)?

6.3.1.3 POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES

As primeiras questões elucidaram que o tratamento foi sentido pelos participantes, entretanto, a maneira como se posicionaram em relação à política de cotas não foi estatisticamente diferente, e em algumas posições o grupo controle teve respostas mais direcionadas à nossa hipótese que o tratamento. Para explicarmos isso, recorreremos ao questionário base que apresentava perguntas semelhantes as realizadas no experimento.

O que elucidamos é que nossa amostra é composta por indivíduos extremamente sofisticados (pós-graduação, renda média elevada) e que já possuem uma visão e posição mais estabelecida sobre as questões relacionadas à desigualdade política entre os gêneros. Por isso, a força do efeito que o tratamento poderia ocasionar em um cidadão médio não

ocorreu nos participantes, o que vemos é um efeito menor, por isso, não há muitas discrepâncias entre controle e tratamento. Tanto que em alguns aspectos o grupo controle tem posições que eram esperadas pelo tratamento, como na questão 4, na qual eles concordam mais que o Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos, na questão 5 acreditam que a política de cotas é necessária e deve ser obrigatória, e até na questão 6, o grupo tratamento acha um pouco mais que o controle que o formato da lei de cotas é justo (30% e sem sanções), o que seria uma opção por política mais branda e de baixa qualidade.

Agora em um olhar mais atento à questão 6, que era a nossa pergunta chave, em termos agregados das duas últimas alternativas, que seriam mudanças que ajudariam o país a melhorar a sua política de cotas, os dois grupos apresentam porcentagens próximas, que não são estatisticamente significantes. De maneira criteriosa, se observarmos a porcentagem da última alternativa, que é a ideia de uma política de cotas de maior qualidade, o grupo controle tem mais preferência por uma política de cotas de qualidade mais alta¹³⁹ que o tratamento. Contudo, observamos que houve um aumento de 5% para o grupo tratamento na alternativa “Deve haver sanções para o descumprimento, mas 30% de reserva de vagas é suficiente”. O que demonstra que o tratamento, que teve uma percepção maior da desigualdade, mesmo tendo seu maior índice na alternativa de política de cotas de maior qualidade, optou mais por uma política média que o grupo controle, é nesse aspecto, que percebemos que o efeito do nosso tratamento levou à preferência de uma política mais forte que a atual, mas, ao mesmo tempo não era a opção de política mais intervencionista, que seria a alternativa “É insuficiente, deve ser mais rígida tendo sanções legais aos partidos que não cumprirem a lei e, também, aumentar a %.”

Já em relação ao comportamento menos intervencionista ou mais brando das mulheres sobre a política de cotas, mesmo entendendo que são importantes, nossa pesquisa não nos dá, a princípio, ferramentas para respondermos a esse questionamento.

O sentido que queremos explorar é que a socialização das mulheres sobre os papéis sociais é muito mais forte e rígida que a dos homens, já que, historicamente, é um dos grupos marginalizados com direitos negados, o que as coloca em posição histórica de vivência da desigualdade em diferentes formas. Dessa maneira, a ideia de que as coisas “são assim mesmo”, no sentido de sempre serem marginalizadas, é muito mais presente

¹³⁹ Nos baseamos no índice de Schwindt-Bayer, 2013 para construir a questão. Ela tem um caráter progressivo, de uma política mais baixa até a mais alta.

no inconsciente das mulheres e quando colocadas em uma posição de se depararem com desigualdades, que dizem respeito aos grupos que pertencem, tendem a ajustar suas percepções de maneira que suas preferências não sejam tão agressivas ao *status quo* do sistema social que vivem. Por outro lado, os homens podem optar por preferências mais fortes já que o *status quo* os favorece, então uma política de cotas mais forte não seria vista como uma ameaça à sua posição social, isto para aqueles que compreendem que a baixa representação política de mulheres é um problema social e político para as democracias contemporâneas.

Enfim, o que nosso experimento tentou mostrar foram evidências de como a opinião pública se forma. Tentamos colocar em debate a ideia sobre as percepções e seu papel na formação das opiniões, um aspecto pouco explorado, especialmente, pelas pesquisas sobre desigualdade políticas entre os gêneros. Apesar de não confirmada a nossa hipótese, percebemos que existem outros fatores que são influentes na relação entre o modo que vejo a realidade e como me posiciono em relação a ela, desse modo, entendemos que nossa contribuição é instigar o debate sobre como captar de diferentes formas as características desse processo tão complexo.

6.3.2 Experimento de lista

No dia a dia não são raros os episódios de imagens e falas¹⁴⁰ que afirmam que a política não é coisa de mulher. Essas situações são, muitas vezes velada, lembretes não apenas de que ali não é o lugar delas, mas de que elas devem ocupar, no conjunto da sociedade, posições subordinadas aos homens (ALMEIDA E OLIVEIRA, 2019), e isso constitui mais uma faceta da violência contra as mulheres, a violência política. Segundo Biroli (2018), “violência política, que atinge as mulheres, é feita de agressão, assédio e dos estereótipos (...) não é um subtipo, mas um tipo de violência que se volta contra as mulheres quando elas se colocam como sujeitas políticas na cena pública e se fazem presentes em espaços institucionais antes ocupados exclusivamente por homens”.

¹⁴⁰ <https://catarinas.info/stf-mantem-decisao-e-bolsonaro-tera-que-indenizar-maria-do-rosario/> Acesso: 02/02/2020
<https://catarinas.info/o-debate-sobre-o-decote-de-uma-deputada-em-um-dos-estados-mais-violentos-para-as-mulheres/> Acesso:02/02/2020

Todavia, as pesquisas de opinião pública nos mostram um cenário diferente no país, (RIBEIRO E OLIVEIRA, 2013), sendo alta a porcentagem de pessoas que discordam da ideia de os homens serem melhores líderes políticos que as mulheres. Em razão desse descompasso, a preocupação sobre a real representatividade dos dados de opinião pública tem aumentado, principalmente, quando se tratam de assuntos delicados como as questões de gênero. Segundo Turgeon et al (2014), quando se toca em temas sensíveis as pessoas podem sub ou sobre informar suas preferências para adequar-se às normas sociais, assim, os resultados sofrem impactos do efeito da “desejabilidade social” e não representam preferências ou opiniões necessariamente sinceras. Por essa razão, perguntas diretas sobre temas de natureza socialmente sensível, as pessoas não expressam publicamente suas verdadeiras visões políticas (STREB ET AL, 2008; TURGEON ET AL, 2014) e acabam denotando as chamadas respostas “socialmente aceitáveis.”. Isso torna o desafio dos estudos sobre comportamento político muito maior.

Assim, quando perguntados diretamente, como demonstrado pelos survey de opinião pública, alguns respondentes podem se sentir coagidos a indiciar desacordo com a afirmativa para não parecerem machistas, o que atualmente tem sido visto como um comportamento de sentido negativo perante a sociedade. Pode ocorrer que os resultados dos dados observacionais sejam superestimados ou subestimados, o que levanta o questionamento: seria a realidade brasileira a apresentada pelas pesquisas ou haveria uma sobre representação de respostas por se tratar de um assunto controverso na sociedade e os respondentes terem receio de serem taxados como machistas?

Vale ressaltar que a possibilidade da existência desse efeito não desqualifica a importância das pesquisas tradicionais de opinião pública, o que se aponta é uma ressalva sobre os resultados. E esse dilema tem impulsionado as pesquisas experimentais, justamente por conseguirem dar mais conforto e segurança, o que produz maior privacidade (TURGEON ET AL, 2014), o que estimularia as respostas a serem mais condizentes com pensamento do entrevistado. Dentre as alternativas de modelos existe o chamado *experimento de lista*, no qual grupos de entrevistados selecionados aleatoriamente recebem uma lista contendo diversos itens, sendo um desses itens sobre o tema sensível que se procura testar, e respondem o número de itens que selecionaram de acordo com seus posicionamentos.

O experimento de lista por agregação (TURGEON ET AL, 2014), demanda que o indivíduo responda com quantos itens presentes em uma lista predefinida ele opta, sem precisar especificar quais são, sendo que entre eles está presente a questão que busca ser

analisada. Assim, seguindo a lógica do método experimental, um grupo de respondentes escolhidos aleatoriamente recebem uma lista sem o item, o chamado *grupo de controle*, e outro grupo, o *tratamento*, recebe a mesma lista acrescida do item de análise. Pautados nessas possibilidades que a técnica experimental permite, utilizamos o chamado experimento de lista para tentar mensurar o grau de rejeição da ideia de uma mulher ocupar cargo político.

Nosso experimento teve como base a pesquisa realizada por Streb et al (2008) nos Estados Unidos a respeito do voto em uma mulher para ser presidente. O contexto do período era a possibilidade de Hilary Clinton sair como candidata do partido democrata. Os estudos de opinião pública convencionais apontavam que os americanos não demonstravam receios em votar em uma mulher qualificada para presidente. Esse dado criou um cenário de que o gênero do candidato não influenciaria no voto, contudo, 34% dos entrevistados acreditavam que a maioria dos seus vizinhos não votariam em uma mulher para presidente. Essa contradição levou os pesquisadores a questionar o efeito da desejabilidade social, e por isso, realizaram um experimento de lista para verificar quais situações deixavam os americanos “raivosos” ou “descontentes”, com o grupo tratado recebendo o item: uma mulher sendo presidente. Os resultados apontaram evidências para o efeito da desejabilidade social, indicando que 26% dos respondentes expressavam raiva ou descontentamento com uma mulher como presidente, questionando a força da mensuração dos estudos de opinião que utilizam questões mais diretas para assuntos sensíveis.

A partir do estudo de Streb et al (2008), realizamos em 2016 (OLIVEIRA E BORBA, 2016) a replicação desse trabalho através da pesquisa *Democracia, mídia e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens do Sul do Brasil*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Aplicamos um experimento de lista para testarem a rejeição a ideia de mulheres ocuparem cargos políticos, que contou com 369 estudantes do ensino médio da cidade de Florianópolis (SC), com a maioria eram de escolas públicas (58%).

O experimento conseguiu mostrar que a hipótese de que os jovens tendem a ser mais igualitários ou discordarem mais de posicionamentos de valores mais tradicionais pode ser questionável, uma vez que encontramos uma parcela significativa, que em pesquisas que geram mais conforto ou maior privacidade nas respostas, possuem posturas menos igualitárias. De modo geral, as análises demonstraram que os jovens, nas pesquisas

de opinião, em sua maioria tendem a ter posturas mais favoráveis à igualdade política entre os gêneros ou a valores mais igualitários, entretanto, cerca de 20% deles expressam não concorda com mulheres ocupando cargos políticos. Por diferenças metodológicas, não afirmamos com clareza que nas pesquisas convencionais ocorre o efeito de “desejabilidade social” ou sobre representação das opiniões.

O desenho experimental da Pesquisa Democracia, política e cultura, seguiu a mesma linha de raciocínio, porém, ao invés de utilizarmos termos como “raiva” ou “descontentamento”, optamos pelo termo “desaprovar”, por ser mais comum e por não ter um peso emocional mais forte como os utilizados por Streb et al (2008). Assim, aplicamos novamente esse formato de experimento, com o seguinte desenho: o grupo controle recebeu a seguinte lista com 4 itens:

Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você **desaprova**. Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens da lista com os quais você **desaprova**.

- Atletas profissionais ganharem altos salários.
- Diminuição do imposto sobre produtos industrializados
- A forma como o preço da gasolina tem aumentado
- Obrigação de usar o cinto de segurança quando dirige

Indique a quantidade de itens que você desaprova: 1,2,3,4,5

Para o grupo – tratamento era a mesma questão, acrescida do seguinte item:

- Uma mulher ocupar um cargo político.

Indique o número: 1, 2, 3, 4, 5 ou 6

A lista contou com itens de temáticas variadas justamente para não permitir que o item de análise fosse mais visível. A intenção era incluir temas que evitassem a concordância com todos itens – chamado *ceiling effect*, “(...) esse efeito é indesejável, pois reduz a privacidade, diminuindo a probabilidade de as pessoas incluírem o item sensível em sua resposta (KUKLINSKI; COBB; GILENS, 1997 *apud* Turgeon et al, 2014)”.

Nesse sentido, por serem dois grupos distribuídos aleatoriamente e balanceados, como demonstrado pela tabela x, o princípio da aleatoriedade faz com que a média do número de respostas “desaprova” dos primeiros 4 itens seja igual para os grupos controle

e tratado. Dessa forma, qualquer aumento na média do número de itens discordados no grupo-tratamento pode ser atribuído ao item 5 “Uma mulher ocupar um cargo político”.

Com a randomização dos participantes, 326 foram encaminhados ao experimento de lista, sendo 158 do grupo controle e 168 do grupo tratamento.

A próxima tabela (Tabela 6) apresenta o número médio de itens desaprovados por cada grupo do experimento.

Tabela 7. Média estimada do nível de desaprovação de mulher ocupar cargo político

Média de itens do Grupo Controle	Média de Itens do Grupo Tratamento	Diferença das médias estimadas (MT- MC)
2,80 (0,067)	2,56 (0,065)	-0,24
N= 158	N=168	

Fonte: *Pesquisa Democracia, política e cultura, 2018*

N= 326

Valores entre parênteses são erros-padrão

Observamos que o grupo tratamento teve uma média menor de itens que o grupo controle, o que indica que não houve inserção do item sensível “mulheres ocuparem cargos políticos”, assim, os indivíduos tratados não acrescentaram como um item de desaprovação. Dessa maneira, não encontramos um efeito para o nosso tratamento, por não haver um aumento na média do grupo tratado em relação ao controle. E comparando as respostas com a pergunta do questionário geral sobre a concordância das mulheres de ocuparem cargos políticos, não houve mudanças entre os respondentes, o que indica que não houve o efeito da desejabilidade social.

Para avançarmos nas análises dos dados, efetuamos um desmembramento a partir do sexo, escolaridade, idade, raça e renda. Verificamos que a média de itens desaprovados pelas mulheres do controle e do tratamento é maior que dos homens, entretanto, não houve mudanças entre os grupos, como de modo geral, os tratados acrescentaram menos itens. Em termos de escolaridade, a tendência foi a mesma, todos os tratados independentemente do nível de escolaridade assinalaram menos itens. O que nos chamou atenção foi a diferença entre os de maior escolaridade, os pós-graduandos tratados diminuíram em quase 30% a média de itens assinalados. Também, não

encontramos diferenças entre raça e grupos étnicos, sendo a maior queda de média de itens entre aqueles que se identificaram como pretos.

Em relação a idade, poderíamos esperar que houvessem diferenças entre os mais jovens e os velhos, entretanto, o único grupo que apresentou um acréscimo de 3% na média de itens foram os indivíduos entre 26 e 34 anos, ou seja, 3% a mais dos respondentes dessa categoria assinalaram que desaprovam as mulheres ocuparem cargos políticos. Quando comparadas as respostas com a mesma pergunta realizada anteriormente no questionário, era um grupo que 100% aprovavam as mulheres participarem da política. Como trata de uma diferença pequena, ela não possuiu relevância estatística, mas pode levantar a suspeita de que exista um pequeno efeito de desejabilidade social presente nesse grupo.

O critério que apresentou diferenças significativas foi a renda mensal familiar. Em termos de perfil, os membros de compõem a faixa dos 6 a 8 salários mínimos são homens de 26 a 34 anos, solteiros, brancos, majoritariamente não possuem religião ou são ateus com pós-graduação. Analisando suas respostas dos questionários possuem divergências sobre a afirmativa da democracia precisar de partidos, ficaram divididos, entretanto, 100% respondeu que a igualdade entre mulheres e homens é uma característica da democracia e que aprovam as mulheres ocuparem cargos políticos, apenas não são unânimes em relação a existência de cotas, apesar de 70% aprovar a existência de cotas, temos que 21,7% desaprovam essa política¹⁴¹.

Ao analisarmos as categorias salariais, verificamos que na faixa entre 6 e 8 salários-mínimos a média de itens do grupo tratado aumento cerca de 25%,¹⁴² ou seja, o efeito do tratamento foi sentido por aqueles que compõem essa faixa de renda, então, 25% dos respondentes indicaram que desaprovam mulheres ocuparem cargos políticos, o que também aconteceu, mas em menor proporção (2%) para aqueles com mais de 10 salários mínimos.

De maneira geral, o que esses dados reforçam é a existência de uma parcela significativa da sociedade que realmente rejeita a presença de mulheres na política. Os dados observacionais que apresentamos mostram isso, assim, como o experimento nos jovens e agora com essa pesquisa. Se o nosso trabalho anterior demonstrou que os jovens possuem essas atitudes, as pesquisas de opinião destacam os homens, agora

¹⁴¹ Os 8% restantes correspondem aqueles que responderam não aprovar e nem desaprovam.

¹⁴² Média do controle= 1,53; Média do tratamento= 1,78. $MT-MC=0,25 \times 100\% = 25\%$

acrescentamos que a renda também faz diferença, e todos com proporcionais parecidas entre 20% e 25%. Todos esses trabalhos demonstram que simples estímulos e privacidade podem retirar informações interessantes dos entrevistados, o que sugere que as pesquisas experimentais devem ser expandidas no âmbito da ciência política, especialmente, na área de comportamento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na intenção de contribuir para a discussão sobre gênero e democracia, o caminho desenvolvido por esta pesquisa tentou apresentar uma história teórica e analítica sobre o fenômeno da sub-representação. Por ser um tema de constante debate, optamos por um processo que contemplasse diferentes elementos teóricos, metodológicos e empíricos, não com a intenção de ser uma avaliação inédita, mas sim, como uma exploração dos diferentes ângulos que esse objeto demanda. Uma vez que definir um aspecto como fator decisivo para a manutenção das baixas taxas de representação de mulheres nos parlamentos ao redor do mundo não se concretiza como uma resposta adequada para um cenário que perdura há tanto tempo. Por isso, nossa pergunta sobre seus condicionantes não foi formulada para fixar uma resposta universal, mas sim demonstrar, ao longo dos cinco capítulos, quais fatores são relevantes de um modo geral e quais são importantes em certos contextos.

Nosso primeiro passo foi apresentar que a fundamentação da importância de olharmos para esse tema está diretamente relacionada com os pressupostos qualificadores e normativos dos regimes democráticos. As realidades das democracias contemporâneas são lembretes da insuficiência dos processos e das instituições políticas em promover e garantir direitos básicos que sustentam a democracia, como igualdade política e justiça social. Ou seja, admitir isso, é assumir que a consolidação democrática não poderá ocorrer sem a reparação desses quadros, assim os governos não estão isentos da responsabilidade pela produção ou manutenção da baixa presença das mulheres na política. Diante disso, criar mecanismos institucionais para amenizar esses casos deve fazer parte do processo de fortalecimento dos regimes democráticos, assim como a sua ausência cria um abismo entre princípios e práticas.

É nesse sentido que as teóricas feministas que observam as democracias atuais foram chamadas ao debate apresentado no capítulo dois. A importância da visão por elas defendida é de aprofundar o modo que olhamos o processo de exclusão das mulheres dos espaços políticos, pois retiram a ideia da falta de interesse natural do gênero, e apontam para os processos sociais, econômicos, políticos e culturais como peças-chaves para o cenário da desigualdade. Ao mesmo tempo, fogem da estratégia do uso do sexo biológico como fator, com isso repudiam a política do desvelo como justificativa para a presença de mais mulheres nas decisões públicas. Assim como devemos ter cuidado com o essencialismo como o argumento de que as mulheres possuem interesses específicos em

prol de suas condições de serem mulheres, pois pode ser usado justamente para ausentar as mulheres da esfera pública quando associado a chamada política das ideias, ou seja, se a representação das mulheres deve ocorrer porque elas devem representar as ideias das mulheres, então, um homem que conhece esses interesses poderia muito bem ser esse representante. Para nós, é na política da presença de Phillips que encontramos a justificativa central para a representação de mulheres. A perda da conexão entre quem toma as decisões e quem forma a sociedade abre espaços para monopólios de falas e de pautas das agendas políticas. A ausência dos afetados pelas políticas na discussão retira a legitimidade que sustenta uma decisão democrática, pois afeta diretamente os valores de uma democracia.

Desse modo, compreender os aspectos que mantem as mulheres longe da esfera política são essenciais. Por isso, nos dedicamos em pensar as razões para o cenário da sub-representação, não com caráter determinista e fixo, e sim em como entende-las pressupõem a compreensão de uma dinâmica entre aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Aqui a ideia de multidimensionalidade ganha força como potencial explicativo dos arranjos mais subjetivos que perpassam a esfera política.

As explicações sobre o funcionamento das dimensões da sub-representação são exigentes teoricamente e metodologicamente, o que nos demandou diferentes articulações e até o reconhecimento das limitações em nossas propostas. Dessa maneira, tentamos construir empiricamente um modelo estatístico que possibilitasse testar a multidimensionalidade e averiguar o papel da cultura política, que já foi apontada por Inglehart e Norris, como fundamental para o cenário mundial em 2003. Quando observamos o cenário mundial atual, o desempenho da América Latina chama à atenção, por ser a região com destaques positivos para o cenário da representação de mulheres nos parlamentos, uma das razões para sua escolha como caso de estudos. Além disso, quando entendemos as diferentes histórias e aspectos dos países latino-americanos, através panorama que dedicamos todo o capítulo III, é justificável a posição atual da região.

Durante o capítulo três apresentamos evidências sobre as importantes mudanças culturais, sociais e institucionais que alguns países da região se propuseram a realizar, sendo esse movimento o marco da nova fase das demandas de gênero. O movimento pela paridade tem sido acompanhado por políticas mais amplas, sendo caracterizada pela ideia de 50/50, o que reforça a importância de uma variável como a qualidade das cotas. O período com efeito na representação pela existência das cotas não se sustenta mais, as disparidades continuaram e algumas até pioraram, então, as exclusões desse nível

demandam medidas mais assertivas do poder público, ainda mais se isso estiver associado à frequentes demandas populares por ações governamentais em diferentes áreas que afetam a vida das mulheres.

Todos esses elementos e mais os resultados empíricos, ao nosso ver, confirmam que a cultura política potencializa as explicações para a sub-representação das mulheres na América Latina. Isto ocorre não porque aumentamos o número de variáveis, mas sim porque são os conjuntos de elementos oriundos de aspectos mais amplos que criaram as condições contextuais, ao se associarem, para potencializar a representação ou manter a exclusão das mulheres. Assim, esse movimento por busca de dinâmicas e interações é desejável para o entendimento da sociedade. Outro ponto positivo, é que conseguimos mais evidências sobre o papel fundamental exercido pela cultura política, o que corrobora com os achados de Inglehart e Norris e contrapõe os argumentos da imutabilidade da cultura e de Schwindt-Bayer (2014) da não necessidade de levar esses elementos para as análises.

Uma importante questão é que para a América Latina, por conta de suas especificidades, as explicações dos norte-americanos ficam a desejar, e com nossos resultados formulamos uma hipótese que acrescentou mais uma camada de interesse para a representação das mulheres. A análise do nível mais individual, especialmente, sobre a maneira que as pessoas olham para a desigualdade e a processam para depois optarem por uma opinião, é uma tentativa de compreender a complexidade da América Latina.

O teste da hipótese do alinhamento entre percepção e preferência possibilitou o uso dos desenhos experimentais, que são métodos que ajudam a sanar perguntas sobre relações causais muito presentes na ciência política, especialmente, na área do comportamento político. Nossa hipótese era que quanto mais se percebe a discrepância entre o número de mulheres e o de homens nos cargos políticos, maior a preferência por uma política de cotas mais forte, de qualidade mais alta. Apesar de não termos confirmados essa hipótese, tivemos achados interessantes como a diferença entre mulheres e homens.

Percebemos que as mulheres sentiram menos o efeito do tratamento que os homens, ou seja, mesmo visualizando a discrepância, optaram por políticas de cotas menos rígidas, aquela que mantém o número de porcentagem e cria sanções, uma política de qualidade mediana. Já os homens, optaram por políticas de maior qualidade, com aumento da porcentagem e criação de sanções. A priori, pelos nossos dados, não conseguimos explorar mais a fundo esse aspecto para poder chegar a uma explicação

dessas diferenças entre os participantes de cada gênero. Contudo, tentamos abrir o caminho de discussão levantando a hipótese do ajuste e da teoria da justificação do sistema (SJT) que estão sendo exploradas por parte da literatura que lida com desigualdade econômica e demandas por políticas de distribuição.

O apontamento que os autores trazem é sobre o movimento inconsciente de ajuste, para justificar o sistema em que estão inseridas, que as pessoas mais prejudicadas pelas desigualdades realizam em momentos que são confrontadas com informações sobre cenários que as incluem, como no caso das mulheres que foram apresentadas aos gráficos sobre a baixa representação feminina no Congresso. Assim, o que pode ser uma hipótese alternativa, a esse quadro contra intuitivo que apresentamos, é que o formato do sistema social criou um *status quo* no qual as mulheres são historicamente marginalizadas e são socializadas nesse padrão, por isso, o desconforto de ter comportamentos ou preferências que colocam esse sistema como injusto é mais custoso, por isso, “ajustam” suas respostas de uma forma que sejam mais brandas, o que as levaria a optar por uma política de cotas mediana, que mantem a porcentagem existente e apenas propõe sanções para o descumprimento. Os principais apontamentos que nossas análises trouxeram é que a relação entre o modo como as pessoas observam e percebem um problema social e a maneira que elas optam por determinadas políticas é pouco explorada pelos estudos sobre desigualdade política entre os gêneros. Por isso, nossa pesquisa almejou com o uso de diferentes métodos ter uma visão ampla e dinâmica sobre aspectos consolidados como fundamentais para a representação de mulheres.

Acreditamos que nossas pretensões foram alcançadas por trazermos essas análises multidimensionais, levantando evidências e pistas para outras pesquisas, que pretendam aprofundar mais os aspectos fundamentais para a representação feminina, possam ser desenvolvidas. Em resumo os nossos achados apontam que as taxas de representação são resultadas das dinâmicas entre sociedade e poder políticos, assim, a construção de uma cultura política mais democrática, a partir da percepção dos contextos sociais de desigualdade, está relacionada com a qualidade das políticas públicas produzidas pelos governos. Isto quer dizer que um importante passo para a representação mais paritária está na publicização do tema, ou seja, tornar público os privilégios masculinos e as condições menos favoráveis às mulheres em diversas áreas da vida social é sinalizar o descompasso com o regime democrático. Assim, incentivar uma cultura mais democrática em conjunto com o apontamento do cenário desigual podem aumentar as chances de pressão pública para a produção de políticas afirmativas, como as cotas, de

melhor qualidade, o que impacta diretamente as taxas de mulheres representantes políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA. **The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Nova York, Sage, 1989.

Amorim Neto, Octavio , e Gary W Cox. **Electoral institutions, cleavage structures, and the number of parties**. *American Journal of Political Science*: 149-174, 1997.

ARAÚJO, Clara .**Potencialidade e limites da Política de Cotas no Brasil**. Revista Estudos Feminista, 2001. p. 231-252.

ARAÚJO, Clara. ¿Por qué las cuotas no funcionan en Brasil? In: TOBAR. Marcela R. (Ed). *Mujer y Política. El impacto de las cuotas de género em América Latina*, Santiago, Chile: Catolina, 2008.

ARAÚJO, Clara. **Valores e desigualdade de gênero.Mediações entre participação política e representação democrática**. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 2, e36-e61, abr.-jun. 2016

ARCHENTI, Nélica; TULA, Maria Inés. **Cuotas de género y tipo de lista en América Latina**. *Opinião Publica* [online]. 2007, vol.13, n.1, pp.185-218

BAQUERO, M. *A cultura política na agenda da democratização na América Latina*. In: _____ (Org.). **Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

BASSETT, William F., John P. BURKETT & Louis PUTTERMAN. 1999. “**Income Distribution, Government Transfers, and the Problem of Unequal Influence.**” *European Journal of Political Economy* 15(2):207–228.

BIROLI, Flávia ; MIGUEL, Luis Felipe. *Práticas de gênero e carreiras políticas:: vertentes explicativas*. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 18, p.653-679, set. 2012

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para crítica democrática**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013

BORGE, Lars-Eric & J. Jørn RATTSSØ. 2004. “**Income Distribution and Tax Structure: Empirical Test of the Meltzer-Richard Hypothesis.**” *European Economic Review* 48(4):805– 826.

BRAGA, Maria do Socorro S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 2006

CARREIRÃO, Yan, **O debate metodológico nos estudos de congruência política: uma revisão da literatura internacional**. *Rev. Sociol. Polit.* vol.27 no.69 Curitiba 2019 Epub June 10, 2019.

Carson, Andrea & Ruppner, Leah & Lewis, Jenny. (2019). *Race to the top: using experiments to understand gender bias towards female politicians*. *Australian Journal of Political Science*. 1-17. 10.1080/10361146.2019.1618438.

CASALECCHI, G. A. **O legado democrático e as atitudes democráticas: efeitos diretos, indiretos e condicionados**. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CASTRO, María García. **Cultura Política y Representación Femenina**. IN: A 50 años de la cultura cívica: pensamientos y reflexiones em honor al professor Sidney verba. Dávila, Julia I. Flores (coord).Universidad Nacional Autónoma de México. Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2011, p.157-170

COPPEDGE, Michael; GERRING, John; ALTMAN, David; BERNHARD, Michael; FISH, Steven; HICKEN, Allen; KROENIG, Matthew; LINDBERG, Staffan; McMANN, Kelly; PAXTON, Pamela; SEMETKO, Holly; SKAANING, Svend-Erik; STATON; Jeffrey; TEORELL, Jan. *Defining and measuring democracy: a new approach perspective on politics*. Perspectives on Politics, v. 9, n. 2, p. 247-267, 2011.

COSTA, Luís Domingos; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. *Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento Brasileiro*. **The Observatory of Social and Political Elites of Brazil** [online] – Working Papers, nº 07, 2013.

COSTER, Rodrigo. Um alerta sobre o uso e amostras pequenas na regressão logística. Monografia Bacharel em estatística.Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

DAHL, R. A. **La Igualdad política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2008.

_____ **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EDUSP, 1997

DE MELLO, Luiz & Erwin R. TIONGSON. 2006. “Income Inequality and Redistributive Government Spending.” *Public Finance Review* 34(3):282–305

EASTON, D. **A re-assessment of the concept of political support**. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. pp. 435-457.

ESPINAL, Rosario. *Género y Cultura Política*.Colectiva Mujer y Salud, Santo Doming, República Dominicana, 2013

Filho, Dalson et al. O que Fazer e o que Não Fazer com a Regressão:

pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos

Quadrados Ordinários (MQO). *Revista Política Hoje*, Vol. 20, n. 1, 2011

Fraser, Nancy. **Justice and the politics of difference**. Princeton: Princeton University Press,1990.

FRYE, MARILYN, ‘Oppression’, in *The Politics of Reality*.Trumansburg, NY: Crossing Press, 1983. FUKS, M; CASALECCHI, G.; QUARESMA, G. DAVID, F. **Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros?** *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.19. Brasília, Janeiro de 2016, pp.199-219.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de PósGraduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

HAUSER, Oliver e NORTON, Michael. (Mis)perceptions of inequality. *Current Opinion in Psychology* 2017, 18:21–25.

INGLEHART, R. **The renaissance of political culture**. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, pp. 1203-1230. 1988.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian; NORRIS, Pippa. **Gender equality and democracy**. *Comparative Sociology*, 1, p. 321-46.2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence**. New York, Cambridge University Press. 2005

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. (2003), **Rising Tide: Gender, equality and cultural change around the world**. New York, Cambridge University Press.

INGLEHART, Ronald; **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton, Princeton University Press. 1990

KAY, Aaron C., Danielle Gaucher, Jennifer M. Peach, Kristin Laurin, Justin Friesen, Mark P. Zanna, and Steven J. Spencer. 2009. Inequality, Discrimination, and the Power of the Status Quo: Direct Evidence for a Motivation to See the Way Things Are as the Way They Should Be. *Journal of Personality and Social Psychology* 97:421–34.

KELLY, Nathan; ENNS, Peter K. Inequality and the Dynamics of Public Opinion: The Self-Reinforcing Link Between Economic Inequality and Mass Preferences. *American Journal of Political Science*, Vol. 00, No. 0, xxx 2010, Pp. 1–16

KROOK, Mona Lena; NORRIS, Pippa. Beyond Quotas: Strategies to promote gender equality in Elected Office. *Political Studies*, vol. 62, 2014, p. 2–20.

LAVALLE, Adrian Gurza. VERA, Ernesto Isunza. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. Lua Nova. São Paulo, 84, 2011, p. 95–139.

LODOLA, Germán. SELIGSON, Mitchell A. Cultura política de la democracia em Argentina y em las Américas, 2012: Hacia la igualdad de oportunidades. Vanderbilt University, 2013.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. R.; GIMENES, É. R. *Gênero e representação política nos Conselhos Gestores no Brasil*. In: **Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**, 33., 2015, San Juan, Porto Rico. Anais... San Juan, Porto Rico: Associação de Estudos Latino Americanos, 2015.

MAGALHÃES, Pedro. **Regime Support**. In: FISHER, J; FIELDHOUSE, E.; FRANKLIN, M.; GIBSON,

MANIN, Bernard. **Principles du gouvernement Représentatif**. Calmann-Lévy, 1995.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. Report Number, Lda, Pero Pinheiro, 2011.

MATLAND, R. 2002. **Estrategias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales**. In: MENDEZMONTALVO, M. & BALLINGTON, J. (orgs). *Mujeres en el Parlamento – más allá de los números*. Stockholm: Institute for Democracy and Electoral Assistance.

MELTZER, Allan H., and Scott F. RICHARD. 1981. A Rational Theory of the Size of Government. *Journal of Political Economy* 89:914–27.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e Representação – Territórios em disputa**. Editora UNESP, São Paulo, 2013.

MIGUEL, LUÍS FELIPE. **Política de Interesses, política do desvelo: Representação e “singularidade feminina**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2009, v. 9, n. , p. 253 – 267

MOLLER, Armando Duarte; CARDONA, Martha Cecilia Jaramillo. Cultura Política, participación ciudadana y consolidación democrática em México. *Espira, Estudios sobre Estado y Sociedad*. Vol.XVI,N.46, 2009, pp.137-171.

NORRIS, Pippa. The impact of electoral reform on women's representation. *Acta Politica*, 2006

NORRIS, Pippa. **Women in European legislative elites.** *West European Politics* 8 (4): 90–101.1985

NORRIS, Pippa. **Cultural Explanations of Electoral Reform: a policy cycle model.** *West European Politics*, vol.34, n.3, p.531-550, 2014

_____. **Democratic Deficit.** New York, Cambridge University Press.2011

_____. **Inclusion and Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Women in European legislative elites.** *West European Politics* 8 (4): 90–101.1985

_____. **Electoral systems, contextual factors and women's opportunities for parliament in 23 democracies."** *Western Political Quarterly* 40: 477–498.1987

OLIVEIRA, Renata. A. de. **Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina.** 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015

OLIVEIRA, Renata A. Os efeitos dos contextos econômico, institucional e cultural na representação parlamentar de mulheres na América Latina. ANAIS. XI Encontro da ABCP, 2018. Disponível em: https://cienciapolitica.org.br/_arquivos/encontro-abcp-2018/arquivos/BYTS.pdf

Cultura política e gênero na América Latina: estudo sobre as dimensões subjetivas da sub-representação feminina. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato Sexual.** Rio de Janeiro, Paz e Terra.1993

_____. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.1992.

Pérez, Verónica. “52% del electorado, 11% del parlamento”. Factores culturales y representación política feminina em Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, n.15, 2006, pp.67-81.

PHILIPS, Anne. **De uma política de ideias a uma política de presença?** *Revista Estudo Feminista*, 2001, Ano 9, p.268-290.

PITIKIN, H. **The concept of Representation.** Berkeley: University of California Press, 1967

PONCELA, Anna María Fernández. Las cuotas de género y la representación política feminina em México y América Latina. *Nueva Época*, n.66, 2011, pp.247-274

Prá, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. *Cadernos Pagu – Dossiê O gênero da política: feminismos, Estados e Eleições*, 2014.p.169-196

REYNOLDS, ANDREW. **Women in the legislatures and executives of the world: Knocking at the highest glass ceiling.** *World Politics* 51 (4): 547–572.1999

RIBEIRO, Ednaldo; OLIVEIRA, Renata A. **Cultura Política e Gênero no Brasil: estudo sobre a dimensão subjetiva da sub-representação feminina.** Revista Política Hoje, vol.22, n.1, 2013, p.167-205.

RIBEIRO, EDNALDO. **Cultura Política e Teoria Democrática: implicações empíricas de um debate teórico.** 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Curitiba: UFPR, 2002.

_____. **Cultura política e gênero no Brasil: estudo exploratório sobre as bases da sub-representação feminina.** In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia.* 2011

Rienner.Darcy, Robert, Susan Welsh, and Janet Clark. 1994. *Women, Elections and Representation.* Lincoln: University of Nebraska Press.1987

RULES. W. **Why women don't run: The critical contextual factors in women's legislative recruitment.** *Western Political Quarterly* 34: 60–77.1988

SACCHET, Teresa (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica, Campinas*, v. 15, n. 2. p. 306-332.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação Política e Gênero no Brasil e nos países de democratização recente. *RICRI, Vol.1, No. 2*, pp. 01-16.

SCHLOZMAN, Kay.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy.** Princeton University Press, 2012

SCHLOZMAN, Kay.; VERBA, Sidney; BRADY, Henry. **The Unheavenly chorus – unequal political voice and the broken promise of American democracy.** Princeton University Press, 2012.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. **Making quotas work: the effect of gender quota laws on the election of women.** *Legislative studies quarterly*, xxxiv, 1, february 2009, p.5-28.

_____. **A.Women's representation and democratic consolidation in latin america.** *E- legis, Brasília*, n. 19, p. 49-71, jan./abr. 2016, p.49-71.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade.* Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, Denisson. SETTI, Gabriel, PARANHOS, Ranulfo, NASCIMENTO, Willber. **Teoria Democrática Contemporânea: Modelo Democrático Competitivo e Modelo Democrático Popular.** Em Tese, Florianópolis, v.10, n.1, 2013, p.1-27.

SILVA, Ricardo. **Dois tensões na teoria democrática.** *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Edição Especial Temática*, 1999, p.41-59.

STREB, Matthew j. BURRELL, Barbara; FREDERICK, Brian; GENOVES, Michael. **Social desirability effects and support for a female american president.** *Public Opinion Quarterly*, Vol. 72, No. 1 2008, pp. 76–89

TARRÉS, María Luisa. Algunos desafíos para imaginar uma cultura política com perspectiva de gênero. *La Ventana*, n.19, 2004, p.51-71.

TOBAR. Marcela. **Mujer y Política. El impacto de las cuotas de género em América Latina.** Santiago, Chile; Catalonia, 2008.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia.** Petrópolis: Vozes, 1996.

TREJO, Edrén Arellano; NÁJERA, Gustavo Meixueiro. Cultura Política y Participación de las mujeres. Reporte CESOP, N.52, 2012, P.36-41

TRUMP, Kris- Stella e WHITE, Ariel. **Does Inequality Beget Inequality? Experimental Tests of the Prediction that Inequality Increases System Justification Motivation.** *Journal of Experimental Political Science*, Page 1 of 11, 2018

TRUMP, Kris- Stella. Income Inequality Influences Perceptions of Legitimate Income Differences *B.J.Pol.S.* 48, 929–952. Cambridge University Press, 2017.

TURGEON, Mathieu; CHAVES, Bruno S; WIVES, Willian W. **Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira.** *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 363-376.

YOUNG, Iris Marion. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política.** In: BENHABIB, Seyla. CORNELL, Drucilla (Cord.). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos LTDA. 1987. p.p 66-86

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

ANEXO

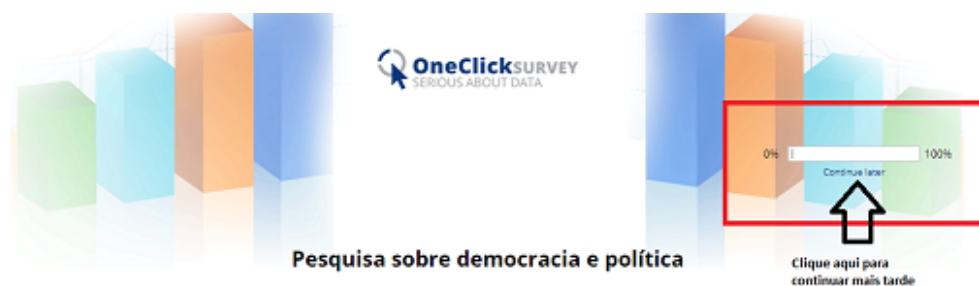
QUESTIONÁRIO

Pesquisa sobre democracia, política e cultura

Instruções

Caro Participante

A pesquisa a seguir faz parte de uma tese de doutorado que busca compreender os valores e as posições dos brasileiros sobre temas ligados à democracia e política. Dessa forma, adorariamos saber sua opinião sincera sobre alguns assuntos presentes em nosso cotidiano. O questionário dura em torno de **15 minutos** e pode ser respondido no computador, celular ou tablet. Caso não tenha esse tempo disponível no momento, você pode parar e responder depois apenas clicando na opção "**Continue later**" no canto direito superior da tela, logo abaixo da barra de progresso. Um link será enviado ao e-mail de sua escolha para continuar a responder mais tarde.

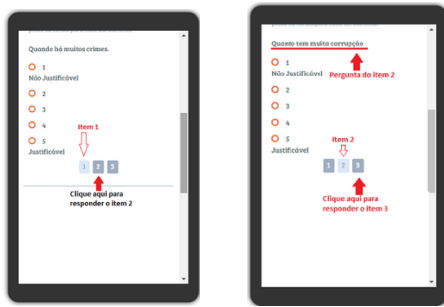


Lembramos que suas respostas serão tratadas de forma totalmente anônimas, por isso, pode responder com sinceridade e **você ainda concorrerá a 2 prêmios** em um sorteio que será realizado após o fechamento da pesquisa.

Prêmios :

- 1) Vale-Compra da Saraiva no valor de R\$ 150,00
- 2) Cesta da Cacau-show de R\$100,00

Observação para quem está no celular: algumas perguntas possuem mais de um item a ser avaliado, mas aparece um de cada vez. Assim, para responder, você deve clicar no número do item, conforme a ilustração abaixo:



As perguntas marcadas com um asterisco (*) são obrigatórias.

Se possível, agradecemos o repasse desta pesquisa para amigos e familiares via e-mail, redes sociais e whatsapp. Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, envie um e-mail para: pesquisademocraciaecultura@gmail.com

Sua participação é muito importante para nós!

Responsável: Renata Andrade de Oliveira

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina

(PPGSP-UFSC)

BLOCO (1) – DEMOGRÁFICAS

Q1- Em qual Estado você mora?

- 1-Acre
- 2-Alagoas
- 3-Amapá
- 4-Amazonas
- 5-Bahia
- 6-Ceará
- 7-Distrito Federal
- 8-Espírito Santo
- 9-Goiás
- 10-Maranhão
- 11-Mato Grosso
- 12-Mato Grosso do Sul
- 13-Minas Gerais
- 14-Pará
- 15-Paraíba
- 16-Paraná

- 17-Pernambuco
- 18-Piauí
- 19-Rio de Janeiro
- 20-Rio Grande do Norte
- 21-Rio Grande do Sul
- 22-Rondônia
- 23-Roraima
- 24-Santa Catarina
- 25-São Paulo
- 26-Sergipe
- 27-Tocantins

XSEX – Gênero

- Feminino
- Masculino
- Outro

XAGE - Faixa Etária

- Menos de 18 anos
- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 34 anos
- Entre 35 e 44 anos
- Entre 45 e 59 anos
- Mais de 60 anos

Q2 - Estado Civil

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Separado(a)
- Viúvo(a)
- Outro:

Q3 - A sua cor ou raça é:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Outra

Q4 - Qual a sua religião ou culto?

- Nenhuma/Ateísmo
- Católica Romana

- Protestante
- Evangélica
- Ortodoxa
- Judaísmo
- Islamismo
- Espírita
- Nativas (Santeria, Candomblé, Umbanda, Voodoo, Rastafari, religiões mayas, Santo Daime, Esotérica)
- Testemunha de Jeová
- Outra

XEDU - Qual o seu maior grau de escolaridade?

- Nenhum
- Primário incompleto
- Primário completo
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Técnico/ Tecnológico Incompleto
- Técnico/ Tecnológico Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós-Graduação

Q5 - Qual categoria abaixo que melhor descreve a sua ocupação atual?

- Não empregado (a)
- Se dedica aos afazeres da casa
- Estudante
- Aposentado (a) ou incapacitado (a) permanentemente para trabalhar
- Forças Armadas, policiais e bombeiros militares
- Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
- Profissionais das ciências e das artes
- Técnicos de nível médio
- Trabalhadores de serviços administrativos
- Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
- Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
- Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
- Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
- Trabalhadores de manutenção e reparação
- Outra:

Q6 - Qual a renda mensal da sua família?

- Sem renda
- Até 1 salário mínimo
- De 2 a 4 salários mínimos
- De 4 a 6 salários mínimos
- De 6 a 8 salários mínimos
- De 8 a 10 salários mínimos
- Acima de 10 salários mínimos

BLOCO (2) –ADESÃO À DEMOCRACIA**BLOCK (2) (Adesão à democracia)**

Q8 - 1) Algumas pessoas falam que sob certas circunstâncias seria justificável os militares tomarem o poder. Em sua opinião, um regime militar seria justificável sob as seguintes circunstâncias:

Trata-se de uma resposta em escala, na qual 1 é não justificável e 5 é justificável. Você deve escolher um ponto na escala para cada um dos itens.

	1 Não Justificável	2	3	4	5 Justificável
Quando há muitos crimes.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quando tem muita corrupção:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Diante de desemprego muito alto:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q9 - 2) Você acredita que quando o país está enfrentando tempos difíceis é justificável para o/ a presidente:

Trata-se de uma resposta em escala, na qual 1 é não justificável e 5 é justificável. Você deve escolher um ponto na escala para cada um dos itens.

	1 Não Justificável	2	3	4	5 Justificável
Fechar o Congresso Nacional (Câmara dos deputados e Senado):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dissolver o Supremo Tribunal Federal (STF):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q10 - 3) Existem pessoas que dizem que precisamos de um líder forte, que não seja eleito através do voto. Outras dizem que, ainda que as coisas não funcionem, a democracia eleitoral, ou seja, o voto popular, é sempre o melhor. O que você pensa?

- Precisamos de um líder forte que não seja eleito através do voto.
- A democracia eleitoral é a melhor opção.

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q11 - 4) Você acredita que em nosso país faz falta um governo de "pulso firme" ou que os problemas podem se resolver com a participação de todos?

- "Pulso Firme"
- Participação de todos

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q12 - 5) Das frases a seguir, com qual você está mais de acordo?

- Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático ou não democrático.
- A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.
- Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q13 - 6) Agora, sobre os itens a seguir, responda o quanto você desaprova ou aprova as afirmações utilizando uma escala de 1 (desaprova fortemente) a 5 (aprova fortemente):

Leia e assinale uma resposta para cada item

	1Desaprova Fortemente	2Desaprova	3Não aprova e nem desaprova	4Aprova	5Aprova Fortemente
O governo ter o direito de proibir que os meios de comunicação publiquem notícias que lhe possam provocar danos políticos :	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Para que o país tenha progresso, é necessário que nossos presidentes limitem a voz dos partidos e movimentos de oposição e o voto das pessoas que falam mal do governo.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pode haver democracia sem partidos políticos.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. :

○ ○ ○ ○ ○

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q14 - 7) Mudando de assunto. Para a democracia muitas coisas são desejáveis, mas nem todas são consideradas fundamentais. Para cada uma das afirmativas, diga em que medida você acha que são características fundamentais da democracia. Use a escala, em que 1 significa que "não é uma característica fundamental da democracia" e 5, que "é uma característica fundamental da democracia".

Leia e assinale uma resposta para cada item

	1 Não é uma característica fundamental	2	3	4	5 É uma característica fundamental
O governo cobrar impostos dos ricos e dar dinheiro aos pobres.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Autoridades religiosas interpretarem as leis.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O povo escolher seus líderes em eleições livres.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As forças armadas assumirem o governo quando ele for incompetente.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
As mulheres terem os mesmos direitos que os homens.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

BLOCK (2) (Adesão à democracia)

Q17 - 9) Responda para cada item o quanto você desaprova ou aprova:

Responda utilizando a escala de 1 a 5

	1 Desaprova fortemente	2 Desaprova	3 Não Aprova e nem desaprova	4 Aprova	5 Aprova fortemente
Casais homossexuais terem direito de se casar.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mulheres ocuparem cargos políticos.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pessoas com deficiência física se candidatarem à cargos políticos.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Programas de reserva de vagas nas universidades para estudantes negros.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estrangeiros terem atendimento gratuito nos postos de saúde do Brasil.:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

BLOCK (3) (Mulheres)

Q18 - 10) Mudando de assunto de novo, o quanto você concorda com os itens abaixo:

	Discorda Fortemente	Discorda	Nem concorda e nem discorda	Concorda	Concorda Fortemente
Em momentos de crise, os homens devem ter mais direito a emprego do que as mulheres. :	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

O Estado deve exigir que os partidos políticos reservem espaço para mulheres em suas listas de candidatos, mesmo que tenham que excluir (deixar de fora, tirar) alguns homens. :

Em geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.:

Ter um emprego é a melhor forma para uma mulher ser uma pessoa independente.:

De modo geral, os homens fazem negócios melhor do que as mulheres.:

BLOCK (3) (Mulheres)

Q19 - 11) E agora, sobre o aborto. Qual sua opinião?

- É justificável a interrupção da gravidez somente quando a saúde da mãe está em perigo
- O aborto nunca é justificável
- A escolha deve ser da mulher por abortar ou não

BLOCK (4) (EXPERIMENTO 1 - CONTROLE)

IF (5) mod(recnum, 4) = 0

Q20 - 12) Da seguinte lista de itens, QUANTOS você desaprova Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens da lista que você desaprova.

- Atletas profissionais ganharem altos salários
- Diminuição do imposto sobre produtos industrializados
- A forma como o preço da gasolina tem aumentado
- Obrigação de usar cinto de segurança quando dirige

Indique a quantidade de itens que você desaprova:

- 1
- 2
- 3
- 4

BLOCK (6) (EXPERIMENTO 1 - TRATAMENTO)

IF (7) mod(recnum, 4) = 1

Q21 - 12) Da seguinte lista de itens, QUANTOS você desaprova. Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens da lista que você desaprova.

- Atletas profissionais ganharem altos salários
- Diminuição do imposto sobre produtos industrializados
- A forma como o preço da gasolina tem aumentado

- Obrigação de usar cinto de segurança quando dirige
- Uma mulher ocupar um cargo político

Indique a quantidade de itens que você desaprova:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

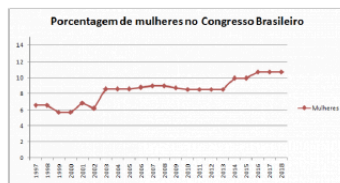
BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

Q22 -

Observe a imagem

A linha vermelha no gráfico abaixo mostra a porcentagem de mulheres representantes no Congresso do Brasil desde 1997.



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe - <https://www.cepal.org>

Q23 - Sobre o gráfico da página anterior, responda as seguintes perguntas:

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q24 - 12) Você já possuía conhecimento dos dados apresentados no gráfico?

- Sim
- Não

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q25 - 13) Se a sua primeira impressão sobre as informações do gráfico pudesse ser resumida em uma palavra, qual seria?

- Nada demais
- Estabilidade
- Desproporção
- Outra:

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q26 - 14) Como classificaria a situação do Brasil pelos dados do gráfico?

- Ótima
- Boa
- Normal
- Preocupante
- Muito Preocupante

Q27 - 15) Como você classificaria a situação da porcentagem de mulheres em relação à porcentagem de homens no Congresso Brasileiro . Utilize a escala de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 se achar a situação "extremamente desigual" e 5 se achar a situação "extremamente igual."

Lembre-se que é uma escala que vai do número 1(um) ao 5 (cinco), você pode escolher qualquer número entre 1 e 5.

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q28 - 16) De um modo geral, como você avalia a relação entre homens e mulheres no Brasil?

- Igual, as oportunidades são as mesmas para todo mundo.
- Parecida, mas em algumas áreas há diferenças.
- Desigual, as mulheres, no geral, estão em situação de desigualdade em relação aos homens em diversas áreas

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q29 - 17) E na política?

- Política não é para mulher, os homens são melhores líderes políticos e por isso, devem ocupar os cargos disponíveis
- Homens e mulheres possuem as mesmas condições na política, , mas, em geral, as mulheres não se interessam.
- As mulheres possuem menos incentivos que os homens para participarem de espaços políticos.

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q30 - 18) Nos últimos anos, alguns países, inclusive o Brasil, adotaram cotas para mulheres na política. Qual a sua posição sobre esse assunto?

- É necessária e deve ser obrigatória, pois é uma forma de combater a desigualdade política entre mulheres e homens.
- É necessária, mas deveria ser facultativa, pois os partidos políticos devem ter liberdade para escolher seus candidatos.

Não é necessária, homens e mulheres são iguais na política.

Q31 - 19) A política de cotas no Brasil funciona da seguinte forma:

i) os partidos ou coligação deve preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (Lei 9.504/97 Art.10 §3).

ii) Não existe sanções legais para os partidos que não cumprem com essa lei.

Sobre como a política de cotas para mulheres está instituída, você acredita:

- O formato da lei de cotas é justo (30% e sem sanções)
- A porcentagem deveria ser maior, mas deve continuar sem sanções.
- Deve haver sanções para o descumprimento, mas 30% de reserva de vagas é suficiente.
- É insuficiente, deve ser mais rígida tendo sanções legais aos partidos que não cumprirem a lei e, também, aumentar a porcentagem de vagas reservadas às mulheres.

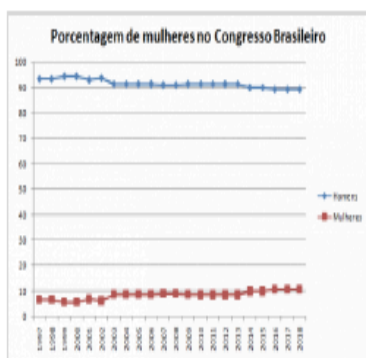
BLOCK (11) (EXPERIMENTO 2 - TRATAMENTO)

IF (12) mod(recnum, 4) = 3

Q32 -

Observe a imagem

A linha vermelha no gráfico abaixo mostra a porcentagem de mulheres representantes no Congresso do Brasil desde 1997, e a linha azul, a porcentagem de homens.



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e Caribe - <https://www.cepal.org>

Q23 - Sobre o gráfico da página anterior, responda as seguintes perguntas:

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q24 - 12) Você já possuía conhecimento dos dados apresentados no gráfico?

- Sim
- Não

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q25 - 13) Se a sua primeira impressão sobre as informações do gráfico pudesse ser resumida em uma palavra, qual seria?

- Nada demais
- Estabilidade
- Desproporção
- Outra:

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q26 - 14) Como classificaria a situação do Brasil pelos dados do gráfico?

- Ótima
- Boa
- Normal
- Preocupante
- Muito Preocupante

Q27 - 15) Como você classificaria a situação da porcentagem de mulheres em relação à porcentagem de homens no Congresso Brasileiro . Utilize a escala de 1 (um) a 5 (cinco), sendo 1 se achar a situação "extremamente desigual" e 5 se achar a situação "extremamente igual."

Lembre-se que é uma escala que vai do número 1(um) ao 5 (cinco), você pode escolher qualquer número entre 1 e 5.

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q28 - 16) De um modo geral, como você avalia a relação entre homens e mulheres no Brasil?

- Igual, as oportunidades são as mesmas para todo mundo.
- Parecida, mas em algumas áreas há diferenças.
- Desigual, as mulheres, no geral, estão em situação de desigualdade em relação aos homens em diversas áreas

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q29 - 17) E na política?

- Política não é para mulher, os homens são melhores líderes políticos e por isso, devem ocupar os cargos disponíveis
- Homens e mulheres possuem as mesmas condições na política, , mas, em geral, as mulheres não se interessam.
- As mulheres possuem menos incentivos que os homens para participarem de espaços políticos.

BLOCK (8) (EXPERIMENTO 2 - CONTROLE)

IF (9) mod(recnum, 4) = 2

IF (10) mod(recnum, 4) = 2

Q30 - 18) Nos últimos anos, alguns países, inclusive o Brasil, adotaram cotas para mulheres na política. Qual a sua posição sobre esse assunto?

- É necessária e deve ser obrigatória, pois é uma forma de combater a desigualdade política entre mulheres e homens.
- É necessária, mas deveria ser facultativa, pois os partidos políticos devem ter liberdade para escolher seus candidatos.

- Não é necessária, homens e mulheres são iguais na política.

Q31 - 19) A política de cotas no Brasil funciona da seguinte forma:

- i) os partidos ou coligação deve preencher o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo (Lei 9.504/97 Art.10 §3).**
- ii) Não existe sanções legais para os partidos que não cumprem com essa lei.**

Sobre como a política de cotas para mulheres está instituída, você acredita:

- O formato da lei de cotas é justo (30% e sem sanções)
- A porcentagem deveria ser maior, mas deve continuar sem sanções.
- Deve haver sanções para o descumprimento, mas 30% de reserva de vagas é suficiente.
- É insuficiente, deve ser mais rígida tendo sanções legais aos partidos que não cumprirem a lei e, também, aumentar a porcentagem de vagas reservadas às mulheres.

APÊNDICE METODOLÓGICO

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA					
País	% de crescimento do PIB	Taxa de desemprego	Índice de Gini	Diferença IDH M-H	GII- gender inequality index
Argentina	2,5	8,1	42,40	0,015	0,362
Bolívia	4,2	4	44,64	0,045	0,446
Brasil	0,7	12	51,33	0,003	0,414
Chile	1,4	7	47,65	0,029	0,322
Colômbia	1,7	9,3	50,84	0,003	0,393
Costa Rica	3,8	8,1	48,69	0,024	0,308
El Salvador	2,3	7	39,98	0,023	0,383
Equador	0,2	5,1	45,02	0,018	0,391
Guatemala	3,2	2,4	48,31	0,027	0,494
Guiana	3,5	11,1	44,55	0,037	0,508
Haiti	1,0	40,6	60,79	0,000	0,593
Honduras	4,0	5,9	50,05	0,037	0,461
Jamaica	1,7	12,2	45,46	0,019	0,422
México	2,1	3,6	48,31	0,038	0,345
Nicarágua	4,5	6,5	46,16	0,025	0,462
Panamá	5,3	5,5	50,41	0,002	0,457
Paraguai	3,9	6,5	47,90	0,024	0,464
Peru	2,7	6,7	43,78	0,031	0,385
República Dominicana	4,8	5,5	45,28	0,007	0,470
Suriname	-1,2	9,1	57,61	0,021	0,448
Uruguai	3,5	7,3	39,72	0,013	0,284
Venezuela	-12,0	26,4	46,94	0,022	0,461

FONTES: World Bank e Relatório do IDH, 2018

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL – PARTE 1					
País	Tipo Legislativo	Sistema Político	Tipo de Lista	NEP	Legado democrático
Argentina	Bicameral	Proporcional	fechada	4,11	54,0
Bolívia	Bicameral	misto	fechada	2,26	33,7
Brasil	Bicameral	Proporcional	fechada	14,06	47,1
Chile	Bicameral	Proporcional	fechada	4,03	80,2
Colômbia	Bicameral	Proporcional	aberta	7,36	49,2
Costa Rica	Unicameral	Proporcional	fechada	6,23	97,7
El Salvador	Unicameral	Proporcional	aberta	3,28	23,5
Equador	Unicameral	Proporcional	aberta	5,10	47,1
Guatemala	Unicameral	Proporcional	fechada	9,88	21,9
Guiana	Bicameral	Proporcional	fechada	2,02	-
Haiti	Bicameral	majoritário	aberta	-	4,8
Honduras	Unicameral	Proporcional	fechada	4,14	27,3
Jamaica	Bicameral	majoritário	aberta	2,01	-
México	Bicameral	misto	fechada	4,38	19,2
Nicarágua	Unicameral	Proporcional	fechada	2,15	21,9
Panamá	Unicameral	misto	aberta	3,83	50,8
Paraguai	Bicameral	Proporcional	fechada	3,76	13,5
Peru	Unicameral	Proporcional	fechada	4,96	40,1
República Dominicana	Bicameral	Proporcional	aberta	4,27	36,4
Suriname	Unicameral	Proporcional	aberta	2,79	
Uruguai	Bicameral	Proporcional	fechada	2,74	81,3
Venezuela	Bicameral	misto	fechada	2,07	62,3

Fonte: IDEA; CEPAL; Casallechi (2016)

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL – PARTE 2			
País	Tempo de lei de cotas	Qualidade das cotas	Financiamento
Argentina	27	Alta	Não
Bolívia	21	Alta	Não
Brasil	21	Baixa	Sim
Chile	0	0	Não
Colômbia	7	Baixa	Sim
Costa Rica	22	Alta	Sim
El Salvador	5	Moderada	Não
Equador	21	Alta	Não
Guatemala	0	0	Não
Guiana	18	Baixa	Não
Haiti	6	Baixa	Sim
Honduras	8	Baixa	Sim
Jamaica	0	0	Não
México	6	Alta	Sim
Nicarágua	6	Alta	Não
Panamá	21	Baixa	Sim
Paraguai	22	Moderada	Não
Peru	21	Moderada	Não
República Dominicana	21	Alta	Não
Suriname	0	0	Não
Uruguai	9	Alta	Não
Venezuela	0	0	Não

Fonte: IDEA; CEPAL; Schwindt-Bayer, 2008

DIMENSÃO CULTURAL- VALORES DEMOCRÁTICOS						
País	Igualdade de Participação	Igualdade de direitos para homossexuais	Aborto (%)	Mercado de trabalho	Gênero e Política (% discorda)	Cotas
Argentina	4,31	2,9	64,4	2,92	75,8	5,19
Bolívia	3,39	1,9	57,1	3,48	69,4	4,97
Brasil	4,21	2,8	66,1	2,57	82,2	4,18
Chile	4,28	2,9	66,6	3,51	74,2	5,22
Colômbia	3,80	2,4	64,9	3,23	78,9	5,38
Costa Rica	3,81	2,3	55,5	3,18	74,9	5,04
El Salvador	3,35	1,9	47,1	3,20	72,1	5,10
Equador	3,44	1,8	56,5	3,27	70,3	5,88
Guatemala	2,61	1,5	45,3	3,37	73,1	4,59
Guiana	4,33	1,5	36,9	4,11	45,3	5,15
Haiti	4,02	1,2	71,5	3,97	59,4	4,47
Honduras	3,52	2,0	50,2	3,28	66,6	4,70
Jamaica	4,36	1,3	65,9	3,26	63,8	4,49
México	3,81	2,6	60,8	3,18	73,4	4,94
Nicarágua	3,78	1,8	59,7	3,50	77,0	5,42
Panamá	2,74	2,9	45,0	3,10	72,5	4,74
Paraguai	3,97	1,9	43,1	3,67	72,3	5,65
Peru	3,50	2,0	55,1	3,20	77,3	4,65
República Dominicana	4,09	1,9	59,3	4,29	52,2	5,71
Suriname	3,58	1,9	88,0	3,29	76,9	4,78
Uruguai	4,59	3,4	79,9	2,30	79,8	5,56
Venezuela	4,79	2,3	50,4	3,19	61,2	4,60

Fonte: LAPOP,2014

DIMENSÃO CULTURAL- ADESÃO À DEMOCRACIA					
País	Intervenção Militar (% de injustificável)	Medidas autoritárias (% de injustificável)	Satisfação com a democracia (média)	Preferência pela Democracia %	Churchilliana (média)
Argentina	67,1	88,4	2,41	80,5	5,90
Bolívia	63,9	81,0	2,46	81,4	5,04
Brasil	43,4	80,5	2,63	65,0	4,97
Chile	70,5	92,0	2,45	72,1	5,52
Colômbia	50,0	83,2	2,73	72,7	5,28
Costa Rica	65,0	81,5	2,21	84,9	5,45
El Salvador	50,9	79,0	2,40	76,2	5,29
Equador	59,5	69,1	2,58	71,4	4,95
Guatemala	54,6	85,9	2,50	84,4	5,04
Guiana	40,8	89,9	2,79	66,3	5,18
Haiti	65,4	73,6	2,78	69,0	4,86
Honduras	54,7	82,2	2,60	70,8	4,94
Jamaica	40,4	89,4	2,65	55,9	4,83
México	42,0	82,1	2,75	67,4	4,99
Nicarágua	40,9	85,6	2,40	73,0	5,10
Panamá	59,5	95,2	2,33	64,8	4,53
Paraguai	36,9	75,7	2,57	60,8	4,75
Peru	42,3	73,1	2,67	66,0	4,75
República Dominicana	63,2	81,0	2,58	75,6	5,36
Suriname	88,0	88,3	2,28	70,8	5,06
Uruguai	67,9	87,7	2,15	83,5	6,10
Venezuela	62,4	80,5	2,85	90,0	5,57

Fonte: LAPOP,2014

DIMENSÃO CULTURAL- VALORES PÓS-MATERIALISTAS				
País	Meio Ambiente (% de prioridade)	Satisfação com a Vida (% de satisfação)	Participação Popular (média)	Importância da Religião na vida (% de importância)
Argentina	34,4	89,6	6,73	35,0
Bolívia	51,8	62,8	5,49	56,8
Brasil	63,8	87,1	6,82	74,8
Chile	37,1	91,3	7,04	34,6
Colômbia	64,8	92,0	6,84	65,8
Costa Rica	42,6	92,0	6,46	58,9
El Salvador	32,2	85,3	5,68	81,7
Equador	38,5	82,1	5,30	58,4
Guatemala	32,0	91,1	4,41	76,9
Guiana	38,1	86,1	6,87	77,8
Haiti	59,8	61,0	6,49	64,0
Honduras	24,6	88,2	5,97	75,3
Jamaica	27,0	74,0	6,95	69,9
México	25,4	90,2	5,65	43,4
Nicarágua	41,0	89,9	6,29	77,9
Panamá	41,7	93,6	4,57	52,8
Paraguai	46,8	94,4	7,50	71,3
Peru	51,2	87,4	6,26	55,2
República Dominicana	44,7	91,2	7,47	65,3
Suriname	88,0	89,7	5,94	77,5
Uruguai	51,3	90,8	7,92	23,6
Venezuela	27,7	88,3	7,56	44,9

Fonte: Lapop, 2014

Quadro 1. Resumo das medidas das Dimensões da sub-representação

Dimensão Socioeconômica		
Condicionante	Variável	Medida
Desenvolvimento Econômico	% de crescimento do PIB	% de crescimento do PIB (-12 a 5,3)
	Taxa de desemprego	% (2,4 - 40,6.)
Desenvolvimento Social	Índice de Gini	0-1 (39,72-60,79)
	Diferença de IDH entre mulheres e homens	IDHM – IDHM (0,002-0,045)
	Índice de desigualdade de gênero (GII)	0 -> 1 0,284 a 0,593
Dimensão Político- Institucional		
Condicionante	Variável	Medida
Sistema Partidário	NEP (número efetivo de Partidos)	2,01- 14.06
	Financiamento público para candidatas	Sim ou Não
Processo eleitoral	Tipo do sistema eleitoral	Proporcional/ majoritário/isto
	Tipo de Lista eleitoral	Aberta e Fechada
Institucional	Sistema político legislativo	Unicameral e bicameral
	Legado democrático	0-100 (4,8-97,7)
	Tempo da lei de cotas	Anos (0 a 27)
	Qualidade da lei de cotas	Baixa, Moderada, Alta
Dimensão Cultural		
Condicionante	Variável	MEDIDA
Apoio à democracia	Intervenção militar	% de injustificável (36,9-88)
	Medidas autoritárias Churchilliana	% de injustificável (73,6 -95,2)
	Satisfação com a democracia	Média (4,53- 6,10)
	Preferência pela democracia	Média (2,15- 2,85)
	Preferência pela democracia	% de preferência (55,9-90)
	Tolerância às questões homossexuais	Média(1,2-3,4)
Gênero	Gênero e política	% do discordo (52,2-82,2)
	Política de cotas para mulheres	Média 4,18-5,88
	Aborto	% justificável (36,9 – 79,9)

	Emprego	Média 2,30-4,29
Valores Pós-Materialistas	Satisfação com a vida	% de satisfação 61-94,4
	Meio Ambiente x Crescimento econômico	%Meio ambiente (24,6-88
	Participação popular	Média 4,41-7,92
Religião	Importância da religião	% importância 23,6-81,7

VARIÁVEIS LAPOP 2014 E 2018

- INTERVENÇÃO MILITAR

Original: “Algumas pessoas falam que sob certas circunstâncias seria justificável os militares desse país tomarem o poder por um golpe de estado. Em sua opinião um golpe militar seria justificável sob as seguintes circunstâncias:

JC10) Quando há muitos crimes;

JC13) quando tem muita corrupção”.

Resposta: Justificável e Não justificável

Recodificação: através da análise fatorial, criamos uma variável com uma escala de 4 pontos indo do não justificável para o justificável.

- MEDIDAS AUTORITÁRIAS

Original: Você acredita que quando o país está enfrentando tempos difíceis é justificável para o presidente do país:

JC15A) Fechar o congresso;

JC16A) Dissolver a Suprema Corte.

Respostas: 1) Justificável 2) Não Justificável

Recodificação: Escala de 4 ponto do não justificável para justificável.

- SATISFAÇÃO COM A DEMOCRACIA

Original: PN4) No geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o jeito que a democracia funciona no seu país? Utilizamos a média de respostas.

- PREFERÊNCIA PELA DEMOCRACIA

Original: DEM2) Agora mudando de assunto, com qual das seguintes afirmações você concorda:

1) Para pessoas como eu, não importa se o governo é democrático ou não;

2) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo;

3) Sob algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

- ATITUDES DE TOLERANCIA

Original: D5) E agora, mudando de tópico e pensando em homossexuais, o quanto você aprova ou desaprova que seja permitido que tais pessoas concorram a cargos público?

D6) O quanto você aprova ou desaprova que casais do mesmo sexo tenham o direito de se casar?

Resposta: Escala de 4 pontos. 1- aprova 2- desaprova

Recodificação: Escala de 4 pontos: 1) desaprova a 4) aprova

- ABORTO

Original: W14A) E agora, pensando sobre outros assuntos. Você acha justificável interromper uma gravidez, isto é, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?

Respostas: 1) Justificável 2) Não justificável.

- GÊNERO E POLITICA

Original: VB50) Algumas pessoas dizem que, no geral, os homens são melhores líderes políticos que as mulheres. Você concorda fortemente, concorda, discorda ou discorda fortemente?

Resposta: 1) concorda fortemente; 2) concorda; 3) discorda 4) discorda fortemente

- COTAS

Original: GEN6) O Estado requerer que os partidos políticos reservem algum espaço na lista de candidatos para mulheres, mesmo se eles tenham que excluir alguns homens. O quanto você concorda ou discorda?

Resposta: Escala de 7 ponto. 1- concorda. 7- discorda

Recodificação: Escala de 7 pontos: 1- discorda a 7- concorda

- SATISFAÇÃO COM A VIDA

Original: LS3) Para começar, no geral o quanto você está satisfeito com a sua vida?

Respostas: 1) muito insatisfeito, 2) insatisfeito; 3) satisfeito; 4) muito satisfeito

- MEIO AMBIENTE X CRESCIMENTO ECONÔMICO

Original: ENV1) Na sua opinião, o que deve ser dado maior prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico?

Resposta: 1) proteger o meio ambiente; 2) promover o crescimento econômico

- PARTICIPAÇÃO POPULAR

Original: E5) Pessoas participarem de manifestações legais. O quanto você aprova ou desaprova?

Resposta: Escala de 7 pontos: 1) aprova a 7) desaprova

Recodificação: Escala de 7 pontos: 1) desaprova a 7) aprova

- RELIGIAO

Original: Q5B) Poderia me dizer o quanto a religião é importante na sua vida?

Resposta: 1) nada importante 2) pouco importante 3) importante 4) muito importante.